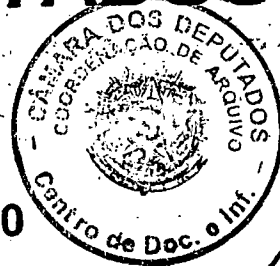


39
Aprova o projeto, à promulgação do
Sr. Presidente da Câmara em Deputados.



Em 22.6.65
[Assinatura]

CÂMARA DOS DEPUTADOS



2923
[Assinatura]

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 53 — 1964

Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília.

(Da CPI criada pela Resolução 9-63)

(De 1 a 208 "in fine")

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º. Ficam aprovadas as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília, ~~criada pela Resolução 9-63.~~

do Art. 2º. Serão enviadas à Presidência da República e à Prefeitura Municipal do Distrito Federal, para as providências que couberem, cópias das conclusões de que trata o artigo anterior.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 5 de fevereiro de 1964. — Aderbal Jurema, Presidente — Manoel Taveira, Relator.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR IRREGULARIDADES NO SISTEMA EDUCACIONAL DE BRASÍLIA

PARECER DO RELATOR

I — Criada por força da Resolução nº 9, de 15 de maio de 1963, iniciou esta C.P.I. os seus trabalhos no dia 16 do referido, quando procedeu à eleição do seu Presidente e Vice-Presidente e à designação do Relator.

Por falta de número em reuniões anteriores, a vinte e cinco de junho aprovou a Comissão o seu roteiro,

passando, então, à fase que chamá-riamos dinâmica, com a coleta de provas.

II — O que apurar

O requerimento pedindo a constituição da C.P.I. foi claro e objetivo quanto às tarefas que lhe competiam, quais as de "Apurar as irregularidades do sistema educacional de Brasília, mormente do Ensino Médio, seguindo constantes denúncias feitas da Tribuna do Congresso por Deputados e Senadores.

1 — Predomínio político de comunistas na Superintendência do Ensino da Prefeitura de Brasília;

2 — deficiência pedagógica no Ensino Médio;

3 — renúncia de Júlio Sambaqui, Julimar Nunes Leal, Monteiro Filho e Alvaro Campos, como membros da Fundação Educacional, em face de irregularidades não coibidas;

4 — Entrega de elementos de domínio sobre professores, (tais como a distribuição de apartamentos do Hotel do Lago e das casas do BNDE, bem como indicação para dispensa de professores primários e Secundários de Brasília, associação comunista que não teve ainda o reconhecimento do Ministério do Trabalho;

5 — nomeação de professores, sem habilitação para cargos de direção, ou

sem registro nem experiência para reger classes;

6 - falta de grupos escolares, jardins de infância, parques e ginásios, em prejuízo do Plano Construtor de Brasília;

7 - falta de material de consumo e material permanente no grupo e jardim de infância;

8 - descaso na manutenção da única Escola Parque existente no Plano Piloto que não funciona integralmente e já tem partes ameaçando desmoronar, além do desvio das finalidades daquela casa de ensino, que foi cedida para teatro de revistas de nudismo.

III - Cumprindo o roteiro, a Comissão além de requisitar todo o material de prova que entendeu necessário à apuração dos fatos denunciados, ouviu e colheu os depoimentos do Professor Armando Hildebrand, autoridade encarregada de organizar o ensino em Brasília antes da mudança da Capital; do Sr. Prefeito Ivo de Magalhães; do Sr. Dr. Othon Pio de Abreu, Presidente da Associação de Pais e Mestres do Ensino Médio em Brasília, e, ao final, o Dr. Luiz Carlos Pujol, atual Secretário de Educação do Distrito Federal. Antes de colher estes depoimentos, ouviu a Comissão o Sr. Deputado Abel Rafael Pinto, autor do requerimento de constituição do órgão investigante.

O que se apurou nesses depoimentos Professor Armando Hildebrand

"O Ministro Clóvis Salgado incumbiu-me, poucos meses antes da transferência da Capital, de organizar aqui o sistema escolar e prepará-lo para que fosse entregue posteriormente à administração da Prefeitura do Distrito Federal".

"Na carta-convite endereçada ao professor dizíamos que lhe forneceríamos residência. Ai o o ponto chave de uma série de acontecimentos que se desdobraram numa situação difícil para o ensino. Prometamos residência porque tínhamos do Governo a promessa de uma casa para cada professor - duzentos e poucos. Assentado que teramos apartamentos de 2 três e quatro quartos - e adiantado já o problema da casa porque ele é uma constante - ao final, ao fazermos a remoção dos professores, recebemos sessenta apar-

tamentos, de quarto e sala. - Quatro professores num quarto só, em quase todos os casos, e até de duas famílias num apartamento desses.

Ressaltando sempre a excelência do pessoal recrutado para ministrar o ensino em Brasília e esclarecendo como foi ele selecionado e preparado para uma obra de autêntico pioneirismo no País, positivou o Professor Armando Hildebrand as deficiências quanto aos prédios escolares - qualidade e quantidade, falta de transporte para os professores, falta de material de emprêza, "falta de autoridade de ponta a ponta" em razão mesmo dessa desorganização e desse clima de insatisfação reinante no corpo docente".

No seu depoimento, o Sr. Prefeito Ivo de Magalhães confessa que, ao assumir, em 1962, a Prefeitura, encontrou "uma situação, muito séria com relação ao ensino", com a existência de greves entre os professores, de inquietação, apontando como causa primeira desse estado de coisas a "grande animosidade" existente entre professores e o Conselho, e uma série de reclamações por falta de atendimento de reivindicações que eles consideravam justas e mesmo promessas de autoridades, quando esses professores vieram para Brasília".

"O problema dependia, especialmente, de residências para os professores, dependia de liberação de dotações afetas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Fazenda, dependia, ainda, de construção de prédios ..."

Não é diferente, embora mais tímido, o depoimento do Dr. Othon Pio de Abreu, Presidente do Círculo de Pais e Mestres do Ensino Médio, oportunidade em que ele reconhece "que o ensino em Brasília padecia, no primeiro ano, de 1961, principalmente de uma crise muito profunda por falta de meios e porque a Secretaria de Educação não tinha condições de trazer pessoal, por ausência de recursos e de casas".

"com a escassez de recursos financeiros que ainda persiste até hoje (o grifo é nosso) a avalanche de promessa de vagas nas escolas que se convencionou chamar oficiais, em Brasília, antes

representado pelo CASEB, e hoje Gnásio do Plano Piloto, e, depois, pelo ensino de educação média, criou-se uma plethora de estudantes e uma anemia profunda de meios de ensino e de mestres (o grifo é nosso). Depõe o Presidente do Círculo de pais e mestres que chegou-se a um ponto de ele "ter assistido a professores fazer faxina, encerrar o chão, cuidar de alunos, fazer expediente de secretaria, enfim, numa penúria material muito grande". Reconhece a existência de professores contratados após concursos que se realizaram com menos rigor, para suprir a deficiência, que ainda hoje existe (o grifo é nosso), deficiência numérica de professores o ensino é bom — "o ensino vem agradando", e, "resumindo, a opinião geral é de que, apesar de ainda ser muito deficiente, com relação a meios, organização e magistério, é que como todas as coisas de Brasília, felizmente o ensino vai tomando um rumo que nos parece que podemos falar que estado atual do ensino é bom..."

Falando sobre as deficiências de prédios, diz que "parece que há um esforço para se compier o Centro de Educação Média, que tem um bloco, quando deveria ter oito e onde a ginástica não está sendo feita porque não houve dinheiro para se fazer meia dúzia de chuveiros"... "Não há chuveiro lá. E não existe por que não construíram. Gastaram entretanto, seiscentos milhões

A vinte e sete de novembro a Comissão ouviu o depoimento do Sr. Luiz Carlos Pujol, então e ainda Secretário da Educação da Prefeitura do Distrito Federal. No seu depoimento, longo e pormenorizado, confirmou o Sr. Secretário da Educação a existência de uma Associação Profissional de Professores do Ensino Médio e Elementar de Brasília que controlava a Fundação Educacional, cujos componentes e Diretores ocupavam cargos de relêvo no ensino de Brasília, os quais lhes permitiam dominar os principais cargos do Ensino Médio no Distrito Federal. Assim é que o professor Fábio Vieira Bruno, Presidente da Associação, era o Che-

fe do Departamento de Ciências Sociais do CEM; o Vice-Presidente Professor Eldenor Pimentel, era Chefe do Departamento de Ciências Físicas e Naturais, coordenador do Curso Científico; Donati Cavalcante, Secretário da Associação — era o Diretor do Ginásio do Plano Piloto; Araberg Pessoa Luna — Assessor da Associação — era o Diretor do C.E.M., Chefe do Departamento de Línguas e Coordenador do Curso Normal; René Cunzburger Lima — também Assessor da Associação — era o Chefe do Departamento de Educação Visual e Teatro do C.E.M. e, ainda, Assessor Técnico do D.E.M.; Eñido Cuevas Donadios — igualmente Assessor da Associação — era o Coordenador do Curso Industrial de Eletrônica do C.E.M., assim como o Chefe do Gabinete do Secretário da Educação, inclusive, por algum tempo, do próprio Dr. Luiz Carlos Pujol; Mário Sebastião Coutinho — outros assessor da Associação — era o coordenador do Curso Científico do C.E.M. neste diapasão de dissecar o sistema do ensino médio em Brasília, prossegue o Secretário Pujol para assinalar, no seu impressionante e corajoso depoimento, que, além da desorganização administrativa, dando resultado negativo ao ensino, há que registrar a falta de nomeação de professores no setor do ensino elementar: "quatrocentos e cinquenta moços lecionava sem qualquer título e há mais de cinco meses sem receber um centavo de salário".

"O que faltava essencialmente à Fundação Educacional, para que ela pudesse sobreviver, era exatamente o respeito ao princípio da autoridade".

Referindo-se — porque interpelado — aos dirigentes da Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio e Elementar de Brasília, assim se expressa o Secretário Luiz Carlos Pujol:

"Esses homens inquietavam efetivamente a Fundação Educacional e vêm inquietando há muito tempo; para mais adiante afirmar "era a Associação Profissional dos Professores quem distribuía as casas destinadas aos professores, assim como os apartamentos de domínio completo, através do tamentos dos anexos do Brasília

qual pressionava e ameaçava".
Pálace Hotel, com o que exercia
Mais adiante informa o Ilustre
Secretário Pujol que essa Associação "era prestigiada pela Ins-
petoria Seccional de Goiânia que
determinava o afastamento de
professor sem registro provisório
ou definitivo, confirmando-lhe
(à Associação) essa fiscalização".

A Associação é que cabia declarar
se havia ou não necessidade de pro-
fessores em Brasília. Desta forma,
"era a Associação quem nomeava,
demitia, dava casas". Exercia a As-
sociação, outrossim, influência sobre
os Diretores, eis que nas mãos de ele-
mento seu estava a Diretoria do En-
sino Médio. Consequentemente, nas
suas mãos, ou sob sua direta influên-
cia estavam os Diretores de todos os
ginásios e escolas do ensino médio
em Brasília, assim também todos os
cargos de orientadores, de coordena-
dores. "Esses homens inquietavam
efetivamente a Fundação e vêm in-
quietando há muito tempo".

"Graças a Deus, com a perda
dos postos de mando, já não es-
tão mais em condições de inquietar".

"Toje eu afirmo que há ordem
os professores estão ministrando
suas aulas e 95% do professorado
do Ensino Médio — e eu me ani-
mava a dizer 99,99% — estão ab-
solutamente compenetrado de
suas obrigações, dos seus deveres,
no firme propósito de auxiliar a
Superintendência no que ela qui-
ser fazer de bom, no que ela qui-
ser fazer para resolver o proble-
ma do ensino em Brasília".

Aspecto negativo do ensino

Para o Secretário Luiz Carlos Pu-
jol o aspecto negativo para o ensino
em Brasília e que tem possibilitado
e sempre possibilitou essa inquietação
está na improvisação das neces-
sidades humanas, na falta de habi-
tação decente, na falta de transpor-
te para o professor.

"O ensino, na sua organização
técnica, é ótimo".

"É preciso dar alojamento,
casa, aos professores".

"Estão em construção, para
entrega em março, três ginásios;
trinta e duas escolas integraliza-
das; dez escolas rurais".

"Está provada a existência de
uma queda na eficiência do en-
sino entre 1961 e 1962:

Centro de Educação: 1961 —
86% de aprovação.

1962 — 77% de aprovação.

Ginásio do Plano Piloto:

1961 — 72% de aprovação.

1962 — 70% de aprovação.

Só no final de 1963 (o depo-
imento é de novembro) se poderá
conhecer o resultado do xercício".

Antes do depoimento do Secretário
Luiz Carlos Pujol, presente à reunião
o nobre Senhor Deputado Valério
Magalhães e com permissão do Se-
nhor Presidente Aderbal Jurema,
prestou ele informações atuais (à
época) sobre os prédios escolares de
Brasília, notadamente das cidades
satélites e da zona rural, por onde
muito tem andado como membro que
é da Comissão do Distrito Federal.
Informa o nobre Deputado ser o
pior possível o estado de conservação
desses prédios, muitos deles desaba-
ndo, notadamente os de Planaltina,
Gama, Bairro do Cruzeiro, etc.

IV — DOCUMENTAÇÃO

As folhas estão os seguintes do-
cumentos, apresentados pelo Senhor
Deputado Abel Rafael Pinto:

a) cópia da carta de desligamento,
em caráter irrevogável do Conselho
Diretor da Fundação Educacional do
Distrito Federal, por parte do Pro-
fessor Alvaro Alvares da Silva Cam-
pos;

b) um papel mimeografado e in-
titulado "A Ditadura do Proleta-
riado";

c) um recorte de jornal contendo
notícias sob o título:

"B.N.D.E. entrega 20 casas a pro-
fessores de Brasília";

d) um recorte de jornal "Unitá-
rio", de Fortaleza, de 17 de março
de 1963, com o título:

"Secretaria da Educação, sobre a
"Cartilha Revolucionária": Pode ser
chamado de Marxista, mas defende
o direito do povo de ter terra, casa,
saúde, comida e trabalho";

e) um recorte do "Estado de Mi-
nas", edição de 1 e 2 de maio de
1963, contendo uma crônica do Pro-
fessor Alberto Deodato intitulada
"O Discurso de Abel Rafael";

f) recorte do jornal "Correio Brasiliense", edição de 19.3.63, contendo notícia intitulada "Governo de Goiás edita "Cartilha Politizante" para ensinar a Adultos";

g) recorte de "Fôlha de Brasília", edição de 5 e 6 de maio de 1963, contendo "Carta do Leitor";

h) recorte de jornal editado em Brasília contendo crônica de Wilson Aguiar intitulada: "Os meus professores e os dos meus filhos";

i) quatro cartas de professores de Brasília, endereçadas ao Deputado Abel Rafael Pinto e em que reclamam contra a Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília, que lhes não destinou casas para residência;

j) um exemplar do "Primeiro Livro do Povo";

k) uma relação das pessoas que podem depor perante a Comissão;

l) um exemplar mimeografado sobre "Direito Constitucional" (Verificação de Rendimento).

Foram requisitados (e atendidos em grande parte):

1) ao Senhor Presidente da Fundação Educacional — cópias dos contratos existentes entre os professores e a Fundação Educacional; (Ofício nº 5, de 18-7-63);

2) a relação dos primeiros professores e dos atuais, com a discriminação do método de seleção aplicado na escolha dos mesmos, bem como a indicação dos Colégios de onde vieram, onde lecionaram;

b — cópia dos relatórios dos entrevistadores, que selecionavam os professores, com a relação dos habilitados e dos inabilitados;

3) relação dos professores sem residência;

4) plano de ensino referente ao ano de 1962 e ao primeiro semestre de 1963, com a indicação do número de aulas dadas e de estudos dirigidos em cada matéria (Ofício nº 7 de 23.7.63);

5) ao Senhor Reitor da Universidade a coleção das apostilas dos diversos cursos da Universidade (Ofício nº 6-63, de 18.7.63);

6) toda a documentação relacionada no roteiro apresentado pelo Relator, conforme ofício nº 2-63, de 2.7.63.

Houve uma tentativa de se ouvir a gravação de uma aula inaugural proferida na Universidade pelo Senhor Professor Nelson Werneck Sodré, po-

rém sem resultado positivo, eis que recusada, sob alegação de que significaria quebrar a liberdade de cátedra.

Quando do depoimento do Secretário Luiz Carlos Pujol o nobre Senhor Deputado Abel Rafael Pinto desiste do depoimento das pessoas que arrolou e, no depoimento que prestou, perante a Comissão, declarou, expressamente, que "A única coisa que se salva

no ensino de Brasília é o ensino primário. O ensino primário está bem orientado e não sofre distorção. Ele é até muito eficiente".

V — CONCLUSÃO

E' inegável tenha havido, da parte do Poder Público, um grande esforço no sentido de dotar a Capital da República de um sistema educacional altamente perfeito e eficiente, capaz de assegurar ao aluno, nas diversas fases de sua vida escolar, uma visão ampla e de conjunto, da ciência, tendo-se em vista, principalmente, o Brasil. Para tanto recorreu-se a uma série de inovações, quer quanto à seleção de professores, quer quanto ao método ou métodos de ministrar as várias disciplinas que compõem os currículos escolares, sem se perder de vista a Lei de Diretrizes e Bases. Dos depoimentos colhidos, assim como da farta documentação traz da à apreciação desta C. P. I., num total de cinco volumosas pastas, verifica-se que, no que tange ao ensino primário, não há o que lastimar, o que, aliás é expressamente reconhecido o proclamado pelo próprio autor da proposição de que resultou a criação desta Comissão de Inquérito.

Quanto ao ensino médio, não há como deixar de reconhecer a existência de falhas comprometedoras de sua eficiência, notadamente quanto à administração (ao que parece já superadas e vencidas) e no que se refere à parte material do ensino, como prédios escolares, material de consumo e de conservação, transporte e habitação para professores e pessoal administrativo, etc. Da leitura da farta documentação remetida à CPI verifica-se, dentre outras coisas, que se vem fazendo um grande esforço no sentido de melhorar e aprimorar o sistema educacional de Brasília, mas, ainda assim, muitas são as lacunas a serem preenchidas, sobretudo quanto a residências e condições melhores de vida para os professores, principais

causas das greves e inquietações constatadas e ocorridas nos anos de 1962 e 1963, como reconhecidas pelos responsáveis maiores pelo ensino local e cujos depoimentos estão contidos nos trabalhos deste órgão.

Assim, sou de parecer que a Comissão recomende aos Podêres da República e da Prefeitura Municipal de Brasília um tratamento todo especial ao ensino da Capital da República, não só liberando a tempo e hora, as verbas destinadas à construção de novos edifícios escolares e à melhoria dos existentes, como ampliando tais dotações, a fim de permitir novas construções e a seleção de mais professores. Cumpre dar ênfase ao capítulo da construção urgente de residências para professores e pessoal administrativo, pois, sem esta providência, dificilmente conseguirá o Poder Público ampliar e aperfeiçoar o corpo docente de Brasília, eis que ninguém se aventurará a transferir-se para a nova Capital do País, para exercer o magistério, sem ter onde residir e sem a segurança de poder dispor de um mínimo razoável de conforto para si e para os seus e que, como é óbvio, lhe permita, despreocupadamente, dedicar-se, por inteiro, à sublime e patriótica missão de educar, ensinar e instruir-se, assim também às gerações futuras, às quais caberão, muito breve, as pesadas responsabilidades de liderança quanto aos destinos desta grande Nação.

Urge outrossim, face ao que se apurou, exigir-se o fortalecimento da autoridade e maior respeito à disciplina, obstando-se, desta forma, as distorções ideológicas, tão prejudiciais à formação dos jovens e à pureza do seu ideal democrático.

Quanto ao ensino superior, esta CPI não teve oportunidade de entrar nos seus segredos para conhecer, de perto e por dentro, como ele se exerce na Capital da República. E' de se admitir que o nobre deputado Abel Rafael Pinto reconhecerá ter sido acanhado o tempo de que dispôs a Comissão e os múltiplos percalços que teve de vencer para dar cumprimento à sua missão e, valendo-se de medidas ao seu alcance, adotará iniciativas outras que lhe permitam alcançar, também, aqueles objetivos.

Finalmente cumpre registrar que a CPI não fez gastos, não tendo, consequentemente, feita qualquer requi-

sição de recursos financeiros para atender suas finalidades.

Este o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões de Inquérito, aos 5 de fevereiro de 1964. — Deputado *Manoel Taveira*, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Sistema Educacional de Brasília, em sua reunião realizada hoje, presentes os Senhores Aderbal Jurema, Dirceu Cardoso, Manuel Taveira, Clay Araujo, Braga Ramos, Arnaldo Cerdeira e Antônio Almeida, resolveu opinar pela aprovação das conclusões oferecidas pelo relator, Deputado Manuel Taveira, em seu Relatório, adotando o Projeto de Resolução anexo, pelo mesmo oferecido.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1964. — *Aderbal Jurema*, Presidente — *Manoel Taveira*, Relator.

REUNIAO: 17 DE JULHO DE 1963
DEPOENTE: DEPUTADO ABEL
RAFAEL

Aos dezessete dias do mês de julho de 1963, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília, compareceu o Sr. Deputado Abel Rafael, o qual prestou o seguinte depoimento: O SR. PRESIDENTE — Declaro aberta mais uma sessão da Comissão de Inquérito sobre educação em Brasília, principalmente no ensino universitário. (E' lida e aprovada a ata da sessão anterior) — Antes de dar a palavra ao companheiro que hoje vem depor nesta Comissão quero justificar rapidamente minha ausência a este órgão, na qualidade de seu Presidente durante 40 dias, de junho a esta parte. E' que estava a serviço do meu Partido em Pernambuco, reestruturando os diretórios municipais e até como candidato a Prefeito da Cidade de Recife, candidatura homologada em convenção por unanimidade, do meu Partido. Fatos da política local levaram-me a desistir de prosseguir na luta, não só para resguardar a posição eleitoral, como sobretudo, a posição política do meu Partido, uma vez que não conseguimos a compreensão das correntes democráticas que se dividiram em quatro candidaturas para

o pleito. Daí minha ausência durante estes 40 dias, pedindo escusa, aos companheiros que aqui ficaram trabalhando, inclusive ao Vice-Presidente, que dirige os trabalhos deste órgão na minha ausência. Agradeço a todos a colaboração. Vamos passar à ordem do dia, ouvindo o depoimento do Deputad Abel Rafael, que foi o promotor número um da criação desta Comissão que temos a honra de presidir. O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados membros da Comissão à nossa denúncia feita na tribuna da Câmara há cerca de três meses, sobre fatos no ensino de Brasília, seguiu-se logo o pedido da Comissão de Inquérito. Este pedido já tem, portanto cerca de três meses, de modo que muitos fatos, a Comissão vai precisar investigar, porque uns foram sanados pela própria denúncia e outros perduram. Foi dada uma distorção à minha denúncia, uma distorção proposital, porque se atribuiu apenas que eu, como um reacionário, como tal tachado, estava querendo perseguir os professores comunistas quando apresentei fatos sobre a deficiência do ensino. O que me preocupa não é que o professor seja comunista, mas que o professor use o ensino para instrumento da sua ideologia e então haja em Brasília um ensino mal administrado. Geralmente a democracia é um regime suicida. Já ouvi de vários companheiros desta Comissão declaração, de que não pretendem fazer ficha policial de ninguém, nem vasculhar ideologias. E' que o problema é situado de maneira inteiramente falsa. Nós temos o culto da liberdade e a permitimos em todos os setores: quando acordamos já não podemos nem sequer reagir, porque os que atacam a liberdade — o comunismo, vamos dar o nome, não vamos usar de eufemismo. — usam dessa liberdade que nós lhes damos para sacrificá-la e um alvo principal que eles querem atingir é o do ensino. No dia em que apodrecer o ensino, como está apodrecendo infelizmente, o comunismo dominará todas as camadas, porque até poder de reação os homens já não têm o mesmo. Mas, não vou começar a dizer que fulano é comunista, que sicrano é comunista. Vou citar os fa-

tos da deficiência do ensino. Agora, pediria aos Srs. Membros da Comissão que observassem que os instrumentos dessa degradação são os professores não democráticos, com um fim determinado, obedecendo a uma orientação certa para atingir a um objetivo desejado. A minha denúncia, no entanto, vai fixar-se em fatos, em coisas objetivas. Friso que a preocupação de predomínio político por parte dos comunistas no ensino em Brasília está prejudicando enormemente a eficiência do ensino. Então, se muitos Deputados não se importam com a ideologia que se pratica e nesta Comissão há muito, que são da mesma ideologia, comunistas ou simpatizantes do comunismo — devem preocupar-se em que seus filhos, os filhos dos seus colegas e os filhos dos brasileiro não continuem analfabtos, porque é uma cultura de meia tigela a que se está administrando nas escolas de Brasília. A única coisa que se salva no ensino em Brasília é o ensino primário. Vou dividir meu depoimento em três partes, a do ensino primário, a do ensino secundário e a do ensino superior. No ensino primário nada tenho a dizer quanto a métodos. O ensino primário está bem orientado e não sofre qualquer distorção. O SR. LAURO LEITÃO — Sr. Presidente, apenas um esclarecimento, para que não passe em julgado perante a Comissão. Não sei se compreendi mal, mas parece que o colega afirmou que nesta Comissão temos comunistas ou simpatizantes do comunismo. Sou contra o comunismo, tenho-o combatido e devo dizer ao nobre colega que não conheço qualquer integrante desta Comissão que seja o comunista. Admito simpatizantes, mas confessadamente comunistas acho que não há. Isto para que não passe em julgado. O SR. ABEL RAFAEL — O caso não depende de passar em julgado o caso é conhecido dos demais integrantes da Comissão de Inquérito. Agora, seria deselegante de minha parte estar citando fulano, sicrano, o SR. LAURO LEITÃO — Minha intervenção foi apenas para não ficar sem uma resposta. O SR. ABEL RAFAEL — Justamente porque não quero falar da parte ideológica é que devo dizer que há membros da Comissão que não se importam

com a parte ideológica porque professam a mesma ideologia. Não queria que constasse em ata esta coisa. O SR. LAURO LEITAO — Também acho que não convém. O SR. ABEL RAFAEL — Não a minha afirmação, mas nomes de colegas que eu citasse. Seria deselegante da minha parte. Se os Senhores não sabem procurem saber, porque outros colegas mais antigos sabem, de vez que são opiniões ofendidas da tribuna da Câmara. O SR. LAURO LEITAO — Querida, então, Senhor Presidente, constasse também a minha declaração, de que admito que haja simpatizantes mas comunistas acho que não há entre os integrantes da Comissão. O SR. ABEL RAFAEL — Isto não invalida coisa alguma do que eu disse, nem o depoimento que vou prestar... O SR. LAURO LEITAO — Claro. O SR. ABEL RAFAEL... mesmo porque não estou fazendo voto de suspeição a nenhum membro. No respeito à opinião de cada qual não dou voto de suspeição a nenhum membro. Apenas cito a tendência ou a fixação de uma doutrina. Citava o caso do ensino primário. Dizia que no ensino primário não há distorção. Ele até é muito eficiente. No entanto, porque não se presta para determinadas manobras, tem sido inteiramente descuidado. E, neste caso, acuso a Secretaria de Educação, o antigo Conselho Educacional. Não o Conselho Educacional que até renunciou — o nosso Presidente está bem a par porque pertenceu ao Conselho — porque não foi atendido, mas acuso o Secretário de Educação anterior, Senhor Eliezer Rosa. Sobre a atuação do Secretário atual, Doutor Pujol, que conheço ligeiramente, nada posso dizer, mas o Doutor Eliezer Rosa foi um elemento fraco na Secretaria de Educação, tão fraco que acabou demitido e de maneira um tanto desairosa. Ele permitiu que se manobrasse à vontade com o ensino em Brasília e se fizesse pressão sobre os professores que não aderiam a determinadas correntes. Então, o ensino primário tem sofrido uma série de pressões por parte do Secretário e por parte dos elementos de uma Associação Profissional de Professores Secundários, que é nitidamente comunista. E não posso deixar de fazer menção à ideologia porque os elementos dessa Associa-

ção só se servem da entidade para fazer pressão sobre colegas não marxistas. No ensino primário há falta de grupos, há falta de jardins e de limpeza. O Secretário tem deixado inteiramente desguarnecido o ensino primário. Quando falo em Secretário refiro-me ao Secretário da Educação, nos termos da minha denúncia, que era o Superintendente da Fundação Educacional. O SR. PRESIDENTE — Aliás não é Secretário de Educação subentenda-se Superintendente da ex-Fundação Educacional. O ensino primário não tinha recurso algum. Vasoura, sabão, giz, tudo era comprado por cotização entre as professoras. Estava mesmo desamparado e procuravam desmoralizar o ensino primário a fim de desmoralizar o sistema educacional de Brasília. Como os senhores sabem o sistema de Brasília é modelado no sentido do tempo integral, até para o curso primário. Então o aluno devia dar o tempo na aula e depois ir para a Escola Parque. Devia haver mais escolas destas no Distrito Federal. Pararam numa única e esta única está descuidada. No pavilhão de artes industriais há um completo descabro: paredes rachadas, chovendo. Foi até interdita porque os alunos não podiam ter aula e a secretaria não tomavam providência alguma. A esse respeito, devem ser ouvidas a Diretora da Escola Parque e Vice-Diretora, Da. Branca Rabelo. A desmoralização da Escola chegou a tal ponto que o Secretário da Educação permitiu que o teatro do nu do Rio de Janeiro, teatro de revistas, se apresentasse naquela escola. Então viamos as tabuletas com fotografias de vedetas seminuas, de umbigo de fora, de tanguinha, expostas na entrada da Escola Parque. 5 a meninada que passava — a escola estava em férias — ia ver que espetáculo estavam passando na sua escola. Ficavam admiradas e chegavam em casa perguntando que espécie de pedagogia era aquela, porque numa escola para a infância — não é para a juventude, para a infância — se permitia que lá representasse o Xique-xique no Pixoxó, que por si só já é uma degradação de tudo quanto se ensina na escola, porque são significativas alguma e significa uma série de imbecilidades. As crianças chegavam em casa perguntando aos pais e professores o que significava Xique-xique no Pixoxó. Se os professores, se os

doutos membros desta Comissão souberem o que é xique-xique no pixoxó dou um doce. Ninguém sabe. Era um processo de desmoralização. Isto se deve ao Secretário da Educação e se deve a um plano elaborado para desmoralizar o ensino na Capital. As tabuletas com as vedetas nuas permaneceram vários dias enquanto durou a repressação — em exposição na entrada da escola, com escândalo para a imprensa local, que publicou artigos a respeito, com escândalo desta Casa, onde fizemos a denúncia e com escândalo dos pais dos alunos e dos alunos. Uma insensibilidade total das autoridades que dirigem o ensino em Brasília. — O SR. LAURO LEITÃO — V. Ex^a trouxe os recortes de jornais que publicaram essa matéria? O SR. ABEL RAFAEL — Não trouxe esses recortes... O SR. LAURO LEITÃO — Seria interessante. O SR. ABEL RAFAEL — ... mas é fato público e notório. O que é público e notório não precisa prova. Creio que nenhum dos Senhores desconhece o fato. Não há em Brasília ainda a complementação das escolas no Plano Piloto, nem nas cidades satélites. Segundo o plano, cada quadra teria seu grupo e cada grupo de quadras seu ginásio, seu jardim de infância, e várias outras coisas. O jardim de infância até hoje é descuidado em Brasília. Não há matrículas suficientes nem para filhos de Deputados, quanto mais para filhos de funcionários ou filhos de operários. O próprio ensino primário não tem vagas suficientes nem para filhos de Deputados, quanto mais para filhos de funcionários e filhos de operários. De forma que o ensino primário, que é de alto padrão em Brasília com professoras abnegadas, como geralmente são as professoras primárias, tem estado descuidado interiormente. E mais, quando os professores secundários querem fazer greve — e fizeram o ano passado cinco ou seis greves, dirigidas pelos professores, pelas autoridades do ensino, pelos diretores de departamentos — vão pressionar as professoras primárias para aderirem à greve. Este ano mesmo conforme denúncia que fiz da tribuna da Câmara, diretores de departamentos do ensino secundário, como o professor Fábio Bruno, que é Presidente dessa Associação Profissional dos Professores Secundários, que obedece a orientação marxista, o professor Odolor

Pimentel, diretor de departamento, o professor Arabele Pessoa de Lina, também diretor de departamento, e vários outros foram à escola parque para pressionar as professoras a fim de não darem aula, levando consigo serventes do ensino médio para invadirem as salas de aulas e tirarem à força os alunos da escola parque. Estive lá pessoalmente logo depois disso e recebi o depoimento de professores que expulsaram esses professores e serventes e golpes de bôl-sas e de sombrinhas, porque chegaram até a ser agredidas dentro de suas salas de aula. Alunos também foram empurrados e agredidos dentro de suas salas de aula. Por quem? Pelos diretores de departamento do ensino secundário, sem que houvesse qualquer providência do Secretário que chegou a visitar escolas primárias em Taguatinga e a perguntar, por exemplo, à diretora de uma delas por que não estava em greve. Ela disse, não queremos entrar em greve; se o senhor der ordem nós fechamos a escola. — Não, eu não quero dar ordens. Foi apanhado quase em flagrante de apoio à greve, uma greve que partiu de cima, e uma greve subversiva, sem motivo. Na quadra 107 foram presos vários professores desses secundários, que estavam, o que é contra a lei de segurança nacional, procurando medir até a diretora, D. Lídia Cardoso, que manteve seu grupo em funcionamento. Então, o ensino secundário, dirigido e orientado por professores subversivos, vem tentando forçar, em todos os instantes, as professoras primárias a aderirem às suas greves políticas por meios não suavórios. E, o mais greve, a despeito de nossas denúncias, citando nomes de tribuna da Câmara, nenhuma providência foi tomada. Com referência ao ensino primário, só tenho elogios quanto à parte do magistério, e faço restrições profundas à parte de administração, em que há decalbro e descuido, quanto às instalações; ao pessoal, ao material e até porque procuraram desmoralizar os que trabalham no ensino primário. Quanto ao ensino secundário, é o que sofre maior influência da degradação em Brasília. No ano passado como disse, houve 5 greves dirigidas pelos professores. As greves aqui são feitas pelos professores. Os alunos saem para as ruas com cartazes, vão às

portas dos jornais e das rádios dizer "Queremos aulas". Os professores não as dão na CASEB, no Elefante Branco, no Curso Normal". Fundaram a Associação Profissional dos Professores do Ensino Secundário que tem orientação nitidamente política. Os professores democratas fundaram outra associação, e muitos deles foram depois demitidos do ensino secundário, por imposição dessa Associação, que tem a preocupação de manter o predomínio político no ensino secundário, e o conseguiu, pela fraqueza do Secretário da Educação. Controla certos meios materiais que de fato lhe dão a submissão dos demais professores. Por exemplo, a distribuição das casas do Hotel do Lago. Como sabem, a deficiência de casas obriga os professores a procurar alojamento. Só é alojado no Hotel do Lago quem o Senhor Fábio Bruno quer e permite. Os Professores que não concordam com a orientação política do Senhor Fábio Bruno e seu sindicato são forçados a deixar o Hotel do Lago, por pressões várias. Depois, esse mesmo sindicato promoveu a invasão das casas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Foi invasão violenta, dirigida por professores. Nessa invasão, mataram um vigia — crime até hoje não apurado pela polícia, digo, pela polícia. Dou à Comissão o nome do vigia, que se chamava Messias Pereira de Andrade. Havia-se oposto à entrada desses professores e foi por eles agredido com uma série de pancadas uma das quais na cabeça que provou ser fatal. Recolhido ao Hospital Distrital nunca mais se teve notícia desse Senhor Messias Pereira de Andrade. Esse sindicato pretende intimidar o Prefeito Sette Câmara. Mas este os expulsou do seu Gabinete. Não conseguiram nada com o Prefeito Sette Câmara. Aí, veio o Prefeito Ivo de Magalhães, homem de bem, mas fraco, fraquíssimo, que cede às injunções e, para se manter no posto, procura apoio de várias correntes. Presumiu que o apoio desse sindicato lhe fôsse útil assim como o Senhor Eleazar Rosa. E quando citamos os fatos da tribuna da Câmara, o sindicato dava apoio ao Prefeito e ao Secretário, em troca de nomeações para postos-chaves. Fazia esse sindicato movimentos populares envolvia outros sindicatos e conseguia, então, manter essas duas

autoridades nos postos. Em compensação recebeu os postos-chaves do ensino secundário. O fato chegou a tal descalabro com a nomeação de elementos sem credenciais para direção de departamentos, que a maioria dos membros do Conselho da Fundação Educacional renunciou. Renunciou o Dr. Júlio Sambaqui; renunciaram o Senhor Francisco M. de Almeida Filho, Dona Julimar Nunes Lea, Senhor Alvaro Alves da Silva Campos. A carta deste último Senhor, que tenho em meu poder, diz textualmente que renunciava porque não podia conceber como o Secretário da Educação continuasse, a despeito dos avisos reiterados do Conselho a prestigiar um sindicato e um grupo que só desprestigiava o ensino e não tinha condições morais para dirigir coisa alguma. Se a Comissão investigar, encontrará na direção desses departamentos professores sem credenciais para isso. Como sabem, o professor precisa, para lecionar, ser registrado; precisa ter determinado tempo de prática. E, para dirigir departamentos, precisa ter outras credenciais. O Conselho protestou contra tudo isso em vão. E à medida que o sindicato conseguia demitir os professores democratas que protestavam e não se curvavam com facilidade, iam nomeando meninos, alunos da Universidade de Brasília que acabavam de fazer o vestibular, — em detrimento de professores que há dois ou três anos lecionavam em Brasília, homens formados, advogados, engenheiros, médicos. Foram todos destituídos. Para os substituírem por homens de mais capacidade e experiência. Não: por meninos; apenas porque esses meninos tinham as mesmas tendências extremistas, via de regra (não faço a injustiça de generalizar por isso digo que via de regra). Então, encontramos este fato principal, que a Comissão deve investigar: o índice de reprovações no curso médio, em Brasília, no ano passado, de cerca de 80%. Fiz requerimento à Mesa da Câmara, e tenho cópia aqui, para que me fosse enviado o resultado, não só das reprovações ou aprovações, como também das transferências de alunos de colégio para colégio. Não obtive esses e omentos, porque as autoridades do ensino médio dizem que os seus cursos estão cheios, as matrículas superadas e não há defici-

ência, porque a procura é muito grande. Efetivamente, a procura é muito grande, pois temos deficiência de escolas, por isso não há vagas. Mas os que podem tirar os seus filhos de lá, dos cursos oficiais, e os põem nos colégios particulares. Assim fiz: vários Deputados assim fizeram. Poucos os Deputados que mantêm filhos nos cursos oficiais, porque se publicou que o ensino lá está péssimo. Particularmente não tenho dúvidas. Sei até de altas autoridades da República, cujos nomes não cito para não envolver mais ninguém, que telefonaram para diretores de colégios particulares de Brasília, pedindo-lhes pelo amor de Deus arranjassem vaga, pois precisavam tirar seus filhos dos cursos oficiais: estavam-se degradando. Quando se instalou o ensino em Brasília, em todas as partes do Brasil houve exames de seleção. Dizia-se que para Brasília viriam os melhores professores, os mais capazes. No entanto, começaram a vir os parentes dos Deputados, dos funcionários transferidos, o marido, a mulher do professor que era nomeada, os afilhados. Então, vemos em Brasília em grande porcentagem, professores sem qualificação exata. Do lado moral, então, é uma calamidade. Se não devemos, por questão de escrúpulo, aternos à ideologia de um professor, impõe-se-nos fixar, no entanto, sua moralidade. E é grande o índice de professores e professoras amasiados no curso médio. Peço licença à Comissão para não dar nomes. Se, no fim dê-te inquérito todo, a Comissão quiser ouvir-me ou desejar os nomes, eu os darei. Mas, por uma questão de ética, prefiro não fazê-lo. Há professoras até amasiadas com Deputados, com oficiais, com alunos. Tá acusações de alunas defloradas por professores. Houve um inquérito no curso médio acerca de professoras — peço licença também para não citar nomes, a menos que o exijam os nobres Deputados — que faziam “rendez-vous” nas suas casas, para alunas suas. Num dia, duas alunas se embriagaram de tal maneira que houve escândalo; a professora foi suspensa e houve inquérito no curso médio. A professora foi afastada, mas depois aproveitaram-na como orientadora do ensino normal! Foi quando fiz ao Prefeito Sette Câmara a denúncia do fato, citando o nome da

professora. Imediatamente mandou apurar. E contou-me: “Apurei e era verdade tudo. Após a denúncia, mandei afastar a professora. Não pode ser orientadora”. Continua professora, mas não orientadora. Há poucos dias, fiz uma denúncia ao Prefeito. Te efonei-lhe, denunciando que estava sendo nomeada para o curso normal professora sem condições morais para tal. Disse que me constrangeria ser obrigado a ocupar a tribuna da Câmara para denunciar os fatos pois seria forçado a contar a vida da professora. Essa nomeação já era um desafio às nossas constantes acusações. O Secretário mandou-me assegurar que ninguém havia sido nomeado. Mas a citada professora continua, por uma nomeação interna, dirigindo o Curso Normal. Esses casos de imoralidade são constantes. Há uns em que alunos ficam fechados nas salas de aula com alunas, os professores chegam e não podem dar aulas porque as portas estão fechadas. Batem muito na porta, e saem a unhas com cabelo em pé, muito sem graça. Saem da sala de aula. O desmantê-lo no ensino médio é tal que as alunas deixam automóvel postado no parque e os automóveis são tirados pelos próprios guardas da escola. Como houve o caso de um desastre. Outra aluna perdeu o automóvel que depois foi encontrado lá mesmo. O prédio da CASEB! Pedi à Comissão que o visitasse, é uma pena! É prédio de três andares. Desmoralização completa, sujeira, degradação. Quem viu aquele prédio limpinho, na época da inauguração! Todos esses fatos eu denunciei, inclusive essa deficiência total no ensino secundário, cujo índice é o grau de reprovações. O Secretário não teve coragem de responder ao meu pedido de informações de 25 de janeiro. Até hoje está sem resposta. Mas eu soube, por dados particulares, que é de 87% o índice de aprovações. O verdadeiro Secretário da Educação tem sido o Sr. Flávio Bruno, não o Sr. Eliezer Rosa. Não sei como está agindo agora o novo Secretário. No ensino médio, havia, até a época da nossa denúncia ou um pouco antes das primeiras denúncias, venda ostensiva de livros comunistas, feita pelos professores: “Guerra de Guerrilhas”, de “Che” Guevara e todos os livros comunistas vendidos à vontade aos alunos. Houve a denúncia, a Polícia Política de Brasília foi

lá e apreendeu farto material. A Comissão poderá obter suas informações na DOPS de Brasília, sobre o que apreendeu na CASEB. Tive oportunidade de receber das mãos do ex-Deputado Tristão da Cunha uma apostila distribuída aos alunos do curso médio Apostila de Geografia. Continha várias páginas mimeografadas sobre a Rússia. Era um verdadeiro elogio da Rússia. Fiz a acusação da tribuna; o nobre Deputado Oswaldo Zanella também. Vários Deputados tentaram defendê-la, entre os quais o finado Deputado Rui Ramos. Tive oportunidade, então, de exibir no plenário essa apostila, que depois devolvi ao ex-Deputado Tristão da Cunha. Diziam esses Deputados que as apostilas eram trabalhos de alunos sobre Geografia. O interesse era que não havia apostila semelhante sobre o Brasil ou sobre a América do Norte, a França ou Portugal, nossa raiz racial. O SR. PRESIDENTE — Gostaria de intervir nesta altura do seu depoimento para trazer um esclarecimento. Na oportunidade, o Presidente da Comissão de Educação pediu, não em caráter oficial, mas, em caráter oficioso, que os Deputados Dirceu Cardoso, Lauro Cruz, eu e mais outro, cujo nome agora não me lembro, que procurássemos examinar aquela denúncia sobre a apostila mencionada pelo nobre Deputado Abel Rafael. Recordo-me bem que nos transportamos, uma manhã, para a escola onde essas apostilas estavam sendo distribuídas, o centro de Educação Média, se não me engano, e lá conversamos com o Diretor, que nos trouxe o material, e depois com a professora da cadeira, também já falecida, esposa do Deputado Rui Ramos. Ali tivemos ocasião de verificar que o material mimeografado não se referia somente à União Soviética, mas principalmente à União Soviética. Havia dados sobre os Estados Unidos e outros países que não recordo agora. Enquanto sobre os Estados Unidos eram 3 ou 4 páginas, sobre a União Soviética eram mais de 30. Deixei de lado a parte ideológica e disse à professora que do ponto de vista pedagógico ela estava cometendo erro gravíssimo, porque se revelava parcial na distribuição dos seus conhecimentos aos alunos, uma vez que o programa de Geografia daquela série enunciava a vida política e social dos Estados Unidos, da Fran-

ça, da Inglaterra, da União Soviética, das principais nações. E ela não tinha sabido dosar didaticamente as suas aulas. Retrucou-me que aquilo era trabalho de pesquisa dos alunos, os quais, de fato, haviam-se estendido mais sobre a União Soviética. Reconhecia ter cometido grave falta por não haver orientado os alunos no sentido de que fizessem trabalho em que todos os países recebessem o mesmo interesse e tratamento. Isso ela atribuía ao fato de a União Soviética ser um país em contradição não foi bem o termo em antagonismo com as nações democráticas e estar sob uma cortina de Ferro. E completou: "O mais proibido é mais cobijado." Por isso os alunos se haviam interessado especialmente por aquela nação. Esta a justificção dela. Mas, em verdade quanto à extensão do trabalho, havia mais de 30 páginas dedicadas à União Soviética e apenas 4 ou 5 às outras nações. O SR. DEPOENTE — Sou grato ao Sr. Presidente por esse depoimento. O fato mais grave nessas apostilas não era propriamente tratar-se da Rússia e sim, não haverem sido realizados pelos alunos, como afirmaram os professores, mas pela Embaixada Russa em Montevideu e mandado mimeografar para distribuição entre os nossos alunos. Declarei-o e consta dos Anais da Câmara, quando o Deputado Rui Ramos ocupava a tribuna asseverando serem pesquisa. Tive ocasião de dizer então, que esses alunos do 2º e 3º anos do curso médio eram muito preparados e muito honravam o Curso Médio em Brasília, porque faziam monografias em espanhol. O SR. PRESIDENTE — Curso colegial. O SR. PRESIDENTE — sim. E faziam-nas, porque a segunda parte dessas apostilas era em espanhol um gráfico sobre a organização do governo russo, difícil de copiar no mimeógrafo, razão por que juntaram as mesmas páginas escritas em espanhol. O SR. PRESIDENTE — Peço que permita nova interrupção. A senhora do Deputado Rui Ramos argumentou que havia fornecido bibliografia aos alunos, para compilar e ali se incluía esse material em espanhol que serviu de base aos alunos para organizarem aquelas apostilas. O SR. DEPOENTE — Então, os alunos eram efetivamente muito inculcto porque não traduziam espanhol tão simples como aquele, para

naquele gráfico, copiarem as linhas curvas e retas, e não souberam traduzir as palavras em espanhol que ali estavam. O Deputado Rui Ramos desconhecia inteiramente o assunto quando tomara a defesa do caso na tribuna da Câmara. E quando exibiu a parte em espanhol, ficou surpreso. Os Srs Deputados poderão compulsar os Anais da Câmara e ver a surpresa do Deputado Rui Ramos, marido da professora de Geografia, quando exibiu a parte em espanhol. Que, V. Exas. o sabem, provém exatamente, como muito material de propaganda russa da Embaixada Uguaiá. Com referência à imposição que os elementos da direção do Sindicato dos Professores Secundários querem fazer politicamente aos alunos, é de tal ordem que chegam a agredir estudantes. Cito dois fatos que a Comissão poderá apurar: O professor Fábio Bruno, Presidente dessa Associação, querendo forçar um aluno a tomar parte em greves políticas, teve sua pretensão repelida pelo aluno que se rebelou contra isso. E o aluno foi espancado por esse professor. Trata-se do aluno Sérgio Gutenberg, que a Comissão pode ouvir. No entanto, o Professor Fábio Bruno não foi punido e daí a tempos, era promovido, nomeado Diretor do Departamento. Além de homem que vem fomentando greves políticas, forçando colegas a atitudes, ainda agride alunos. Outro elemento do sindicato seu secretário, é o Professor Donato Cavalcanti, que agrediu no ano passado, dia 27 de junho, um aluno que protestava contra a infiltração comunista no colégio e a atuação de determinado professor. Agrediu a socos os alunos João Moreira dos Santos e Aldo Cruz. A Comissão pode ouvir este último, funcionário da NOVACAP. Agredidos no dia 27 de junho por um professor, no prédio do colégio. As agressões não se fazem na casa de cada um ou na rua, mas dentro do colégio, no seu prédio! Ninguém é punido, professor nenhum é suspenso. Se um Diretor de Departamento de Ensino agride um aluno por questões políticas, porque o aluno protestou contra determinados fatos, nada acontece. Minha prevenção, portanto, não é política, nem porque o Sr. Fulano ou o Sr. Sicrano sejam comunistas, mas porque querem forçar alunos a aceitar suas atitudes políticas e chegam a agredí-los, como

aconteceu, forçando também a demissão de colegas que com eles não concordam. Cito vários casos. Há um preceito constitucional que permite o ensino religioso nas escolas, a requerimento dos alunos. O ensino religioso não existe no ensino médio! Existe um orientador. Nunca funciona, porque há sempre a objeção desse ou daquele Diretor. Hoje não se dá muita importância a isso, mas o homem sem ensino religioso torna-se fera. Não há ensino religioso nos cursos oficiais em Brasília. Existe um orientador religioso, nomeado pelo bispo. Converse com ele. Procurou-me em nome do Secretário, que quis um entendimento comigo. O próprio orientador disse que não funcionava. Como sabe que sou católico, trouxe um padre para me amaciar. A parte religiosa não pode ser deixada de lado, embora o ensino seja leigo. Se os alunos o requerem segundo preceito constitucional, têm direito ao ensino religioso. Não se admite que a direção do colégio oponha obstáculos a isso. Vamos à parte cívica. Existe uma portaria do ensino que manda se hasteie toda segunda-feira a bandeira no pátio do colégio e se cante o Hino Nacional. Não só não é observado no ensino médio, como os diretores lá dizem que não o observarão. Aí não se trata mais de Deus, mas da Pátria. O culto cívico desaparece. Essas coisas todas fazem parte da educação, e não podemos permitir que os nossos filhos, os filhos dos nossos patrícios, cresçam desvinculados disso que é a base da nossa formação, formação religiosa, formação cívica. Querem destruir as coisas e a base. "V. Exa. está preocupado porque o homem é comunista!" Não! Nunca persegui empregado meu, quando fui Secretário de Estado; nunca perguntei a um funcionário a que Partido pertencia ou qual sua ideologia, e tenho muitos amigos dessa época. Não posso é permitir que um indivíduo use sua ideologia para atropelar-me e a meu civismo, a minha religião. Isso não é democracia. É conceito errado pensar que não estou sendo democrata em acusar semelhantes coisas ou que a Comissão não deva apurar tais fatos, porque o direito de liberdade está acima disso tudo. Sim, há o direito à liberdade, mas esse não vai ao ponto de nos permitir o suicídio da Pátria e a subversão total da educação. Na última greve havida

em Brasília, foram vistos forçando os professores primários que não queriam aderir os seguintes diretores de departamento: Fábio Bruno, Antenor Pimentel, Arabelo Pessoa de Luna, Dona Jacobina Maria de Lourdes Galiazzi, Reginal Galli e muitos outros. Só a Polícia prendeu uns 30 ou 40, na Quadra 107, que pretendiam impedir pela força o funcionamento da escola primária. Contra a Lei de Segurança Nacional. A proteção política é tanta, que, embora estivessem incursos na Lei de Segurança Nacional, nada lhes aconteceu. Para alijar os professores democratas, inventou-se um concurso, lá no curso médio. Tal concurso não tinha critério algum de julgamento, nem normas, nem sigilo. Depois de apurados os primeiros resultados, chamavam os professores para uma entrevista com os diretores de departamento — entrevista habilmente feita, que levava à parte ideológica. Conforme a ideologia dos candidatos, eram ou não admitidos. Citarei depois o nome dos vários professores a serem ouvidos, a este assunto poderá ser apurado. Há pressão ideológica contra os professores. Quando me acusam de estar fazendo pressão ideológica contra os professores, defendo-me dizendo que estou justamente defendendo os professores democratas que lá estão pressionados. No Ensino Secundário, podem ser ouvidos, primeiro, os membros renunciantes do Conselho da Fundação Educacional. São os Srs. Dr. Júlio Sambaqui, Dr. Francisco Fontoura de Almeida Filho, Dr. Julimar Nunes, Dr. Eliezer Rosa, ex-Secretário. E, agora, que não é mais Secretário e sofreu algumas injustiças, porque foi fraco, ele deve contar coisas interessantes. Ele foi desamparado pelos mesmos que na época puseram fogo nele. Como ele não é comunista e apenas cedeu a pressões, agora estará num ótimo estado de espírito para dizer aquilo que na ocasião talvez não falasse. Sugiro também que a Comissão ouça o Professor Friedman de Castro, que é o Presidente da Associação Democrática dos Professores; o Professor José Gonçalves Zuza, o Professor Pedro de Souza; a Professora Aldomira, cujo sobrenome não sei; o Professor Raimundo de Castro Matos; a Professora Edy Abreu de Andrade; o Professor José de Arimathéa; o Professor Alceu, cujo sobrenome também não

sei; a Professora Salomé Hembe; o Professor Samuel Malheiros; o Professor Setembrino Pereira; o Professor Wilson — não sei o sobrenome; o Professor Samuel Malheiros; o Professor Hélio de Medeiros; e os alunos citados, Sérgio Gutenberg, João Moreira dos Santos e Aldo Cruz, que foram agredidos por professores e diretores do Departamento. Em relação ao ensino primário sugiro sejam ouvidas D. Helena Reis, que foi Diretora do ensino elementar, afastada agora por injunções políticas — nunca cedeu a pressões políticas e por isso o ensino elementar em Brasília é tão bom; D. Léa de Araújo Pinto, Presidente do Sindicato das Professoras Primárias; D. Lídia Cardoso, Diretora do Grupo Escolar da Quadra 107; e Professora Anunciata Luzia Pires, professora do Núcleo Bandeirante. Creio que sobre o ensino médio há bastante material para que esta Comissão veja que minhas acusações não foram infundadas. Eletivamente tudo isto redundou e redundará em prejuízo do grau de aproveitamento dos alunos. Passemos, então, ao curso superior. Tratando-se de uma universidade nova, onde não há ainda formandos e onde o sistema de ensino é um pouco diferente do das demais universidades do País, difícil se torna aquilatar o grau de aproveitamento dos alunos. Entretanto, estamos observando há muito tempo que o recrutamento dos professores da Universidade obedece a um plano ideológico. De Minas Gerais foram recrutados muitos professores apenas porque tinham tendência marxista. E eu quero juntar aos autos da Comissão de Inquérito uma crônica do ex-Deputado Alberto Deodato, que é um homem de critério, escrita no Estado de Minas de dia 1º de maio de 1963, sob o título: O discurso de Abel Rafael. Em tom de blague ele cita como se fazia o recrutamento de professores para a Universidade. Até em Minas Gerais, um homem com quem não tenho contato partidário, nem social, sabia que os professores para Brasília eram julgados por um critério ideológico. Essa universidade obedece a leis próprias, mas fez as coisas de tal forma que está aproveitando professores que não têm capacidade para ensinar. Há um sistema de professores efetivos, tipo assim de professores catedráticos, que dão as aulas maiores, uma vez por semana, com uma duração de

duas horas, o que é antipedagógico. Reunem num auditório os alunos de todos os cursos, 300 ou 400 alunos. Então o professor fala duas horas seguidas, sem que o aluno possa interrompê-lo, fazer qualquer pergunta. Depois vai embora. Durante a semana então o monitor ou um professor de menos categoria explica a aula maior que o professor categorizado deu. Acontece, porém, que esses monitores não têm condições para explicar as aulas de indiscutivelmente grandes mestres que dão as aulas maiores. Se a universidade obedece a um critério especial, mas não deixa de exigir exame vestibular de seus alunos, não aceita o certificado de aprovação do curso clássico ou científico, como não aceita transferência de outras faculdades, por que também não tem um exame vestibular para os professores e admite como professores monitores que, segundo disse o Reitor Darci Ribeiro, nesta mesma sala, aqui perante a Comissão de Educação, fazem um estágio na Universidade para depois adquirirem o grau de mestrado? Como não se exige desses professores, que estão formando alunos, também um atestado de eficiência, um vestibular? Se eles estão fazendo um aprendizado ou um curso de mestrado, vão fazer esse curso nas costas dos pobres alunos? Nós, homens que passamos por faculdades, tivemos grandes professores, com tirocínio, que respondiam às nossas perguntas, digo, nossas dúvidas. Agora, imaginem os Senhores essa mocidade de Brasília com professores que não sabem responder às perguntas, que não têm prática, que não têm habilitação. Os Senhores sabem que um homem formado, com curso superior, não pode lecionar numa escola superior antes de 5 anos de acordo com as leis do ensino. Temos, no entanto, aqui professores que foram formados em Belo Horizonte o ano passado, foram formados em Recife e em Salvador há menos de cinco anos e estão aqui lecionando num curso superior. São monitores, são apenas guias! Mas são guias que dão aulas cinco dias por semana, porque o suposto catedrático — não há mais catedrático e sim o efetivo, o lente da cadeira, o magister — fala uma vez por semana sem que os alunos possam perguntar coisa alguma a ele, sem que ele possa responder a coisa alguma das dúvidas dos alunos. Então, este sistema pode ser uma ex-

periência muito boa — não sou contra a Universidade de Brasília, acho que ela deve progredir e tem elementos para isto — mas contra essa orientação, nós, do Congresso, temos que nos levantar, porque é um desperdício de dinheiro e é criar uma cultura falsa nos nossos alunos. Estou falando para homens formados, para homens cultos, que compreendem perfeitamente o que significa um curso universitário feito nestas condições. Tenho quase 30 anos de prática de magisterio universitário. Tenho, portanto, relativa autoridade para falar, mas todos os Senhores que me ouvem aqui têm autoridade também para julgar o que estou dizendo, que não são palavras vãs. A experiência da Universidade de Brasília é uma experiência muito bonita, mas não deve ser às custas dos nossos filhos, porque, quando for necessário por um remédio não haverá mais remédio. E então serão outros tantos bacharéis ou técnicos, como já há em abundância no Brasil, falhos. Quando o Dr. Darci Ribeiro esteve aqui perguntei a ele qual a orientação filosófica da Universidade. Ele conversou, conversou, falou muito bonito mas não respondeu. E os Senhores sabem que esta pergunta não despi-cienda. O ensino superior tem que ter uma orientação filosófica. Não é possível ensino sem orientação filosófica. Isto é que nos distingue, civilização cristã de uma civilização materialista. Mas, o nosso Reitor falou bonito, conversou, desconversou e não respondeu. O nosso Presidente, Deputado Aderbal Jurema, estava aqui e perguntou: trocando em miúdos, o que eu queria dizer. Sr. Reitor, o que nós desejávamos saber é se a Universidade está formando homens prestantes à Pátria ou sectários de uma doutrina política. Também ficou sem resposta. De modo que os Senhores vêem que não há prevenção minha. Há efetivamente uma preocupação ideológica. Colocam um frade como Vice-Diretor da Universidade. Então parece uma coisa livre de suspeitas, parece que a orientação é do Frade. No entanto, quando o Reitor estava como Ministro da Educação e o Frade estava na Reitoria é que se fez dentro da Universidade aquela cartilha que denunciei da tribuna da Câmara e cujo exemplar também entreguei à Comissão. Peço licença para não entregar o original. Vou entregar uma fotocópia e conservar em meu poder o

original, porque com o original posso depois tirar mais fotocópias, o que não seria possível se ficasse com a fotocópia. De modo que peço desculpas à Comissão por não entregar o original. Vêem os Senhores por essa cartilha, que foi feita quando era um frade o Reitor, que a orientação é inteiramente marxista. Essa cartilha é o produto de um clima vivido na Universidade. Quem planta uma semente de melancia não pode esperar que dê abóbora, laranja ou jaca; vai dar melancia mesmo. Então lá se respira um clima marxista, na secretaria, nas aulas. Depois da minha denúncia melhorou muito — espero em Deus que melhorem efetivamente — mas a reação foi tremenda contra esta Comissão. Professores açularam alunos, houve faixas alusivas à minha pessoa, chegou-se a pretender uma greve na Universidade para que esta Comissão não fôsse lá — eles pensavam que a Comissão fôsse lá e o Reitor disse aqui inclusive que concordava com a Comissão, como se dependesse dele concordar com a Comissão. Uma série de agressões aos Deputados e à Comissão. A Comissão não tem "part pris", ela quer apurar. Eu acuso e a Comissão verificará se é fato ou não. Mas não é crível que quem não tenha culpa se coloque assim contra a Comissão, porque os Senhores não são da minha opinião, muito dos Senhores nem conheciam o problema, dele tomaram conhecimento pela minha denúncia e pela Comissão. De modo que não pode haver prevenção contra a Comissão. No entanto há. Por que? Porque efetivamente há lá dentro uma preocupação ideológica. Esta cartilha não chegou a ser distribuída — o meu discurso é claro, citei isto. No entanto houve algumas explorações em torno do assunto, declarando-se que eu tinha dito que essa cartilha já havia sido adotada. Não. Essa cartilha foi elaborada pela Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília para o curso de Alfabetização mas com o intuito de ser depois distribuída para todos os cursos de alfabetização de Brasília e obedecendo a um plano que ia para o Brasil todo. Tenho aqui vários recortes de jornais, que depois posso passar ao Relator, sobre cartilhas desse tipo no Ceará, em Recife, em vários outros lugares, obedecendo sempre à orientação da Cartilha de Cuba, uma orientação filosófica marxista e nitidamente de luta de classe, procurando

do jogar o pobre contra o rico e principalmente o habitante de Brasília contra os Deputados e contra o Congresso. Tive oportunidade de analisar longamente essa cartilha da tribuna da Câmara e os Senhores verificarão que não é nenhum documento inocente; é um documento elaborado com a preocupação de jogar o povo contra os Deputados, contra as autoridades, porém é um documento que não tem qualquer palavra contra autoridades do Executivo tem acusações as autoridades do Legislativo e do Judiciário, mas passa por cima sobre o Executivo, porque ao Executivo pertencia o Sr. Darci Ribeiro, que era Reitor da Universidade, e a Universidade é dirigida pelo Executivo. De modo que não foram inteligentes e não são inteligentes os homens que fizeram essa cartilha. Foram precipitados. Ai há erros de português tremendos, há coisas horrorosas que assinala. Mas, efetivamente essa cartilha obedecia a um clima vivido dentro da Universidade e tanto obedecia a um clima vivido dentro da Universidade que ninguém foi punido, ninguém foi suspenso, ninguém pagou esse prejuízo. Quando fiz a acusação o Sr. Líder da Maioria, Deputado Oliveira Brito, leu da tribuna da Câmara um ofício do Sr. Pompeu de Souza, representante do Reitor, em que dizia que o Reitor, tomando conhecimento dessa Cartilha, havia mandado apreender e que ela não havia sido distribuída. Aleguei que tinha conseguido há cerca de um mês essas cartilhas dentro da Universidade e o Líder da Maioria preferiu não discutir o assunto. Ele não tinha firmeza naquilo que estava dizendo, apenas repetia o que lhe haviam dito, e, para não ser apanhado descalço usou de suas atribuições de Líder da Maioria para não me permitir o aparte. Mas, essa cartilha eu a consegui dentro da Universidade, por intermédio de um funcionário cujo nome não posso dizer. Tenho dois filhos na Universidade, uma moça e um rapaz, um no curso de Direito, outro no curso de Administração. Meu filho, do curso de Direito, trouxe dessa cartilha dois exemplares para mim, que consegui com o funcionário. Foram retirados do monte de cartilhas 23 exemplares. Este fato é confessado numa carta que o Presidente do Diretório Acadêmico da Universidade enviou ao Deputado Neiva Moreira para que me agredisse da

tribuna da Câmara. O Deputado Neiva Moreira considerando nossas relações e o fato de que se tratava de de um colega, preferiu não ler a carta. Mas depois soube da existência dessa carta. Inquiri-o a respeito pedi que ele me desse a carta. Ele se contratez e não me deu a carta, mas a Comissão poderá pedi-la ao Deputado Neiva Moreira. Porque logo depois da constituição da Comissão de Inquérito houve uma grande agitação na Universidade. Os alunos fizeram uma assembléia monstro, onde houve ataques, ameaças, gritos. Meu filho estava lá e assistiu a tudo — assistiu e discutiu. Nessa assembléia o Presidente do Diretório Acadêmico desmentiu o Líder da Maioria, desmentiu o Senhor Pompeu de Souza e desmentiu o Senhor Reitor, dizendo que quem tinha apreendido as cartilhas tinha sido ele e que todas estavam em seu poder, menos 23 que haviam sido roubadas, entre as quais as 2 que mandei roubar. Se a Comissão quiser mais cartilhas poderá requisitar ao Diretório Acadêmico da Universidade, porque não foram destruídas. Isto está confessado na carta ao Deputado Neiva Moreira e foi confessado numa assembléia de quase quinhentos alunos. A Universidade diz que não podia tomar providências, conforme a carta do Senhor Pompeu de Souza, que o Líder da Maioria leu da tribuna da Câmara, porque foi feita nas férias, durante a ausência deste ou daquele elemento. Então, a Comissão deve procurar saber que Universidade é essa para a qual votamos bilhões, que não tem organização, nas férias é uma casa de mãe Joana. Um aluno subversivo como esse que fez a cartilha, que tem curso de agitação na Bolívia que vive apenas fazendo cursos de agitação, que é estudante profissional entra na secretaria, bate essa cartilha, leva a impressora, imprime, gasta material utiliza todos os elementos da Universidade e ninguém sabe, ninguém toma providências porque foi feito durante as férias? Então uma Universidade desse porte é uma casa de mãe Joana? Porventura isto afasta a responsabilidade do Reitor, do Vice-Reitor, daqueles que souberam e não tomaram providências? Quem paga o prejuízo à Fazenda Nacional? Ninguém. Não houve nem inquérito. Houve a denúncia de um pro-

fessor em reunião da Congregação e nada mais. Foi lida essa carta pelo Líder e nada mais em qualquer escola particular teria sido feito inquérito e teriam sido apuradas as responsabilidades. Mas nada disso houve o que prova que há conveniência da direção da Universidade. Estou apresentando a Comissão fatos e deduções lógicas, porque esse clima continua lá. A Comissão pode pedir à Universidade a coleção de apostilas a gravação de determinadas aulas. A Universidade tem um departamento de gravação e um departamento de apostilas. Aliás, vende muito caro essas apostilas aos alunos, parece que 10 mil cruzeiros, e faz num papel muito bom. Gasta dinheiro nisto e cobra caro dos alunos. Agora extinguiu o curso de madureza. Fêz um curso de madureza e agora no meio do ano extinguiu. Os alunos de toda a parte, do Distrito Federal, que frequentavam esse curso, ficaram na mão. Mas a Comissão pode pedir a coleção de apostilas e a gravação de determinadas aulas entre as quais a gravação da conferência do Prof. Nelson Werneck Sodré, de uma aula maior. De vez em quando se convida um professor de fora para dar a aula maior. De modo geral vem um marxista, como o Professor Nelson Werneck Sodré homem inteligente mas é, comunista. Ele fez uma aula de muito tempo, mais de uma hora, sobre o conceito materialista da História, não de confronto e julgamento com o conceito espiritualista da História, mas apenas sobre o conceito materialista da História. Francamente. Senhores Deputados, estamos sustentando uma Universidade para que nossos alunos tenham apenas um conceito unilateral da cultura? Não estamos em terras de turcos, muçulmanos ou comunistas. Somos seguidos por uma Constituição Democrática. Não é crível que o ensino seja unilateral. Então, a Comissão pode pedir a gravação dessa aula, porque existe lá, como existe a gravação de outras. Quero entregar a Comissão não propriamente uma apostila, mas um apanhado de notas que me caiu nas mãos — isto me veio pelas mãos do Deputado Medeiros Neto — mimeografado naturalmente na escola, sobre a ditadura do proletariado. E' só sobre a ditadura do proletariado, não tem comentários. O SR. DIRCEU CARDOSO — De que cadeira. O SR. ABEL

RAFAEL — Deve ser Teoria Geral do Estado, mas francamente não sei qual a cadeira, mesmo porque aqui não diz. Aparentemente a opinião não é de Marx. Aparentemente a opinião é do professor; o aluno que lê, está desculgado, pensa que a opinião é do professor. O SR. DIRCEU CARDOSO — Qual é o professor? O SR. ABEL RAFAEL — Não sei também. Aliás, sei qual é o professor, mas não podem dar o nome. A Comissão é que vai apurar. O SR. DIRCEU CARDOSO — Seria um rumo para a Comissão. Não é uma denúncia, mas um fato é nós queremos saber quem é o professor. O SR. ABEL RAFAEL — Há outras apostilas semelhantes, sem comentários, confrontos ou constatações. Apresenta a ditadura do proletariado como uma consequência lógica da luta de classes, dentro dê-se mesmo critério com que foi feita a cartilha. Passo o documento à Comissão, ao Senhor Relator. O SENHOR MANOEL TAVEIRA — Gostaria que Vossa Excelência rubricasse todos os documentos que estão assim sem qualquer marca de origem, a fim de que pudesse ficar no processo. O SR. ABEL RAFAEL — Pois não. Tenho aqui ainda um programa sobre uns testes de aproveitamento que critei da tribuna da Câmara sobre Direito Constitucional. É uma verificação de rendimento do dia 2 de abril, que foi dada pelo nosso ex-colega Waldir Pires. Aliás não foi dada por ele — ele assumiu a responsabilidade porque é o coordenador da matéria — mas pelo professor ou munitor. Vou ler apenas as questões de Direito Constitucional e os Senhores, que são quase todos bacharéis, poderão julgar: 1) O conceito de Constituição em Heller e em Kelsen. 2) Distinguir Constituição escrita, Constituição formal e Constituição rígida. Exemplificar. 3) Como pode a Constituição determinar o conteúdo das leis futuras? Exemplos dos processos técnicos usados para esse fim e análise da sua significação jurídica. 4) — a) órgãos principais e sua competência na... U.R.S.S. b) o papel do Partido Comunista na vida constitucional soviética. 5) A Constituição Imperial era parlamentarista? Resposta justificada. Por que motivo essa preocupação de Direito constitucional russo numa prova de rendimento num curso de Direito, onde não se estuda direito comparado? O direito comparado só se

estuda no curso de doutorado e o Direito Constitucional Brasileiro, sabemos, é dado num ano apenas. Saimos da Universidade sem saber Direito Constitucional Brasileiro porque um ano é pouco. Mas há uma preocupação de em tudo enfiar a Rússia. Por que isto? Então por que não vamos estudar o Direito Constitucional norte-americano que é a faiz do nosso? Foi a primeira Constituição Democrática que se fez. Não. Em vez de se estudar Jefferson, a Constituição da América do Norte, a Constituição francesa, que foi a segunda, estuda-se a russa, que nada tem de adiantamento para nós. Verificam também os Senhores que não há aqui na proposição das questões nenhum termo de contrastação ou confronto. Dizem que isso é cultura moderna, que não podemos ser retrógrados e que temos que estar de acordo com o mundo atual. Então, por que não reformamos o ensino do Direito em todas as outras Universidades do Brasil? Só a Universidade de Brasília é que tem que ter esse critério? Dizem que isso é moderno. Francamente estou vendo é uma preocupação, como resultado de um clima, dentro do critério pedagógico. E, vamos ater-nos ao critério pedagógico. É certo? Não. É um critério pedagógico falho, unilateral quer no ensino secundário quer no ensino superior. Que cultura estamos preparando para nossos filhos? Não temos qualquer ligação, nem ideológica, nem econômica, nem social, nem racial com a Rússia. Por que essa preocupação? São perguntas que deixo à Comissão. Creio, Senhores Deputados, que nada mais tenho a dizer, por ora. Os fatos que sabia, trouxe-os ao conhecimento do plenário da Câmara e, agora, ao desta Comissão. Estarei ao dispor da Comissão para qualquer depoimento futuro, a qualquer hora. Não tenho interesses contrariados na Secretaria de Educação do D. F. Não tenho nenhuma pretensão recusada e nunca fiz pedido às autoridades do ensino em Brasília, nem ao Ministério. Tenho uma filha que é professora normalista no ensino primário, nomeada porque, sendo da primeira turma de normalistas formada em Brasília, cujo Paraninfo era o Senhor Juscelino Kubitschek. Presidente da República, todas aquelas alunas foram nomeadas automaticamente para o ensino primário em Brasília. Não devo favor nenhum às autoridades do

ensino; nunca lhes pedi nada. Não frequento Secretarias, nem Ministérios. Nunca fui candidato a lugar algum, nem pedi para mim ou para meus filhos. De forma que não há nenhum interesse meu contrariado. Não pretendi nenhum cargo na Universidade, nem também meus filhos o fizeram. Não há, portanto, nenhum interesse meu, neste caso, senão o do bem comum e que o ensino em Brasília seja ensino democrático cristão e mude seus rumos, para maior eficiência. Qualquer contestação que se faça às minhas palavras não só no aspecto pessoal, como aspecto geral da exposição estarei à disposição dos Senhores Membros da Comissão, em conjunto ou particularmente para explicação cabal. Agradeço a atenção de Vossas Excelências e ponho-me à disposição de todos, principalmente do Senhor Relator, para qualquer esclarecimento. O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Relator. O SR. RELATOR (Deputado Manoel Taveira) — Nobre Deputado Abel Rafael Pinho, tenho poucas perguntas a formular a Vossa Excelência e, ainda assim, para complementação da exposição feita. Analisando o ensino primário, que de logo qualifiquei e bem orientado, Vossa Excelência mencionou fatos a meu ver excelentes de complementação, a fim de se facilitar o trabalho desta Comissão. Vossa Excelência falou, por exemplo, que o Conselho Educacional renunciou porque não foi atendido. Mas não disse em que não o foi. O SR. PRESIDENTE — Nas suas recomendações, os membros do Conselho que renunciaram rebelavam-se contra a orientação do Secretário. Apresentaram várias reclamações contra a orientação do Secretário e as normas, digo, e a nomeação de diversos dirigentes. Por isso, não tendo sido atendidos, resolveram não assumir mais a responsabilidade da direção do ensino médio e primário em Brasília. Nessas condições renunciaram. Se o Senhor Relator quiser, posso passar a suas mãos a cópia da carta de renúncia do ex-Conselheiro, Doutor Alvaro Alves da Silva Campos. Nessa carta, dizia: "(Lê) 'É lamentável que os próprios Diretores de unidades do Departamento de Ensino médio... solidários com tais elementos'". O SR. RELATOR — Pergunto a Vossa Excelência se essas reclamações do Conselho foram feitas verbalmente ou por escrito. O SE-

NHOR PRESIDENTE — O Conselho era presidido pelo Secretário da Educação. O SENHOR RELATOR — O nobre Deponente fala, ainda, dentro desse primeiro item, que exerceram pressões sobre o ensino primário. Não diz quais as pressões, quem as fez, nem como se exerciam. O SR. DEPOENTE — Pensei ter elucidado este ponto, mas teve prazer em voltar a ele. A Associação Profissional dos Professores Secundários, que obedece a orientação política, não estava nem está satisfeita com a Associação das Professoras Primárias, que não tem orientação política, sendo unicamente profissional. Então, verifica-se a pressão desses elementos, principalmente do Presidente dessa Associação, Sr. Fábio Bruno, o verdadeiro Secretário da Educação, porque o Sr. Elesar Rosa não o é. Exerciam pressão sobre o Presidente da Associação das Professoras Primárias e sobre as demais professoras, para que seguissem a mesma linha de agitação política. Houve rebelião tanto que ultimamente foi afastada a direção do Ensino Elementar Dona Helena Reis, que sempre foi uma barreira a tais intromissões e sempre se ateve ao critério rígido da boa orientação do ensino primário. Portanto, essas pressões são dos professores políticos do ensino secundário, exercidas por via administrativa. Poderá ser elucidado pelo depoimento das professoras primárias que aqui citei. O SR. RELATOR — Fala ainda V. Ex^a na atitude da diretora da Escola-Parque. Gostaria que V. Ex^a, se possível, esclarecesse à Comissão se ainda é a mesma diretora e quem é. O SR. DEPOENTE — O nome da diretora, que era diretora na ocasião... O SR. RELATOR — É a mesma? O SR. DEPOENTE — ... não me recordo. A Vice-Diretora é Da Branca Rabelo. São as mesmas, não foram mudadas. O SR. RELATOR — Qualificando o ensino primário como bem orientado, já no final, quase, da exposição que fez sobre esse tópico V. Ex^a fala que as professoras primárias fizeram, em 1962, cinco greves. O SR. DEPOENTE — Não: professores secundários. O SR. RELATOR — Anotei "primário", pois tive a impressão de que V. Ex^a assim falava. O SR. DEPOENTE — Peço desculpas, mas são professores secundários. O SR. RELATOR — Mais adiante, citando o episódio da prisão de profes-

sôres na Quadra 107, d'z V. Ex^a: "Foram presos vários professores do ensino secundário, que tentaram perturbar o ensino" O SR. DEPOENTE — O ensino primário. O SR. RELATOR — Indago se poderia precisar, quando nada, dizer aproximadamente em que data se deram essas prisões, pois acho que a Comissão deverá solicitar da Polícia informações a esse respeito. Também para culitar os trabalhos, quanto possível deve a Comissão precisar datas e nomes, para que não fiquemos a vida inteira em indagações que consomem tempo e dão trabalho. O SR. DEPOENTE — Não me recordo da data exata, mas pediria ao ilustre Relator que instruisse o Sr. Secretário da Comissão para que verificasse na Sínpse da Câmara o meu discurso sobre a greve dos professores. Fiz dois dois discursos sobre o assunto, um num dia, o outro noutro, denunciando êses fatos todos. Na Sínpse rapidamente obteremos a data do meu discurso e até o texto, onde está tudo denunciado. O SR. RELATOR — Diante da resposta de V. Ex^a, tenho a impressão de que estará atendida a pergunta seguinte: quais os professores demitidos que faziam parte da Associação Democrática. Passo, então, a outra pergunta. O SR. DEPOENTE — Os professores foram demitidos posteriormente a essa greve. Foi quando começaram a ser demitidos. O concurso dos professores, concurso de pressão, foi anterior a êsse meu discurso. E as demissões dos demais professores que citei para serem ouvidos, principalmente o Professor Friedman de Castro, Presidente da Associação Democrática dos Professores, ou nome semelhante, poderão dar as datas. O SR. RELATOR — Com o mesmo objetivo de apressar o trabalho, indagaria se se recorda da data em que foi assassinado o vigi Messias Pereira Andrade. O SR. DEPOENTE — foi a data da invasão das casas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Não tenho aqui a data exata, mas posteriormente posso fornecê-la. Há até noticiário amplo dos jornais. O SR. RELATOR — V. Ex^a afirmou que um professor denunciou à Congregação a existência da cartilha. Sabe o nome dêsse professor? O SR. DEPOENTE — Consta do documento que o Líder da Maioria leu na Câmara e se acha nos Anais desta

Casa. O professor, cujo nome não sei, disse, segundo a comunicação, que lêz a denúncia na reunião da Congregação, do Conselho da Universidade. Tudo se encontra nos Anais da Câmara. O SR. RELATOR — Recordase da data em que o Deputado Rui Ramos defendeu o ensino, quando do discurso anteriormente proferido por V. Ex^a? O SR. DEPOENTE — Não, mas posso dá-la hoje ou amanhã, porque a tenho. O SR. RELATOR — O Secretário da Comissão poderá apurar. O SR. DEPOENTE — Tenho esta data na minha sínpse. O SR. RELATOR — Reafirmo que minhas perguntas foram apenas para apressar os trabalhos. Sr. Presidente, não tenho outras indagações para o momento. O SR. PRESIDENTE — Continua facultada a palavra à Comissão. O SR. DEPOENTE — Pediria licença para retificar um nome. Citei o nome de um professor. Em vez de Professor Raimundo Pereira de Castro é Raimundo Pereira de Matos. Está entre aquêles que citei para serem ouvidos. O SR. PRESIDENTE — A Teougrafia retificará. Continua a palavra facultada aos membros da Comissão e aos Deputados presentes. O SR. DIRCEU CARDOSO — Peco a palavra. Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Tem V. Ex^a a palavra. O SR. DIRCEU CARDOSO — Desejava indaga. do nobre Depoente se sabe em que condições hoje está o sistema de tempo integral no ensino secundário em Brasília. O sistema escolar aqui foi fundado no regime do tempo integral, aula e estudo dirigidos pelo professor. Que o saber se é do seu conhecimento em que condições ainda perdura o sistema de tempo integral no ensino secundário em Brasília. O SR. DEPOENTE — O sistema continua falho, e há uma campanha na Fundação Educacional, agora na Prefeitura, para extinguir a Escola-Classe, que dava tempo integral aos alunos. Daí porque houve o propósito de demoralização da Escola-Classe, cedida para espetáculos teatrais de nu, como X'que-xique no Pixoxó. O SR. RAIMUNDO PADILHA — Anatomia comparada ... (Riso) O SR. DEPOENTE — Há uma corrente forte que quer extinguir a Escola-Classe. De forma que, êste ano, o sistema do tempo integral do ensino tem sido quase abandonado. Não estou mais a par do assunto porque tirei meus filhos todos de lá e só

deixei uma menina no curso normal, pois está seguindo esse curso, um dos poucos ainda orientados mais ou menos. Mas tirei todos os outros filhos, de modo que não estou mais a par, atualmente, de como vai o ensino no tempo integral. O SR. DIRCEU CARDOSO — Era só isto, Sr. Presidente. O SR. CLAY ARAÚJO — Peço a palavra, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Tem V. Ex^a a palavra. O SR. CLAY ARAÚJO — Nobre Deputado, sabendo eu que V. Ex^a já acompanha estes problemas do ensino em Brasília desde a fundação da Cidade, e sendo eu parlamentar novo, desejaria informar-me do seguinte: quais foram as garantias sob promessa que o Governo da República deu àqueles primeiros professores que se transferiram de vários Estados do Brasil para virem lecionar em Brasília? Incluíam-se nessa garantias habitação, salário condigno, enfim, um futuro bem risonho, que seria muito diferente daquele que cada um esperava no seu Estado natal? O SR. DEPOENTE — O Governo ofereceu aos professores que viessem para Brasília condições excelentes, ótimas, garantido habitação bom salário, horas ótimas de trabalho, tempo integral e uma série de garantias. Para isso, começou a recrutar em todas as delegacias seccionais do ensino no Brasil, todo, onde se fizeram concursos para seleção dos melhores professores. Sendo tão bem remunerados, deveriam ser os melhores, porque o ensino aqui seria uma maravilha... No entanto, a despeito dessa seleção, não foi cumprido esse critério seletivo, qualitativo, e entraram as injunções políticas: Veio o parente do Deputado, a mulher do funcionário, a noiva do professor nomeado a mulher do professor; vieram casais, famílias inteiras. O governo não se sentiu com obrigação de atender a esses compromissos, porque ali já não era mais a seleção do melhor, era a influência política. Ocorreram aí muitos outros fatores, que são múltiplos, sendo complexo o problema. Mas efetivamente tudo começou a mudar de feição desde que entrou o pistoleiro político no aproveitamento dos professores. O SR. DIRCEU CARDOSO — Peço a palavra para nova interrupção. Nobre Deputado essas condições não foram estabelecidas em contratos firmados pelos professores e as entidades con-

gentes do ensino? O SR. DEPOENTE — Devem ter sido. O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu tive oportunidade de ver, digo de ver um desses contratos. Acho, Sr. Presidente, que na Secretaria do Ensino aqui em Brasília existem cópias, ou melhor, os instrumentos de contrato de todos os professores contratados naquela época. O SR. DEPOENTE — Sugiro à Comissão que a esse respeito ouça o Dr. Ernesto Silva, que, sendo um dos elaboradores do sistema educacional de Brasília, tem tido oportunidade de escrever vários artigos nos jornais locais contra a deturpação do sistema educacional de Brasília, porque estes já são aspectos técnicos que não estou preparado para responder. O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas o contrato responde a isso. O SR. DEPOENTE — Sim. O SR. PRESIDENTE — claro. O SR. DEPOENTE — Houve um acúmulo de professores sem habilitação. E assim como se deu com os funcionários do Executivo, também se deu com os do Executivo: não houve casa para todo o mundo. Mas os vencimentos foram mantidos. Não mantiveram a parte de alojamento. Mas a dos vencimentos foi, tanto que os vencimentos dos professores de Brasília são dos mais altos do Brasil, tanto do primário como do curso médio. O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, desejaria requerer as cópias dos contratos. O SR. PRESIDENTE — Permitam pequena intervenção que me parece colaborar com o desejo do nobre Deputado Dirceu Cardoso, no tocante à resposta do nobre Deputado Abel Rafael Inicialmente, quem se encarregou do ensino em Brasília, inclusive naquela parte mais difícil, pioneira, que foi a do recrutamento no País todo, de professores para o ensino primário e secundário, foi o Professor Armand Hildebrand. O SR. DIRCEU CARDOSO — Perfeitamente. O SR. PRESIDENTE — Acho que para começar pela base, como acabo de sugerir ao nobre Relator, primeiro, ouvir o Professor Armand Hildebrand, porque daí partiu tudo o mais. Ele foi encarregado pelo Ministro da Educação quando ainda se construía Brasília, de organizar o ensino em Brasília, inclusive o recrutamento de professores, as condições de vida desses professores. De modo que é a pedra basilar de nossos trabalhos, para chegar aonde desejamos. Por isso fiz a sugestão, que foi aceita pelo no-

bre Relator, pois não interfere nem prejudica a vinda do Dr. Ernesto Silva, que participava da Comissão da NOVACAP. O SR. DIRCEU CARDOSO — Tenho em mãos uma cópia do contrato de locação de serviços que firmaram a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília e o Professor Acir do Carmo. Aqui estão todas as provas. Há uma cláusula que diz respeito ao depoimento do nobre Deputado Abel Rafael. "Cláusula a) — Obriga-se, ainda, o contratado a abster-se de doutrinação de ideias contrárias à soberania nacional e aos princípios adotados pela Constituição da República". O SR. RAIMUNDO PADILHA — Houve inadimplência... O SR. PRESIDENTE — De que data o contrato? O SR. DIRCEU CARDOSO — Sem data. É de 1960, mas não tem mês nem ano. Firmado pelo Sr. Armand Hildebrand, Diretor Executivo da CASEB, e o contratado. O SENHOR PRESIDENTE — Inicialmente era CASEB. O Professor Armand Hildebrand deve ter no seu dossiê todo esse material. O SR. DIRCEU CARDOSO — Se o Professor aqui presente nos cedesse esta via, copiaríamos e entregaríamos hoje à tarde. (O Professor citado alega razões impeditivas). O SR. PRESIDENTE — Então é melhor vir pelas mãos do Professor Armand Hildebrand. (É devolvido o documento ao Professor). O SR. PRESIDENTE — Chegamos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. Submeto à apreciação da Comissão a sugestão do Relator para que seja ouvido na próxima quinta-feira, às 10 horas, o Professor Armand Hildebrand, da CASEB. O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, reitero os meus requerimentos: cópia dos contratos, remessa das apostilhas da Universidade e também a gravação da aula-magna do Professor Nelson Werneck Sodré. O SR. PRESIDENTE — Serão tomadas em consideração. Em votação a sugestão do Sr. Relator (Pausa) Aprovada. Por sugestão do Sr. Relator, vamos convidar o Senhor Prefeito para vir depor, porque depois a CASEB passou a ser a Fundação Educacional. O Superintendente era nomeado pelo Prefeito. O SR. DEPOENTE — Antes de V. Ex^a, encerrar esta sessão, quero apenas deixar consignado que desejo entregar ao Sr. Relator mais uma crônica do ex-Deputado Alberto Deodato e outra do jornalista Wilson Aguiar,

esta intitulada "Os meus professores e os dos meus filhos", que acho importante, porque opinião de jornalista ativo de Brasília, que revela o que é o ensino em Brasília. O que trago a esta Comissão é o sentimento geral dos pais. Pediria, portanto, que se incluísse nestas crônicas. O SR. PRESIDENTE — Qualquer subsídio fornecido por V. Ex^a será incorporado ao seu depoimento. O SENHOR RELATOR — Sr. Presidente, devia tê-lo feito no começo, mas faço-o agora. V. Ex^a, ao abrir os trabalhos, pediu escusas pela ausência de quarenta dias, deste órgão. Em meu nome e no da Comissão, quero agradecer o ato de fidalguia de V. Ex, mas como que V. Ex^a daqui se ausentasse para reestruturar os diretórios do partido de V. Ex^a, estava a serviço da democracia, que vive na base dos partidos. De sorte que as escusas de V. Ex^a mais não foram senão um gesto de fidalguia que a Comissão reconhece, proclama e retribui a V. Ex^a, com os agradecimentos que ora faço como Relator da Comissão. O SR. PRESIDENTE — Muito obrigado. Está encerrada a sessão. Errata —

A agressão do Professor Donato a um aluno foi em 27 de junho deste ano, e não do ano passado (fls. 11) — O nome dos professores é Eldonor Pimentel (não Odolor) e Arberg Pessoa de Lima (não Arabelo Pessoa de Lima) (pág. 5) — O prédio da CASEB é de 3 anos e não 3 andares (fl. 8). As páginas 12 os nomes dos professores são: Eldonor (não) Antenor Arberg, não Arabele. — As. Abel Rafael Pinto.

DEPOENTE: DR. ARMAND HILDEBRAND.

Reunião: 18.7.1963

Aos dezoito dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e três, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Armand Hildebrand prestou o seguinte depoimento: O SR. PRESIDENTE: (Deputado Juarez Távora): — Declaro aberta a sessão. (É lida e aprovada sem observações a ata da reunião anterior) O SR. PRESIDENTE: Vamos ouvir o depoimento do Dr. Armand Hildebrand, convocado especialmente para tanto. O SR. TEMPERANI PEREIRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, dado que talvez não tenha oportunidade de ouvir como desejaria todo o

depoimento de S. S^a, desejaria deixar aqui um requerimento para que fôsse oportunamente ouvidas na Comissão as seguintes pessoas: Senador Catete Pinheiro, Presidente do Circulo de Pais e Mestres da CASEB e Dr. Antão Pio de Abreu, Presidente do Circulo de Pais e Mestres do chamado Elefante Branco. Era o que tinha a dizer. O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário anotará o pedido de V. Ex^a, Sr. Professor Armand Hildebrand. V. S^a poderá fazer uma exposição a respeito dos fatos atinentes ao inquérito parlamentar. Em seguida, os membros da Comissão farão, se julgarem conveniente, as perguntas necessárias para o devido esclarecimento de sua exposição e dos fatos com ela relacionados. Tem V. S^a a palavra. O SR. DEPOENTE — Sr. Presidente. Convocado a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, devo declarar que no momento não tenho vinculação administrativa com o sistema escolar de Brasília. Estou na direção de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, e no Distrito Federal participo apenas do Conselho de Educação do Distrito Federal. Tenho, porém, muito interesse pelos acontecimentos educacionais aqui no Distrito Federal. O Ministro Clóvis Salgado incumbiu-me, poucos meses antes da transferência da Capital, de organizar aqui o sistema escolar e prepará-lo para que fôsse entregue posteriormente à administração da Prefeitura do D. F. Tanto tenho interesse nos acontecimentos educacionais do Distrito Federal que tenho filhos estudando aqui. Considero minha vida profissional, de funcionário, inteiramente vinculada à vida e aos acontecimentos da Capital. Assume a Presidência dos trabalhos, neste momento, o Deputado Aderbal Jurema.) O SR. PRESIDENTE (Deputado Aderbal Jurema) — Peço desculpas. Estive acamado, de maneira que não pude chegar mais cedo. O ilustre Professor Armand Hildebrand pode continuar o seu depoimento. O SENHOR DEPOENTE — Penso que a contribuição possível de minha parte é mais no sentido de esclarecer as providências iniciais da instalação do sistema escolar, do que propriamente os acontecimentos atuais. Nesse particular, explico à digna Comissão Parlamentar de Inquérito que em fins de mil novecentos e cinquenta e nove, fui convidado pelo então Ministro, Sr. Clóvis Salgado,

para exercer a função de Diretor-Executivo de uma Comissão constituída no Ministério da Educação, denominada Comissão de Administração do Sistema Escolar de Brasília, cuja sigla é CASEB. Essa comissão, com um Conselho Diretor Deliberativo formado por vários Diretores do Ministério da Educação, tinha a função do Diretor Executivo. De vida efêmera, essa Comissão vsava, apenas, uma colaboração momentânea do Ministério da Educação com o Governo e a Câmara, montar as escolas e fazê-las funcionar em número suficiente, para que fosse possível a transferência da Capital. Assim, em dezembro — cito as datas aproximadamente, uma vez que já há algum tempo se deu o acontecimento — instituída a Comissão, ficou incumbida da seguinte responsabilidade: estruturar preliminarmente o sistema escolar, o sistema de ensino médio e primário em Brasília, baseado já no que havia sido estudado e apontado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em trabalho feito, pelo Professor Anísio Teixeira. A segunda incumbência dessa Comissão: selecionar os professores e trazê-los para Brasília, onde lecionariam quando transferida a Capital. A terceira responsabilidade era equiparar as escolas que deveriam estar, a essa altura, prontas. A NOVACAP construiria escolas primárias e médias, que se equipavam com mobiliário, material didático, etc. A quarta atribuição era, de certo modo, preparar um esquema administrativo para que o sistema fosse posteriormente administrativo pela Prefeitura do Distrito Federal, a essa altura ainda não criada. A Administração em Brasília estava entregue toda à NOVACAP. Essa comissão começou a trabalhar, constituindo no Rio de Janeiro pequeno grupo de técnicos, de professores escolhidos entre funcionários do próprio Ministério e alguns até de Ministérios outros. Acompanhando a execução das obras de construção das escolas, verificamos, desde logo, que havia receio de que elas não ficassem prontas até a transferência da Capital, principalmente as obras relativas às escolas médias. A construção das escolas primárias se adiantava. O trabalho maior nos meses de dezembro e janeiro foi a seleção dos

professores. Deveríamos trazer para Brasília cerca de duzentos e vinte professores do ensino primário e uns setenta ou oitenta professores do ensino médio, número suficiente então. A Comissão assistia a liberdade de fazer a escolha como entendesse, e de adotar os critérios julgados melhores para a seleção desses professores. Pensamos, na ocasião, e nos pareceu certo, como até hoje parece, que seria conveniente dar oportunidade a professores de todo o País, de todos os Estados, de virem trabalhar em Brasília. Houve, pois, uma seleção nacional de professores. Não se realizou concurso. Lançou-se mão de um processo prático e objetivo de escolha de candidatos que se apresentassem para lecionar em Brasília. Recorremos a uma espécie de chamado nacional, através dos jornais, das inspetorias seccionais, das Secretarias de Educação estaduais e de comunicações pessoais de interessados que serviam diretamente ao Ministério. A seleção subordinou-se a algumas condições. Exemplo: no ensino primário, devia o candidato ser normalista diplomada por escola normal, com dois anos de experiência de magistério. No ensino médio, deveria ter registro do Ministério para exercício do ensino da matéria, contar no máximo quarenta e dois anos de idade, se bem que o limite não obedecesse a muito rigor. Candidatos reputados de interesse para o sistema escolar que desejassem vir para Brasília, embora além do limite de idade, nós acolheríamos. O candidato preencheria um questionário onde forneceria uma descrição de seu passado escolar, suas experiências e a razão de sua vinda para Brasília, bem como sugestões sobre métodos de ensino, a fim de pelo próprio questionário a Comissão poder examinar e apurar se se tratava de candidato bom, com possibilidades de vir a se revelar bom professor; ou se se tratava de candidato medíocre, que dificilmente pudesse transformar-se num professor como desejávamos fossem os do Distrito Federal. Tenho lembrança, assim de memória, de que cerca de mil e quinhentos candidatos se apresentaram. No Brasil todo. Examinados seus formulários de inscrição, eliminaram-se trezentos, por lhes faltarem as condições exigidas, ou por incorrerem em muitos erros de opr-

tuguês no próprio preenchimento do formulário, ou por defenderem intransigentemente posições pedagógicas que entendíamos não deviam ser adotadas em Brasília. Em seguida, convocamos uns quinze professores e técnicos. O SR. PRESIDENTE — Permite ligeira interrupção para melhor esclarecimento dos Srs. Deputados. Esse trabalho de aliciamento do professorado se iniciou por uma chamada ao Brasil, como explicou muito bem V. Exa., para que fornecesse professores a Brasília, dentro de certas normas estudadas pela Comissão. O País é muito grande. Poderia V. Exa., enumerar os Estados a que sem dúvida essa comissão solicitou, sob critério regional, esses professores? Ou foi a todos os Estados? O SR. DEPOENTE — O chamado foi a todos. O SR. PRESIDENTE — Mas para o processo de seleções... O SR. DEPOENTE — Para a fase seguinte, essa a que me referi, constituímos algumas comissões. Estas aplicaram uma prova de conhecimentos gerais aos professores que entrevistaram os candidatos. Se não me engano, tais comissões devem ter funcionado no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e Recife, seguramente. O SR. PRESIDENTE — Lembro-me que em Recife e Porto Alegre também. O SR. DEPOENTE — Salvador e Porto Alegre também. O SR. PRESIDENTE — E mais para o Norte? Ceará ou Pará? O SR. DEPOENTE — Em Fortaleza certamente funcionou. Em Brasília, também se apresentaram candidatos da região. Esses os pontos onde, tenho certeza, a comissão se apresentou. O Ministério, através da CASEB, custeou as despesas dos candidatos que vieram. Não sei bem se pagou as passagens; sei que auxiliou-os. O SR. PRESIDENTE — A irem até o local... O SR. DEPOENTE — Até o local da convocação. Penso que facilitou-lhes a hospedagem. Embora não esteja muito seguro quanto a isso, ensejou todas as facilidades possíveis para que os candidatos pudessem apresentar-se à Comissão de Seleção. Aplicou esta uma prova comum a todos. Se o candidato já tinha o seu título de magistério não achamos nem conveniente e sobretudo impossível, pela urgência da seleção. Tínhamos, pela frente dois meses e pouco. A Comissão submeteu os candidatos a essa prova de conhecimentos gerais e, de certo modo, de inteligência: visava também veri-

ficar se o candidato se mostrava atualizado com os problemas do país, do mundo da ciência; questões de matemática serviam para apurar a capacidade de raciocínio e como indicação de inteligência geral. O SR. PRESIDENTE — Espécie de teste. O SR. DEPOENTE — Sem propriamente o caráter de teste, envolvia, por exemplo vocabulário. A prova seguiu-se uma entrevista, para a qual o entrevistador recebia uma orientação. Ali tentava captar um flagrante do candidato e ver, sobretudo, se revelava aptidão para ajustar-se às condições de vida e trabalho da Nova Capital. Com uma família muito numerosa, às vezes, o professor, afligido por problemas sociais e desajustamentos até profissionais, teria todas as dificuldades normalmente encontradas para uma pessoa para viver ajustadamente, acrescidas aquelas que Brasília apresentaria. Estávamos certos de que seria muito difícil. Mas não calculávamos que os problemas fossem tantos, como ficou provado depois. Examinadas essas condições, todos esses entrevistadores emitam parecer, formavam um dossier. A base do questionário inicial do resultado da prova e da entrevista, gruparam-se os candidatos em três categorias: A, B e C, ou preferencial, médio e segundo. Alguns foram eliminados, mas muito poucos. O questionário já eliminara grande número. Convocamos, depois, os candidatos do primeiro e do segundo grupo. Supondo que um professor pertencesse ao primeiro grupo, do ensino médio, e a esposa ao segundo, do ensino primário, mesmo sem esgotarmos os do primeiro grupo do ensino primário convocamos a esposa para virem juntos trabalhar aqui. Assim foi feito. Ao fim desse processo de seleção, verificamos que algumas matérias não tinham candidatos aprovados. Por exemplo, música e trabalhos manuais ou artes industriais. Os candidatos apresentados não preencheram as condições de virem para Brasília. Fizemos chamado complementar, que de certo modo não seguiu o processamento primeiro. O tempo já urgia; estávamos nessa altura ao fim da carreira. Nos nossos contatos, como participantes da Comissão, fomos vendo candidatos apresentarem-se espontaneamente, ou conhecidos nossos e pessoais encaminhadas por amigos. Examinados por entrevista, uns até por mim ou por meus assistentes, al-

guns foram convocados. Nosso desejo era que se formasse um espírito novo, consciência pedagógica, uma equipe que viesse fazer obra nova em Brasília. Tal apelo sensibilizou a muitos dos candidatos, meus amigos ainda hoje, pessoas que deixaram posições boas nos seus Estados e vieram para a nova jornada, nova experiência, nova ação no campo do ensino, como grandes idealistas. Instituímos dois cursos, se assim podíamos chamá-los. Tratava-se de reuniões ou trabalhos com os candidatos, os do ensino médio reunidos no Rio de Janeiro. Durante quinze dias debatemos toda a teoria a doutrina toda que queríamos aplicada em Brasília. Preparamos os currículos, discutimos as correlações de matérias, esquematizamos planos de algumas aulas, convocamos educadores para oferecerem exposições e promoverem debates, como os senhores Anísio Teixeira, Adauto Oliveira Lima, Professora Graciema, do Rio Grande do Sul. Convocamos todos quantos pudessem contribuir para o exame da doutrina e do sentido que regeriam a educação em Brasília. Viemos, então, com esses professores para Brasília. Ainda não se dera a mudança, marcada para fevereiro, aproximadamente. Aqui efetuamos nosso seminário, assim chamado por interesse sentido. Visitamos as escolas, debatemos problemas de interesse delas, como residência, transporte e educação para os filhos; enfim, uma série de problemas. Ao fim de mudança, ou em meados de março, esses professores retornaram a seus Estados e se prepararam para a transferência definitiva para a Capital com suas famílias. Tiveram pagas pelo Ministério as despesas de transporte, ou uma ajuda de custo para a mudança. Relativamente ao primário não podemos fazer a reunião no Rio de Janeiro, por ser muito grande o grupo e pouco tempo não o permitia. O SR. PRESIDENTE — Em termos numéricos, essa ajuda de custo para vir para cá variava em relação à distância do Estado a Brasília? O SR. DEPOENTE — Pagávamos o transporte da mudança e as despesas de viagem, dando passagem a cada membro da família. Aos auxiliares não. O SR. PRESIDENTE — A família do professor? O SR. DEPOENTE — Sim. Se não me enganar, essa ajuda envolvia também

o número de dependentes, imagino. O SR. PRESIDENTE — A essa altura, fornecida essa ajuda, já considerado selecionado o professor ou aceito, assinou êle algum contrato? O SR. DEPOENTE — Nessa oportunidade não chegou a fazê-lo. Dirigimos a êle uma carta-convite. O SR. PRESIDENTE — Nessa carta estabeleciam as condições? O SR. DEPOENTE — Sim. Ali dizíamos que lhes oferecíamos residência. Ai o ponto chave de uma série de acontecimentos que se desdobraram numa situação difícil para o ensino. Prometíamos residência porque tínhamos do Governo a promessa de uma casa para cada professor — duzentos e poucos. Lembro-me de quando fizemos nosso pedido ao Grupo de Trabalho, numa reunião no Gabinete do Ministro Clóvis Salgado, com a presença do Deputado Neiva Moreira, incumbido da transferência da Câmara e ligações com os Ministérios. O SR. PRESIDENTE — Na parte parlamentar. O SR. DEPOENTE — Sim. Assentado que teríamos apartamentos de três, dois e um quartos — e adianto já o problema da casa porque é uma constante — ao final, ao fazermos a remoção dos professores, recebemos sessenta apartamentos de quarto e sala. O SR. PRESIDENTE — Para quantos Professores? O SR. DEPOENTE — Duzentos e poucos. Quatro professores num apartamento só, em quase todos os casos, e até o de duas famílias num apartamento desses. O nosso trabalho no Ministério atendeu ao desejo de contribuir para a mudança da Capital. Não fôsse assim, o Congresso não disporia a transferir-se, uma vez que desejava ter escolas para os filhos dos seus componentes. Lembro-me da visita dos Deputados às obras do colégio. Ai entra o segundo ponto, ao qual me referirei: as obras de construção de colégio chamado Elefante Branco. O SR. PRESIDENTE — O Centro da Educação Média? O SR. PRESIDENTE — Centro de Educação Média do Distrito Federal. Verificou essa Comissão da Câmara a impossibilidade de concluir as obras, embora a NOVACAP assegurasse o seu término para abril. Em fins de janeiro, começo de fevereiro, revendo coletivamente a Comissão toda a situação das construções, convencemo-nos da viabilidade da conclusão das

obras até a transferência. Uma obra daquele vulto com a estrutura ainda pela metade! O SR. PRESIDENTE — Em fevereiro de mil novecentos e sessenta? O SR. DEPOENTE — Sim. O projeto da obra não mereceu aprovação da Comissão. Pelo contrário: A Comissão lhe opôs sérias restrições. Mas já estava em andamento e sofreu, por parte do grupo de arquitetos, algumas alterações, com a abertura de claros no meio daquelas salas, uns dois ou três claros, mais umas escadas, etc. Em fins de fevereiro, verificamos que além de selecionar professores, organizar o ensino e equipar os colégios tínhamos de construir um colégio para o ensino médio. Essa responsabilidade entregaram a comissão. E no momento mais agudo das construções em Brasília, quando não havia materiais, tijolo, nem operários, nem quem quisesse construir assumindo novos compromissos de entrega de obras, por ocasião da transferência, submetemo-nos ao encargo de construir um colégio em sessenta e poucos dias. Obtivemos o terreno já previamente destinado a escola normal, esse onde se situa o prédio do ginásio chamado CASEB, ginásio do Plano Piloto. Imediatamente se elaborou o projeto simples, que pudesse ser executado rapidamente e barato, atendendo às condições mínimas de funcionamento da escola média. Assim se fez. Em sessenta e oito dias construiu-se o ginásio da CASEB, trabalhando-se dia e noite. Aberta a concorrência, a tomada de preços, entregou-se a obra a uma das firmas pelo sistema de administração. Não seria praticável o contrato de empreitada. O projeto não estaria concluído. Nem sabíamos de que material disporíamos. Firma nenhuma queria, a essa altura, assumir esse compromisso. Em alguns momentos, a construção parou por falta de tijolos. Faltava tijolo na praça. Então, agentes da firma iam esperar na estrada os caminhões procedentes de Goiânia, Anápolis, Juiz de Fora, com tijolos, e comprá-los antes que outras firmas o fizessem. Daí algumas pardees desses colégios exibirem quatro tipos de tijolos de tamanhos diferentes de firmas diversas. Nessa ocasião, embora houvesse muitos trabalhadores nas construções de Brasília, observava-se concorrência acirrada entre as firmas para tirar operários das outras, inclusive com medidas pouco recomendáveis. O

clima para a mudança era inteiramente diferente do que vivemos hoje. Uns dez dias antes da mudança, correu a notícia de que Brasília seria bombardeada pela FAB, com auxílio da UDN e invasão dos índios... (riso). Pois bem, dos quatrocentos e sessenta operários empregados nas obras, ficaram, três dias depois, apenas duzentos e cinquenta. Os outros foram embora para suas terras. O SR. TEMPERANI PEREIRA — Quando ocorreu isso? O SR. DEPOENTE — Em fevereiro. O SR. PRESIDENTE — Dez dias antes da mudança. O SR. DEPOENTE — Cito estes incidentes mais para mostrar como foi difícil trabalhar e montar essas escolas. Outro caso: o mestre de obras notou que certa altura da noite — os operários trabalhavam dia e noite em turmas, dezesseis horas — os operários pareciam mais alegres e animados. Desconfiou que distribuíam cachaca na obra, mas não encontrava cachaca. Quem a estava distribuindo? Tudo cercado, não havia venda de bebidas nas imediações, trabalhavam os vigias, mas a certa hora da noite acontecia. Uma dessas noites, quando passou o cafézinho descobriu a cachaca no café... Assim era distribuída. Na transferência, todos os professores demonstravam alto sentido de cooperação. Aceitaram a condição até vexatória... O SR. PRESIDENTE — De pioneiros. O SR. DEPOENTE — Sim, com esse espírito pioneiro, aceitaram a condição vexatória de morarem duas famílias num apartamento de quarto e sala ou quatro professores num apartamento desses. Começamos a trabalhar no dia da inauguração das aulas, a dezesseis de maio a escola secundária ficou pronta e montada. Os professores, com a saída dos operários assustados com aquelas notícias, ajudaram, eles mesmos, a montar a escola, transportando os móveis, arrumando as cadeiras, levantando peso. Lembro-me de que o professor de latim, altamente conceituado professor, do Estado do Espírito Santo, transportou à noite todas as cadeiras para as aulas. E com grande entusiasmo e alegria para todos iniciamos as aulas, dando matrícula a quantas crianças a pediram, no início, tanto no curso secundário quanto no primário. Daí, redobramos as dificuldades. Situa-

mos agora outro problema. Incumbia também à Comissão cooperar com o Governo para a organização definitiva do sistema escolar de Brasília. Dois aspectos podem ser apontados: um, o doutrinário, técnico; outro, o aspecto administrativo, de como fazer funcionar as escolas a saber que estrutura administrativa adotar. Quanto à parte da doutrina, a idéia é que os educadores estamos sempre à procura de adaptar a educação às necessidades e à vida do país. Nesse seu processo intensivo, agudo de transformação, nós, os educadores, buscamos conhecê-lo melhor e familiarizarmo-nos com as técnicas e os fundamentos psicológicos e sociológicos que informam a meteorologia e as práticas educativas, para adaptar o que há de moderno na ciência às realidades do Brasil. Chamamos a esse esforço, no sentido de dar ao país uma educação adaptada à vida do país no momento. Com tal preocupação, imaginamos — e já é trabalho do Professor Anízo Teixeira — levar as crianças a ter uma parte de trabalho prático na escola. No primário, além da cultura geral, da escrita, da leitura, etc., o aluno deveria ter práticas manuais, conhecendo o mundo do trabalho e da aplicação científica que caracteriza a sociedade de hoje; não apenas o trabalho manual antigo, aquela espécie de exercício da mão desligado da parte intelectual, a dicotomia da atividade, como se a atividade mental se separasse da atividade manual. Então, fariamos a integração de todas as atividades do aluno, de modo que aprendesse e exercitasse toda a sua personalidade, não separando o trabalho mental do trabalho manual. Assim o trabalho manual tem também um contingente de ação mental. Não se destina a treinar as mãos ou a desenvolver a destreza manual, mas sobretudo para mostrar ao jovem um aspecto do mundo moderno que a escola não se propunha ensinar. Fizemos oficinas de artes industriais numa escola central tomando os alunos de quatro quadras, parte do dia na escola que foi chamada Escola Classe, para a parte escolar propriamente dita, outra parte na Escola Parque, assim chamada pelo professor Anízo Teixeira, que visa a dar um conhecimento do mundo técnico ou

tecnológico à criança, possibilitando-lhe conhecer-se melhor. Portanto, vamos ajudá-la na sua orientação vocacional, profissional, educacional. Essa Escola Parque objetivava também a socialização da criança. Daí o Auditório, as atividades musicais, recreativas, educação física, etc. Visava ainda a Escola Parque dar à criança uma educação artística que a escola comum não tinha tempo e condições de ministrar, nem de orientá-la no estudo das matérias ou das aulas que teve na escola-classe. Então era uma espécie de estudo-divertimento. No primário, há um conjunto que chamamos Centro de Educação Primária, instalado com essa orientação. Só uma Escola Parque foi construída, embora o plano da cidade preveja para cada quatro superquadras uma escola-parque. Na escola média, procuramos, também, o mais possível, integrar as diversas disciplinas, correlacionar os métodos de trabalho dos professores. Do mesmo modo, procuramos integrar os diversos cursos, médios, e secundários, o comercial, o normal, o industrial, todos numa escola só, que seria a Escola da Juventude, para jovens de doze a dezoito anos. Também fazer o estudo dirigido, levando os professores a darem aulas do tipo tradicional no menor número possível, fazendo com que seus alunos trabalhassem. Estes, sim, deveriam realizar muitos trabalhos. Para isso, previmos também um regime de oito horas de trabalho para os alunos e para o professor. O SR. PRESIDENTE — Uma espécie de high-school americana. O SR. DEPOENTE — Exato. Mais ou menos no meio do ano, todas as escolas médias funcionavam num prédio só. Ao fim do ano, verificamos que o prédio do Centro de Educação Média ficaria pronto para funcionar em mil novecentos e sessenta e um. Então, preparamos, nesse ano de mil novecentos e sessenta, com os professores, as condições para o funcionamento do Centro em mil novecentos e sessenta e um. Debatesmos o problema em reuniões dos professores. Eram reuniões frequentes, muitas vezes por semanas, em grupos. Nossa intenção era fazer um bom ensino, mas constantemente elevar o nível dos professores, o nível técnico, cultural e o entusiasmo dos mesmos. Nessa altura do ano, decidimos, em entendi-

mento com os professores, que seria conveniente manter no ano seguinte o prédio da CASEB para o primeiro ciclo e instalar no novo prédio o segundo ciclo, fazendo então um centro integrado do segundo ciclo, que teria o curso científico, o clássico, comercial técnico, industrial técnico, de eletrônica e o normal, com uma direção só, com departamentos. O esquema administrativo para a escola montada foi o seguinte: um diretor; coordenadores dos cursos, cada curso um coordenador; departamentos especializados, como do Departamento de Línguas, servindo ao mesmo tempo a todos os cursos, de maneira que o professor de línguas não era professor de um curso mas professor de inglês, por exemplo, em todos os cursos. Já o programa de sua matéria para o aluno do curso normal seria diferente do programa para o aluno do curso clássico, por exemplo. Como organizaria esse programa? Em entendimento com o coordenador daquele curso, a pessoa incumbida da integração do plano e dos trabalhos do curso. O mesmo faria com o coordenador do curso clássico. E assim por diante. Foram organizados os departamentos de línguas, dos setores de Matemática e Física, dos setores sociais e recreativos, jogos de arte; um de orientação de psicologia aplicada, que atenderia ao curso normal; também orientação educacional. A parte técnica, parte de aplicação prática do curso seria feita sob a direção do coordenador. Por exemplo, o escritório módelo, no curso técnico comercial, ficava sob a orientação do coordenador do curso. As oficinas e laboratórios de eletrônica, sob o comando do coordenador desse curso. A parte normal, escola de aplicação que foi montada e passou a funcionar ficaria sob a orientação do coordenador de Curso Normal. O Curso Científico teria um Centro de Pesquisas científicas. Também uma sala para laboratório, onde os alunos fariam trabalhos práticos nos sábados, domingos, etc.. O Curso Clássico teria o Centro de Estudos Clássicos. Ali se fariam todas as traduções do colégio bem como o jornal. Toda a parte ligada às atividades e à orientação do Curso Clássico se desenvolveriam ali. O processo é uma fase que analisaremos depois. O sistema funcionou ou não? Antes de responder, examinarei a contribuição da

CASEB na organização administrativa, na estrutura da administração das escolas no Distrito Federal. Tudo era novo em Brasília. Devíamos encontrar novas fórmulas e soluções também para administrar o ensino. Então, aventou-se a possibilidade de constituir uma autarquia para isso. Fariamos só o ensino privado, e o Governo daria boasas de estudo. Eram várias as hipóteses. Prevaleceu a solução por meio de fundações. Houve divergência fundamental entre o grupo do Ministério e o que defendeu a solução dada, a constituição das fundações. Embora todos nós entendêssemos que a solução por meio de fundações seria, digo, aceitável, achávamos que não o serviria para o ensino primário obrigação direta do Estado, que poderia organizar, talvez, uma espécie de autarquia, dando grande autonomia ao sistema da administração primária. A fundação, nesse caso, ficaria, como ficou, um rótulo para o serviço público, quando não é absolutamente isso, digo, isso. Para o médico sim. Mas inicialmente, havia nos defendido a solução de que cada zona de vizinhança que tem uma escola média em Brasília tivesse uma fundação administrada e conduzida pelos moradores daquela comunidade, que constituiria o grupo diretor da fundação. E os alunos que pudessem pagariam a contribuição mensal para a manutenção da escola. Assim, ela estaria de fato vinculada, radicada à comunidade a que ela servia. E os pais teriam, através da escolha dos representantes na fundação, a possibilidade de participar, em todos os momentos da vida da organização, inclusive no contrato e na dispensa de professores, orientação de programas, em todos os aspectos que interessassem ao ensino. Pareceu-nos a solução mais indicada. Mas a decisão final tomada foi favorável à fundação só para o ensino primário e médio. Outras fundações se organizaram. Essa foi instituída por um decreto, o que, no meu entender, também não valia, porque o que caracteriza uma fundação em nosso direito civil é a existência de um patrimônio constituído por uma doação feita em ato público, por escritura pública. O particular comparece a cartório e doa a uma instituição que ele denomina fundação, cuja administração os estatutos prevêem e cuja finalidade fi-

ca vinculada àquele patrimônio. Então, é um patrimônio a serviço de uma finalidade, digo, finalidade. Isso é fundação, no nosso direito. Ai, como iria doar? Entendíamos que poderia doar e constituir a NOVACAP, que tem poderes para isso, pode dispor do seu patrimônio. Ou o Governador, através de lei, autorizar o Executivo a doar, ir a cartório e constituir uma fundação, doando-lhe o patrimônio que fosse necessário à sua sobrevivência. No entanto assim não se fez. Outro aspecto pareceu-me importante: o fato de ser o Secretário da Educação automaticamente o presidente da fundação, ou superintendente do ensino, tirando a fundação a autonomia que deve ter. Mas ainda: o Secretário tinha direito de voto, nas decisões do Conselho da Fundação. Era fundação nominal. É maneira que, embora com alto espírito de cooperação, com desejo de ver bem resolvidos os problemas de Brasília tivesse eu a todo momento, bem como meus companheiros, emprestado toda cooperação leal e sincera para que realmente esse esquema saísse bem e desse os resultados desejados, infelizmente não o vimos acontecer. A Fundação Educacional não conseguiu superar as dificuldades que talvez já numa cidade constituída em condições estáveis, pudesse ter vencido. Mas em Brasília as dificuldades são demasiadamente grandes para que a estrutura administrativa sem grande consistência, sem resistência pudesse enfrentar uma crise. Por isso costumava dizer que participava da Fundação como um dos seus membros. Costumava dizer aos companheiros que ela funcionava bem naquela altura por acaso, porque todos desejando realmente cooperar havia possibilidade de fazer funcionar mas no momento de uma crise ela pereceria, no meu entender sem grandes prejuízos, grandes benefícios ao ensino, porque a Fundação estava aí mais ou menos como Pilatos no Credo. Ela não era realmente uma fundação era um departamento do governo, tanto que o enquadramento dos professores em funcionários públicos não alterou em nada a situação do ensino em Brasília. Não é esse o problema, não é esse o ponto importante. Para encerrar as minhas considerações devo apresentar as dificuldades que dificuldades foram encontradas, foram

em parte superadas, e ainda existem no sistema de Brasília? Eu indicaria, em primeiro lugar, o problema da condição de vida para os professores. Professores bons, professores capazes, professores eficientes se controlaram e vivendo num clima de tensão emocional criaram problemas que se refletiram diretamente no trabalho. A infelicidade, o estado de espírito da pessoa, repito, repercute diretamente no seu trabalho, e quando esse trabalho é com jovens que sintonizam com o professor, as suas apreensões se transferem inconscientemente ao aluno. Outro ponto que me permite apontar é que, em virtude desse estado dos professores e dessas dificuldades encontradas por eles além de todos os problemas de ajustamento que Brasília exige de cada um de nós que para cá vamos, desligando-nos das nossas querências e que aqui temos que nos ajustar a um mundo inteiramente novo, eles sofrem o ônus da falta de residência, da falta de transporte, da dificuldade de colocar os filhos, da dificuldade de hospitais, etc. Outro aspecto ainda e que, de certo modo, encontra explicações nesse panorama que tracei, é a falta de autoridade de ponta a ponta, desde cima até em baixo. De quem a culpa? Não sei, mas existe esse problema todos o sentem, inclusive os alunos. Sei disso porque também tenho filhos estudando em Brasília e percebo que a autoridade se vai diluindo. É um sistema muito fraco em que as decisões não chegam até o fim e isso prejudica o ensino. Estou certo porém, de que dado o espírito elevado e idealista dos professores, de que a jogada do ensino não está de forma nenhuma perdida em Brasília. Estamos vivendo um crise, um estado momentâneo, mas estou seguro de que poderemos fazer da educação em Brasília um exemplo, um modelo, para o País. — O SR. MANOEL TAVEIRA: Professor Hildebrand, parece-me que V. Sa. se desligou do ensino em Brasília há tempos. Assim sendo — dentro da exposição feita realmente brilhante e objetiva, perfeitamente enquadrada no espírito que anima esta Comissão de examinar as deficiências do ensino em Brasília e, se possível, oferecer aos poderes públicos soluções para voltarmos a alcançar aquele ideal que animava quantos se dispuseram, co-

mo disse V. Sa., deixando as suas cidades, as suas querências, para fazer uma obra nova — eu pergunto V. Sa. se é possível informar a esta Comissão se aquele critério obedecido inicialmente para a seleção de professorado, quer do ensino primário, quer do ensino médio, foi obedecido até a presente data, porque evidentemente à medida que a Capital cresce, cresce também a demanda pelo ensino. Então indago se aquele mesmo critério seletivo dos professores, quer para o ensino primário quer para o ensino médio, foi obedecido para a admissão de novos mestres. — O SR. DEPOENTE: Pelo que sei não se obedeceu àquele mesmo critério, porque um critério de exceção e um critério utilizado no momento em que rapidamente se deveriam selecionar os professores e também porque aquela altura nós não sabíamos que não haveria casas em Brasília, acreditávamos que haveria condições de vida em Brasília. Então foi possível fazer isso e esse chamamento nacional teve repercussão na escolha ou nas seleções seguintes, tenho conhecimento de que também houve um esforço, um empenho muito grande da administração de fazer a melhor seleção possível. Estou certo de que essa seleção foi feita da melhor forma possível porque houve provas, professores se constituíram em comissões para examinar os candidatos, e a administração anunciou pelo Brasil toda a existência de seleção de professores para Brasília, mas sem comprometer-se com o oferecimento da casa ou com a mudança. Isso reduziu de mais o campo da escolha, e não há negar que quanto maior o campo da escolha, maior eficiência na seleção. Mas houve de parte da administração segundo estou digo, administração, segundo estou informado, um esforço grande em todos os momentos para selecionar os melhores candidatos que se apresentassem. — O SR. MANOEL TAVEIRA: V. Sa. dividiu em 4 itens a sua exposição quando se referiu as incumbências da Comissão CASEB: estruturar o ensino primário o médio em Brasília, selecionar professores, equipar as escolas e prepararmos. — O SR. DEPOENTE: A senha pergunta versou exatamente sobre o item 2: seleção de professores. Eu indago se aquela estrutura que essa comissão imaginou e deu ao ensino primário e médio em Brasília

permanece, ou se também ela sofreu alteração. Se sofreu, em que termos. — O SR. DEPOENTE: A estrutura defendida pelo grupo que conduzia a CASEB não foi estrutura adotada. A contribuição do grupo — eu digo porque é uma comissão de emergência, uma comissão que encorrou as suas atividades em fins de 60 ou meados de 61 — foi mais de esclarecimentos, de debates e de defesa de um ponto de vista. Uma vez adotada uma determinada solução pelas altas autoridades, não cabia mais a CASEB nenhuma outra posição a não ser cooperar no que lhe fôsse possível para que essa estrutura, digo, estrutura fôsse bem sucedida. Agora, se essa estrutura no momento permanece a estrutura inicialmente instituída, parece-me que não. Ela foi alterada, formalmente alterada, mas na essência permanece, uma vez que, mesmo com a existência da Fundação, quem era a autoridade final no ensino era o secretário e consequentemente o prefeito, pois o seu poder era de veto total nas decisões do Conselho. Era um conselho pro forma embora não tenha havido êsse veto. Embora nos períodos em que participei da Fundação as coisas se passassem muito bem, todos se entendiam, o espírito de cooperação tanto da Superintendência quanto dos Conselheiros era o mais alto possível, mas no momento em que apareceu uma divergência, um simples decreto alterou o esquema que é o decreto instituinte serviços administrativos na própria Superintendência enquadrando os professores. No meu entender êsse decreto apenas consolidou uma situação de fato, não alterou em essência a eficiência do ensino, apenas consolidou uma situação de fato. O SR. MANOEL TAVEIRA: Na sua opinião então o ensino ainda hoje em Brasília tem aquela mesma eficiência inicial? — O SR. DEPOENTE: Não. Não acho que tenha a mesma eficiência inicial. Talvez nenhum serviço montado em Brasília tenha a eficiência que esperávamos porque os problemas são tantos, a população cresceu tanto, faltam recursos, mas não está perdido, é um momento de dificuldades que estamos vivendo por falta de condições de bom funcionamento. Mas o material humano está aí presente. Posso assegurar, pelos professores que conheço, tanto os antigos quanto os recentemente admitidos, que Brasília, digo, Brasília poderá ter,

com êste professorado, um ensino de alta eficiência. Quero deixar bem esclarecido êste ponto. — O SR. MANOEL TAVEIRA: V. S^a falou num item sobre equipar as escolas. Então pergunto: as escolas atualmente dispõem de equipamento suficiente, pelo menos do estritamente necessário para que funcionem dentro daquela desejada ou daquela possível eficiência do ensino? — O SR. DEPOENTE: Daquela desejada eficiência do ensino, não, mas dispõem de equipamento acima da média das escolas brasileiras. Todas as escolas têm carteiras, têm mesas de professores, têm quadro negro. Eu diria mesmo, a juventude que estuda em Brasília — principalmente no Plano Piloto — é a grande privilegiada do Brasil porque aqui ela tem escolas muito bem feitas, tem equipamentos, tem professores bem pagos, formados, e muitos dos jovens têm tempo integral de ensino sem pagamento nenhum. Então entendo que os jovens aqui são privilegiados em relação ao resto do Brasil e em relação às Cidades Satélites, as grandes esquecidas. Aqui nós imaginamos que Brasília é o Plano Piloto, e o Plano Piloto tem um grande poder de pressão. A prova está em que aqui se fica sensível ao problema do ensino, e o próprio Congresso constituiu esta Comissão, porque as famílias estão sentindo dentro da própria casa, o problema do ensino no Plano Piloto, mas a situação não é a mesma nas Cidades Satélites, onde, contudo, p. digo, posso afirmar a situação é melhor do que na maioria dos Estados. Agora, de fato não tem aquilo que desejávamos que tivesse, por exemplo, aparelhamento de auxílios áudio visuais para tornar o ensino mais eficiente, transporte para que as crianças pudessem fazer visitas e estudos nos locais de aspectos geográficos e administrativos, etc. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Professor, desejava saber de V. S^a porque se afastou do ensino em Brasília. — O SR. DEPOENTE: Eu sou técnico de educação do Ministério da Educação, e na ocasião em que vim dar a minha contribuição à nova Capital eu exercia no Ministério uma função especial, era Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material Didático. Fui convidado para organizar o ensino aqui por um prazo limitado, não era meu propósito nem do Ministério que eu continuasse na direção do ensino aqui em Brasília. Quando se constituiu

definitivamente o ensino, quando se organizou o Conselho da Fundação e o Superintendente de Educação assumiu plenamente a direção do ensino, era o momento com a minha nomeação para o cargo de diretor do ensino industrial do Ministério da Educação. Esta foi a razão. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: V. S^a disse também a certa altura, do seu depoimento, que na primeira triagem de professores atendendo a essa chamada nacional compareceram mil e quinhentos candidatos. — O SR. DEPOENTE: Em torno. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Mas trezentos foram desde logo eliminados, ou pelos seus conhecimentos ou pelas dis, digo, posições pedagógicas assumidas por eles frente a Comissão de seleção. Desejava que V. S^a explicasse que quer dizer isso: face às posições pedagógicas assumidas. — O SR. DEPOENTE: Não é uma posição ideológica, é puramente problema de mérito. Vou dar exemplos para me fazer compreender: se nós perguntássemos a um professor que se dispusesse a ensinar na primeira série do curso primário, qual a sua preferência no ensino primário, em que turma, e ele respondesse preferir a primeira série, ensinar a ler, então a pergunta seguinte seria: qual o método que adota para ensinar na série que escolheu? Ele diria, por exemplo, eu ensino a ler pelo Ba-bá, método que não se coaduna mais com o que se quer fazer em Brasília. Então, pareceu-nos que seria muito trabalhoso transformar uma pessoa de quarenta anos por exemplo — o limite era quarenta e dois — que durante vinte anos lecionara pelo Ba-bá num professor que ensinasse por um processo moderno. Era esta a intenção. Vamos dizer, se um professor de português defendesse o sistema de ensino de português através da análise lógica. Nós pedíamos exemplos, de maneira que se pudesse formular um julgamento, e então ele defenderia na sua exposição uma forma de ensino de português que pela posição que defendemos, pedagógica, técnica, nós não queríamos que esse sistema fosse adotado nem discutido pelo menos naquela fase de seleção. Vamos ver outro exemplo. O sistema de medida do aprendizado. Há um tabu quanto ao sistema de medida, o exame no Brasil é um tabu, porque nós fazíamos — e estamos lutando para fugir dessa situação — do ensino um processo jurídico pedagógico. O exa-

me era como um ato jurídico que o aluno fôsse praticar, e com o formalismo do ato jurídico, com a presença do inspetor, com os vistos, com os papéis etc. Talvez, se fôssamos analisar as causas profundas desse procedimento que encontra paralelo em outros setores da educação, nós encontrássemos o desejo das classes dominantes de fazer da educação um processo seletivo, de selecionar os privilegiados. Que aconteceu no Brasil até agora? O aluno que consegue concluir o seu curso primário e um privilegiado porque nasceu no lugar em que havia uma escola primária, e um privilegiado porque pôde ter condições financeiras para ir até o fim da escola primária e é um privilegiado porque a sua inteligência foi valorizada num aspecto apenas que é o aspecto da sua pessoa, digo, possibilidade de decorar e de responder às perguntas que o professor faz. Mas ele vai para o ginásio. Que faz o ginásio? Lança uma segunda peneira e seleciona. De que forma? Seleciona exigindo coisas decoradas, exigindo esquemas, fórmulas, aplicação de esquemas, fórmulas, e ele entra, se fôr muito feliz, para o ginásio. Cada série do ginásio é uma peneira mais fina e uma escada que vem matando os jovens. Quarenta por cento dos jovens que entram para o ginásio é que se matriculam no segundo ciclo e pouco mais da metade deles sai do curso secundário para, numa outra peneira entrar para a escola superior. Então a nata dominante, os grandes privilegiados da Nação é que continuam no comando do país e a oportunidade nunca foi dada ao jovem do interior, ao jovem que tem habilidade estética e tem condições de exercício de uma atividade social. Então nós educadores estamos tentando tornar a escola democrática, tornar a escola para todos, levar o aluno, aprenda ou não aprenda, a ter pelo menos quatro ou cinco anos de educação primária viver na escola, ser capaz de aprender tudo que se ensina de matemática. Ele convive, aprende outras coisas, e assim o ginásio também digo, também. Então o processo de medida de aprendizado já não tem mais a importância que tem, não é mais o tabu que era. Inclusive é possível fazer-se a promoção de uma série para outra sem exame, sem nada. Devemos acreditar no professor o professor julga que ele está em condições de seguir o seu estudo, ele não está em matemática, mas não

adianta mantê-lo em matemática mais um ano, vamos levá-lo à série seguinte. Pois, digo, Pois bem, o professor que faz tal tabu do problema de medida do rendimento através da valorização de pontos e de notas ponderadas, etc., daria um trabalho enorme para ser transformado num professor com essa compreensão moderna. Assim, como a comissão tinha uma posição técnica assumida, tinha poderes e direitos e possibilidades de escolher aqueles que fossem mais facilmente trabalhados para o ensino como desejávamos, entendeu que poderia fazer essa seleção, vamos dizer assim, técnico-pedagógica posição pedagógica. É este o sentido da minha informação. — O SR. DIRCEU CARDOSO, digo, CARDOSO: Na aferição dessa posição pedagógica do professor, a comissão poderia chegar à tentativa de dimensionar o sentido ideológico do professor também? — O SR. DEPOENTE: Não compreendi. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Nesse afã de examinar a posição pedagógica do professor que V. S^a definiu — a comissão não podia chegar a consequências maiores, aquilutando até da posição ideológica do professor? O SR. DEPOENTE: Mas foi feita a entrevista era para isso. E se isso constava eu nem poderia informar se isso aconteceu, é possível que nem tenha acontecido, mas a entrevista é para isso. — O SR. DIRCEU CARDOSO: V. S^a se recorda dos membros dessa Comissão de Seleção? Ou sabe em que órgãos podemos procurar essas informações? Na CASEB ou no Centro de Educação Média, para termos a composição da comissão que examinou o professorado de Brasília. — O SR. DEPOENTE: Como só me lembro do Professor Marcos Pontual e da Professora Diva Balsen, comprometo-me a mandar a V. Ex^a os nomes de todos os integrantes da Comissão de Seleção. — O SR. MANOEL TAVEIRA: Se possível com a indicação de onde podem ser encontrados, para o caso o nosso nobre colega querer ouvi-los. — O SR. DEPOENTE: Com muito prazer. Havia um grupo central que coordenou os serviços. Esse grupo central era constituído por mim, pelo Coronel Aparício Branco — convocado do Ministério da Guerra — professor da Escola Militar pelo Professor Roberto Leopoldo — hoje meu assistente no ensino industrial — e pelo Professor Paulo de Almeida. Foi esse grupo que, tomando todos os ele-

mentos, inclusive os relatórios dos entrevistadores, fez a decisão final. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Como poderíamos ter a relação dos primeiros duzentos e vinte professores primários e dos primeiros setenta ou oitenta professores secundários do início do ensino em Brasília, e a relação dos atuais professores primários e secundários? Queria também a discriminação do método de seleção dos primeiros e do método de admissão dos atuais, digo método de admissão dos atuais. — O SR. DEPOENTE: O método de seleção dos primeiros foi seleção do segundo a própria Superintendência Geral de Educação e Cultura do Ensino tem esses elementos todos e poderá fornecer a ream, digo, relação de todos os professores. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Senhor Presidente, requiero então a relação dos primeiros professores que vieram se instalar em Brasília, a relação dos segundos e a indicação de como foi processada a seleção do segundo grupo ou da segunda leva de professores. — O SR. MANOEL TAVEIRA: Talvez tenha mais uma, melhor seria a relação dos que foram admitidos posteriormente. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Pois é, posteriormente, e como foi feita a seleção. V. S^a proclamou a excelência do sistema educacional de Brasília disse que no ensino clássico nós temos grande porcentagem de alunos que abandonam séries e cursos por aquelas circunstâncias todas. Poderia informar se tem sido pequena a porcentagem de abandono também de cursos e de séries aqui em Brasília? Dêse novo método de ensino, ensino revolucionário? — O SR. DEPOENTE: Não é muito revolucionário, ou poderia dizer que ele é até atrasado. Por mais que se faça em educação, nós educadores somos muito conservadores, por profissão o educador é aquele que tenta ajudar os jovens à sociedade dele e que ele geralmente é um homem de geração conservadora. — O SR. TEMPERANI P. digo, TEMPERANI PEREIRA: Permita-me, nobre Deputado Dirceu Cardoso? Para fixar um critério de responsabilidade, eu queria que V. Ex^a me esclarecesse se o depoente usou essa palavra revolucionário no seu depoimento. O SR. DIRCEU CARDOSO: Absolutamente, não usou. — O SENHOR TEMPERANI PEREIRA: É um conceito então de Vossa Excelência? — O SENHOR DIRCEU

CARDOSO: Sim. — O SENHOR DEPOENTE: A pergunta do Senhor Deputado eu poderia responder que os problemas são diferentes. A referência que fiz foi de saída. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Vossa Senhoria poderia explicar se essa conceituação que eu fiz de ensino revolucionário é própria ou inadequada?, digo, inadequada? — O SR. DEPOENTE: Eu acho até que pode ser revolucionário no sentido positivo de pôr as nossas instituições à altura do que está acontecendo no País. Agora, o problema me parece diferente, segundo bem entendi a pergunta de Vossa Excelência. Eu me referi à saída da escola, mas saída mesmo. — O SR. DIRCEU CARDOSO: O abandono? — O SENHOR DEPOENTE: O abandono, ele não pôder mais estudar, ou porque não conseguiu com o seu. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Eu perguntó nesse sentido de que o método esteja satisfazendo aos ideais de estudante, e que ele abandona então o curso, a série, porque não está mais satisfazendo a ele. E' nesse conceito apenas. — O SR. PRESIDENTE: Eu diria então que no caso de Brasília nós devemos distinguir duas coisas. Uma, a saída do aluno do sistema escolar. Ele deixou de estudar ou porque não tem, digo, condições intelectuais ou condições econômicas. Agora, no caso de Brasília nós devemos distinguir dois aspectos: é o aluno que se transfere de um ginásio para outro, é o aluno que deixa de estudar. A mim me parece que a porcentagem dos alunos que deixam de estudar em Brasília é pequena, e bem menor — eu não tenho dados assim — do que no resto do País, uma vez que o nível econômico aqui é bem mais elevado do que no resto do País. Nas Cidades Satélites talvez esse índice seja maior. Agora, o índice de saída de alunos de um colégio para outro, esse eu não tenho dados para informar. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Mas Vossa Senhoria agora está fazendo outra assertiva, a de que o abandono do curso, da série, não seja decorrência do sistema escolar e sim da situação econômica da família. — O SR. DEPOENTE: Sim, as razões são várias, e uma é que o sistema escolar não está preparado para educar crianças pobres. Ele está preparado para educar crianças que têm recur-

sos para comprar livros, para ter explicadores, para poder ficar na escola, etc. Na verdade, a responsabilidade é do sistema escolar que não se adaptou a população a que ia servir. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Senhor Presidente, no requerimento que fiz da relação dos professores, eu desejaria que se solicitasse também a indicação das últimas escolas em que eles lecionaram, de onde provierem. Vossa Senhoria disse também que o sistema prevê o plano de aula e a direção do estudo. — O SR. DEPOENTE: Estudo dirigido. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Isso se aplicou no primeiro ano mais ou menos. Sabe se a esta altura continua essa aplicação do estudo dirigido? — O SR. DEPOENTE: Nós tentamos aplicar no primeiro ano, mas o estudo dirigido é uma técnica ainda não bem conhecida, não tem tradição no Brasil e é difícil. E' mais difícil levar o aluno a aprender do que dar aula, do que explicar a ele. Todo o nosso desejo era de que os professores criassem condições favoráveis, atitudes favoráveis do estudante, de modo que fôsse ele quem aprendesse, não o professor que ensinasse. Isso que chamamos de ensino dirigido. Aliás, a palavra *dirigido* não é bem empregada, talvez fôsse melhor estudo orientado. Então parte do trabalho do professor — em regime de tempo integral — seria em situação de professor aluno, e a outra parte, essa maior, seria em situação de aluno estudando com a presença do professor para assisti-lo. Isso foi tentado. Foi difícil, tivemos grandes discussões, e é onde realmente, no meu entender, estamos atrasados no Brasil no processo de ensino. Hoje nem essa tentativa talvez possa ser feita porque as condições são mais difíceis do que no começo. No começo tínhamos professores em tempo integral, o número de alunos era mais reduzido, e havia uma chama acesa de entusiasmo. Para piorar, há esse problema de moradia e outros. Acredito que hoje no ensino médio — o primário geralmente faz o estudo orientado, dirigido mais do que o médio — não se está fazendo nem aquêlê pouco que se fazia no começo. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Se os professores foram contratados no princípio para ministrar aulas e dirigir êsse estudo, se se modificou essa condição con-

tratural do ensino dirigido que eles não ministram mais, houve alteração na remuneração ou salário dos professores? — O SR. DEPOENTE: Não, mas aí o problema não é de ... — O SR. DIRCEU CARDOSO: Se foram admitidos no regime de tempo integral, se não dão mais essa assistência. — O SR. DEPOENTE: Mas dão aulas, aumentaram o número de aulas. No sistema inicial nós imaginamos assim: os professores dariam 40 horas de trabalho por semana — o ideal seria que dessem 15 aulas no máximo por semana — e o resto do tempo seria empregado em assistência aos alunos, em correção de exercícios, de trabalhos, em estudos, para que ele, no fim do dia, se pudesse dedicar a assuntos do seu interesse particular, ou mesmo à recreação, em casa. Agora, com o aumento das matrículas, com as dificuldades de admissão de professores, ou porque não há candidatas, ou porque não há recursos, ou porque não há casas, então cada professor fica com uma quota de alunos muito maior, e por isso, em lugar de 15 aulas, ele passa a dar 18, 20, 25 — eu não sei exatamente como está hoje. O tempo de serviço prestado continuou o mesmo, apenas é utilizado de uma maneira diferente — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: E a transformação dos professores de professores de fundação em funcionários públicos, alterou um pouco a substância do ensino em Brasília? — O SENHOR DEPOENTE: Na minha opinião nada alterou. — O SR. JUAREZ TAVORA: E a situação do professor de fundação, era uma situação de simples funcionário autárquico, ou de empregado particular? — O SENHOR DEPOENTE: Era na base da legislação trabalhista, empregava-se os mesmos dispositivos da legislação trabalhista. — O SR. JUAREZ TAVORA: Depois passou a ser simplesmente de funcionário público? — O SR. DEPOENTE: Está passando, ainda está em processo essa alteração. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Vossa Senhoria não acha que as greves, digo, greves fomentadas pelos professores porque algumas o foram — influem poderosamente no aproveitamento dos alunos? — O SENHOR DEPOENTE: A pergunta de Vossa Excelência tem duas observações. A primeira, as causas, as razões da greve, essas eu não julgo. — O SE-

NHOR DIRCEU CARDOSO: Nem estou pedindo. — O SR. DEPOENTE: Que as greves influem no rendimento, bo, digo, no ânimo dos alunos, não há dúvida, influem muito e muito e é uma das manifestações desse estado de crise que o ensino está vivendo. — O SR. DIRCEU CARDOSO: De anarquia até, Vossa Senhoria não acha? Eu tenho 3 filhas na CASEB e vi o que passou com elas, assisti ao trama que elas viveram, por isso estou perguntando a um técnico em educação, pessoa altamente categorizada no Ministério da Educação e no ensino do meu País. — O SR. DEPOENTE: O ensino em Brasília é muito amplo, há o ensino mantido pelo governo, por particulares, e há o ensino médio e o primário. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Não, ensino oficial só. — O SR. DEPOENTE: O ensino oficial tem uma matrícula muito grande, e se algumas escolas apresentam esses problemas, há escolas excelentemente funcionando bem. Posso assegurar que conheço várias delas funcionando apesar de todos os problemas que enfrentam os professores e as autoridades. Há escolas funcionando muito bem, trabalhos excelentes de professores, de diretores; etc. No caso particular ... — O SR. DIRCEU CARDOSO: Oficial só, Centro de Educação Média e CASEB. — O SENHOR DEPOENTE: Mas existem outras escolas. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Mas é essas duas que eu quero. — O SR. DEPOENTE: A mim me parece que é importante nós formarmos um julgamento do sistema examinando o conjunto todo ... — O SR. DIRCEU CARDOSO: Vossa Senhoria vai-me permitir, mas o sistema dos colégios particulares não é o mesmo da CASEB, do Centro de Educação Média, é o tradicional nosso. Queremos examinar é se o sistema educacional de Brasília está dando os rendimentos satisfatórios que o Brasil dele espera. — O SENHOR DEPOENTE: Certo, não está, eu concordo, mas completo: o Brasil também não está dando a cobertura necessária a esse sistema, não está dando as condições de funcionamento, e não é possível funcionar sem condições. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Que assistência, que cobertura seria essa? — O SR. DEPOENTE: Primeira, fazer os professores morarem dignamente, de-

centemente. Morar é uma condição de vida. Resolvido esse problema, uma série de outros vão abrandar. Segundo, fazer entrar o ensino todo num estado de mais calma, estruturar um sistema de autoridade aceita, responsável, de maneira que todos os que têm responsabilidades dentro do sistema possam cumprir plenamente aquilo que desejam cumprir, porque há diretores que não têm nem giz, nem lápis, nem condições, enquanto a escola está cheia de alunos. A CASEB foi feita para 600 alunos e está com 2.500. Vossa Excelência compreende como é difícil, à medida que cresce o número de alunos, resolver os problemas administrativos de serventes, de salas, etc. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Mas V. S^a vai concordar comigo, Vossa Senhoria declarou enfaticamente que a falta de autoridade é de ponta a ponta no ensino oficial de Brasília, e isso não foi por falta de cobertura do País, foi por falta de elemento humano da organização e do sistema escolar. — O SR. DEPOENTE: Se procurarmos a origem dessa falta de autoridade nós a encontraremos nas próprias deficiências. O professor que está morando com a família num casebre perto da Cidade Livre — sei desse caso, mas ignoro se a situação é a mesma — e toma um ônibus deixando as crianças em casa, sem cuidados de ninguém, ao assumir a classe e começar a trabalhar, não pode estar tranquilo, e o diretor não podendo exigir dele uns tantos trabalhos, é por falta de autoridade afinal de contas, porque o trabalho não se deu como se desejava. Mas quem é o culpado? — O SR. DIRCEU CARDOSO: Vossa Senhoria está fazendo uma inculpação com a qual não concordo bem. Vossa Senhoria está lembrado dos contratos que os professores firmaram com a Superintendência do Ensino? — O SENHOR DEPOENTE: Estou. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Vossa Senhoria é um dos signatários do último que eu vi. Nos contratos o governo se obriga a dar casa? — O SR. DEPOENTE: Tenho a impressão de que sim, porque... — O SR. DIRCEU CARDOSO: Ah! tem a impressão. Senhor Presidente, foram solicitadas as cópias dos contratos dos professores atendendo a requerimento meu? — O SR. PRESIDENTE: Vão seguir

ofícios hoje nesse sentido. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Vão seguir ainda? Senhor Presidente, nós requeremos isso há 8 ou 10 c. — O SR. PRESIDENTE: Há 8, e já estão prontos para seguir hoje. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Creio que não há essa cláusula contratual aqui cumpridamente especificada no contrato, também não tenho muita certeza. Vossa Senhoria está baseando no estado do professor infixo, desenraizando, a responsabilidade desse tumulto que há no ensino em Brasília? — O SR. DEPOENTE: Exato. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Porque há, Professor, sem dúvida nenhuma, um tumulto no ensino oficial da nossa Capital. — O SR. DEPOENTE: Certo. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO: Estou de acordo com Vossa Senhoria, é uma causa iniludível, indisfarçável, mas quero saber porque Vossa Senhoria culpa muito o governo do não ter residência, mas parece-me que não há uma cláusula específica do fornecimento de residências aos professores. Não tenho muita certeza. — O SR. DEPOENTE: Não posso responder... — O SR. DIRCEU CARDOSO: Mas Vossa Senhoria foi um dos signatários, em todos os contratos que vi Vossa Senhoria foi um dos signatários em nome do governo. — O SR. DEPOENTE: ... pelo que se passou após a minha saída do ensino de Brasília, mas no período em que estive, e nos contratos que assinei, posso afirmar, mesmo que não esteja especificado no contrato a condição de dar casa, posso assegurar a Vossa Excelência que o entendimento nosso e o compromisso de que... — O SR. DIRCEU CARDOSO: Não, estou de acordo. — O SR. DEPOENTE: ... eles teriam casa. — O SR. DIRCEU CARDOSO: Mas V. S^a, com a autoridade que granjeou no País o seu nome, a sua atuação como técnico do Ministério, pode afirmar em sua consciência, se aqui em Brasília está a nata do professorado secundário e primário do País? — O SR. DEPOENTE: Não, não posso afirmar que esteja a nata porque, também ao enaltecer os professores daqui, eu estaria julgando os professores que não estão aqui. Posso assegurar entretanto que em Brasília estão excelentes professores, diria até, profs. excepcionais. São inteligentes, responsáveis, capazes e bons professô-

res aquêles com os quais privo, os casos particulares que conheço. — O Sr. Dirceu Cardoso: A despeito do processo de triagem que não foi um processo absoluto, não? — O Sr. Depoente: Eu julgo a seleção inicial muito boa, porque dos 250, quase todos estão trabalhando aqui, são diretores. Reputei muito bom o sistema adotado porque foi feito muito rapidamente em condições precaríssimas, e, apesar disso tudo, conseguimos trazer professores bons. — O Sr. Dirceu Cardoso: Como é feita a escolha do coordenador do ensino? Como, no seu tempo, se escolhia o coordenador? Por exemplo, o coordenador de línguas, o coordenador de português? — O Sr. Depoente: Vou dizer, por exemplo, como fizemos a escolha do primeiro diretor da CASEB. — O Sr. Dirceu Cardoso: Não quero diretor, quero é coordenador dos cursos. — O Sr. Depoente: A solução foi a mesma. Como, na ocasião eu tinha um convívio constante com os professores e julgava da personalidade de cada um, da sua capacidade de liderança, do conhecimento da disciplina, se ele era bom professor ou não, a reação dos alunos em relação as suas aulas, etc. procurei escolher tanto os coordenadores dos cursos como os diretores de departamentos, escolher os professores que tivessem capacidade de liderança e aceitação pelos outros professores e também pelos alunos e que, no caso de departamentos conhecessem bem a matéria. — O Sr. Dirceu Cardoso: Por exemplo o coordenador de português, foi escolhido no seu tempo? — O Sr. Depoente: Para coordenador de línguas eu escolhi o Professor Geraldo Alves que é um professor do Espírito Santo, para coordenador de geografia-histórica, digo, geografia-história foi escolhido o Professor Gildo Viladin, um professor gaúcho que, nas provas, demonstrou um dote intelectual o mais elevado possível. No parecer da comissão que fez a entrevista teve um julgamento excepcional, e no trabalho como professor demonstra um alto sentido de cooperação grande capacidade de aula e é muito aceito pelos alunos, pelos colegas. Ele foi o coordenador de ciência sociais e depois ele se viu tão bem nessa função que à minha saída ele foi levado à direção do centro, se não me enganar. Esse é o critério. Não havia

votação no meu tempo, mas haveria de certo modo a preocupação, da parte da direção, de procurar aquêles professores que, ao lado da capacidade, tivessem liderança e aceitação pelos colegas. — O Sr. Dirceu Cardoso: Esse foi o critério então? — O Sr. Depoente: Foi. — O Sr. Dirceu Cardoso: V. Exa. disse também que os entrevistadores apresentaram relatórios sobre os professores examinados. — O Sr. Depoente: Exato. — O Sr. Dirceu Cardoso: Sr. Presidente, também requero que a Comissão solicite da Superintendência cópias dos relatórios dos entrevistadores que selecionaram o professorado de Brasília. — O Sr. Presidente: Então pergunto ao Professor Hildebrand se esses relatórios da comissão de entrevistadores estão hoje nas mãos da Secretaria de Educação ou se foram arquivados no Ministério da Educação porque naquela ocasião a comissão era do Ministério e não da Prefeitura. — O Sr. Depoente: Como toda a documentação da CASEB foi transferida à Fundação, ou acredito que esses relatórios tenham também sido transferidos e constam do dossier dos professores. É a impressão que tenho. — O Sr. Dirceu Cardoso: Professor, a Comissão de Inquérito quer examinar a profundidade da crise do ensino em Brasília. — O Sr. Depoente: Sei. — O Sr. Dirceu Cardoso: Nós teríamos que ir às causas primárias e V. Sa. vai me desculpar se faço essas perguntas sobre os professores — não sei se isso foge à apreciação de V. Sa. — mas precisamos averiguar até o número de aulas de tendências da esquerda, V. Sa. vai me permitir essas perguntas, porque também o conceito que os professores fazem a respeito da Câmara não é lisonjeiro, não é nada lisonjeiro até, com raríssimas exceções. No requerimento que fiz, Sr. Presidente, desejava saber quais os professores digo, professores habilitados e os inabilitados pelo entrevistador porque quero crer que foi um só, não Professor? — O Sr. Presidente: Havia equipes nos Estados, não? — O Sr. Depoente: A entrevista era uma só, mas a seleção... — O Sr. Presidente: Como educador sempre me interessei por esse processo e acompanhei de perto. Não era um entrevistador para todos os professores do Brasil? — O Sr. Depoente: Não. — O Sr. Dirceu Car-

doso: Para cada grupo, natural, mas era sempre um que fazia a seleção desse grupo. — O Sr. Depoente: Não era seleção, dava uma parte dos elementos para a seleção. — O Sr. Dirceu Cardoso: Uma seleção, vamos dizer um tanto *sui generis*, mas era uma seleção. — O Sr. Depoente: inclusive ao julgar, ao final, a escolha ou não do candidato, a direção central da CASEB julgava o próprio entrevistador porque havia entrevistadores mais tolerantes, outros mais rigorosos. Então, pelo seu sistema de entrevistador, pelos registros que ele fazia, a própria comissão às vezes em dúvida também apreciava o tipo de entrevistador que atuou no caso particular do professor. — O Sr. Dirceu Cardoso: Professor, V. Sa. declarou que não está perdida a cartada do ensino em Brasília. Por que assim se referiu? — O Sr. Depoente: Pelos próprios professores que aí estão. O valor humano desse professor é de tal forma, que não há nenhum receio de que, dadas as condições completa de trav, digo, trabalho, o ensino imediatamente toma um vigor... — O Sr. Dirceu Cardoso: Mas que está falhando então a seu ver? — O Sr. Depoente: Toda a minha exposição foi de certo modo para esclarecer... — O Sr. Dirceu Cardoso: Mas não fiquei bem esclarecido — se V. Sa. me permite — ou pelos meus elementos apoucados... — O Sr. Depoente: Primeiro, faltam condições materiais de vida e t digo, de trabalho para os professores. As escolas estão superlotadas, não há possibilidade de fazer os professores morarem condignamente. Os professores são em número limitadíssimo em face do número de alunos porque não há facilidade de trazer professores de fora. Eles já estão vendo o que está acontecendo com o ensino aqui, com os seus companheiros, e agora não se interessam em vir para Brasília. Eu não tenho dados concretos, mas posso assegurar, mesmo assim, que estão faltando professores de ciência, de matemática, de línguas. Ora, culpar os atuais professores por um fato que não é culpa deles, e julgar que a situação está perdida por condições que não partem dos professores, não me parece um raciocínio conveniente e até certo ponto justo. — O Sr. Dirceu Cardoso: Há quanto tempo V. Sa. deli-

xou a situação de coordenador da CASEB? — O Sr. Depoente: Em princípios de 61. — O Sr. Dirceu Cardoso: Nunca recebeu reclamações de pais de alunos sobre a orientação do ensino? — O Sr. Depoente: Muitas diariamente. — O Sr. Dirceu Cardoso: Em que consistiam essas reclamações? — O Sr. Depoente: As reclamações são muitas, especialmente quando se procura fazer diferente. Havia reclamações por exemplo de que o aluno não recebia as lições que ele esperava que recebesse. E, por que? Porque o processo que o professor adotava não correspondia ao tradicional sistema que ele conhecia para educar seu filho, quer dizer ele brinca muito na escola. Certo, brinca, mas aquilo que para o pai dava aparência de brincar, na realidade era um estado de interesse, de vida, em situação real que ao aluno era interessantíssimo. Posso assegurar a V. Exa., e é só perguntar aos jovens, que o ano de 60 foi um ano de alta felicidade para os alunos. Todos se sentiam felizes e nem saíam das escolas. Por que? Porque alguma coisa estava acontecendo de diferente no ensino. Então eles diziam isso: a escola é diferente da escola que eu conheço e agrada. E todos têm saudade daquele período. Ora, se os professores que fizeram aquele trabalho naquela circunstância que era muito mais penosa do que na atual, puderam dar essa mostra de uma educação moderna, por que os mesmos professores hoje não podem fazê-lo? E' porque as condições de trabalho são as piores possíveis. — O Sr. Dirceu Cardoso: V. Sa. recebeu alguma reclamação quanto ao processamento do ensino de geografia e história ou de ciências sociais? — O Sr. Depoente: Não me lembro que tenha recebido. — O Sr. Dirceu Cardoso: Não resta dúvida, e aqui vai uma homenagem a V. Sa. O ensino oficial aqui se divide em dois tempos: ao seu tempo e depois de V. Sa. — Nós mesmos fomos lá ver a CASEB e verificar reclamações de colegas nossos sobre a orientação do ensino de Geografia. — O Sr. Depoente: Permita corrigir um lapso de V. Exa. Trata-se não da CASEB, mas do Elefante Branco. — O Sr. Dirceu Cardoso: Sim. Lá vimos que, num trabalho de Geografia, falava-se sobre os Estados Unidos em 6 fô-

lhas de caderno que aqui tenho, e entregarei à Comissão; sobre a Rússia, era um dossiê completo, dessa grossura, em folhas dactilografadas, quase um livro, que incluía até a composição do Soviete e seu funcionamento. — O Sr. Abel Rafael: Essa parte era em espanhol. — O Sr. Dirceu Cardoso: Sim. Trouxe-a comigo. Apuramos circo, digo, circunstâncias que atingiram os inquiridos na época. Não tivemos outra atitude senão a de guardar aquilo para apresentá-lo diante de um magistrado maior, o Poder Legislativo deste País. — O Sr. Depoente: Não quero fazer o julgamento de que V. Exa. apresenta... — O Sr. Dirceu Cardoso: Trouxemos os elementos. — O Sr. Depoente: Mas gostaria de informar que minha experiência do magisterio indica... — O Sr. Dirceu Cardoso: Devo dizer que não estou depondo, mas recordando os acontecimentos. Com relação ao ensino de Português, adotaram livros como "O Homem Nu" e "A mulher do Vizinho". Tivemos ocasião de comentar da tribuna essa orientação, e a coordenadora retrucou que era o autor grande estilista da língua. Mas os exemplos dados pelos livros... Ocorreram, há poucos dias, casos idênticos a eles, áqueles narrados pelo escritor Fernando Sabino caso de um menino que matou o próprio filho porque gritava muito em casa. Vi na policia, há 15 dias, um rapaz que matou um menor; perguntamos porque o fizera. "Ele estava me enchendo". Exatamente como no exemplo de Fernando Sabino no "Amul, digo, A mulher do vizinho". Estava enchendo-o, matou-a. Sr. Depoente, já que V. Sa. nada pode dizer sobre a orientação dos coordenadores, na oportunidade em que a Comissão for apurar procuraremos arrancar suavemente dos depoentes essa informação. — O Sr. Depoente: Permita uma observação. De fato a juventude deseja muito conhecer o novo, o desconhecido. Quanto mais tabu existe em torno de uma idéia mais os homens procuram esclarecê-la. Se apresentarmos a uma classe, com a maior isenção possível, um estudo sobre os Estados Unidos e outro sobre a Rússia o que mais interessa e provoca trabalhos, animando os alunos é justamente o estudo sobre a Rússia. Primeiro, por-

que não temos informações senão contraditórias sobre a Rússia. Em segundo lugar, é tabu estudar ou discutir os problemas daquele País. Terceiro: é uma solução de que o mundo está à procura; todos estão à procura de uma solução. Tenho a juventude maior intuição, não me surpreende que tivesse aparecido número maior e mais extenso de trabalhos sobre a Rússia. Quanto ao caso de Fernando Sabino, talvez se tenha dado o contrário; isto é ele tenha buscado inspiração no ato daquele homem. — O Sr. Dirceu Cardoso: O livro foi redigido antes. O assassinio foi agora. — O Sr. Depoente: A inspiração, certamente, foi colhida em outro caso já ocorrido. — O Sr. Dirceu Cardoso: Acha V. Exa. que essa concepção ideológica influuiu um pouco no ensino em Brasília? — O Sr. Depoente: Não acho. — O Sr. Dirceu Cardoso: Estou satisfeito. — O Sr. Presidente: Com a palavra o Sr. Deputado Temperani Pereira. — O Sr. Temperani Pereira: Não vou propriamente questionar, porque o depoimento do Dr. Armand Hildebrand, no meu entender, foi completo. Apenas me sinto na obrigação de fazer pequeno comentário, que envolverá algumas implicações um tanto afastadas de meu deveres desta Comissão. Conhecia o nome S. S^a de muito pela sua nomeada como técnico neste País. Conhecia-o, outrossim, através de uma das pessoas referidas por S. Sa., o Professor Gil do Vilarinho, do meu Estado. Hoje, tomo contato, para gáudio meu, com esse técnico. Devo acrescentar que muito mais entusiasmo que a confirmação do seu conhecimento de técnico me causa a veia humana e a compreensão que em dos problemas nacionais. Eu também vivi a realidade que não faz de mim, aqui no planalto o homem que poderia ser, se estivesse na minha terra ou na Guanabara, porque também senti o impacto da adversidade ambiental. O Sr. Presidente: Todos sentimos. — O Sr. Temperani Pereira: Acompanhei, na minha função de Deputado, nas minhas vinculações com o meu Estado junto aos professores que de lá vieram para cá a sua verdadeira odisséia no problema habitacional, do qual muito justamente decorreu todo o desajuste que possa ter ocorrido com relação à vivência desses professores. Ofereci intervenções na

Câmara sobre o problema da moralidade, empreendi gestões junto aos poderes públicos; fui testemunha de vexames passados por professores aqui em Brasília que só não voltaram para sua terra graças ao alto grau de entusiasmo e idealismo de que vinham possuídos. Estou nesta Comissão, Professor Armand Hildebrand, por dever de representação popular. Meu Partido para cá me indicou, com os poderes judiciais que têm as Comissões Parlamentares de Inquerito. Mas, ciente do sacrifício das finalidades, dos deveres, sinto-me na obrigação de dizer que estou sem ideias preconcebidas, mais que isso, não posso ocultar a simpatia que tenho pela causa desses professores de Brasília, por duas razões fundamentais. A primeira é pela minha formação: nunca estar prevenido contra ninguém. Sempre que me encontro com outro homem, sinto impulsos de afeto e amor. É a minha formação. A segunda razão é a solidariedade no infortúnio, de que até eu participei, apesar de dotado de condições morais para superá-las. Isso me irmanou ainda mais a esses professores. Portanto, nada tenho a perguntar a V. Exa. Foi muito expressivo em tudo que disse. Quero apenas, para uma reafirmação daquilo que me parece a parte substancial do seu depoimento e do interesse de alguns membros da Comissão em focar, dirigirme uma pergunta. Apesar de afastado funcionamento dos encargos e obrigações do setor educacional de Brasília a partir de 1961, V. Sa. mantém, de lá para cá, um interesse permanente por Brasília e, em função disso, tem-se preocupado com os seus problemas? — O Sr. Depoente: Mantenho, digo, Mantenho o mesmo interesse, talvez acrescido pela compreensão de que, sendo dos primeiros em Brasília, digo, Brasília, possa eu ajudar a repor o sistema escolar naqueles moldes que sonhamos com o grupo inicial de professores. Tenho filhos que estudam aqui e um interesse particular pelo problema de Brasília, não apenas pelo ensino, mas pelos outros problemas da Cidade também. Sempre mantive contato estreito com os professores, com as autoridades do ensino. No Ministério da Educação, meu trabalho, minha preocupação é facilitar e ajudar, de qualquer forma servir ao sistema do ensino em Brasília. — O Sr. Temperani Pereira: Com base nessa resposta, passaria a formular a pergun-

ta seguinte. A luz da sua sensibilidade de educador e do seu interesse de homem devotado à causa de Brasília, sua sensibilidade e seu interesse acusaram no ensino de Brasília uma subversão da ordem moral e cívica do seu tempo para cá? — O Sr. Depoente: Não, não vejo subversão da ordem moral e cívica. Vejo, um grupo de professores e de pessoas interessadas no ensino e os próprios pais se debatendo em dificuldades intransponíveis, que repercutem de forma diferente, dando a impressão, às vezes, de uma subversão ideológica, outras vezes de pouca eficiência no trabalho. Mas tudo isso é sintoma que pode ser interpretado a critério ou a juízo de cada um. A raiz, a causa, entretanto, não está subvertida. Quanto a isso não tenho apreensões. — O Sr. Temperani Pereira: Muito obrigado. — O Sr. Presidente: Com a palavra o Sr. Deputado Lauro Leitão — O Sr. Lauro Leitão: As perguntas que desejavam formular foram quase todas feitas, principalmente pelo nobre colega Dirceu Cardoso. Desejo, entretanto, seja completado o esclarecimento dado pelo Professor Armand Hildebrand, quando respondeu a uma pergunta de S. Exa. Disse S. Sa. que tem observado no ensino em Brasília, sobre tudo na administração desse ensino, falta de autoridade. — O Sr. Dirceu Cardoso: De ponta a ponta. — O Sr. Lauro Leitão — De outra parte, tendo conhecimento de que em Brasília repetidamente os professores estão em greve, outras vezes, os alunos, perguntaria se essas greves são causa ou efeito dessa falta de autoridade. — O Sr. Depoente: Entendo as greves que tem havido e a própria diminuição da autoridade como consequências do estado dessas escolas. Não as vejo, falta de autoridade e greves, como causas uma das outras. Acho que são causas de um estado de dificuldades que sobre o ensino. Devo esclarecer o problema da autoridade. Quando digo falta de autoridade de ponta a ponta, quis justamente deixar bem claro que não situo a responsabilidade dessa falta de autoridade em determinada autoridade, nem em qualquer delas. Entendo que todos sentem essa falta de autoridade para o bom desenvolvimento do trabalho. Se eu tivesse, digo, estivesse, no momento, participando da administração do ensino como diretor ou coordenador, como diretor de departamento, como secretário, provável

mente também a estaria sentindo, sem nada poder fazer, porque as causas independem das pessoas. Um diretor que não tem professores em número suficiente para dar as aulas, que não tem material, digo material, enfrentando excesso de alunos, às vezes em dobro da capacidade da escola de fato tem sua autoridade aviada, digo, abalada. Se os professores não estão morando bem, têm sua autoridade diminuída por uma condição humana de não poder exercer a autoridade. Até os pequenos funcionários ficam diminuídos na sua autoridade, no exercício da função pública. — O Sr. Lauro Leitão: V. Sa. também disse que, em azão do crescimento de Brasília, portanto do aumento de matrículas nos estabelecimentos de ensino, há falta de professores. Também há falta de professores em função da deficiência de casas. Indagaria se é verdadeiro que essa deficiência de acomodações, de casas, é o responsável pela falta de número suficiente de professores, ou se também a remuneração a eles atribuída. O Sr. Deponente: Tenho a impressão de que não é problema de remuneração, não das mais elevadas, mas boa, relativamente ao ensino em, digo, j, digo nosso, digo, nos outros Estados. Parece que a causa reside mesmo na falta de condições de trabalho ou de possibilidade de virem trabalhar em Brasília. Não estou bem seguro mas parece que influi também a falta de recursos para abrir novas vagas. No caso do ensino primário, há professores no Distrito Federal em número para preencher as necessidades. Mas não há recursos para admissão de todos os que se tornem necessários. — O Sr. Lauro Leitão: No seu entender, qual o número de professores de que precisaríamos para atender convenientemente ao ensino médio e primário ou elementar em Brasília? — O Sr. Deponente: Não me aventuro a uma afirmação quanto ao número, porque estando um pouco ausente, não sei qual a medida dessa deficiência. Apenas sei que há falta, mas não posso dizer em que limites são. — O Sr. Lauro Leitão: Estou satisfeito. — O Sr. Deputado Tuarez Távora: Desejava fazer algumas perguntas, Sr. Presidente. — O Sr. Presidente: Tem a palavra V. Exa. — O Sr. Juarez Távora: Tinha arrolado algumas indagações, mas todas basicamente foram esclarecidas, menos duas. A primeira seria se o critério adotado para a

seleção dos professores e o sistema também adotado para o ensino nas cidades-satélites foi o mesmo que presidiu a organização do ensino aqui no centro de Brasília. — O Sr. Deponente: Foi o mesmo. Naturalmente, logo após a transferência, o número de escolas e, portanto, de professores para as cidades-satélites era pequeno. Devo esclarecer ainda, complementando a informação que dei, que quando foi efetuada a transferência da Capital, já existia uma, digo, um núcleo incipiente do ensino aqui para a população e a NOVACAP havia selecionado cerca de 60 professores, que selecionavam pelos acampamentos, Plano-piloto, cidades-satélites. Estes professores eram selecionados por um critério também bom. A maior parte tinha-se submetido a cursos dados pelo próprio Ministério. Então, esses professores foram incorporados ao grupo de professores primários que vieram para cá. É natural que as cidades-satélites ofereçam condições de funcionamento mais precárias. Então, os professores selecionados, mesmo que se desloquem às cidades-satélites, procuram logo vir para o Plano-piloto, como todos fazemos. — O Sr. Juarez Távora: A segunda pergunta é um tanto extensa. Pelas estatísticas aqui citadas, que conhecemos, apenas pouco mais de 50% das crianças brasileiras conseguem matricular nas escolas do Brasil, considerado em seu conjunto. Desses, provavelmente, não mais de 10% logram terminar a 4ª série e, através da admissão, ir para a escola média, qualquer que seja. Sou filho do interior do Brasil, do Nordeste e, dentro do Nordeste, da mais agreste zona do Ceará. Não sei por que milagre de Deus consegui chegar aqui. Então, minha pergunta: por acaso o sistema global de ensino preconizado em Brasília, ao mesmo tempo que ampara a inteligência do aluno e o desenvolvimento das habilidades manuais — que naturalmente irão revelando certa afinidade ou vocação profissional — cuida de dar a esses 50% das crianças que têm o privilégio de ir à escola alguma coisa em complemento a essa simples educação teórica, no sentido de adquirirem meio de vida pública, digo, prático, ou uma profissão. Está incluída nesse sistema ou programa a preocupação de que aqueles 90% desses 50% dos alunos que conseguem escolas tenham, depois do curso primário opor-

tunidade de adquirir uma profissão? Não podem fazê-lo pela educação proporcionada no curso médio. Então, que podemos fazer pela vida dessa criança? A meu ver, pelo estudo feito, o simples fato de uma criança ter frequentado a escola primária, se não se habilita para a vida é capaz de tranco, digo, transformá-la num melhor consumidor, nunca num produtor. Assim, agravamos o problema da produção e da vida para o povo brasileiro. O sistema seria isto: darmos a essas crianças que largam a escola primária, sem possibilidade de ir a um curso superior, uma educação profissional adequada, por conta do Estado. Com isso o Brasil já ganharia muito. — O Sr. Depoente: Conforme V. Exa. mesmo disse, é tema de discussão longa. Resumirei minha opinião, digo, opinião a respeito da matéria, tendo em vista, não o caso particular de Brasília, mas o caso nacional. De fato, a escola primária, e acrescento a escola média, o ginásio, ensinam os conhecimentos técnicos fundamentais da leitura, da escrita, etc. Mas de certo modo desajustam. Nas cidades pequenas, que têm ginásios nos moldes antigos, o jovem sai da escola e não tem o que fazer. — O Sr. Juarez Távora: É um frustrado. — O Sr. Depoente. Sim. Na escola primária, ao se preparar a criança, deve-se tomar interesse pelo que ela fará depois que leminou o curso. Essa me parece a revolução de base que caberia fazer na educação nacional. A lei de Diretrizes, embora de cr, digo, certo modo tímida, permite o que me parece a grande responsabilidade dos educados brasileiros, das autoridades do ensino: dar esse sentido de realidade às escolas, colocando nas escolas primárias, na última série, nos ginásios, onde for, atividade de caráter profissional. Não me parece viável, num ambiente de escola primária, formar o artífice, o técnico ou o operário qualificado. Não. Mas poderíamos prepará-lo para adquirir rapidamente noções de técnicas de produção, dando-lhe consciência do trabalho e preparando-o para a produção, não para o consumo; para ser um valor efetivo e positivo da sociedade, não apenas alguém que preparamos para o gozo da cultura ou para o deleite das belezas da nossa civilização. Parece-me esse o grande marco assinalado às escolas primárias e secundárias. É o ponto de inserção ou referência para a re-

forma da educação no Brasil. E o Ministério está empenhado nisso. O Plano Trienal prevê justamente a montagem de oficinas nas escolas primárias, nos ginásios comuns, ampliação da rede de ginásios industriais, de certo modo uma inovação no Brasil, porque as escolas profissionais no País refletiam a compreensão de que a escola profissional é para o filho, digo, filho dos cultos, para o pobre, para aquele que não pode subir. A própria Constituição de 1938 dizia: "Ensino profissional para os que, desfavorecidos da fortuna, etc., etc." Hoje, todos devem preparar-se para o trabalho. A escola profissional do artífice de alguns anos atrás transformou-se, por lei, num ginásio, digo, ginásio brasileiro, gozam as mesmas prerrogativas os mesmos direitos para elevar o nível social do diplomado por essa escola, ao mesmo tempo que a escola secundária recebe oficinas. Há hoje o empenho de se fazer escola integral. Não há mais escola profissional ou secundária. Ela ensina o núcleo, digo, núcleo fundamental da disciplina necessário a todos e dá pelo menos a iniciação profissional. O SR. JUAREZ TAVORA: Insisto um pouco neste assunto, porque, como disse, sou filho do interior do Brasil e vivi sua realidade, no meio em que nasci. Ainda sobre esse mesmo ponto, penso o seguinte. Não acredito que dentro de 25 anos se possa organizar dentro de cada escola primária ou ao lado dela uma pequena oficina, para que alunos que não possam ir à escola aprendam um ofício. Mas o Ministério da Educação poderia interessar-se, de modo que se proporcionasse à criança a responsabilidade de trabalhar, sob o título de aprendiz, entre os 11 e os 14 anos, por exemplo, orientada pelo Ministério para qualquer oficina dentro da própria vila ou lugarejo onde mora. Seria aprendiz de sapateiro, de carpinteiro, de qualquer profissão que o habilitasse para a vida. Até de criador de porcos. Mas qualquer coisa que desse a essa criatura novo sentido de vida, para viver com dignidade. O Ministério podia dar-se a essa tarefa, tratando daquilo que chamamos o andar com os pés descalços, no chão. Ofereceria a essa gente a escola de rememoração, que não pôde dar. Dentro de 20 ou 40 anos, se não aproveitasse aos filhos, aproveitaria aos netos. — O SR. DEPOENTE — É possível

que o Ministério o faça. Está empenhado a fundo nesse programa. Há dois dias cheguei de Recife, onde fixamos as bases para o convênio com a SUDENE. Com a colaboração desse órgão, desse órgão, serão instalados 30 centros de capacitação profissional na zona do Nordeste. E esses centros, com essas oficinas paradas, proporcionaram facilidade de emprego à região, que recebia jovens adultos e nada tinha para proporcionar-lhes uma preparação rápida. Queria também referir-me às escolas criadas no Estado de Pernambuco, quando, digo, quando V. Ex^a, Sr. Presidente Aderbal Jurema, era Secretário da Educação, escolas chamadas artesanais, que visavam justamente a essa finalidade.

— O SR. PRESIDENTE: Justamente essa era a contribuição que queria trazer aos comentários do nobre Deputado Juarez Távora. Senti, quando Secretário da Educação, todo o problema que V. Ex^a sente realisticamente. Na maioria dos administradores brasileiros nem sempre há esse sentido de pensar, vamos dizer, muito pobre e franciscanamente. Vossa Excelência pensa dentro da nossa realidade. Então, verificamos que no curso primário os alunos do interior não têm possibilidade de fazer o ginásio. Montamos 19 escolas de artesanato industrial nas cidades do interior de Pernambuco, com oficina de sapateiro, alfaiataria, serralheria, mecânica, marcenaria, etc., para crianças de 12 a 15 anos. Tínhamos esperança de que fosse possível, com a ajuda do Ministério da Educação, fazê-lo em todas as pequenas cidades do interior — O SR. JUAREZ TAVORA: Temos que crescer economicamente para poder melhorar um pouco, do ponto de vista social. Eu daria minha indagação perguntando simplesmente que percentagem dessas criaturinhas matriculadas na escola primária pode frequentar essas escolas de artifices, que o Governador de Pernambuco, sob a grande orientação de V. Ex^a, montou no Estado. — O SR. PRESIDENTE: Respondo, não com números conclusivos, mas com a situação realística de Pernambuco. Esses meninos que procuraram essas escolas de artesanato industrial são justamente os que tinham possibilidade de ir para o ginásio ou que moravam em cidadezinhas onde não havia ginásio. Tal era a pobreza, que o número de alunos da escola de ar-

tesanato aumentou quando houve possibilidade de fornecer, com a matrícula para frequentar a escola, o almoço. Essa é a situação de subdesenvolvimento no Nordeste. O SR. JUAREZ TAVORA: Conheço essa situação. Comandei um batalhão na Vila Militar, na Guanabara, onde tinha de fornecer sopa aos alunos, para que não desfalecessem durante o curso, naqueles morros e naquelas favelas. Dr. Hildebrand, estive umas semanas em Bonn, faz anos, e tive oportunidade de conversar com o coordenador do sistema educacional. Lá não há Ministério da Educação. Estamos muito aquém do que pôde fazer o Estado alemão. Quando a criança termina o curso primário, aos 4 ou 6 anos, havendo o complementar, se não vai ao ginásio, para a formação superior, é obrigatoriamente matriculada nas escolas onde aprenderá uma profissão. Trabalhará e estudará, ao mesmo tempo. Informei-me de que essas escolas médias abriam o caminho para que esses alunos mais capazes, que chegam até o curso técnico, possam ir à Universidade Técnica. O SR. PRESIDENTE: Exato.

— O SR. JUAREZ TAVORA: Mas é tal a oportunidade de empregos, que apenas 2% se têm matriculado nessas escolas técnicas. Gostaria que aqui se desse oportunidade a 100% dos que não podem ir à escola média, de frequentar a escola profissional. Termine, com este apêlo, agradecendo as respostas do nobre Depoente, homem que delirou o meu espírito. O SR. PRESIDENTE: Com a palavra o Senhor Deputado Abel Rafael — O SR. ABEL RAFAEL: Sr. Presidente, Srs. Deputados, distingo no depoimento do Professor Armand Hildebrand duas partes: a parte material e a parte pedagógica. Esta divisão fiz também no meu documento Requeria, então, de imediato, ao Sr. Presidente da Comissão convocasse para ser ouvido na próxima quinta-feira, como peça principal, sem a qual não pode caminhar este órgão nem dar gr, digo, frutos, o Senhor Prefeito de Brasília. A parte material está submetida a ele. Não há giz nas escolas, nem apagadores, nem material de limpeza, vassouras. Nem escolas. Por que? Porque o Prefeito não cuida daquela obrigação. Não há quem o chame à responsabilidade. Não adianta chamar o Secretário da Educação, porque esse é passageiro. O Prefeito também é, mas o

Secretário é mais ainda. Por isso há esse caso da responsabilidade, porque o verdadeiro Secretário da Educação — e o Professor sabe disso; não quero que dê sua opinião, mas sabe — é o Presidente da Associação comunista dos professores. Eles mandam no ensino em Brasília, fazem o que querem. O Secretário da Educação é apenas um pau-mandado, nada faz. O Prefeito Municipal, homem que deve dar os recursos, precisa ser chamado a dizer por que não faz escolas. Se há 2.500 alunos na CASEB é por demagogia do Secretário de Ensino, que não quer recusar matrículas. Se a casa não cabe, porque matricula tantos alunos? Para amanhã ninguém ir dizer que não tem escolas para os filhos. Não há professores? Como não há, se a CASEB está demitindo professores? — O SR. RELATOR: O requerimento de V. Ex^a, para ouvirmos o depoimento do Prefeito, foi formulado por mim na última reunião da Comissão. Ouviríamos, em primeiro lugar, o Professor Armano Hildebrandt, pessoa que se encarregou de lançar a estrutura do ensino em Brasília. Em seguida, o Senhor Prefeito como autoridade administrativa. A anotação encontra-se na pasta da Secretária. — O SR. ABEL RAFAEL: Não se atenha Vossa Excelência a parte material. São as casas dos professores. Ha professores de grande gabarito — embora muita maçã podre no meio — que foram trazidos na primeira leva; muita gente boa, de coragem, que nada pôde fazer. Sei de uma professora que morava com 8 filhos numa kitchenette. E outros casos dolorosíssimos. Já denunciei a esta Comissão a pressão exercida sobre os professores com a entrega das casas do lago e das invadidas, do BNDE. O Secretário da Educação entrega-as só aos seus correligionários, não a qualquer professor. Entreguei à Mesa cartas dos professores, para que tome a Casa conhecimento do assunto. É instrumento de pressão. Quem não tem condições morais, não pode dar boas aulas ou estabelecer, digo, estabelecer o método ótimo, na parte material. Precisamos trazer o Prefeito, a fim de explicar-nos onde anda empregando os recursos do ensino, porque não faz escolas, mas manda matricular tudo na CASEB e no Elefante Vermelho. Depois, não há professor que chegue, embora estejam demitindo professores por pressão ideológica. Co-

mo alegar que não há professores. Sei os nomes e poderia dá-los. Mas constantemente estão demitindo outros que não concordam com eles. Não é pelo fato de serem ineficientes: se fossem faltosos, não lhes pagariam indenização. Se pagam indenização, não é por justa causa. Esse não é o motivo que se deve alegar. Há muita coisa errada no ensino, principiando pelas deficiências materiais, cujo principal culpado é o Prefeito, é o Presidente da República, por descuidar de Brasília. Fato muito grave, que existe. Quanto a parte pedagógica, permite-me perguntar a V. Sa.: há alguma lei ou decreto que tivesse estruturado o ensino na forma material e pedagógica conforme Vossa Senhoria expôs aqui? — O SR. DEPOENTE: Inicialmente, o INEP elaborou um plano, que foi adotado pela CASEB. Quando se instalou a Prefeitura, a Administração adotou-o, sem um ato de estruturação das normas do ensino. Essa estruturação inicial se fez no próprio regimento ou regulamento da escola, onde se estabeleceram as diversas normas de funcionamento do ensino e o ideal pedagógico. Não estou seguro, mas parece que posteriormente houve ato do prefeito que baixou algumas normas também. Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases e com a ação do Conselho de Educação do Distrito Federal, o Conselho, como incumbe por lei, tem aprovado indicações que, uma vez aprovadas pelo Superintendente da Educação e Cultura, se convertem em norma de funcionamento das escolas. Assim é que já se aprovaram as normas preliminares de caráter elementar para o ensino primário. Aí, toda a doutrina normativa do ensino primário está contida. Existem, hoje, normas diferentes para os cursos noturnos, das existentes antes da Lei de Diretrizes e Bases, as normas aprovadas sobre bolsas de estudo, exame de madureza. As normas para o curso médio devem ser regulamentadas dentro de poucos dias. O Conselho não as examinou completamente. — O SR. ABEL RAFAEL: A que atribui Vossa Senhoria a mudança de orientação pedagógica no ensino integral iniciado na CASEB? — O SR. DEPOENTE: A orientação do ensino depende da eficiência técnica dos professores... — O SR. ABEL RAFAEL: Vamos-nos entender. Vossa Senhoria

disse que houve uma seleção de professores — O SR. DEPOENTE: Certo. — O SR. ABEL RAFAEL: Submeteram-se a um curso de 15 dias no Rio de Janeiro, para tomar conhecimento da orientação. Portanto, não pode depender apenas do professor: a eficiência pedagógica, pois o método é dado pela escola. O sistema integral do ensino é auto-seletivo; a escola dá responsabilidade. O professor, então, não podia alterar esse conceito, nem o sistema. Nesse sentido pergunto como foi possível alterá-lo — O SR. DEPOENTE: Tentarei tornarme claro com uma comparação. O médico quando faz o seu diagnóstico e quando dá seu medicamento ou a receita com os rma, digo, remédios a serem tomados pelo doente tem atrás dessa decisão uma formação científica, técnica e, de certo modo, regulamentos múltiplos e gerais que orientam o conselho do médico. Outro médico, diante do mesmo doente, pode receitar medicamentos diferentes e aconselhar coisas diversas, dependendo da sua formação, da sua consciência médica. Assim também o professor. Não existem normas rígidas para aulas. — O SR. ABEL RAFAEL —: Sou professor há 30 anos, de forma que não me fiz compreender neste particular. Como é possível que, tendo-se estabelecido um sistema onde não há aferição ou quantidade para medir o grau de aproveitamento do aluno, mas se orienta o seu ensino para que chegue ao fim do ano com probabilidade de ser promovido, como é possível que o professor vá influir nesse sistema? Como pôr ali sua influência ou disposições individuais, para liderá-lo? E se alterasse o sistema, qual o papel que caberia a uma escola como a Escola-Parque, colocada dentro da estrutura material que apóia a estrutura pedagógica? Se o professor podia alterar o sistema, poderia dizer que não se ia adotar mais 4 horas de trabalho na escola A ou B. Tinha essa possibilidade? Por isso quero falar sobre a alteração das normas, não sobre métodos pedagógicos pessoais, que cada professor tem o seu e o usa sob sua responsabilidade. — O SR. PRESIDENTE: Antes de Sua Senhoria responder, quero informar à Comissão que no dia 2 de junho, a pedido do Senhor Relator, dirigi ofício ao Superintendente do Ensino em Brasília, pedindo estatutos da Fundação

Educacional, cópia do relatório que apresentou ao Prefeito do Distrito Federal, cópia dos regulamentos a que se refere e outros, cuja lista passo a ler: (Lê) — O SR. ABEL RAFAEL: Tendo reparado que o sistema se modifica dia a dia — e o Professor Hildebrand disse, no curso do seu depoimento, que muitas das iniciativas do seu tempo já não são praticadas hoje — precisamos saber qual o critério que fundamentam, ou norma em que se baseiam para fazer a alteração e em que se baseiam os atuais para modificar a orientação — O SR. DEPOENTE: Entendi melhor a pergunta de Vossa Excelência e tentarei responder. Quando se iniciaram as escolas aqui, a educação era regida por leis diferentes. A Lei de Diretrizes e Base da Educação não havia sido aprovada ainda. Só o foi em fins de 1961. Nessa altura, a lei vigente era muito rígida e estabeleceu uma série de providências minuciosas para funcionamento das escolas, principalmente no ensino secundário. Então, procuramos executar a lei que existia, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com o esforço ou empenho especial de tirar tudo que ela permitisse no sentido de inovação. Mesmo assim, não atrasada era a lei, tão rígida que muitas medidas precisaram ser contornadas para fazer a educação moderna. Por exemplo, o sistema de notas estava previsto na lei. Não haveria possibilidade de alterar o sistema de notas, que completamos com medidas técnicas para melhorar o sistema. Já o regime integral não. Esse foi instaurado porque a lei não o previa. Mas o foi até que condições apareceram a determinar a mudança do regime de tempo integral para o aluno. Quem o determinou? O Conselho da Fundação, que, estudando a situação, decidiu que o regime seria de 6 horas ou de 4 horas, etc. Não foi decisão dos professores. — O SR. ABEL RAFAEL: Tinha autorização ou base legal para proceder à alteração? — O SR. DEPOENTE: Tinha. Competia ao Conselho decidir, uma vez que a lei dava o mínimo, mas não o máximo. O Conselho, examinando a situação do ensino, entendeu que era possível. — O SR. ABEL RAFAEL: Não era critério de horas de aula, mas do sistema. — O SR. DEPOENTE: O sistema, naturalmente, tinha uma série de soluções, umas baseadas na lei, outras, na doutrina pedagógica. Por

exemplo, o estudo dirigido não é de lei, mas de execução de trabalho. Pode-se fazer estudo dirigido. Aparentemente a lei não o exige. Mas, se exigisse, se teria a impressão de estudo dirigido, porém não se estaria fazendo-o. Os educadores falam num esforço de aperfeiçoamento. Dizem-me: Quando não melhoramos, estamos regredindo, e as condições para o aperfeiçoamento do ensino deveriam ser tão favoráveis que permitissem ao professor continuar com o sistema adotado e melhorá-lo. Mas as condições não permitiram que eles se empenhassem para fazer de fato um estudo orientado, bom, e depois melhorar e descobrir formas novas de orientação do ensino.

O SR. ABEL RAFAEL: Por que não podiam aplicar o ensino orientado? — O SR. DEPONE, digo, DEPOENTE: Aplicam-nos na medida em que as condições o permitem — O SR. ABEL RAFAEL: Acha Vossa Senhoria que no primeiro ano era possível aplicar o ensino orientado e nos outros não? — O SR. DEPOENTE: Sim. — O SR. ABEL RAFAEL: Então, por que no primeiro ano o ensino foi orientado até as provas e uma semana antes delas foi um tel de dar pontos novos, marcar pontos novos, que os livros desciam das bibliotecas e não chegavam mais? Por que no 1º ano não o executaram? Somos vizinhos, V. Sa. me conhece. Tive 8 filhos matriculados no ensino oficial em Brasília. Acompanhe-os de perto e vi como tudo se modificou. Os alunos diziam que não eram orientados, que o pai não os orientava. Mas ficavam brincando no clube, todo o mundo dançando, ouvindo discos. V. Sa. sabe disso melhor que eu. Depois na época das provas, jogavam-se essas questões, com o mesmo critério da escola tradicional. E quem não tinha a biblioteca do pai, como os meus filhos, ficava desamparado. Vi muitos alunos correrem a minha casa atrás de livros. Porque ainda no 1º Ano não se obedeceu a esse critério, que era bom? A que V. Sa. atribui a falta de preparação dos professores: às condições materiais, ou à mudança de opinião dos dirigentes? — O SR. DEPOENTE: De fato, o quadro que V. Exa. apresentou é real. Os alunos iam à escola, tinham festas, gostavam muito da escola; divertiam-se muito lá. O SR. ABEL RAFAEL: Mas não aprendiam. — O SR. DEPOENTE: Aliás, nosso ideal de educadores é que a escola seja risonha e franca. Dosar

as coisas, distinguir o, digo, distribuir o trabalho do professor e do aluno, de modo que não se prejudique aquilo que se aprende pelos processos tradicionais, ao mesmo tempo que se educa para a vida moderna é problema extremamente difícil. Penso que por não tê-lo conseguido, por falta de capacidade. Mas obtivemos algum sucesso. Estamos ainda engatinhando nos problemas do método. Os professores quiseram fazê-lo, empenharam-se para, digo, realmente para isso, para torná-lo o mais perfeito possível. Mas, mesmo as, digo, mesmo assim, era deficiente o resultado, não por culpa dos professores, da administração ou dos alunos. Estávamos todos a serviço de uma causa nova, tentando dar aos nossos filhos uma educação melhor, às vezes não compreendida por pais e alunos. — O SR. ABEL RAFAEL: Sr. Professor Armand Hildebrand, eu acuso V. Exa. e os diretores iniciais do ensino em Brasília de terem levado a nós e a nossos filhos a uma aventura, que custou, minha pai, problemas educacionais tremendos com os meus filhos, que perderam ano, "levaram pau", fizeram segundo época, coisa que nunca na minha família houve. Tive que ir tirando-os, um por um, do colégio oficial e ir passando-os para colégios particulares. Só tenho uma filha terminando o Curso Normal. Portanto, acompanhei esses métodos todos, suas idas e vindas. Permita-me dizer, por isso, que acuso os dirigentes do ensino V. Sa., vai-me perdoar, de terem feito uma aventura, sem base sequer legal para garantirem a continuidade do sistema. Esse sistema, que não condeno, devia ter pelo menos a garantia legal para sua continuidade e obrigar o Secretário Itinerante, que temos tido, e essa massa de diretores da CASEB e Elefante Branco, digo, Elefante Vermelho a respeitarem a continuidade de um sistema educacional. V. Sas. implantaram um sistema que depois não aguentaram. Agora, V. Sa. diz: as condições materiais não permitem. Sim, mas todos vimos que as condições materiais eram tremendas. O que vemos agora, como resultado, não é apenas a falta de casa para os professores, como citou. A instabilidade da direção levou os professores a uma dúvida atroz. V. Sa. conhece os casos. O depoimento é seu, mas trata-se de um diálogo, digo, um diálogo, e tenho que fazer prova, nesta Comissão, de que o ensino está podre, por isso passo em cima de todo o mundo. V. Sa.

me perdoará. O que fôr verdade, tenho de apurar. E quando se trata disso, não tenho tanto respeito a determinadas convenções. — O SR. DEPOENTE: Pois não. — O SR. ABEL RAFAEL: Houve um caso em que, para eleição de um grêmio na CASEB, não sei se a seu tempo de direção, fizeram um comício. De um lado e de outro havia exaltação. Então, os ânimos se esquentaram mais, e quando um professor quis impedir um aluno de continuar a deblateração, o aluno "encheu a cara" do professor. Foi o Professor Max D'Ávila o agredido. Estou mostrando o resultado, o efeito do sistema, que desde o princípio denunciava suas falhas e que era preciso um pulso forte para continuar e não dar o tremendo resultado do fim do ano, no ensino geral, com aquele teor de reprovações. Não se trata de métodos bons ou de instalações; não é o método visual, ou esse ou aquele: é o resultado. Todos aqui aprendemos pela escola "atrasada". Estamos aqui, graças a Deus temos título universitário e sabemos sustentar nossos pontos de vista. De forma que não é apenas a parte material. Por conseguinte, acuso os dirigentes do ensino — V. Sa. perdoe, é pessoa a quem admiro pelos seus trabalhos e pela sua integridade pessoal e moral... — O SR. PRESIDENTE: Toda a Casa o admira. — O SR. ABEL RAFAEL: Faço a distinção entre pessoa e função. Mas acuso V. Sas. de nos haverem levado a essa aventura, com prejuízos tremendos para a educação, cujos resultados sentimos até hoje. — O SR. DEPOENTE: Obrigado. De fato, é uma aventura a educação em Brasília como o é Brasília e isso em que todos estamos empenhados: levar o País aos destinos que ele deve seguir. Todos. Graças a Deus, eu diria, tomei parte nessa aventura. Por isso tentamos fazer uma educação nova. Será muito fácil fazer uma educação velha, tradicional, manter a disciplina rigorosa. Bastaria escolher professores com 20 anos de magistério e entregar-lhes a força da autoridade e disciplina; fazer que eles, durante o ano, ensinassem o aluno a decorar fórmulas, a unicamente respeitar formalmente uma autoridade, e, no fim do ano, apresentar-mo, digo, apresentarmos aos alunos uma série de questões já formuladas e decoradas, que eles responderiam. Provavelmente o número de aprovações ser a maior. — O SR. ABEL RAFAEL: Mas isso foi feito.

Somente não deram tempo aos alunos de fazerem a "decoreba". Converso muito com os meus filhos. Diziam-me: Durante o ano inteiro disseram que era diferente. Agora é a velha *decoreba*. Lá em casa, desciam das prateleiras os meus livros e entravam a decorar, porque só no fim da pu, digo, última semana passaram a empregar o método tradicional. Se houvessem preparado o aluno para virem decorando o ano todo, isso não aconteceria. — O SR. DEPOENTE: Vivi na minha casa o mesmo problema. (Riso) Mas há o seguinte: uma coisa é a educação real, efetiva que resulta na alteração do comportamento do aluno e da sua compreensão dos problemas do País e do mundo; outra é ele ter uma nota, um ponto para ser aprovado e ir para a série seguinte. É muito fácil fazer aparência de educação. É fácil aplicar a educação tradicional, o que é o fácil é levar o aluno a aprender, a se desenvolver, a crescer e participar ativamente, conscientemente na vida do País. — O SR. ABEL RAFAEL: Mas está acontecendo na CASEB. — O SR. ARMAND HILDEBRAND: Eu não me aborreo com o caso do incidente que V. Exa. citou com o rpo, digo, professor, isso indica que nós estávamos tentando levar os professores e alunos a exercitarem processos democráticos de vida. O professor no momento deu uma opinião que não estava dentro da chave discutida pelos alunos, eles foram a um procedimento mais agressivo, é normal. O SR. ABEL RAFAEL: Então V. Sa. acha normal que num colégio um aluno dê na cara de um professor? — O SR. DEPOENTE: Não, não acho normal, mas isso sempre aconteceu, até na escola antiga. — O SR. ABEL RAFAEL: Vou citar então dois outros casos, piores ainda porque o professor, forte, sacudido, pega o aluno fraco e dá na cara dele, como aconteceu duas vezes. Uma, quando o Professor Fábio Bruno, diretor de departamento, deu na cara do aluno Sérgio Gutemberg e outra quando o Professor Donato Cavalcanti, também diretor de departamento, deu na cara do aluno João Moreira e do outro, Aldo não me lembro de que. Um caso puxa o outro porque tudo pertence a uma corrente. Os professores agora foram ao *revertério*, como dizem os alunos. São expressões típicas de alunos. Eu sou pai e professor e, quando pego um aluno, converso com ele, como um camarada — sei conversar com os alunos e com os meus filhos — procuro

apurar essas coisas todas que não dignificam a escola nem a tradicional nem a revolucionária porque acho que a escola revolucionária tem o direito de se firmar e deve ser revolucionária porque quem não é revolucionário é reacionário. Todos nós temos que ser revolucionários, toda a minha doutrina cristã-política é revolucionária, é de modificar o sistema, modificar a estrutura. Temos de tender para isso. O que não posso é consentir, com a minha omissão, que se piore, a pretexto de consertar. E esta Comissão de Inquérito, promovida em grande parte por meu intermédio, visa a dar a Brasília, a esse professorado aqui, digo, abnegado que veio no princípio e a muitos que vieram depois e estão lutando, melhores condições de compreensão e de trabalho, para que tenham satisfação no trabalho porque trabalho não é castigo, trabalho é um prazer. Estão nos faltando muitas condições, autoridade, e muita coisa está conspirando contra o ensino em Brasília porque muita gente entende que esse negócio de ser revolucionário é derrubar o que existe sem por coisa nenhuma no seu lugar. Ora, não se pode revolucionar o ensino sem atender ao respeito de determinadas coisas do ensino tradicional. Pergunto agora, quando foram nomeados os primeiros professores houve critério político? — O SR. DEPOENTE: Não, posso assegurar que não. — O SR. AVEL, digo, ABEL RAFAEL: Por que vieram mulheres de professores, ou maridos de professoras, ou noivos de professoras, ou noivas de professores, ou filhos de professores, etc? Seriam todos capazes? — O SR. DEPOENTE: Passaram pelo sistema, é claro que não tínhamos o tabu da prova porque poderíamos ter. Ou adotávamos um sistema, digo, um simples critério de escolher na base do convite ou das injunções — podíamos ter feito essa solução — ou na base de uma prova de conhecimentos, de notas, etc., mas entendemos que essa solução não corresponderia ao nosso desejo, e então tivemos um critério que eu chamaria flexível, inteligente e justo do ponto de vista do ensino para a escolha dos professores. Então, se um candidato a uma determinada vaga apresentasse condições que nós entendêssemos iriam facilitar a sua vida em Brasília — por exemplo, ter um parente aqui, ser esposa de um funcionário, de um Deputado ou de um juiz, ou filha de um funcionário — em igualdade de condições às vezes até

sacrificávamos um pouco o nosso julgamento para trazer esse professor, porque o problema aqui era de ter professores e não julgo que tenha havido nenhum mal na adoção dessa solução. — O SR. ABEL RAFAEL: Não acuso esse critério porque em doses normais ele seria justo porque seria da ambiência a um e a outro para procurar em melhores condições, mas perguntei porque V. Sa. falou no método pedagógico e citou um método global de alfabetização, e eu tive oportunidade de ver, no ensino normal, que professores ensinavam o ba-bá. — O SR. DEPOENTE: Está errado. — O SR. ABEL RAFAEL: Então, minha filha, que se formou na primeira turma de normalistas de Brasília — e que vinha do segundo ano do Colégio Stela Matutina de Juiz de Fora — que já tinha passado por isso, a família é toda de professores, havia protestado com a professora que não convo, digo, concordara. Então, digo, Então ela chamou a orientadora, uma das grandes professoras do ensino normal em Brasília, competente, capaz, a D. Conceição, a qual remediou tudo porque o critério aí tinha falhado. Professora de curso normal — eu não cito o nome, absolutamente — vai ensinar a aluna dela que lecionasse pelo ba-bá. Então, mesmo num sistema muito rígido, pode escapar alguma coisa, não podemos querer ser tão perfeitos. Mas essas pequenas coisas o tempo cura, agora o que não pode curar é o resultado. Agradeço a V. Sa., e acho que do seu depoimento vamos tirar muito proveito porque V. Sa. instalou, como foi, digo, viu como foi, nós estamos vendo como é V. Sa. está afastado, mas se for a CASEB, verificará que está suja, imunda, não é aquela CASEB que V. Sa. entregou, é uma vergonha, e o sistema está totalmente alterado. A Escola Parque está caindo, a sala de trabalhos manuais não funciona, pois recheia-se que caia na cabeça dos alunos. Há infiltração de água. Tudo está abandonado porque o espírito revolucionário de Brasília não está aqui presidindo os destinos do ensino oficial, e nesta oportunidade eu pedir a V. Sa., entusiasta, idealista, que lutasse para aquele idealismo da comissão inicial da CASEB voltasse a imperar, que não permitisse que os rumos se modifiquem. Pouco importa que determinados aspectos desta Comissão que eu pedi não sejam provados, comissão de inquérito não prova coisa nenhuma, mas evita que as coisas piorem, e nesta oportu-

midade pediria a V. Sa. que lutasse um pouco na esfera da sua influência para que aquilo que V. Sa. sonhou e que nós achamos tão bonito, não se perca de todo. Fico muito obrigado a V. Sa. — O SR. PRESIDENTE: — Quero agradecer ao Professor Armand Hildebrand o seu comparecimento a esta Comissão, e dizer que o seu depoimento trouxe muita luz aos ap, digo, aspectos de maior esclarecimento. Professor Hildebrand, receba do Presidente desta Comissão a certeza de que estamos aqui no desejo de acertar. Muito obrigado a V. Sa.

DEPOENTE: PREFEITO IVO MAGALHÃES.

Reunião: 1º de agosto de 1963

Ao 1º dia do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e três, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Prefeito Ivo de Magalhães prestou o seguinte depoimento. — O SR. PRESIDENTE — Srs. Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito reúne-se hoje para ouvir o depoimento de S. Exa. o Prefeito Ivo de Magalhães. Esta Comissão, composta de nove membros, do ponto de vista deliberativo só poderia reunir-se tendo maioria de membros, cinco, mas para ouvirmos, digo, ouvirmos deplimentos, digo, depoimentos, como, como, nada deliberaremos durante o que formos ouvir, com qualquer número poderá funcionar. Como já estamos com a hora avançada e temos sessão à tarde, permitam-me não esperar pelos colegas, justificando, porém, a ausência do Sr. Relator que por motivos superiores teve que viajar. Como se trata, repito, de depoimento taquigrafado e gravado, o Sr. Relator depois ciliará, digo, ficará a par de tudo que aqui decorrer. Iniciando os trabalhos darei, dentro de poucos instantes, a palavra ao Prefeito Ivo de Magalhães que, pela prática da casa poderá discorrer, sem tempo predeterminado ao mesmo tempo deverá responder as perguntas que lhe sejam feitas pelos Srs. Deputados. No fim de sua exposição facultarei a palavra aos Deputados presentes para que façam indagações, no sentido de melhores esclarecimentos a respeito do depoimento que for prestado. O assunto que traz o Sr. Prefeito a esta Comissão já foi bastante divulgado através da justificativa dos Deputados qua assinaram o pedido da organização desta Comissão de Inquérito para investigar as

possíveis irregularidades no ensino em Brasília, ou seja, no sistema de ensino primário, médio e superior. Dentro deste critério absolutamente impessoal dou a palavra ao Prefeito Ivo de Magalhães para que inicie seu depoimento, pedindo, no entretanto, a atenção dos colegas para a leitura da ata. (Leitura da ata). (Pausa). — Aprovada. — A propósito da data de 25 já comuniquei pessoalmente aos companheiros de Comissão que o Sr. Prefeito oficiou, com antecedência, justificando sua ausência no dia 25, por motivos superiores, se prontificando a vir hoje, como de fato aqui já se encontra. Pergunto aos Deputados presentes se desejam usar da palavra antes do início do depoimento do Prefeito Ivo de Magalhães? (Pausa). Sr. Prefeito, para facilitar o desenvolvimento de seu depoimento gostaríamos de ouvir de V. Exa. algumas palavras sobre a situação do ensino primário e do ensino médio de Brasília, como o encontrou quando assumiu a Prefeitura desta Capital, digo, desta Capital e quais as providências que foram tomadas durante sua gestão para melhorar e corrigir as naturais deficiências de um sistema de ensino que nascia com o crescimento da Capital do País. Gostaríamos que V. Exa. nos esclarecesse a razão de tantos hiatos na vida escolar de Brasília, inclusive dando lugar a dias e dias sem aulas notivados, digo, motivados por greves do corpo docente, não só do ensino médio como do ensino primário. Gostaríamos, também, que S. Exa. explicasse em que situação se encontra a Fundação Educacional de Brasília e quais os planos de V. Exa. para corrigir tôdas as anomalias, tôdas as irregularidades apontadas não só da tribuna desta, digo, desta Câmara como pela imprensa local? — Tem a palavra o Sr. Prefeito Ivo de Magalhães. — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHÃES — Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que dado o assunto da convocação seria talvez mais próprio que eu fizesse um pequeno histórico de como encontrei o ensino em Brasília e logo depois que fossem feitas as indagações que os Srs. Deputados achassem conveniente fazer, porque me parece que V. Exas. estão perfeitamente a par da situação do ensino em Brasília. Quando assumi a Prefeitura o ano passado encontrei uma situação muito séria em relação ao ensino. Foi aliás, um

dos primeiros setores com o qual logo de início tive que tomar um contato mais profundo, porquanto havia uma ameaça imediata de greve de professores e conseqüente paralisação do ensino. Dêsses inúmeros contatos verifiquei, desde logo, que havia uma grande animosidade entre professores, digo, professores e o Conselho e uma certa série de reclamações de falta de atendimento de reivindicações que eles consideravam justas e mesmo promessas de autoridades quando êsses professores vieram para Brasília. Por, digo Procurando rever o histórico do que existia, verifiquei que no ano de 1962 tija, digo, tinha havido várias greves que fizeram com que o ano letivo fôsse prolongado, todo tumultuado, trazendo, como é notório, graves prejuízos ao ensino em Brasília. Tive o primeiro vuidado, digo, cuidado de procurar, em contato com êsses professores e com os membros da Fundação, uma situação que amenzasse aquêlo clima existente para ver se levávamos até o fim, calmamente, aquêlo ano letivo, sem mais agitações, porquanto, não era possível, àquela altura, adotar providências que de pronto sanassem o que existia. Conseguimos, felizmente, graças à atuação do Conselho da Fundação e também de um certo entendimento com os professores, que apesar das dificuldades, fôssem dados alguns recursos reclamados, para material de consumo e tomamos algumas outras providências que fizeram com que concluíssemos o ano de 1962 sem que houvesse paralisação do ensino. Nesses contatos e nessas discussões verifiquei que o problema era muito profundo e que dependia de uma série de providências que não estavam diretamente na subordinação do Prefeito. O problema dependia especialmente de residências para os professores, dependia de, digo, dependia de liberação de dotações afetadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Fazenda, dependia, ainda, de construção de prédios, construção para a qual não havia ainda dotações e dependia muito, também, do sistema da Fundação, que estava sendo muito criticada pela forma de administração. A organização do ensino em Brasília, como V. Exas. sabem, é uma Fundação Educacional em que o Sue, digo, em que o Superintendente de Educação e Cultura é o Presidente e em que existem seis membros que pertencem a êsse Con-

selho. Esta organização, não sei se por razões de vícios de origem ou por transformações, estava também inadequada a situação existente, criando vários choques. Posteriormente, cheguei à conclusão de que devia tentar uma modificação do regime da Fundação. Tentei fazer isso, então, começando pela Fundação Hospitalar. Tentei alterar os estatutos das fundações, começando pela Fundação Hospitalar. Entretanto, não consegui resultados positivos porque a fórmula de alteração dos estatutos é demorada, ela depende de um estudo apresentado ao Conselho, depende de deliberação do Conselho, envio ao Prefeito, envio ao Ministério da Educação, deliberação do Ministério da Educação e finalmente, a colocação em execução dessa alteração. A tentativa que fiz na Fundação Hospitalar foi inútil. Levei dois meses debatendo o assunto no Conselho da Fundação Hospitalar. As alterações que tinham sido propostas no sentido de facilitar o funcionamento da Fundação foram muito deturpadas dentro do próprio Conselho, que achou cada uma com alguma razão que não devia ser adotada. Aquêlo achou que devia ser adotada outra e num colegiado dêsses e difícil conseguir um ponto de vista comum, sendo necessário uma maioria de 4 votos para que fôssem aprovadas aquelas modificações. Devo esclarecer que êsse estatuto que saiu da Fundação Hospitalar já não era o estatuto conveniente ou pelo menos que tinha sido achado conveniente pela média dos que o tinham estudado. Era um estatuto que atendia àquelas opiniões do próprio Conselho. Posteriormente, na ida para o Ministério da Saúde houve novas alterações. Com isso tudo levamos cinco meses sem conseguir alterar o estatuto da Fundação Hospitalar. Verifiquei, então, que de prático não conseguiríamos tão cedo a alteração de qualquer estatuto de qualquer fundação e vi que a questão do ensino cada vez se agravava mais e que o Prefeito era responsabilizado pelos atos que não dependiam d'êle, em que êle tinha atuação muito indireta. Daí resolvi, em certa altura, tomar uma deliberação no sentido de fazer com que os servidores dessas fundações, digo, fundações fôssem servidores municipais para permitir um melhor controle, uma melhor lotação e mesmo uma responsabilidade maior da administração na lotação dêsses ser-

viços. Na ocasião houve uma celeuma muito grande sobre o assunto e só agora, há cerca de 15 dias, finalmente o Congresso Nacional votou artigo que permite realmente dar pros, digo, dar seguimento àquele decreto que deu início a uma série de providências no sentido da municipalização desses servidores e, conseqüentemente, a alteração do funcionamento das fundações. Enquanto o Congresso Nacional não se manifestou sobre o assunto não pude complementae, digo, complementar as medidas necessárias, o que espero fazer dentro em pouco, digo, dentro em pouco, já agora com a assessoria técnica e a própria Secretaria de Educação estudando a reorganização da Secretaria e as medidas a serem adotadas para que no início do ano letivo de 1964 tenhamos todos os problemas de ensino resolvidos em Brasília, tanto do ensino médio quanto do elementar, bem como o problema da moradia que me parece básico. Em síntese isto é o que poderia fazer, digo, dizer no momento, colocando-me agora à disposição dos Srs. Deputados para o desenvolver deste depoimento e mesmo trazendo maiores esclarecimentos à Comissão. — O SR. PRESIDENTE — em a palavra o nobre Deputado Dirceu Cardoso. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, antes de começar a inquirição eu desejava dizer que achamos o depoimento de S. Exa. muito sumário. — O SR. PRESIDENTE — S. Exa. justificou que gostaria de desenvolver seu depoimento através de indagações dos Srs. Deputados. V. Exa. deseja usar da palavra? — O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu indagaria ao Sr. Prefeito em que lei se baseou a Prefeitura para fazer a municipalização dos serviços educacionais de Brasília? Poderia S. Exa. dar um relatório mais circunstanciado? — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — Na municipalização do ensino a Prefeitura não alterou os estatutos da fundação. Eu tinha esclarecido que tentei fazer a modificação na forma previsto, digo, na forma prevista no estatuto, mas essa forma é muito demorada. Tentei fazer a modificação, primeiramente na Fundação Hospitalar, que era mais premente pois devemos levar o ensino, até o fim do ano, pacificamente. Mas até março não tinha conseguido chegar a um resultado. Consultando assessores jurídicos e outras pessoas que enten-

dem do assunto ficou visto que é atribuição do Estado dar ensino. De forma que é da Constituição que é da obrigação do Estado dar ensino. A existência de uma fundação não é um privilégio do ensino da fundação. Não é por existir a fundação que o Estado não deve dar sua parte de ensino. Se essa fundação não estava dando meios, competia ao Estado ver as medidas necessárias para, por sua parte dar diretamente o ensino. Os imóveis eram do Estado, os recursos eram do Estado e os professores eram simplesmente contratos pelas fundações, pagos por esses recursos. Então, a maneira mais prática de começar a diretamente dirigir o ensino seria colocando esses serviço, digo, esses servidores como servidores municipais. Ora, se eles ganhavam já indiretamente pelos cofres públicos, se os imóveis eram do Estado, bastava que fossem servidores municipais para que obtivessem uma série de conjuntos que permitiriam uma atuação direta. O que existia naquele instante é que o Conselho da Fundação não podia ater-se ao problema permanente que era de traçar um programa de ensino para Brasília, a necessidade de número de prédios escolares, de professores, etc. Esse Conselho vivia assoberbado com os problemas de rotina diária. O Conselho recebia, transferia, lotava, dava férias, licenças especiais, enfim, uma série de expedientes burocráticos eram colocados no Conselho. Isso impedia que problemas de maior profundidade e de efetiva necessidade de atuação fossem verificados pelo Conselho. O objetivo foi retirar do Conselho a rotina essa parte toda, entregando-lhe problemas muito mais sérios e de mais responsabilidade, ou seja, o planejamento e o estudo geral do ensino em Brasília. Foi baseado num artigo de lei Orgânica que o Prefeito baixou decreto abrindo caminho — e não transferindo — abrindo caminho para se transferir esses servidores para servidores municipais e os imóveis também, para a administração municipal. Numa segunda etapa, dentro de 8 ou 10 dias, a alteração do Conselho da Fundação, no sentido de uma nova formulação de planejamento geral, por um período longo e que se pudesse executar. Lançada a primeira parte do decreto houve, com o conhecimento público, uma divergência de ponto de

vista, de que o Ministério da Reforma Administrativa não teria sido ouvido. No entanto, nada existia que pudesse se pensar que devesse ser ouvido o Ministério da Reforma Administrativa. Isso provocou grande debate trazendo conseqüências até desagradáveis, transformando o problema ou adiando o problema até a solução do Congresso Nacional. Dadas as circunstâncias em que foi discutida a legalidade da colocação dos servidores municipais, aguardei, então, que o Congresso Nacional decidisse o assunto para iniciar, então, a segunda parte, que teremos que iniciar agora. A legalidade do ato foi pacífica, ninguém a discutiu, porque era possível ao Prefeito criar e alterar serviços e colocar servidores municipais. Nada mais ele fez do que isso. Não mexemos no estatuto das fundações que iria ser a etapa posterior, não alterando desde logo o estatuto das fundações, alterando o Conselho para que ele se visse livre dessa situação de rotina diária, de transferências, de remoções, de graves e de discussões por legislação trabalhista. Desejavamos fazer o Conselho trabalhar no sentido de u'a maior profundidade, traçando um plano efetivo para Brasília, que não existe e que não foi colocado em execução. Então, traçamos esse plano e obedecemos a esse plano. Dividir uma parte de planejamento e de orientação e uma parte de execução. Foi essa a idéia que se procurou colocar em funcionamento. *O Senhor Dirceu Cardoso* — Vossa Excelência em a cópia do decreto? — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Não. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Poderia fornecer à Comissão, oportunamente? — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Pois não. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Com esse decreto de municipalização quantos professores e quantos funcionários foram municipalizados? — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Ainda não foram municipalizados, vão ser agora, depois que se cumpra o decreto, mas foram os mesmos professores existentes. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Qual o número? Nem o ato que a Câmara votou é tão legal assim, é tão pacífico e meridiano. Creio até que há uma ação no Supremo para anular a votação da Câmara. — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Estou to-

mando conhecimento agora. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Para seu conhecimento. — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Eu pergunto a Vossa Excelência: O Prefeito pode nomear professores? — *O Sr. Dirceu Cardoso* — Está perguntando a mim? — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Estou perguntando a Vossa Excelência que está a par do assunto. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Isso depois é que vamos ensinar. Vossa Excelência. — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Eu não quero errar, quero acertar. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Vossa Excelência tem assessores jurídicos. — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Por isso é que digo. Se Vossa Excelência sabe por que vou errar? — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Quantos cargos criou? — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Eu não criei cargos. — *A Prefeitura* não tem quadros. Existe uma dotação no Orçamento para extranumerários. Dentro dos limites dessa dotação pode-se colocar um número de pessoas necessárias aos serviços. Então, colocar como extranumerários é ato de rotina. O serviço cresce diariamente. Eu não criei quadro porque a Prefeitura não tem quadro. O quadro vai ser mandado ao Congresso Nacional dentro de cento e oitenta dias. Tudo o que existe é o que vinha sendo feito anteriormente. Eu venho mantendo o que vem sendo feito. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Vossa Excelência está estribado em pareceres. — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Além de estar estribado eu gostaria de saber o que fazer realmente para fazer certo, para não errar e ter de consertar. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Aqui Vossa Excelência vem depor. — *O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães* — Exato. — *O Senhor Dirceu Cardoso* — Já havia uma ação popular fundamentada logo depois que a Câmara apreciar o veto do Senhor Presidente da República que vai ter ingresso para o processamento judicial. Não é tão legal essa legalidade da municipalização dos serviços educacionais e tanto não é legal que alguns vão bater a porta da justiça para que seja dado um pronunciamento a respeito dessa legalidade que não é tão meridiana e tão palmar como à primeira vista parece. Vossa Excelência ia nos dizer o número de professores e de

cargos. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Professores existentes no ensino elementar: Contratados — 586; Horistas — 365. Total — 951. No ensino médio: Contratados — 190; Horistas — 208, além de contratados no ensino técnico industrial, 18 e contratados pelas Escolas de Aplicação 16. Total: 432 professores no ensino médio. Em todos a "deficit". Existe um "deficit" de vinte e cinco professores no ensino médio e no ensino elementar não tenho aqui o "deficit" existentes. — O Senhor Dirceu Cardoso — E funcionários? — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Não tenho aqui o número mas mandarei, oportunamente, à Comissão. — O Senhor Dirceu Cardoso — O Senhor sabe que sou, também, da Comissão do Distrito Federal e li no outro dia, aqui, que a Prefeitura tem onze mil e duzentos funcionários. É verdade? — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Talvez tenha, mas tudo incluído, NOVACAP, Fundações, etc. — O Senhor Dirceu Cardoso — Quantos, mais ou menos tem? — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Uns quatorze mil. — O Senhor Dirceu Cardoso — Sou da Comissão de Aumento dos Funcionários e no dia em que a Câmara votou esse dispositivo, municipalizando os servidores, nós, em aparte ao Deputado Guilhermino de Oliveira que defendia as fundações, dissemos que por informação que tínhamos obtido da Prefeitura, esses funcionários atingiam 11.600 funcionários. Então, um assistente que é professor até me desmentiu e disse que eram só três mil. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Devem ser quatorze mil funcionários. Só de fundações: Fundação Educacional, Fundação Hospitalar e Fundação de Serviço Social devem ser uns três mil e poucos funcionários. — O Senhor Dirceu Cardoso — Senhor Presidente, este é um assunto a *latere*. Querria que o Senhor Prefeito, depois confirmasse se são 11 mil, ou 14 mil. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Não digo que são quatorze mil. Acredito que sejam 14 mil. Mandarei para a Comissão, oportunamente, o número certo. — O Senhor Dirceu Cardoso — A Câmara votou julgando que fosse apenas 3 mil e poucos. São então quatorze mil. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Eu vi a discussão. Só

da NOVACAP eram dez mil funcionários. — O Senhor Dirceu Cardoso — A sustentação era de que eram três mil. A Câmara votou a municipalização de 14 mil. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — O Senhor se refere a fundações ou a tudo? — O Senhor Dirceu Cardoso — A toda a Prefeitura. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Incluindo a NOVACAP? — O Senhor Dirceu Cardoso — Tudo. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Perfeito. — O Senhor Dirceu Cardoso — O assunto é a *latere*. É apenas uma verificação para que ficasse tranqüilo com minha consciência. Ainda fui modesto na afirmativa. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — É de se notar que todos os serviços em Brasília são feitos por esses funcionários. É luz, telefone, tudo, tudo. — O Senhor Dirceu Cardoso — Está certo, estou fazendo tudo sem restrições. Nesse decreto de municipalização, portanto, o Prefeito não criou cargos? — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Não. A criação de cargos é privativa do Legislativo. — O Senhor Dirceu Cardoso — Vossa Excelência disse que acha que o ensino foi tumultuado por várias e contínuas greves. Que pensa vossa Excelência das greves que os professores fizeram aqui em Brasília? — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Não acompanhei as greves dos professores. Quando cheguei aqui em Brasília não houve greves. — O Senhor Dirceu Cardoso — O ano passado houve. — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Não. Este ano houve um dia de paralisação de serviços, conseqüente da municipalização. — O Senhor Dirceu Cardoso — Mas que pensa vossa Excelência das greves? — O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães — Não justifico as greves dos professores, porque o professor como uma pessoa que tem um papel preponderante de ensinar, ele, em hipótese alguma, deve entrar em greve. Mas há uma diferenciação entre o professor na classe e o professor na sua vida social. O que existiu e ainda perdura até hoje, em grande parte, são as *promessas não cumpridas*. Prometeram ao professor quando ele veio para Brasília que tinha com residência para ele e sua família e que teria acomodações condignas. A verdade é que até hoje não deram. — O Senhor Dirceu Cardoso — Mas

todos estão sem residência ou apenas uma percentagem? — **O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães** — Há uma grande porcentagem sem residência. Deve haver uns 300 a 400 professores sem residência, sem residência em condições do professor habitar. O Senhor verá no Anexo do Lago várias famílias de cinco, seis filhos, cozinhando em um quarto com uma sala para o professor. Existe uma porção deles assim, alojados em barracas e acampamentos de obras. Isso se justificava por uns meses. — **O Senhor Dirceu Cardoso** — Isso consta do contrato? — **O Sr. Prefeito Ivo de Magalhães** — Eu não vi. Disseram-me que foi uma das promessas dos que organizaram o ensino em Brasília, ou seja, de que o professor teria residência em condições. Isso não foi cumprido e me parece que é um dos grandes motivos de muita coisa que aconteceu no ensino. Em consequência disso é que houve êsses atritos, essas várias greves, porque sem acomodações eles não vivem com sua família em condições. Não têm condições de tranquilidade de poderem fazer seu estudo, a fim de dar bom ensino. Por isso é que temos insistido em que até março, do princípio do ano em diante sejam liberados recursos para que se construam, pelos menos 250 apartamentos para professores. Sem que se dêem essas condições não conseguiremos nem trazer novos professores. Abriu-se um concurso e entraram só 130 professores. Foram aprovados quarenta. Estamos com deficiência de professores. O que se oferece aqui é muito pouco em relação ao resto do Brasil onde têm suas famílias localizadas. A remoção de uma família é difícil. Não acho a greve dos professores justificável. Compreende-se, no entanto, dada a situação existente, tenham havido essas greves. Não as justifico, mas entendo as razões. — **O Senhor Dirceu Cardoso** — Essas greves foram só por questão de residência ou houve outros motivos que exacerbaram e hipersensibilizaram os professores? — **O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães** — Não participei disso diretamente. — **O Sr. Dirceu Cardoso** — Mas como Prefeito deve ter sentido isso. — **O Sr. Prefeito Ivo de Magalhães** — Em todo o movimento social, além dessas partes próprias pessoais, existem outras, momentâ-

neas, que também interferem. Como não assisti não posso informar se houve ou não outras razões. — **O Senhor Dirceu Cardoso** — Vossa Excelência tem filhos estudando? — **O Senhor Prefeito Ivo de Magalhães** — Tenho filhos estudando em colégios particulares em Brasília. Quando aqui cheguei já estavam fora de matrícula nos outros colégios. — **O SR. DIRCEU CARDOSO** — Nós falamos com o caráter de pai. Temos filhos estudando no Centro Educacional do Ensino Médio e sentimos dentro da nossa família a repercussão dessas greves que às vezes são ideológicas e o mais das vezes são, digo, e o mais das vezes contra esta Câmara... — **O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHÃES** — Contra a Câmara? — **O SR. DIRCEU CARDOSO** — ... cujos deputados não gozam de bom conceito na boca de 80% dos professores. Eles se julgam o sal da terra. V. Exa. disse que o agravamento às vezes da situação do ensino em Brasília se deva ao choque entre os professores e o Conselho da Fundação Educacional de Brasília. V. Exa. quer explicar mais pormenorizadamente? — **O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHÃES** — O Conselho da Fundação, decidindo as questões pessoais do professor, constantemente o contrariava. Um professor tinha uma reivindicação que achava justa. O Conselho, dadas as condições gerais, achava diferente. Então havia aquela permanente luta da situação pessoal do professor com o Conselho. O Conselho não deve ter essa participação. Ele deve estar numa situação que não venha a se colocar na possibilidade de haver um choque dos interesses pessoais do professor com ele. Essa a razão pela qual se tentou, com a municipalização, colocar os servidores municipais e que todas as suas reivindicações funcionais fossem resolvidas fora da Fundação. Seriam resolvidas pela Secretaria de Administração, de u'a maneira geral igual para todos, as punções, as licenças, as transferências, as suspensões, tudo isso regulado pelo estatuto dos funcionários públicos, muito bem regulado. Não há mais motivos de discussão. Isto ficava fora do Conselho e este teria a questão do ensino, propriamente a questão técnica, a questão de planejamento. Aí a discussão não é mais pessoal, é no terreno do professor como professor e do Con-

selho como dirigente daquele organismo educacional. De forma que este choque pessoal é que me parecia trazer constantes atritos entre as deliberações do Conselho e os professores que eram os atingidos pessoalmente pelas medidas do Conselho. Um achava que devia ter licença, o outro que devia ter uma viagem para se especializar. Dava, não dava, convém, não convém. Meu ordenado deve ser aumentado, etc., etc. Então, ficava aquela discussão. Mais 20%, mais de 30%, mais 40% e o Conselho, que era um Conselho Fundação e que devia ter problemas de maior envergadura, ficava a resolver, com reuniões e mais reuniões, a questão salarial, que é sempre difícil. O objetivo primordial da administração foi tirar este encargo da rotina de administração para um assunto regular, que é o Estatuto dos Funcionários Públicos, e deixar o Conselho em, digo, deixar o Conselho com tempo disponível para a questão do ensino.

— O SR. DIRCEU CARDOSO — Não acha que a Fundação que vem tendo uma larga aceitação no País, e até é aconselhável que o ensino venha sendo dirigido por Fundação, que ela tem cedido a pressões, nesse fato econômico indissfarçável, fato financeiro, com professores para que ao invés de funcionários da Fundação fôsem funcionários públicos? — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — Não vejo qual a vantagem deles serem servidores públicos. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Também não vejo vantagem na explicação que V. Exa. também deu de que numa fundação a discussão é pessoal e com o Secretário não vai ser pessoal. — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — O que está explicando é o seguinte: A fundação em si, como fundação, e isso é pacífico, conveniente. Agora, a forma de administrar a fundação é que pode ser discutida. No caso do ensino, fundação só tinha o caráter de fundação no nome porque não há recursos fora do governo. Não tem um órgão que não seja do governo, seja da Prefeitura seja do Ministério da Educação. Os recursos são federais. Nada mais receb a não ser isso. Portanto, essa figuração de fundação é jurídica, de nome, porque, na realidade, a fundação deve receber uma série de outros recursos particulares que não existem. Os servidores da fundação seriam regidos pela Consolidação das

Leis do Trabalho. Então, V. Exa. colocaria o servidor na hora em que queria, dava o ordenado que ele queria e o aceitava dentro das condições da Consolidação das Leis do Trabalho. Mas isso é teórico também porque o mercado de trabalho aqui é um só, em que os servidores públicos municipais têm um regime jurídico diferente do resto do País, em que se ganha o dobro do ordenado. Esses homens vivem no mesmo mercado de trabalho, tendo o mesmo custo de vida. Daí eles não se conformavam em ganhar um ordenado que não fosse igual. — O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Exa. chegou aonde eu queria, que é o fator econômico-financeiro que predominou na alteração do estatuto jurídico dos professores. — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — Não houve alteração do estatuto jurídico. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Do *status* jurídico. — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — Só dos servidores, não é da fundação. Se ele ganha a mesma coisa ao ser servidor da Consolidação das Leis do Trabalho e ao ser servidor municipal, é preferível que seja servidor municipal porque, primeiro, não tem direito a greve. V. Exa. sabe que ao servidor público não é permitido o direito de greve, segundo, ele é regido por um regime já estabelecido, o do Estatuto dos Funcionários Públicos. Não era possível continuar como estava. Ora tinha as vantagens do servidor público, ora as vantagens da Consolidação das Leis do Trabalho. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, Sr. Prefeito, não foram contratados pela Fundação Educacional? — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — Sim. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Por conseguinte, são contratados inadimplentes. — O SR. PREFEITO IVO DE MAGALHAES — Foram contratados pela Fundação Educacional, no regime da C.L.T. F a Consolidação, digo, e a Consolidação das Leis do Trabalho permite reivindicações trabalhistas. E o fato de permitir essas reivindicações é que veio tumultuar. Assim, o objetivo da administração foi evitar que estas reivindicações pessoais e econômicas do professor, que mudavam a cada momento, em face das alterações do salário mínimo e outras do mercado, fôsem perturbar o ensino. Esse foi o objetivo primordial. Tiramos do Secretário de Educação essa parte, que passa para um

âmbito geral, passa à decisão do Congresso Nacional. E ninguém poderia reclamar porque se estava fazendo uma equidade, uma justiça geral. É a mesma forma de pagamento. Va-se reivindicar o que, então? É uma reivindicação de ordem geral. — O SR. DIRCEU CARDOSO — As coisas não se passam tão simples como a gente está pensando. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Este é o sentido do que a gente sente na administração. Naturalmente, há detalhes. — O SR. DIRCEU CARDOSO — A Comissão se constituiu para apurar essas causas e por isso a minha indagação vai a certas nuances. E o nosso relatório será esteado em fatos apurados pela Comissão. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Perfeitamente. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Em que consistiu a modificação na estrutura dos estatutos da Fundação Educacional? Qual foi a modificação que V. Exa. tentou? — O SR. IVO DE MAGALHÃES — A modificação não foi feita. — O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Exa. tentou, a princípio. Depois, viu que eram baldados os esforços e... — O SR. IVO DE MAGALHÃES — A modificação era especialmente de vamos dizer norma geral. O Conselho havia tomado uma série de atribuições. Havia, então, necessidade de mudar a feição, a forma, o sentido dado a esse Conselho. O estatuto da Fundação não sofreu, de pronto, alteração alguma. Terá que sofrer algumas alterações para se colocar dentro dessas condições. Mas são alterações que não virão modificar muito. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas V. Exa. disse no princípio que tentou, digo, que tentou modificar o estatuto da Fundação. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Da Fundação Hospitalar. Comecei pela Fundação Hospitalar. Estávamos em setembro ou outubro do ano passado e não me convinha, para haver tranquilidade no ensino, começar a mexer no estatuto da Fundação Educacional. Então, como convinha que o ano letivo, que já fôra tumultuado, fôsse até o fim pelo menos com certa tranquilidade, para que eu não iria criar problema sobre discussão do estatuto da Fundação Educacional? Fomos, dêsse modo, para outra Fundação, a Fundação Hospitalar, que é idêntica na estrutura. Nesta é que houve debates e modificações. Até março não tínhamos conseguido

aprovação. Como a tramitação era igual, verifiquei que na Fundação Educacional seria a mesma coisa. Portanto, nem tentei fazer modificações na Fundação Educacional. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer em *última ratio*, que V. Exa. proclama a falência da Fundação Educacional e a excelência do regime de municipalização. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Não. V. Exa. entendeu mal. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero justamente a sua palavra. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — A minha palavra é a seguinte. Encontrei... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Pelo que V. Exa. viveu e conhece do assunto. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Encontrei a Fundação Educacional sem funcionar e tentei... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Queremos que V. Exa. diga por que razão não funcionava. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Uma das principais razões é essa que já disse, a permanente disputa dos professores em relação ao Conselho, digo, Conselho da Fundação, as permanentes reivindicações dos professores em relação ao Conselho, atribuindo ao Conselho tudo que estava errado na Fundação e o Conselho, por sua vez, sustentando que os professores é que não executavam determinadas tarefas. Havia, então, uma situação não digo de choque, de briga, mas de discussão muito acirrada... — O SR. DIRCEU CARDOSO — De atrito. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — De atrito. — ... entre os professores e o Conselho. Foi isso o que encontrei. E tentei ver se conduzia de outra forma. Cheguei à conclusão de que a melhor solução seria tirar os professores dessas reivindicações e deixar o Conselho e a Fundação, sem que houvesse idéia ou propósito de eliminar a fundação completamente, mas no propósito de procurar... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas não acha V. Exa. que, com a situação atual do ensino, a Fundação é uma... — O SR. JUAREZ TAVORA — Superfetação. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim. Está liquidada a Fundação Educacional de Brasília. — O SR. IVO DE MAGALHÃES — Por que liquidada? — O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou perguntando V. Exa. não acha isso? Em que existe mais fundação agora? V. Exa. disse que era em nome, era nominal apenas a Fundação. Com a atual situação

jurídica dos funcionários e professores, o que é a Fundação Educacional de Brasília? — O SR. IVO DE MAGALHAES — A Fundação por, digo, A Fundação pode vir a ser colocada no verdadeiro papel dela, que seria, a meu ver — e ela foi levada a coisas diferentes — programar o plano educacional de Brasília, o número de escolas necessárias, seus currículos, o número de professores, o ano em que deveriam ser construídas essas escolas, enfim fiscalizar a execução do programa e... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Prefeito, mas, para isso, não precisa esse órgão tão suntuoso de Fundação. O Secretário fará o plano. Quer dizer: a municipalização desses serviços é o atestado de óbito da Fundação. — O SR. JUAREZ TAVORA — É irreversível — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim. — O SR. JUAREZ TAVORA — Nunca mais voltará. — O SR. IVO DE MAGALHAES — Quanto ao servidor, não tenho dúvida — O SR. DIRCEU CARDOSO — A Fundação é uma superfetação, uma desnecessidade. — O SR. IVO DE MAGALHAES — Estou separando as duas coisas. Existe uma série de serviços públicos, de autarquias, de sociedades anônimas que funcionam com servidores públicos. O regime jurídico do servidor nada tem a ver com o órgão propriamente. Não é por ser servidor público funcionando na Fundação que a Fundação, como estrutura e pelo seu funcionamento... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Vossa Excelência diz que a Fundação agora vai reservar-se o trabalho de planejar o número de professores. Ora, é um órgão muito valioso para fazer esse serviço. O Diretor de cada Instituto ou de cada Departamento de Saneamento, digo, de cada Departamento de Ensino vai elaborar os planos. — O SR. IVO DE MAGALHAES — Acha o contrário, Deputado. Acho que a importância do assunto é o plano e a execução e fiscalização, deste, o que não foi feito até hoje. — O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Exa. disse que é importante. Quería, então, que respondesse: como coloca V. Exa. o ensino no plano de sua administração? — O SR. IVO DE MAGALHAES — Como importância? — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim. — O SR. IVO DE MAGALHAES — É a da mais alta importância, tanto que do ano pas-

sado até hoje dobramos o número de escolas. Construímos uma parte com convênio com o Ministério da Educação e a outra parte diretamente, com todo o sacrifício, lutando com falta de recursos. Construímos 25 escolas, 20 nas cidades satélites, e 5 no Plano Piloto — 4 escolas-classe da mais alta categoria e um ginásio industrial no Plano Piloto. Temos ainda, que construir até o fim do ano e, portanto, para funcionarem no próximo ano, mais um ginásio na Asa Norte, para deixar completamente tranqüila a questão de matrículas no ginásio, duas outras escolas-classe no Plano Piloto e mais 15 escolas nas cidades satélites. Com isso, de uma vez por todas, acabaremos com o problema escolar em Brasília. Por conseguinte, a minha administração dobrou o número de escolas em Brasília. Só isso — O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é propriamente construção de escolas. Como V. Exa. coloca o ensino, vamos dizer, o fato pedagógico, no quadro de sua administração? — O SR. IVO DE MAGALHAES — Acho de prioridade número 1. Considero o ensino e a saúde fundamentais em Brasília. Por isso, estamos nos dedicando a isso. Encontrei o plano de ensino inicial desvirtuado. Em vez de tempo integral, estava com dois turnos, como V. Exa. sabe perfeitamente. Mas não podemos extinguir os dois turnos sem construímos novas escolas. Precisamos construir novas escolas para fazer com que o plano de tempo integral seja cumprido pelos professores, dando-lhes residências para que possam dar atendimento tranqüilo aos alunos. — O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Sr. Presidente, como estou participando da reunião de bancada, pediria ao nobre Deputado Dirceu Cardoso que me permitisse fazer algumas considerações — O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não — O SR. BRENO DA SILVEIRA — Quero, na oportunidade, salientar que fui um dos Deputados que deram apoio à municipalização. Quería apenas dar um esclarecimento aos integrantes da Comissão. Os professores, que para aqui vieram muito anteriormente à administração Ivo Magalhães, vieram por concurso. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Por uma seleção. Não houve concurso. — O SR. BRENO

DA SILVEIRA — Seleção rigorosa, nobre Deputado, feita nos Estados.

— O SR. DIRCEU CARDOSO — Já apuramos com o Diretor de Ensino, que esteve aqui, que houve uma simples seleção. Não houve concurso.

— O SR. BRENO DA SILVEIRA — Houve, em todos os Estados do Brasil, uma seleção rigorosa. Em Pernambuco, inclusive, se não me enganar, houve possibilidade de se atender a isso. Foram contratados professores da antiga Fundação Getúlio Vargas e muitos deles, do mais alto gabarito, vieram do Ginásio de Nova Friburgo. — Esses homens de xaram posições as mais tranquilas de estabilidade e entraram no concurso com aquela esperança de aqui se estabilizarem. E o que aconteceu? Foram contratados por um ano. Passaram, então, a ter à frente sempre a possibilidade de a Fundação contratá-los novamente, ou não depois de se terem mudado com armas e bagagens para Brasília — e todos sabemos das dificuldades que Brasília oferece até a nós, Deputados. Assim, depois de um ano, seriam novamente contratados, ou não. Criaram-se, com isso, os primeiros problemas, os primeiros choques entre a Fundação e certo grupo de professores. Muitos deles foram aliás, dispensados. Procuraram a mim, ao Deputado Aurélio Vianna e a vários outros colegas. A luta foi muito grande. Passou a haver essa insegurança quanto à permanência dos professores. Agravou-se, inclusive, o problema habitacional que a Fundação Educacional não poderia, em hipótese alguma, resolver. Pensou-se, então, na possibilidade de se dar estabilidade aos professores, desde que o concurso a que se submeteram era válido, ficando para ser resolvido posteriormente o problema habitacional, desde que a Prefeitura sómente poderia solucioná-lo se os professores fossem funcionários. — A municipalização trouxe, portanto, em primeiro lugar, tranquilidade aos professores, liquidou com a espada de Dâmoçles que pairava sobre a cabeça deles, e, em segundo lugar, digo, e, em segundo lugar, abriu perspectivas para solução do problema habitacional, que era dos mais graves. Com a municipalização, hoje o Prefeito Ivo Magalhães, se não me enganar, está procurando resolver a

questão habitacional dos professores de Brasília, que era das mais graves, já que professores, com famílias, com 4 ou 5 filhos, moravam em apartamento "JK", sem sequer um lugar para preparar, digo, sem sequer um lugar para preparar as aulas. E a Fundação, em administrações anteriores, não tinha tido condições de enfrentar essa situação e dar segurança ao professorado de Brasília.

— Quero, neste momento, nesta minha intervenção, render, digo, nesta minha intervenção, defender a municipalização e dizer que, depois dela, passou a haver uma faixa de tranquilidade no que diz respeito ao ensino em Brasília, digo, ao ensino em Brasília, que poderá no meu ponto de vista tomar um roteiro positivo.

— Desejo chamar a atenção dos Senhores integrantes da Comissão que a municipalização vai, realmente, atingir alguns professores. Muitos tinham cargos fora dela e terão que optar. Esses professores com cargos efetivos na Guanabará, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul ou em qualquer outra unidade da Federação, estavam aqui contratados e terão, com a municipalização, que optar entre ser funcionários da Prefeitura de Brasília, no setor educacional, ou retornar a seus cargos, ou, então, terão um contrato de trabalho, talvez diferente, no caso de não ser possível a acumulação prevista em lei. No entanto o fato é que haverá segurança para esses professores que fizeram concurso para aqui vieram e se instalaram e têm trabalhado. Sou pai de 8 filhos — todos eles estão nos setores educacionais de Brasília, desde a Faculdade de Arquitetura até a Escola Maternal. Posso assegurar que estou plenamente satisfeito com o ensino em Brasília. Tenho formação católica e minha esposa é Presidente da Associação Católica de Brasília, e até hoje nenhum dos meus filhos orientados na tradição católica, sofreu nenhuma influência de qualquer professor no que toda, digo, no que toca a idéias políticas contrárias a essa formação. — E' um depoimento que queria prestar à Comissão porque sou responsável por uma família numerosa e, tendo essa formação católica, por tradição, estou sempre atento a qualquer influência danosa que meus filhos possam sofrer naquelas casas de ensino. —

Finalizando, acho que a municipalização veio dar tranquilidade a este grupo de professores das mais diversas origens, que para aqui vieram com um pouco de sua tarefa, de sua cultura, ao ensino. Ninguém poderá dizer que este ensino seja perfeito, mas o trabalho desta Comissão, dos Deputados, a experiência do dia a dia, poderá ir modificando-o aos poucos, para que Brasília seja padrão de ensino no Brasil e no próprio hemisfério. — Era a intervenção que quer a fazer, para prestar um depoimento, com licença do nobre Deputado Dirceu Cardoso, já que estou participando da reunião da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, ouvimos o depoimento, digo, o depoimento do nobre Deputado Breno da Silveira, contra quem esta Comissão ou a Câmara não podem arguir coisa alguma. Tenho pontos afins com S. Exa. — também tenho filhos — mas já não posso dizer a mesma coisa que S. Exa. diz. Tenho lá três filhas, que ainda não tirei porque quero ir até o fim, mas estão largamente influenciadas por alguns professores que às vezes deixam de dar aula para fazer pregação. — O SR. IVO MAGALHÃES — Na escola? — O SR. DIRCEU CARDOSO — Na escola. — O SR. IVO MAGALHÃES — Nesse caso, acho que compete a V. Exa. denunciar, declinando os nomes dos professores e a ocasião em que assim procedem. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Vamos apurar aqui. Tenho, inclusive, documentos. — O SR. IVO MAGALHÃES — Mas, Deputado, permita... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou, agora, também dar um depoimento, Sr. Presidente, a Comissão é de Inquérito. Os Deputados não vieram aqui depor. — O SR. IVO MAGALHÃES — Mas, como Prefeito, tendo a responsabilidade da administração, se V. Exa. faz uma denúncia objetiva dessas, de que seu filho é influenciado por professor, compete a mim saber de V. Exa. quem é o professor, para imediatamente mandar tomar providências, digo, tomar providências. Acho que essa é a minha obrigação. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Não sou homem de denúncias. Estou apenas divergindo do conceito que faz o nobre Deputado Breno da Silveira. Te-

nho ainda meus filhos lá. Vou até o fim. Tenho, inclusive, documentos. Fui como nosso ilustre Presidente até lá, a fim de apurar essa acusação, e apuramos. Trouxemos documentos sobre acusações que não foram feitas pelas minhas filhas, mas que surgiram na Câmara. Portanto, o ensino não é isento como diz o nobre Deputado Breno da Silveira. Há professores que deixam de dar as aulas para fazer comentários ideológicos. E minhas filhas, mocinhas, que tinham certa tendência até de esquerda, perderam essa tendência face ao pronunciamento categórico, iterativo, quase que diário desses professores. Portanto, não há essa isenção de que se fala, absolutamente, e tenho na minha carne exemplos desse documento. — O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Esses documentos já foram trazidos a esta Comissão, nobre Deputado? — O SR. DIRCEU CARDOSO — Já. O nobre Presidente sabe, porque lá fomos, o nobre Deputado, o Deputado Lauro Cruz, o Deputado Manoel de Almeida e eu, há um ano e pouco. — O SR. PRESIDENTE — Neste passo, tendo sido citado pelo nobre Deputado Dirceu Cardoso, preciso esclarecer à Comissão que não fomos lá em caráter oficial. O Deputado Coelho de Souza, então Presidente da Comissão de Educação, tomando conhecimento da denúncia, feita em Plenário, do Deputado Abel Rafael e não querendo que a Comissão de Educação ficasse alheia ao problema, pediu aos Deputados Dirceu Cardoso, Lauro Cruz, Manoel de Almeida e ao Presidente desta Comissão, que procurassem fazer uma visita ao Centro de Educação Média, a fim de se inteirarem da procedência ou não da denúncia. Naquela oportunidade, o Deputado Abel Rafael se referia a planos de aula, realizados pela professora de Geografia, em que havia, segundo S. Exa., uma participação direta da professora, no sentido de encaminhar os alunos para o estudo, em profundidade, dos países socialistas, em detrimento do estudo dos países da área ocidental. No Centro de Educação Média, o Diretor de então nos apresentou o que poderíamos chamar de apostilhas, mas que não eram propriamente apostilhas e, sim, trabalhos realizados pelos alunos, sob a orientação da professora. Lembro-me

de que, na parte de Geografia, o Deputado Dirceu Cardoso e eu folheamos um trabalho que abrangia os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e a União Soviética, sendo que a proporção de páginas era muito desigual entre esses países; os primeiros ocupavam quatro ou cinco páginas mimeografadas, se não me engano, e a parte reservada à União Soviética ocupava um número de páginas superior a 20 ou 30. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Eram 60 páginas. Continham até informações sobre o funcionamento do soviet municipal. — O SR. PRESIDENTE — Nessa oportunidade, tive uma entrevista com a professora de Geografia, e, não querendo transformar-me num agente do FBI, nem, tampouco, num censor da liberdade de cátedra, chamei a atenção da professora para a grande falha pedagógica que ela estava cometendo, uma vez que cabia a ela dosar os assuntos e não conduzir os alunos a um desigual tratamento para com aqueles países, fazendo centro daquelas atividades um país, em detrimento dos outros. Senti que ela, que estava esperando uma recriminação de ordem ideológica, ficou absolutamente confusa e se declarou de fato falha na sua orientação pedagógica, justificando apenas aquele excesso em relação à União Soviética pela curiosidade natural da adolescência para os países que vivem sob um sistema novo do ponto de vista social e pela campanha que se faz contra esses países, despertando no fruto proibido, maior curiosidade. Lembrou-me muito bem de suas palavras. Foi assim que ela justificou. Mas, em verdade, essas apostilhas foram compulsadas informalmente por esses quatro Deputados. — É esse o meu depoimento. — O Sr. Dirceu Cardoso — Tenho as apostilhas e vou entregá-las à Comissão. — O Sr. Breno da Silveira — Em que ano foi isso? — O Sr. Dirceu Cardoso — No ano passado. — O Sr. Presidente — Em fins de 62; se não me engano, em outubro. — O Sr. Deputado Lauro Leitão — Sr. Presidente, peço a palavra. — O Sr. Presidente — Com licença do nobre Deputado Dirceu Cardoso, que está interrogando, tem a palavra o nobre Deputado. — O Sr. Lauro Leitão — Sr. Presidente, os esclarecimentos trazidos pelos eminentes colegas são muito interessan-

tes. Acho mesmo que até Deputados poderíamos ouvir nesta Comissão, mas, *data venia* desses prezados colegas, estamos fugindo um pouco ao objetivo da convocação do Sr. Prefeito. S. Exa. veio depor perante esta Comissão. Acho que deveríamos procurar tirar o maior rendimento da exposição de S. Exa. O Sr. Presidente — Concordo com V. Exa. A minha liberalidade neste assunto foi porque o Deputado Dirceu Cardoso permitiu a intervenção do Deputado Breno da Silveira. O Deputado Breno da Silveira deu um depoimento e o Deputado Dirceu Cardoso não satisfeito, contraditou-o em parte. O Sr. Deputado Lauro Leitão — Deveremos fazer esses comentários na ocasião em que discutirmos os depoimentos trazidos ao seio desta Comissão. Faremos, então, o nosso relatório e, inclusive, se for o caso, depois de aprovado pelo plenário mandando cópia ao Sr. Prefeito, para tomar as providências que lhe competir. — Era, com todo o respeito aos eminentes colegas, a sugestão que queria fazer, no sentido de que ouvíssemos o Sr. Prefeito e, oportunamente, comentássemos e criticássemos o seu depoimento ouvindo até Deputados. O Deputado Breno da Silveira poderia comparecer a esta Comissão, onde seriam reduzidas a termo suas declarações. — O Senhor Presidente — Perfeitamente. O Sr. Lauro Leitão — Não viemos a esta Comissão de espírito preconcebido. Temos que averiguar os fatos com toda a isenção e, depois, sugerir as providências que entendermos devam ser tomadas. — O Sr. Presidente — Concordo com as ponderações de V. Exa e repito que se permiti a intervenção do Deputado Breno da Silveira foi com consentimento prévio do Deputado Dirceu Cardoso. — Apelo, assim, ao Deputado Dirceu Cardoso para que volte à sua posição de interrogar o Sr. Prefeito. — O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Prefeito, com relação a concurso dos professores tinha a dizer que não houve propriamente concurso para admissão de professores. Houve uma seleção nacional. Foram admitidos 220 professores para o ensino primário e 70 ou 80 para o ensino secundário. Hoje, segundo dados de V. Exa., são 951 do ensino elementar, quando foram admitidos 220; eram 70 a 80 do

ensino médio e hoje são 432. — Assim, não houve concurso, mas seleção. Apresentaram-se 1.500 candidatos em todo o País — em Pôrto Alegre, Rio Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Brasília. E o candidato tinha que atender às seguintes condições: registro de matéria — era condição *sine qua non*; ter no máximo 42 anos e aquilatar a Comissão, num questionário sobre suas pretensões e possibilidades, o grau de ensino que ia lecionar. Neste questionário a Comissão ou o entrevistador, como eles chamavam, aquilataria das possibilidades do professor: se sabia redigir, qual o método dele, qual o seu sistema pedagógico etc. Pois bem, desses 1.500 candidatos que se apresentaram, 300 foram eliminados por má redação em Português. Foram eliminados de início, porque não sabiam nem redigir. — Escolheram, então, esses entrevistadores 220 candidatos, aqui e ali, em todas essas capitais. Não houve, portanto, concurso de professores, e até hoje não houve concurso. Houve uma seleção em que, submetendo-se o professor a uma simples prova, o entrevistador aquilataria do grau de seus conhecimentos. Isso na palavra do Dr. Armando Hildebrando. E até disse o Dr. Armando Hildebrando que procuraram saber disposição pedagógica do professor, em torno do que — V. Exa. há de se lembrar — houve uma intervenção muito longa de minha parte, para saber em que consistia, o que caracterizava essa posição pedagógica. A meu ver, essa posição pedagógica subordinava até uma questão ideológica. — O Sr. Presidente — Mas ele explicou que não. — O Sr. Dirceu Cardoso — Senhor Presidente, às vezes a gente não houve as explicações; a gente ouviu as coisas explicadas. — Assim é que foi recrutado o professor. Não tenho dúvida de que é um ótimo professorado. Mas há, de certa maneira, às vezes uma distorção de aulas. Com relação a Cuba, então, são apaixonados. Tudo que se faz em Cuba comentam em aula larga e aconselham os alunos a viajarem até Cuba. Na primeira viagem que eles organizarem, minhas filhas serão passageiras dessa *tourneá* a Cuba, para conhecer o regime de Fidel Castro. Mas que é verdade, é. — Mas, Sr. Prefeito,

a última greve não foi para municipalização do ensino? — O Sr. Ivo Magalhães — Os assuntos são recentes e a gente pôde restabelecer bem os fatos e dar as explicações desejadas. O que aconteceu foi o seguinte. Houve o decreto em que se iniciou a transformação dos servidores em servidores municipais. Aí, houve certa celeuma. Surgiu a discussão no dia seguinte, dizendo-se que o Ministério da Reforma Administrativa era contrário a esta coisa, que havia opinião divergente num grupo de trabalho que havia lá. O grupo de trabalho não se havia manifestado, não tínhamos conhecimento de nada. Se soubéssemos que existia uma solução melhor, é claro que iríamos caminhar para essa solução. O que sabíamos era que ninguém havia dado solução e o problema existia. Ficamos 10 ou 10 dias sem saber se publicávamos ou não os decretos assinados. Determinei à Imprensa Nacional que suspendesse a publicação do decreto tão logo soube... Tinha à noite fornecido o texto dos decretos à imprensa. No dia seguinte, tomei conhecimento de que o Ministro Amaral Peixoto estaria muito contrariado dado que competia a S. Exa. examinar e não o examinara. Achei, então, que era de meu dever, como participava do mesmo Governo e o Sr. Ministro era Presidente de um Partido, dar a minha maior atenção a esse problema. Nunca poderia partir de mim impedir que alguém estudasse o assunto. — A minha primeira medida foi telefonar para a Imprensa Nacional suspendendo a publicação dos decretos, para que fosse conversar com o Ministro Amaral Peixoto. Vim a esta Câmara e numa de suas salas, conversei com o Ministro Amaral Peixoto sobre o assunto e mostrei as razões daquele decreto; que de longa data o assunto vinha sendo discutido; que nunca tinha sabido de disposição dele ou do grupo de trabalho de estudar o assunto; que nem o assunto tinha sido discutido no grupo de trabalho, porque tinha representante no grupo de trabalho e o assunto não fôra ali discutido e que era atribuição do Prefeito baixar decretos, alterando serviços, como era da Lei Orgânica. De forma que nenhuma alteração, quer técnica, quer de maneira pessoal, poderia ser leva-

da em consideração, em face daquele fato. Só uma certa exacerbação das opiniões sobre a municipalização ou não é que poderia levar o Ministro a pensar que pudesse existir outra razão. Disse a S. Exa. nessa altura: "Se o Sr. tem outra solução ou se o grupo de trabalho tem outra solução, pode dar a solução que a executaremos". Ficamos creio que 15 dias com o grupo de trabalho estudando o que se iria fazer. Permaneci aguardando que desse uma decisão, chamando sempre a atenção para o fato que o problema não era daqueles dias, mas anterior à minha posse na Prefeitura e se vinha prolongando indefinidamente. E, qualquer que fosse a solução, tinha que ser rápida, não podia ser demorada. Ao fim de 15 dias, não havia solução. Os professores e os que já estavam a par do assunto, vinham, nesses dias todos, numa pressão constante para a decisão da administração e desejando saber o que a administração iria decidir. Perguntavam o que havia. Eu sempre dizia: "Sobre esse fato a administração já tem um ponto de vista definido; já manifestei esse ponto de vista no decreto. Entretanto, o Governo está estudando uma solução para o problema". Ficou, a certa altura, resolvida a publicação do decreto, porque não havia outra solução, dado os vários problemas e os vários aspectos estudados. Chegou-se à conclusão de que era conveniente a publicação do decreto porque o grupo de trabalho ia estudar uma solução e encaminhar à Câmara o que tivesse resolvido. Decidido isso, no dia seguinte, para surpresa nossa, houve um princípio de paralisação dos serviços — porque não houve a paralisação do ensino no Distrito Federal; houve, em alguns lugares, a paralisação. Mas reagimos pedindo por todas as formas que voltassem ao trabalho, solicitando, inclusive, apoio da polícia aos professores que desejassem trabalhar e atuando, no que estava ao nosso alcance, para que a paralisação do ensino não se realizasse. Ela se realizou por um dia e mesmo assim, em alguns lugares. De modo que não posso considerar que tenha havido uma greve do ensino. Foi uma pequena paralisação. Como os ânimos estavam exaltados de parte a parte, parece que houve uma

briga numa escola-classe e os professores foram à delegacia. Mas foram questões pessoais e também ideológicas — não sei, porque delas não participei — em decorrência das quais professores foram até a polícia. Mas não foi problema de administração, porque este ficou perfeitamente equacionado, sem nenhum prejuízo para os alunos que perderam em algumas escolas, esse dia, mal, nada. A realidade dos fatos é essa. — O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Prefeito, fez parte da Comissão de aumento, na turma do Partido Social Democrático. Na noite em que discutíamos essa municipalização, aguardávamos o pronunciamento de V. Exa. como V. Exa. se lembra. — O Sr. Ivo Magalhães — Perfeitamente. — O Sr. Dirceu Cardoso — Creio que veio uma informação de V. Exa., mas mesmo assim, a Comissão votou contra, por 11 x 9. Fui um dos 11 que votaram contra. Depois, a ideia foi perfiada no Senado, desgraçadamente, por gente que tinha interesse, que tinha filhos na Fundação Educacional. Eu tinha parentes e votei contra. Um ou dois Senadores que tinham filhos perfiaram a ideia e veio para a Comissão novamente. Continuamos a votar contra, porque achávamos que era ilegal aquilo, mas perdemos na Comissão. Havia, porém, um expediente de V. Exa., dizendo que aquela votação ia ao encontro do desejo... — O Sr. Ivo Magalhães — Desde o princípio. Se eu tinha feito um decreto e tinha esta firmeza. Não fui levado — quero chamar a atenção para isso — por orientação de fulano ou sicrano. Senti, vivendo diariamente os problemas da administração, a premência da solução do problema da educação em Brasília. A solução dada não foi apressada, foi demorada, e estou inteiramente convicto de que foi a solução certa. Defendi esse ponto de vista perante a Comissão que examinou inicialmente o aumento. Ela queria a minha opinião e disse que considerava conveniente a transformação desses servidores em servidores municipais. E mantive a minha opinião. Não houve alteração de posição minha. — O Sr. Dirceu Cardoso — De V. Exa., não. Mas quem defendeu a opinião do Governo foi o ex-Ministro da Educação e Líder da Maioria, o Sr. Oliveira Brito. No entanto, na segunda vez, quando veio

a proposta já aceita, do Senado da República, já não era o Senhor Oliveira Brito Líder da Maioria e não tivemos a assessoria de Sua Excelência. A Comissão, já contra seis votos apenas, aceitou, então, a emenda do Senado. Os jornais daqui deram os nomes dos Senadores que perfilharam a idéia e que manifestaram o propósito de lutar por ela. — Mas, Senhor Prefeito, quantos professores estão sem residência? — O SR. IVO MAGALHAES — 400 professores estão sem residência. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Em número exato? — O SR. IVO MAGALHAES — No total, em número redondo. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Estão sem residência. — O SR. IVO MAGALHAES — Estão morando em lugares... — O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas sem residência, mesmo. O SR. IVO MAGALHAES — O que Vossa Excelência chama sem residência? Se é residência morar em barraco, têm residência. Sem residência condigna, são 400 professores. É o dado que tenho da Superintendência da Educação: "Existem mais ou menos 400 professores sem residência, ou seja, muitos morando com suas famílias em quartos, barracos, em situação, deprimente". — O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas êsses foram admitidos posteriormente àquela primeira seleção. Os admitidos na primeira seleção foram 220 primários e 70 a 80 de ensino médio, segundo declarou o Doutor Armando Hildebrando perante a Comissão. — O SR. IVO MAGALHAES — Acredito que haja muitos dêsses. Acontece que muitos professores de agora moram com famílias em Brasília. De forma que, do número total de professores, muitos já têm residência. Eu, poderia mandar para o Presidente da Comissão o número de professores daquelas iniciais, que têm residência, e o número dos que não têm residência. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Foi requerimento nosso. — O SR. PRESIDENTE — Já foi encaminhado. — O SR. IVO MAGALHAES — Irei fornecer imediatamente a Vossa Excelência. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Queremos apenas orientar-nos a respeito. Ninguém quer que o professor continue sem residência, e nem é o nosso objetivo. — Mas, pelo que Vossa Excelência nos disse, admite-se que, no ensino de Brasília, esteja faltando um pouco de autoridade. — O SR. IVO

MAGALHAES — Não digo um pouco de autoridade, mas uniformidade. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Isso é o que queria que Vossa Excelência nos explicasse. Não sente, como Prefeito, como responsável, como executor dessa política, vamos dizer, dessa frente pedagógica de Brasília que esteja faltando, por conflitos ideológicos, autoridade, unidade de comando no ensino de Brasília? — O SR. IVO MAGALHAES — É possível. É uma das razões por que lutamos na questão da Fundação. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Vossa Excelência vai-me desculpar se extravasei... — O SR. IVO MAGALHAES — Estou aqui para responder. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O interesse não é só de Brasília; o interesse é do Brasil em conhecer a situação do ensino em Brasília. O SR. IVO MAGALHAES — Estou às ordens, para qualquer esclarecimento que Vossa Excelência queira, por escrito ou pessoalmente. — O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Juarez Távora. — O SR. JUAREZ TAVORA — Senhor Prefeito, não tenho propriamente perguntas, a não ser a última que aqui formulei, para fazer-lhe. Mas gostaria, para poder firmar bem a minha posição nas deliberações que haja de tomar, afinal, esta Comissão, de saber qual realmente foi o motivo essencial — porque há vários outros acessórios e, talvez, decorrentes dele — desta divergência que se criou entre professores e o Conselho. Não terá sido fundamentalmente de ordem material, em consequência da deficiência de recursos de que dispunha o Conselho, para não só atender às reivindicações dos professores, mas, também, a coisas essenciais de educação, como escolas e material escolar? — O SR. IVO MAGALHAES — Deputado acredito ter sido uma das razões. Creio que não foi só essa. Creio que essa razão, acrescida de outras pessoais, criou uma situação entre o Conselho e o professorado, que se foi agravando, chegando ao ponto a que chegamos no princípio deste ano. — O SR. JUAREZ TAVORA — Gostaria de ter uma idéia de qual foi, de fato, a razão essencial. Porque esta razão de ordem material, de ordem econômica, implicaria, primeiro, em a Fundação não poder satisfazer a certas reivindicações dos professores e, segundo, em não permitir que êstes tivessem casa, digo tivessem casa, porque

a Fundação não tinha recursos para construir. Em terceiro lugar, as escolas não poderiam ser dotadas de material escolar que naturalmente os professores quereriam que existisse. — Não foi — friso bem a minha pergunta — esta deficiência, esta incapacidade econômico-financeira da Fundação que constituiu a causa matriz com esta série de fatos que não puderam ser solucionados, desta divergência que se aprofundou entre os professores e o Conselho? — O SR. IVO MAGALHAES — Acredito, Deputado, que possa ser porque a Fundação tendo a responsabilidade de tudo, tendo a responsabilidade de suprir a casa, de suprir a escola e fazer o planejamento, acredito que isso seja a causa primordial. Essa é uma das razões porque queríamos desvincular essa parte, da Fundação. — O SR. JUAREZ TAVORA — Esse é outro problema. Gostaria de firmar no espírito esta idéia. — O SR. IVO MAGALHAES — Não me parece a única, mas acredito que foi preponderante. — O SR. JUAREZ TAVORA — Eu não me referi à única mas gostaria de separar, no meio das muitas, qual a que constituiu o ponto de partida dos pequenos desentendimentos que depois se foram agravando. Não teria sido esta, a deficiência de recursos da Fundação para que pudesse atender às exigências do seu professorado? — O SR. IVO MAGALHAES — Uma grande parcela deve ter contribuído para isso. — O SR. JUAREZ TAVORA — Grato pelos esclarecimentos. Gostaria de saber quais os membros atuais do Conselho da Fundação? — O SR. IVO MAGALHAES — O Conselho, atualmente, está para ser composto. Após o decreto dos servidores deveríamos recompor, dentro de uma semana ou dez dias, o Conselho, com uma orientação nova. Mas face às circunstâncias sobre a legalidade ou não, não o pudemos recompor. Não teria sentido colocar Conselheiros para não resolverem nada. — O SR. JUAREZ TAVORA — Eu me limito a perguntar: Qual é o Conselheiro? — O SR. IVO MAGALHAES — Atualmente está demissionário. — O SR. PRESIDENTE — Há quanto tempo? — O SR. IVO MAGALHAES — Dois meses. — O SR. PRESIDENTE — Mais, desde o ano passado. — O SR. IVO MAGALHAES — Não, não, desde abril, talvez. — O SR. JUAREZ TAVORA — A Fundação, então, está

praticamente acéfala? — O SR. IVO MAGALHAES — Não está propriamente acéfala. Não tem apenas o Conselho. — O SR. JUAREZ TAVORA — Uma indagação de ordem geral, Senhor Prefeito. — O SR. IVO MAGALHAES — O Conselho tem mandato — Então, se fôssemos nomear um Conselho para não saber o que fazer... Mesmo porque ninguém aceitaria. — O SR. JUAREZ TAVORA — Todos estão com o mandato extinto? — O SR. IVO MAGALHAES — Não, pediram demissão. Está em condições de se recompor o Conselho novamente. Não haveria ninguém que aceitasse o convite para assumir um cargo no qual não sabe o que vai fazer. — O SR. PRESIDENTE — Para complementar o esclarecimento. Quem está respondendo pela Fundação? — O SR. IVO MAGALHAES — E' o Superintendente da Fundação. — O SR. JUAREZ TAVORA — Naturalmente, sem o Conselho. Eu não sou técnico de educação, não tenho mesmo filhos nas escolas de Brasília, não estou, portanto, em contato direto com o problema. Mas é uma indagação de ordem geral: Pelo que deparei do depoimento do Professor Hildebrand, Brasília constituiu uma nova experiência educacional no Brasil e esta experiência não seria, evidentemente, de natureza oficial, puramente estatal, nem de natureza exclusivamente particular como esta série de escolas que aí existiam. Seria uma experiência como aquela que se faz nos Estados Unidos, como existe no Brasil, na Fundação Getúlio Vargas, a constituição de uma entidade autônoma que dispusesse de recursos para libertar o ensino de umas tantas injunções políticas de que nunca se poderá libertar se for um órgão puramente governamental, e evidentemente, para ter uma maior liberdade de experimentação dos métodos no sistema, no seu conjunto, capaz de abrir uma perspectiva nova neste País. Eu lhe faço esta indagação, Senhor Prefeito, porque de longa data sou homem inteiramente revoltado com o sistema de federalização que o Brasil fez de todas as suas universidades, tirando-lhes aquele caráter peculiar que devia constituir-se em experiências múltiplas em todos os Estados do Brasil e poderia ser muito melhor realizado se o governo invés de ficar com essas universidades lhes desse as subvenções de que necessitamos para realizar, com

largueza de recursos, suas experiências próprias para que, confrontando depois os métodos, os sistemas, visássem qual seria a resultante melhor para o futuro do sistema educacional. Mas o governo tomou conta de tudo e evidentemente não há hoje melhor negócio do que se fundar uma pequena universidade, lá no interior do meu Nordeste, federalizá-la e padronizar tudo pela bitola federal. Isso significa que os poucos recursos do governo não darão nunca para cobrir as necessidades educacionais do povo brasileiro e estão sendo desbaratados iniquamente. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem. — O SR. JUAREZ TAVORA — Então, Senhor Prefeito, minha indagação é a seguinte: Juigou Vossa Excelência — e eu não posso aquilatar esta conveniência porque Vossa Excelência é diretamente o responsável pela situação que se criou — que municipalizando o funcionalismo da Fundação, inclusive seus professores, iria resolver aquela questão que fiz muito insistência em apurar se tudo decorria de uma questão de falta de recursos? Não seria, talvez, uma outra a solução, dentro do respeito total àquela idéia que se criou de se fazer em Brasília uma nova experiência educacional? O governo federal — e a Prefeitura não é senão uma dimanação direta dele — ao invés de municipalizar não poderia dar os recursos de que a Fundação tinha necessidade? Uma vez a Fundação tivesse o dinheiro necessário ela poderia construir, dentro de seu modo de pensar, casas para os professores, ela aumentaria dentro do que fôsse razoável o vencimento dos professores, ela equilibraria, neste jogo de concorrência pela mão de obra, o salário de seus trabalhadores, como fazem os Institutos particulares e nós não criaríamos uma dicotomia que a meu ver não tem mais remédio porque funcionário federalizado, oficializado, tornando público, nunca mais quer ser funcionário de outra coisa, apesar de não ter direito à greve. Então, esta é, a meu ver, uma experiência que desgraçadamente está ameaçada de abortar. Nós não vamos ter oportunidade de realizar, no Brasil, uma nova experiência de como poderíamos conduzir nosso ensino. E digo nosso, Senhor Prefeito, porque sou filho do interior e estou aqui por acaso. Sou o décimo quinto filho de uma família pobre. Estudei num rancho de palha, sem

subvenção de ninguém, sem orientação pedagógica de ninguém e pude vir até aqui não sei como. Eu mesmo não explico como cheguei até aqui, só com a graça de Deus — O SR. DIRCEU CARDOSO — E merecidamente. — O SR. JUAREZ TAVORA — Graça de Deus. Então eu perguntaria o seguinte: Não seria melhor que o governo, ao invés de se preocupar em fundar escolas públicas oficiais, que são caras, que talvez gastem o dobro que se gasta numa escolinha, com a alfabetização dessas criaturas abandonadas — parece que são 7 milhões de crianças que não têm escolas — que ele tratasse de estimular estas entidades particulares para que funcionassem suas escolinhas e até pagasse por cabeça. Eu pago tanto por guri alfabetizado dentro de determinadas condições que vamos verificar. Minha tese é a seguinte: No dia em que o governo se convencer de que cada tostão que poupa para educar mais uma destas crianças dos 7 milhões que estão por aí sem escolas, ele estaria fazendo uma grande obra meritória. Agora, o diabo é a vaidade. Todo mundo quer ser dono das coisas que se fazem neste País. Então o governo é de um ciume nestas coisas que é doentio. É pior do que as mulheres a quem Deus não deu o equilíbrio necessário para separarem as coisas essenciais das coisas assessórias. Então, Sr. Prefeito, eu me permito apenas fazer esta pergunta: Não seria, digo, não teria sido possível construir estas escolas que V. Exa. já construiu — e bendigo seja seu nome por isso — e melhorar a situação de vencimentos dos professores, atendendo a inquietação dos que não são professores mas que trabalham comumente na Fundação, se o governo desse a esta Fundação os recursos de que necessita para cumprir sua missão, porque se os recursos não forem dados, ela, evidentemente, não pode cumprir sua missão. Se o governo não lhe deu patrimônio inicial, não lhe deu renda, teria que dar subvenções, mas deveria dá-las honestamente, conscientemente. Ele não fez isto. — A fundação se sentiu como que cheia de responsabilidades. Não lhe facilitaram os recursos materiais. Deliberadamente a experiência foi frustrada a meu ver. — O SR. BRENO DA SILVEIRA — Eu queria elabarar a V. Exa. que o orçamento foi votado

aqui no Congresso. Lembro-me bem que o Orçamento de Brasília foi votado praticamente no apagar das luzes, inclusive naquela face de uma campanha eleitoral e Deus sabe o que se conseguiu porque geralmente, na hora da Comissão de Orçamento funcionar Brasília continua a ser ainda uma filha enjeitada no que dig respeito aos proventos que deve receber do ônus de ser a nova Capital da República por nossa responsabilidade. Lembro a V. Ex^a que as verbas, realmente não foram votadas. O problema de saúde de Brasília, digo, saúde em Brasília é terrível, por falta de verbas e os Secretários estiveram, às vezes, até 3 horas da manhã, na Comissão do Distrito Federal e outras comissões, lutando para que as verbas fôssem aprovadas. Infelizmente não foram. — O SR. JUAREZ TAVORA — Esclareço ao meu querido colega, digo, querido amigo que quando digo governo eu estou também um pouquinho metido nesse meio. É Executivo, é Legislativo, e tudo. Esta caranguejola — desculpem o termo — este organismo tem que funcionar como organismo de fato em que haja a subordinação necessária dos membros ao corpo. Mas isto é outro assunto. De sorte que meus esclarecimentos vêm disto. Sou partidário desse sistema porque sinto na minha carne como é preciso que o Brasil, se quer subsistir democraticamente, se quer acreditar seu governo como órgão capaz de resolver os problemas fundamentais, digo problemas fundamentais do povo, tem que pensar nisto. Cada tostão que puder poupar para alfabetizar mais um brasileiro éle tem obrigação consciente de poupar sem a vaidade de querer só éle fundar escolinhas, com contínuos, com serventes nomeados por éle. O governo tem que se subordinar a esta maior utilidade da aplicação dos seus dinheiros. Por isso estou triste. Minha verificação vai sendo esta. De fato, esta experiência nova que se quiz realizar em Brasília está caminhando, a passos largos, para ser frustrada, mas frustrada não por suas deficiências próprias, mas porque o governo não lhe dá os recursos sem os quais, evidentemente, não pode realizar-se. Vossa Excelência não acha que até certo ponto, pelo menos, minha angústia, minha dúvida tem razão? — O SR. IVO MAGALHAES — Realmente, de uma certa forma, se colocando o pro-

blema como o colocou V. Exa., o nobre deputado tem razão. Mas ocorre o seguinte: V. Exa. diz que o governo deve aproveitar os tostões colocando mais gente alfabetizada. Mas dação são os únicos e exclusivos recursos do governo? Qual é a diferença se houvesse outro meio... — O SR. JUAREZ TAVORA — Nos Estados Unidos, por exemplo, quando se cria uma Fundação, a Ford, a General Motors e os particulares dão milhões e milhões de dólares. No Brasil não temos isto. Se o governo estivesse interessado em realizar nova experiência se o governo sabe que o povo é pobre que não pode incumbir-se de arranjar o negócio, éle tinha obrigação de prever isso no Orçamento e quando falo em governo, agora é Congresso. Ele tinha obrigação de prever, no seu Orçamento, todos os recursos indispensáveis para a direção, vamos dizer, autônoma, liberta das injunções políticas dando-lhe os recursos para fazer casas escolas, para comprar material escolar, para atender as reivindicações salariais dos professores, dos seus funcionários etc. Mais tarde o próprio governo poderia dar um bihão, 2 bilhões, para que Brasília tivesse sua Fundação funcionando, independente do Orçamento. Não quis ou não pôde dar. Tinha, porém, obrigação de fazê-lo. Quer dizer, o mesmo dinheiro que está gastando em escolas construídas através do Orçamento da Prefeitura éle poderia ter dado para que fôssem construídas por orçamento dado à Fundação. O dinheiro era o mesmo, não haveria despesas. Era simplesmente uma questão de manter o sistema como éle era e não fazer essa dicotomia que a meu ver mata porque nunca mais esses funcionários que foram tornados funcionários públicos da Prefeitura quere-rão ser funcionários não públicos, da Prefeitura ou de qualquer coisa no Brasil. — O SR. IVO MAGALHAES — A Fundação em si é uma organização que é útil, conveniente, porque é livre de não só uma série de situações como também tem mais facilidade de resolver os meios burocráticos que o governo está obrigado por determinadas leis. Portanto, ela tem vantagens. Agora, a questão de ser funcionário da Fundação ou ser funcionário municipal, para nós aqui, talvez sua argumentação esteja certa para regiões muito afastadas dos

centros populosos, mas para nós aqui, em Brasília, em que vivemos todos numa região sob um regime especial de ordenado e que não podemos fugir a essa exigência, acredito que não. Pelo fato de um homem estar lotado na Fundação o Sr. não pode deixar de lhe pagar o que paga no outro lugar. — O SR. JUAREZ TAVORA — Mas os serviços particulares funcionam. — O SR. IVO MAGALHAES do governo, disto. As escolas particulares funcionam mas a maioria delas de organização da Igreja, em que a pessoa tem uma série de outras obrigações, outros deveres e não de uma organização de professor pago, contratado. Têm outras obrigações que têm que cumprir. Mas neste regime em que vivemos, num lugar pequeno, em que o mercado de trabalho é o mesmo, é difícil conseguir desassociar isto de uma posição de livre trabalho, de livre pagamento. Não se consegue. Por isto as greves, por isto as reivindicações dos professores, porque aí é a Consolidação das Leis do Trabalho que garante o direito da greve. É a lei que permite. Portanto, não vamos ter tranquilidade se não pagarmos a esses professores a não funcioná-los. Este é o primeiro ponto, da tranquilidade no ensino, normalização do ensino, dar ao professor o que ele precisa. E o professor queria uma certa tranquilidade do serviço público. E quanto a construção? Brasília, mais do que o resto do Brasil, não tem organização própria para construção. No Rio de Janeiro, em Belo Horizonte ou em São Paulo há inúmeras firmas, inúmeras organizações do próprio governo inúmeras pessoas prontas para fazerem serviços. Aqui não. Aqui o Senhor tem uma organização pequena, é propriamente a NOVACAP, cujo órgão, ligado à Prefeitura tem condições de fazer a urbanização, condições de fazer a construção, tem mais facilidade de fazer isso. O que aconteceu à Fundação foi excesso de trabalho. Deu-se à Fundação tanta atribuição que ela não poderia cumprir. Tinha que construir escolas, tinha que construir casas para os professores, tinha que pagar os professores e tinha que dar a direção do ensino. Então, parece-me muito mais lógico que não acabássemos com as Fundações mas lhes tirássemos uma parcela de suas responsabilidades. Então, a construção. Quem é que pode fazer a construção?

É a NOVACAP? Então, ela vai fazer. Quem pode pagar o pessoal? É a Secretaria de Administração? Ela vai então pagar o pessoal. Subdividiram-se as responsabilidades, deixando a primordial a Fundação, que é o planejamento do ensino, para que ela possa fazer alguma coisa porque como está ou como estava, com tanta responsabilidade e tantas obrigações não poderia continuar. V. Exa. Sr. Juarez: Por que o governo não forneceu recursos? O governo ofereceu recursos, o Senhor sabe disso, mas sabe também qual é a luta em Brasília. Eu pelo menos vivo permanentemente solicitando, lutando e mostrando. Brasília foi feita na parte de construção mas não foi cuidado o resto da habitação. É necessário que haja uma mentalidade de fornecer realmente recursos para poder funcionar esta Capital. E esta mentalidade não existe instalada em todo o mundo. Então, a luta do Prefeito é permanente para conseguir alguma coisa. A Nação está numa situação difícil, de continuação de despesas. Há o Plano Trienal, há o Plano de Contenção. Então, isto tudo e as mudanças sucessivas de governo, de Presidente da República, de Gabinete, de Ministros esta série de coisas tem levado a que aqueles recursos necessários não fossem fornecidos. E desta parcela que é fornecida nós temos tirado um quinto o maior possível para a parte do ensino, tanto que, conforme disse, na parte de escolas nós dobramos seu número em Brasília. A nós não importa de onde venham os recursos. Eu fui ao Ministério da Educação e pedi ao Ministro para ver a verba que há no plano de emergência e fazer-se um convênio, acertar-se uma fórmula de fazermos escolas aqui. Isto foi feito junto com o Ministro. Quem vai realizar não importa, importa é que o serviço seja feito e que os alunos possam ter escolas. Esta pelo menos é a nossa mentalidade. Acredito que se realmente houver recursos substanciais o assunto será resolvido. Mas o problema é do Brasil não é de Brasília, especialmente. Há necessidade de se firmar uma mentalidade nos governadores de todo o Brasil e no governo em si de que Brasília não pode ser tratada de acordo com o resto do Brasil. Precisamos acabar, não a Capital, mas acabar as condições de funcionar o que existe. Nós temos problemas de telefone, de luz, de educação, de saúde,

gritantes frisantes que não é com pouco dinheiro que se resolverão é com muito dinheiro. — Fiz estimativas, vou ao Ministério da Fazenda várias vezes, conseguimos uma parcela de liberação, mas muito menor do que a realidade, além do que a própria Câmara votou as medidas deficientes. Eu poderia pedir ao governo federal que mandasse a solicitação de crédito especial, dando suplementação nesta verba, mas a situação financeira é difícil. Também não nos contentamos só em falar. Vou ao Rio várias vezes, ao Ministério da Fazenda, à programação financeira, enfim, é um perambular por repartições públicas permanente para se conseguir algo. Estou de pleno acôrdo com V. Exa. É claro que se tivermos os recursos planejados e preparados com aquelas quantias certas todos os problemas do Brasil estariam resolvidos, não só o de Brasília. Brasília é gritante porque temos a Capital aqui, temos o Congresso Nacional, temos os Ministérios, temos que dar condições a esta gente. Tenho procurado mostrar o que posso aos deputados, senadores e ministros, da verdadeira situação. Eu tenho o pensamento diferente do Senhor Acho que o que se fez, o que se está tentando fazer em Brasília é, pelo contrário, dando possibilidades a que a Fundação possa realmente vir a funcionar porque como estava não funcionaria nunca. Com a retirada de uma série de obrigações da Fundação, acredito que poderá ela realizar, com sucesso a parte que lhe cabe. — O SR. JUAREZ TAVORA — Agradeço muito mas volto ao ponto de que os recursos saíram do próprio governo federal, do seu orçamento. — O SR. IVO MAGALHAES — O problema não é somente de recursos, é da execução. — O SENHOR JUAREZ TAVORA — A meu ver, pelo depoimento do Professor Hildebrand, tudo se originou disso. A Fundação tem obrigações a cumprir e não lhe deram os recursos necessários. — O SR. IVO MAGALHAES — Mas por que a Fundação não conseguiu os recursos necessários? — O SR. JUAREZ TAVORA — É culpa do Dr. Governo e eu estou metido no meio. Quero dizer o seguinte: Ou a Fundação é Fundação ou não é Fundação. Se não é por que vai-se incumbir de realizar essa tarefa? O elemento humano é a alma de tudo isto. Se ela não tem

contrôle dêsse elemento humano então é uma organizaçãozinha. — O SENHOR IVO MAGALHAES — Ela pode ter o controle de elementos. — O SR. JUAREZ TAVORA — Mas isso qualquer Secretaria de Educação pode fazer. — O SR. IVO MAGALHAES — O Sr. diz controle como? — O SR. JUAREZ TAVORA — Admitir, pagar, ordenar, dirigir. — O SR. IVO MAGALHAES — Esse é um dos grandes conflitos do Conselho. É uma grande razão, além da falta de recursos. A outra, a segunda razão, seria este conflito. Nós sentimos isso diariamente. Tanto é assim que baixou, houve uma tranquilidade enorme depois que ... — O SR. JUAREZ TAVORA — O problema dos professores está resolvido, o da Fundação não. — O SR. IVO MAGALHAES — Acredito que até março de 1964, na abertura do novo ciclo, essa questão de restabelecer o ensino integral, com escolas suficientes, com professores, estará restabelecido. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Há vagas nas escolas? — O SR. IVO MAGALHAES — No Plano Piloto V. Exa. pode mandar os alunos que quiser. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer que há vagas? — O SR. IVO MAGALHAES — Há vagas. Agora, nas cidades satélites há deficiência. No Plano Piloto há vagas. Nas cidades satélites, repito, há deficiência e muitos alunos não vão à escola por falta de outras condições que o Serviço de Assistência Social está procurando contornar. — O SR. LAURO LEITÃO — Sr. Prefeito, farei poucas perguntas a V. Exa. dado que muitas já foram formuladas pelos colegas que me antecederam. Desejar esclarecer um ponto que, no meu entender não ficou devidamente esclarecido. Há certos fatos que verifico foram deturpados, verifiquei hoje, através de informações prestadas por V. Exa. relativamente às Fundações de Brasília. A imprensa ora anuncia que V. Exa. encampou as Fundações ora notícia que V. Exa. havia baixado um ato passando todos os empregados das Fundações à condição de servidores municipais. Entretanto, posteriormente, por solicitação de V. Exa. o Congresso Nacional aprovou disposição que hoje está transformada em lei, passando à condição de servidores municipais todos os empregados das Fundações. Então, eu perguntaria,

inicialmente: Em que consistiram esses atos que V. Ex^a baixou antes da lei que declarou servidores municipais todos os empregados das Fundações? — O SR. IVO MAGALHAES — Os atos foram preliminares. Havia o ponto de vista, pelo menos a informação dos órgãos competentes foi esta, de que cabia ao Prefeito admitir. O decreto foi para dar a possibilidade de se fazer um estudo, um enquadramento, para que se colocassem esses servidores como servidores municipais, num segundo ato. Mas em decorrência da discussão sobre o ato e da celeuma que se levantou, foi julgado conveniente que se aguardasse a decisão do Congresso Nacional sobre se se colocavam ou não esses funcionários como servidores municipais, porque não havia necessidade do ato do Congresso, havia necessidade, sim, de ter dotações orçamentárias capazes de atender àquela despesa. Isso é o que informava a Consultoria Jurídica. Mas como o assunto foi levantado pelo Congresso achei de meu dever esperar uma deliberação do Congresso. Se o Congresso se manifestasse contra isso eu devia tornar sem efeito essa deliberação, apesar disso ser discutível, pelo menos os consultores jurídicos decidiram que não precisava uma manifestação do Congresso, porque não havia criação de cargos. Então, enquanto o Congresso não se manifestasse eu não devia tomar atitude alguma. Agora, após o Congresso ter-se manifestado transformando os servidores, nós podemos completar as etapas que estavam em estudo. O SR. LAURO LEITÃO — Ouvi também aqui na Câmara notícia de que V. Ex^a tinha criado cargos para aproveitar esse pessoal, sem autorização do Congresso. — O SR. IVO MAGALHAES — Absolutamente. Não criei nada. Todos eles seriam aproveitados como servidores extranumerários. E tanto é assim que a própria lei bem diz que a Prefeitura remeterá ao Congresso Nacional, dentro de 180 dias, o quadro de pessoal. — O SR. LAURO LEITÃO — Outra informação que chegou ao meu conhecimento é de que através do decreto que V. Ex^a baixou os empregados das Fundações, professores, se quisessem, poderiam passar para o quadro da Prefeitura mas deveriam antes se desvincular das Fundações.

— O SR. IVO MAGALHAES —

Um dos dispositivos do decreto dizia que ele podia optar. Não eram os professores que podiam optar. Seriam estudadas quais as categorias que não podiam ou não deviam ser servidores municipais, porque havia os médicos que tinham contratos especiais, havia uma porção de exposições, havia professores de educação física, havia encarregados de teatro, técnicos de som, umas determinadas funções que não são, necessárias, digo, não são necessárias ao funcionalismo permanente e normal do serviço, são transitórias. Então, essas funções seriam estudadas pela comissão e elas ficariam propriamente na Fundação e em vez de serem extranumerários, seriam contratados pela Prefeitura. Não (digo nós não podiam obrigar ninguém a ser funcionário municipal. Nós poderíamos permitir que eles fossem funcionários públicos mas sabemos que, naturalmente, a maioria seria, porque os servidores municipais têm um código normal, têm os aumentos normais. Isso já é coisa formalizada. Aquelas lutas permanentes para obter materiais deveriam ser extintas. O grande problema acabara. Nós permitimos que eles pudessem optar porque não podiam obrigá-los a ser servidores municipais. É claro, também, que não podiam permitir que eles continuassem vinculados à Fundação, senão teriam dois empregos. O objetivo era que só tivessem um emprego para se dedicarem a ele inteiramente. Esta a razão de um certo dispositivo a respeito de mostrar àqueles que viessem a ser servidores municipais, que tinham pedido demissão do seu cargo na Fundação. — O SR. LAURO LEITÃO — V. Ex^a trouxe aqui um número de professores do ensino elementar e do ensino médio. Perguntaria a V. Ex^a se todos são diplomados ou se há alguma porcentagem que não o seja? — O SR. IVO MAGALHAES — Não posso informar em detalhes mas poderei remeter oportunamente. Mas em princípio, todos os professores do ensino elementar são diplomados, a escola normal. No ensino médio realizaram-se vários concursos. Há cinco meses fez-se uma prova, realmente uma prova de matéria. Nesta prova, ou melhor, a esta prova candidataram-se 140 professores mas só foram aprovados 36. Nós precisávamos de 126 professores. Então, havia ne-

cessidade de arremeter professores para poderem os colégios funcionar e como não havia professores aprovados, a Fundação, desde longa data, adota o critério de colocar professores horistas, habilitados ou por Faculdade de Filosofia ou por curso superior, de qualquer forma habilitados, e que tenham registro no Ministério da Educação. Sem isso não podem funcionar. Esses professores que não fizeram prova, não são contratados e não ficam permanentes no serviço. São professores que devem submeter-se à prova para ficarem como professores da Fundação. Por isso é que existe uma separação entre contratados, que são os praticamente efetivos e que têm tempo integral, dão 40 horas de aula, dão a parte de extra-aula, e os professores horistas que dão simplesmente a hora de aula e não fazem serviços outros junto da classe. Mas todos êes atendem às disposições do Ministério da Educação. — O SR. LAURO LEITÃO — V. Exª há pouco fez referência à lei recentemente votada pelo Congresso que assinala o prazo de 180 dias a V. Exª para encaminhar à aprovação da Câmara o quadro dos servidores municipais naturalmente com a criação dos respectivos cargos. Uma vez criados êsses cargos, como pretende V. Exª preenchê-los mediante concurso ou já aproveitando êsses servidores que passaram das Fundações para a Prefeitura sem o respectivo concurso? — O SR. IVO MAGALHÃES — Não se começou a estudar o problema dos quadros. Parece-me, no entanto, que os que prestaram concurso e que estão em exercício devem ser aproveitados nesse quadro. — Os que não prestaram ainda concurso que estão na posição de horistas, devem ser colocados numa posição própria, mas os que fizeram prova devem permanecer nos quadros próprios. Não sei o número. Isso vai depender muito da organização técnica. Os quadros obedecem a uma certa disposição, um mínimo de cargos numa determinada classe, outro em outras, obedecendo a uma certa pirâmide. — O SR. LAURO LEITÃO — Temos conhecimento, e nesse sentido já houve depoimento, perante esta comissão, de que dois estabelecimentos de ensino, ou sejam a CASEB e o Elefante Branco, estão superlotados, possuindo alunos em excesso. Qual o plano de V. Exª para resolver o problema?

— O SR. IVO MAGALHÃES — Pelos dados que tenho precisamos de mais um ginásio no Plano Piloto. Este ginásio será construído na Asa Norte e será iniciado dentro de 25 dias ou um mês para que fique em funcionamento no ano letivo que vem. Com essa construção alunos que moram na Asa Norte e que atualmente vão para o Elefante Branco serão removidos para a Asa Norte, dando vaga, conseqüentemente, no mesmo. Serão mil e poucas vagas nesse ginásio de forma que é perfeitamente suficiente para todo o ano de 1964. No momento há ainda acúmulo de alunos e mesmo a transformação daquele currículo de tempo integral em dois turnos. Temos que restabelecer o plano original de tempo integral de aulas. Houve o sacrifício feito no ano passado de transformar em dois turnos porque apenas do novo Ginásio Industrial no JK, onde se está colocando gente, do Ginásio do Núcleo Bandeirante, do Ginásio do Gama, Taguatinga e Sobradinho, posso indicar os elementos dos alunos matriculados, nesses ginásios, apesar disso tudo há uma contínua transferência e conseqüente aumento de matrículas. Ouvi falar que houve diminuição de número de alunos no colégio. Ao contrário, aumentou e muito. Mas com a construção do novo ginásio na Asa Norte, o assunto ficará, em 1964, dentro das alternativas perfeitamente satisfatórias. O Centro de Educação Média, em 1961, tinha 865 alunos. Em 1962 passou a ter 1.719. Isto foi com o sacrifício do tempo integral porque não houve aumento de salas. Em 1963 passou a ter 2.212. Aqui houve um acréscimo de uma área que existia disponível em que se procurou fazer uma sala. Ginásio Plano Piloto 1.400 em 1961; 2.222, em 1962 e 2.389 em 1963. Colégio Taguatinga — 158, em 1961, 605 em 1962 e 949, em 1963. Colégio Industrial de Taguatinga — 96 em 1961, 158 em 1962 e 182, em 1963. Ginásio Industrial de Sobradinho. Começou a funcionar em 1962, 74. Este ano já tem 185 alunos. Ginásio Noturno do Gama — 10, em 1962, 48, este ano. Ginásio Industrial do Plano Piloto. Está funcionando este ano, 480 alunos. Ginásio Industrial de Taguatinga — Não tenho o ano passado, mas este ano 349 alunos. Ginásio noturno do Núcleo Bandeirante. Também não tinha o ano passado. Este

ano, 298 alunos. Foram acrescentadas mil matrículas este ano nos ginásios criados e o ano que vem, com o da Asa Norte, serão mais mil e quinhentas matrículas. — O SR. LAURO LEITÃO — V. Exa. declarou que há falta de professores sobretudo no ensino elementar. — SR. IVO MAGALHAES — No ensino médio. O elementar está praticamente provido. — O SR. PRESIDENTE — Exatamente, é no ensino médio. — O SR. LAURO LEITÃO — Muito bem. E que irá construir 25 escolas até o fim do ano. — O SR. IVO MAGALHAES — Não. Construíram-se, este ano, 25 escolas, 15 nas cidades satélites, 4 escolas-classe no Plano Piloto, 1 ginásio industrial, no Plano Piloto. — O SR. LAURO LEITÃO — Os professores lutam com dificuldades, sobretudo por falta de residências condignas. Uma vez construídas essas unidades escolares, como pensa V. Exa. provê-las de professores? — O SR. IVO MAGALHAES — Está elaborado um programa que agora aguarda a aprovação do Ministro da Fazenda. Nesse programa consta a construção das escolas, que já estão num estado mais adiantado bem como a construção das próprias residências. Lutamos muito para que fosse incrementada a construção em Brasília. O ano passado fizemos reuniões sucessivas em Brasília por determinação do Presidente da República, com todos os institutos com todas as entidades que podem colaborar na questão da construção e dessas reuniões saíram algumas construções. V. Exas. vêem aí construído o IAPM, o IAPFESP, o IAPI. Vários desses institutos restabeleceram as construções em virtude dessa insistência no sentido de maiores habitações e foram depositados recursos mensais no Banco do Brasil, de 200 milhões de cruzeiros, a partir de dezembro para atender a essas entidades. Agora, elas começam a entregar alguns apartamentos. No entanto, isso não dará para atender o caso dos professores e nesse programa que está sendo aprovado pelo Ministro da Fazenda, colocamos a construção de mais 200 apartamentos para professores. Contamos que até o princípio do ano letivo estejam construídos esses apartamentos. No segundo programa que já está sendo feito para ser levado ao Ministro, também já há um acréscimo de 400 apartamentos mais para ficarem

prontos até agosto do ano que vem para permitir não só o alojamento desses professores como também permitirá um bom ensino, especialmente ensino médio. Com o início das obras dos apartamentos destinados especificamente aos professores já a situação muda de figura porque assim que estes que estão mal alojados possam transferir-se para os apartamentos novos, nós temos esses alojamentos para mais cinco ou seis meses e os professores, sabendo que existe o alojamento e sabendo que existem, em construção, apartamentos destinados a eles, demonstrarão realmente interesse. — O SR. LAURO LEITÃO — V. Exa. declarou que as fundações viviam, exclusivamente, à custa dos cofres públicos, mas o poder público não poderia controlar esses serviços, de evitar greves, uma vez que seus empregados particulares e que agora, com a municipalização as greves, sobretudo de professores, não se repetirão. Pergunto a V. Exa. com esta medida adotada, de passar os empregados das fundações à condição de servidores públicos, se haverá aumento de despesas? O Orçamento da União será ou não querado? — O SR. IVO MAGALHAES — Depende da forma como o Sr. interpretar. Os atuais servidores das fundações ganham com pequena diferença praticamente o mesmo que os servidores municipais. Eles têm direito a um 13º salário que os servidores municipais não têm. Computando isso, praticamente o ordenado é o mesmo. Ocorre que eles, regidos pelo Consolidação das Leis do Trabalho, não seriam abrangidos pelo aumento e não teriam aumento determinado por lei. Mas a experiência tem demonstrado que quer haja aumento de vencimentos ou de salário mínimo qualquer um que haja, a reivindicação dos professores e desse pessoal é automática, e eles obtêm o mesmo aumento. Então, o aumento existe, mas existiria da mesma forma. Não há um acréscimo a mais do que o aumento que deveria existir, porque a Fundação teria que dar este novo aumento dado o mercado de trabalho e a situação, pois aí surgiriam agitações, discussões, brigas e no fim greve, se tal aumento não for concedido. Voltaríamos ao mesmo problema. — O SR. LAURO LEITÃO — Essa informação já tinha obtido. Sempre que há aumento para servidores públicos há aumento para

o pessoal das Fundações. — O SR. IVO MAGALHAES — A luta era dupla porque quando havia aumento do funcionalismo público os professores reivindicavam no também para si. Quando havia aumento de salário mínimo isso também acontecia, porque o salário mínimo é na região e estão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Era uma reivindicação permanente, portanto. — O SR. LAURO LEITÃO — No seu entendimento praticamente não há oneração. — O SR. IVO MAGALHAES — Não há além daquela que haveria com o aumento natural. O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado Abel Rafael está inscrito para falar. — O SR. IVO MAGALHAES — Eu queria dizer a V. Exas. que não recebemos, este ano, ainda do Ministério da Educação, qualquer dotação, apesar de consignada no Orçamento, apesar da insistência. Acreditamos que agora, neste segundo período, possamos receber alguma coisa pois isso já está trazendo certas dificuldades à Fundação. — O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Abel Rafael. — O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Prefeito, V. Exa. está a par do Plano de Educação formulado pela, digo, formulado para Brasília pelo Ministério da Educação e depois pela NOVACAP? — O SR. IVO MAGALHAES — O plano de agora? — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. está a par do Plano de Educação que foi formulado para Brasília pelo Ministério da Educação e depois pela NOVACAP na instalação da cidade? — O SR. IVO MAGALHAES — Eu vi um esquema que me forneceram dizendo que era a instalação do Ginásio Piloto, de Escolas Classe e nas cidades satélites nada havia em consideração naquela altura. E' um plano de 1959, se não me engano. — O SR. ABEL RAFAEL — A respeito dos planos pedagógicos está a par? — O SR. IVO MAGALHAES — Não. Não sei se é esse plano que o Sr. se refere no sentido do ensino integrado em que seria um turno só de aulas e que o aluno voltava ao colégio para complementar seu estudo. Vi a ideia. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. está de acordo com esse plano? — O SR. IVO MAGALHAES — Não sou autoridade para julgar da conveniência ou não do plano. Técnicos estudaram e elaboraram o plano. A mim me parece, digo, a mim me compete procurar pô-lo em funcionamento.

to. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. estava de acordo e procurou pô-lo em execução. O SR. IVO MAGALHAES — Estou procurando com as medidas que estou tomando. — O SR. ABEL RAFAEL — Então porque não foram tomadas as medidas materiais para a conclusão desse plano, isto é, a construção de mais ginásios, a construção das outras Escolas Classe e parques do Jardim de Infância em grupos escolares? — O SR. IVO MAGALHAES — As medidas foram tomadas. — E' questão de recursos. Eu dispondo de recursos limitados não iria começar a construir jardins de infância que é uma fase de ensino que pode esperar, que se pode fazer posteriormente. Eu tenho que começar pelo ensino básico, que é o ensino primário. Portanto, concentro esses recursos no ensino primário para poder reduzir de pronto, a falta de matrícula. O problema do ginásio era um problema que estava ficando sério. Procuramos, então, dar solução imediata, para não deixarmos alunos do ginásio sem matrícula. Depois e que resolvíamos o problema do jardim de infância. Parece-me que a prioridade é esta. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. disse agora, ao Deputado Dirceu Cardoso, que há vaga no Plano Piloto e que é só mandar que se matricula. Pergunto: Onde? — O SR. IVO MAGALHAES — Dependente onde a criança esteja morando. Nos a colocaremos na escola mais próxima. — O SR. ABEL RAFAEL — Há vaga para todos? — O SR. IVO MAGALHAES — A informação que tenho é de que precisávamos de 4 escolas. Foram construídas escolas no Plano Piloto, de forma que ainda ontem, insistindo junto à Secretaria de Educação fui informado de que numa pesquisa feita existem 150 crianças que não procuraram as escolas. Mas isto não é falta de vagas. Qualquer pessoa que queira matricular uma criança no Plano Piloto no momento encontra vaga. — O SR. ABEL RAFAEL — No Jardim de Infância há vagas? — O SR. IVO MAGALHAES — Não. Os jardins de infância são insuficientes. Temos que construir muitos. — O SR. ABEL RAFAEL — No curso médio há vagas? — O SR. IVO MAGALHAES — Com dificuldade. — O SR. ABEL RAFAEL — Como concilia V. Exa. o fato de apoiar o plano de educação para Brasília, que é de tempo integral e acha que há vagas, quando tal

plano não está sendo executado? — Os colégios estão ocupados com dois turnos. — O SR. IVO MAGALHAES — Não fui eu que coloquei a situação dos dois turnos. — O SR. ABEL RAFAEL — Peço licença para dizer que não estou fazendo uma acusação. — O SR. IVO MAGALHAES — Eu estou explicando. Encontrei uma situação de dois turnos. E' questão de recursos e questão de lógica. Se não posso, desde logo, transformar o ginásio naquêlo plano que foi organizado, porque tenho deficiência de matrículas para êsses alunos, tenho que no que existe em funcionamento, procurar dar matrículas a todos. Então foi o que fizemos. Agora, nesta segunda fase que estamos fazendo, que é a de começar a construção do ginásio da Asa Norte, em 1964 estará pronto, volta-emos a aplicar o plano original. O SR. ABEL RAFAEL — No Elefante Branco qual é a capacidade, num turno? — O SR. IVO MAGALHAES — Não posso dizer. Sei que tem dois mil e poucos alunos. — O SR. ABEL RAFAEL — Está além da capacidade e há aulas que não se realizam. — O SR. IVO MAGALHAES — Por falta de professores. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. sabe que têm sido demitidos professores? — O SR. IVO MAGALHAES — Não. O SR. ABEL RAFAEL — Foram demitidos vários professores. — O SR. IVO MAGALHAES — Por que? — O SR. ABEL RAFAEL — Perseguição, segundo denúncia que fiz. — O SR. IVO MAGALHAES — V. Exa. pode dizer quais são que mandarei apurar. — O SR. ABEL RAFAEL — A comissão tem a relação dêles. Como fiz essa denúncia publicamente pergunto: V. Exa. mandou abrir algum inquérito? — O SR. IVO MAGALHAES — Não soube que houvessem sido demitidos professores por perseguição. Quando foi feita essa denúncia por V. Exa.? — O SR. ABEL RAFAEL — Da tribuna da Câmara. — O SR. IVO MAGALHAES — Mandarei ver e apurar. De principio é difícil, dado o sistema que existe, que uma pessoa possa ser demitida por perseguição e não possa reclamar. Há um Superintendente de Educação, há o Prefeito para élle recorrer. E' meio difícil isso. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. ignora as acusações que eu e outros colegas fizemos ou tribuna ao Secretário da Educação? — O SR. IVO MAGALHAES — Eu li que V. Exa. fez acusações de que o Secre-

tário era comunista. — O SR. ABEL RAFAEL — Não. Não foi isso. Falei sobre a eficiência do ensino. Comunismo entrou a latere. Minha questão se prende à eficiência do ensino. V. Exa. mandou abrir inquérito? — O SR. IVO MAGALHAES — Não recebi denuncia. — O SR. ABEL RAFAEL — Peço licença para lembrar que a Constituição diz que todas as autoridades são obrigadas a mandar apurar denúncias. Uma denuncia feita pela tribuna da Câmara creio que não precisa ser formulada de outro modo. — O SR. IVO MAGALHAES — Uma ocasião vi um discurso seu e determinei a Secretaria de Educação que tomasse as providencias. A Secretaria me disse que a deficiência é de falta de professores. Não existem professores. Por mais que se queira colocar professores, fazem concursos não há professores. E segundo, que não existiam escolas suficientes. — O SR. ABEL RAFAEL — Mas eu acusei que estavam sendo demitidos professores honestos e sem permite, devo dizer, que foram admitidos no lugar deêles, professores sem registro, meninos que fizeram o vestibular na Universidade de Brasília. — O SR. IVO MAGALHAES — Sem registro no Ministerio da Educação? — O SR. ABEL RAFAEL — Sim. O SR. IVO MAGALHAES — Vou ver o processo e remeter o resultado das indicações. — O SR. ABEL RAFAEL — Obrigada. Agora não é mais a mim. A questão é da Comissão Parlamentar de Inquérito. Voltando ao Elefante Branco, se sua capacidade é inferior ao número de matrículas, não se pode dizer que há vagas. — O SR. IVO MAGALHAES — Depende da forma como colocamos o assunto. Se o Sr. o colocar no plano de um turno só é claro que não há vagas. — O SR. ABEL RAFAEL — Dentro do plano de dois turnos. — O SR. IVO MAGALHAES — Nós temos no Núcleo Bandeirante um ginásio novo; no JK um ginásio novo; em Taguaonga, um ginásio novo, em funcionamento. De forma que a alegação de falta de vagas não é válida. Não sei de caso algum de cidadão que queira matricular seus filhos numa escola e não possa fazê-lo. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. sabe que todas as matrículas das escolas das cidades satélites foram feitas aqui no Elefante Branco? ninguém ficou sem matrícula, mas o Elefante Branco não dá aulas a êsses que se matricularam. — O SR. IVO

MAGALHAES — Não entendi. — O SR. ABEL RAFAEL — Ninguém ficou sem matrícula, de fato. Eram encaminhados ao Elefante Branco mas não havia aulas e não tem havido aulas, digo, todas as aulas. — O SENHOR IVO MAGALHAES — Por que? — Por falta de professores. — O SR. ABEL RAFAEL — Não há espaço físico, nem professores. Daí eu acho um pouco forte sua afirmação de que há vagas. — O SR. IVO MAGALHAES — O que acontece é o seguinte: Existe o ensino primário e o particular. Está saindo muita gente do ensino particular e matriculando-se no ensino público, devido ao aumento das anuidades do ensino particular. Por exemplo, no Núcleo Bandeirante existe uma entidade que dava o ginásio. Essa entidade teve uma redução tremenda de matrículas. Se formos dar o ensino público atoda, digo, a toda Brasília é claro que não há vagas, isto no ginásio. E' claro que o ensino primário nós é que temos obrigação. — O SR. ABEL RAFAEL — Compreendo. V. Ex^a vai-me perdoar a pergunta: Por que seus filhos não estudam nos colégios oficiais? — O SR. IVO MAGALHAES — O que acontece é o seguinte: Meus filhos estavam ainda no ensino primário. Vieram para o adm^{ss}ão. Uma mudança de ensino causa um pouco de confusão. Eles vieram no fim do segundo período. Coloquei-os no ensino particular por que achei que seria mais fácil para eles se adaptarem já que no Rio de Janeiro estavam no ensino particular e mesmo porque, se havia falta de vagas, seriam menos duas. — O SR. ABEL RAFAEL — Agradeço sua resposta mas acontece que todas as pessoas que defendem a eficiência do ensino em Brasília e alegam que minhas acusações têm sido infundadas, tanto o Prefeito... — O SR. IVO MAGALHAES — Nunca aleguei que fossem infundadas. — O SR. ABEL RAFAEL — Estou falando em tese. Mas Prefeitos, Deputados Senadores, não põem os filhos no ginásio oficial cujo ensino eu digo que está deficiente por culpa de direção e não de ótimos professores que têm feito tudo, não obstante haver também uma grande percentagem de professores que não está à altura nem de escola primária. Isso quem vai determinar é a comissão de inquérito. Geralmente quem pode pagar está pondo os filhos nos colégios particulares. Essa é uma coincidência que verificamos. Tenho treze fi-

lhos, Sr. Prefeito e vim para Brasília quando não havia escolas. Pus meus filhos em idade escolar no ginásio oficial. Depois tirei-os não porque preferisse o ensino particular mas porque o ensino oficial estava abaixo da crítica. Só mantenho uma filha no Curso Normal que ainda é bem dirigido. Minha questão é deficiência. Se o ensino oficial é tão bom porque nós autoridades não pomos nossos filhos nele? — O SR. IVO MAGALHAES — Não tenho esse ponto de vista. Não acho o ensino particular melhor do que o ensino oficial. — O SR. ABEL RAFAEL — Mas V. Ex^a está a par de minha denúncia? — O SR. IVO MAGALHAES — Tenho visto a dedicação de alguns professores do ginásio oficial. Creio que V. Ex^a também deve ter visto. São excelentes professores. Conheço alguns, do ensino particular, também excelentes. Mas não posso dizer que o professor do ensino particular é melhor. Meus filhos estão no ensino particular porque este seja melhor do que o público. Isso não foi levado em consideração. Não sei se os deputados, ministros, senadores que colocam os filhos nas escolas particulares consideram estas escolas melhor do que as do ensino público. Tenho ouvido comentários ao contrário também. Há pessoas que acham o ensino público melhor do que o ensino particular. — O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado pela sua explicação, porque firmei uma tendência. — Sr. Prefeito, foi dada, como causa dessa inquietação, desse tumulto no ensino em Brasília, a falta de casas aos professores, e sei de casos dolorosíssimos. Tem V. Ex^a explicação para o fato de que, enquanto os professores secundários se rebelam, lutam, fazem greves, os professores primários, que estão na mesma situação de falta de residência, não fazem essas greves, nem aderem, nem tumultuam o ensino primário? — O SR. IVO MAGALHAES — Não sei o número de professores do ensino primário que não foram atendidos. Mas, certa feita, fiz uma pergunta dessas e me responderam que grande parte dos professores primários que, digo, que estão aqui são filhos são ligados a famílias já com casas. Geralmente são pessoas solteiras ou casadas com funcionários que trabalham em outros lugares. De forma que o número de professores primários que já têm residência, decorrente de outras razões, é muito grande e, por isto, a

coisa incide mais no ensino médio. Acrescentaram que foram, inicialmente, dadas mais residências ao pessoal do ensino primário do que ao do ensino médio. Não sei se é verdadeiro, porque não mandei averiguar em detalhes. Mas posso mandar fazer levantamento dos que estão residindo com pais, com... — O SR. ABEL RAFAEL — Pediria a V. Ex^a que levantasse essa estatística por que no curso médio, existem filhos de Deputado, mulher de Deputado, parentes de Deputado, mulher de funcionário, filhos de funcionário, que são professores. Foi um dos motivos por que se quebrou aquêlê critério inicial de seleção. De forma que V. Ex^a pode mandar levantar também essa estatística. — O SR. IVO MAGALHAES — Perfeitamente. — O SR. ABEL RAFAEL — Como foi dito que não foram dadas casas aos professores por falta de recursos, pergunto: digo, pergunto: quantos pedidos de crédito extraordinário ou especial enviou V. Ex^a à Câmara, solicitando meios para erigir essas casas? — O SR. IVO MAGALHAES — Deputado, não enviei. Declarei na Comissão do Distrito Federal — e creio que V. Ex^a estava presente na ocasião — quando se discutiu esse assunto no passado, que precisávamos de créditos extraordinário para hospitais, escolas e casas. Já existe projeto de abertura de crédito especial proposto pela própria Comissão do Distrito Federal, desde o ano passado, mas não se obteve aprovação dêlê nem no ano passado, nem neste ano. — O SR. ABEL RAFAEL — Mas era crédito pedido por V. Ex^a? — O SR. IVO MAGALHAES — Não cheguei a mandar pedido. Já existia um pedido de crédito em andamento e eu não iria mandar uma mensagem se já existia na Câmara um projeto. — O SR. ABEL RAFAEL — Perdão! O crédito era para construção de casas? — O SR. IVO MAGALHAES — O crédito era geral. Na discussão do orçamento, mostrei que o orçamento votado era insuficiente. Isso na própria reunião da Comissão do Distrito Federal. Foi nas vésperas da aprovação do orçamento. Declarei que aquêlê orçamento era insuficiente e precisávamos de maiores recursos, epe, digo, especialmente para saúde, educação e construção de casas. Na discussão foi declarado que se faria um crédito especial, portanto, em acréscimo àquele orçamento, para

esses fins. Chegou a ser apresentado projeto pedindo a abertura dêsse crédito. O projeto foi submetido à Comissão e creio que não chegou nem a ir ao plenário. Apresentei uma emenda ao projeto, mostrando as necessidades, as razões por que pedia o acréscimo. Esse projeto não teve andamento até agora. V. Ex^a há de convir que eu não iria solicitar do Senhor Presidente da República o envio de uma mensagem, quando havia na Câmara um projeto em melhor posição que não teve andamento, por motivos que devem ser falta de compensação ou outros que os Srs. Deputados devem conhecer. Eu não iria solicitar novo, quando aquêlê não tinha andamento. Esta a razão pela qual não enviei outro pedido de crédito. — O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado. — Requeiro ao Senhor Presidente que mande anexar aos autos e, depois, me dê vista dêsse pedido de crédito especial, cujos termos quero conhecer. — O SR. IVO MAGALHAES — Não é um pedido de crédito especial. É um crédito especial, e creio que foi até proposto nesse mesmo dia pela Comissão do Distrito Federal. Darei a data e outros elementos. Parece que o crédito era de 4 bilhões e apresentei emenda. — O SR. ABEL RAFAEL — Senhor Presidente, por que, havendo tanta falta de casas e dificuldades tremendas, a distribuição das casas e apartamentos do Hotel do Lago Ilíco, a cargo da Associação Profissional dos Professores, e não da própria Secretaria? — O SR. IVO MAGALHAES — Deputado, a questão de casas não é Prefeitura que controla. V. Ex^a sabe que a distribuição de casas em Brasília é controlada pelo Grupo de Trabalho de Brasília. Recebemos as casas e não tomamos participação na distribuição. Não recebi, diretamente, casa para dar a professor nenhum. Soube que já existiam entendimentos anteriores à minha vinda à Prefeitura, no sentido da entrega de casas a determinados professores. Mas dêsses entendimentos não participei, nem tive atuação neles. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a está a par da invasão que determinados professores fizeram de casas do BNDE? — O SR. IVO MAGALHAES — São as casas que foram dadas aos professores. — O SR. ABEL RAFAEL — Exatamente. — O SR. IVO MAGALHAES — Soube, por história, que as casas, nu-

ma certa ocasião, estavam vazias e foram invadidas por determinados professores. Isto há muito tempo. — O SR. ABEL RAFAEL — Pode V. Ex^a dizer se a distribuição dessas casas aos professores foi feita pela Secretaria de Educação? — O SR. IVO MAGALHAES — Acredito que não, porque eu não recebi as casas para distribuição. Deve ter sido pelo GTB. Posso também mandar levantar, ver como foi e mandar para V. Ex^a. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a está a par da minha acusação de que a Associação Profissional dos Professores, que é orientada por comunistas que fazem pressão ideológica sobre os colegas, tem distribuído essas casas e os apartamentos do Hotel do Lago? — O SR. IVO MAGALHAES — Ouvi uma palavra sua sobre esse fato, de que os apartamentos do Hotel do Lago já tinham sido distribuídos pela Associação. Creio que houve uma fala sua na tribuna, a respeito. Mas são todos fatos anteriores à minha administração. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a mandou abrir algum inquerito para apurar a minha denúncia? — O SR. IVO MAGALHAES — Isso não é da minha competência. A questão da distribuição de casas não é com a Prefeitura. É com o GTB. — O SR. ABEL RAFAEL — Mas V. Ex^a alegou que os professores não tinham eficiência porque não tinham casas, que a Prefeitura não fazia porque não tinha dinheiro. — O SR. IVO MAGALHAES — Justamente. A Prefeitura não tem crédito próprio para fazer casas, como V. Ex^a sabe. As casas são construídas pelos Institutos e distribuídas pelo GTB. Nenhuma ingerência tenho nos Institutos, nem no GTB, a não ser de solicitar, de reuni-los, como fiz várias vezes, no sentido de que construam as casas. Mas não tenho nenhuma autoridade sobre esses órgãos. Tenho feito o que está no meu alcance, que é procurar reuni-los aqui em Brasília, mostrar as necessidades e solicitar do Presidente da República que determine providências no sentido de construir. Isso tem sido feito. Mas nem os Institutos, nem o GTB, têm qualquer subordinação a mim. — O SR. JUAREZ TAVORA — Estas casas, quando construídas por qualquer dos Institutos ou diretamente pelo GTB, são entregues aos professores pela Prefeitura ou ... — O SENHOR IVO MAGALHAES — Não recebemos casa nenhuma. Acredito que

as distribuídas anteriormente aos professores o tenham sido através da Fundação. — O SR. JUAREZ TAVORA — São entregues em globo à Fundação, e a Fundação as distribui? — O SR. IVO MAGALHAES — Não posso afirmar como foi. Sei que nos não recebemos casas. Pelo menos, durante o tempo em que estive na Prefeitura, não recebi nem apartamento para distribuir aos servidores. O GTB entrega diretamente. Não há uma obrigação, uma determinação de entregar assim uma quota e a... — O SR. JUAREZ TAVORA — A minha indagação é a seguinte. Não deve, nem pode, distribuir individualmente aos professores. Tem que entregar a alguém. — O SR. IVO MAGALHAES — Exatamente. O SR. JUAREZ TAVORA — Esse alguém não é o Prefeito? — O SR. IVO MAGALHAES — Ao Prefeito não foi entregue. — O SENHOR JUAREZ TAVORA — É a fundação, ou é a tal Associação de que fala o Deputado Abel Rafael? — O SR. IVO MAGALHAES — Posso examinar como foi feito anteriormente a mim. No período em que estive na Prefeitura... — O SR. PRESIDENTE — Pode-se mandar ofício ao GTB. — O SR. IVO MAGALHAES — Para saber quem entregou, quem foi o encarregado da distribuição. Sei que o fato vinha sendo discutido de longo tempo. Tinha havido várias reuniões. Parece que havia até uma assessoria na Presidência da República, que tinha recebido, por várias vezes, comissões, a respeito desse assunto. Parece que tinha sido encaminhada pela assessoria essa questão de casas. — O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Prefeito, V. Ex^a, declarou que, digo, que as greves são do seu conhecimento, digo, que as greves que são do seu conhecimento foram só sobre problemas de habitação. O SR. IVO MAGALHAES — Não disse isso. Disse que soube que houve greves anteriores sobre vários fatos. Houve várias greves, inclusive de caráter pessoal, fazendo reivindicações de aumento de vencimentos e outras pessoas. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Mas Vossa Excelência está lembrado da greve que, digo, que houve na sua gestão, quando se tratou da municipalização? — O SR. IVO MAGALHAES — Expliquei ao Deputado que houve paralisação de parte de alguns serviços, por um dia. Grande parte fun-

cionou. Expliquei demoradamente o que sabia sobre esse assunto ao colega de V. Exa. — O SR. ABEL RAFAEL — Juvi e queria perguntar a V. Exa. que providências foram tomadas por V. Exa., ou pelo Secretário de Educação, contra aqueles professores, não professores, mas Chefes de Departamento da Fundação, que foram prêso na porta do grupo da Superquadra 107, quando tentavam impedir o funcionamento daquele grupo, forçando os professores primários a aderirem à greve. — O SENHOR IVO MAGALHÃES — Na ocasião, como V. Exa. deve estar lembrado pois insisti, solicitei ao Chefe de Polícia que desse amplas garantias a todos que quisessem trabalhar. Soube que o assunto foi policial e foram levados ao Distrito. Há um inquérito aberto no Distrito Policial? — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. sabe que não foi feito inquérito? — O SR. IVO MAGALHÃES — Soube, anunciado pela imprensa, que tinham sido levados ao Distrito Policial. Foi na rua. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. mandou abrir algum inquérito administrativo? — O SR. IVO MAGALHÃES — Não, Senhor. Nem me competia mesmo abrir. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Mas Vossa Excelência não tomou conhecimento da minha denúncia e de outros Deputados de que eram Chefes de Departamento da Secretaria, forçando subordinados seus a tomarem parte na greve? — O SR. IVO MAGALHÃES — Mas, Sr. Deputado, há diferença frisante entre a questão administrativa a questão funcional. O que soube foi o seguinte. Na rua, professores se desavieram. Então, o problema de rua é de polícia, não é de administração. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Não. Vossa Excelência tem conhecimento da minha denúncia? — O SR. IVO MAGALHÃES — Mandei ao Secretário de Educação. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — O que houve na rua foi quando os professores saíram da classe e foram quase agredidos. Mas isso tudo consta da minha denúncia. Pergunto se V. Exa. não mandou abrir um inquérito. Houve pressão de professores dentro da escola classe. Serventes e professores do CEM agrediram professores primários dentro da escola-classe. — O SR. IVO MAGALHÃES — Veja Vossa Excelência como a Fundação é in-

teressante. Na hora em que não se fazem as coisas, é o Prefeito: o Prefeito não abriu inquérito, o Prefeito não mandou fazer isso, o Prefeito não mandou fazer aquilo. Noutra hora, a Fundação é entidade autônoma. Então, ou V. Exa. caracteriza que a Fundação é autônoma e, portanto, tem administração própria, tem Conselho e tem Presidente, sendo por eles dirigida, ou subordinada ao Prefeito. Foi justamente por isso que eu quis acabar com essa forma de funcionários. Na hora de acusar, na hora de reclamar, é com o Prefeito. O Prefeito não tem atribuição direta sobre as coisas, porque, para abrir inquérito em fundação, não é com o Prefeito, é com o Superintendente. — O SR. ABEL RAFAEL — Não é V. Exa. quem nomeia o Secretário de Educação? — O SR. IVO MAGALHÃES — Só isso, mais nada. O resto é o Conselho que faz. — O SENHOR ABEL RAFAEL — O Secretário de Educação não é Superintendente do Conselho? — O SR. IVO MAGALHÃES — E'. — O SR. ABEL RAFAEL — Então não é um subordinado seu? — O SR. IVO MAGALHÃES — E' subordinado que preside o Conselho. Há uma dupla figura aí. Há um Superintendente subordinado e há um Superintendente subordinado a um Conselho que dirige a Fundação. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. não estava a par que este Conselho estava demissionário? — O SR. IVO MAGALHÃES — Nesta altura, não. O Conselho demitiu-se depois. Posso mandar elementos para V. Exa. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Consta do autos, e já entreguei até cópia de carta de membro renunciante. — O SENHOR IVO MAGALHÃES — Vou ver a ata da última reunião e mandar para V. Exa. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. também não está a par de que os membros renunciantes o fizeram porque estavam discordando da orientação do Secretário, que prestigiava esses elementos tumultuantes? — O SR. IVO MAGALHÃES — O que soube, dito por dois membros renunciantes, foi que eles achavam que não devia haver municipalização dos servidores. Eles eram contrários a isso. E' o que, digo, é o que sei e deve estar escrito. Vou pedir a ata da Fundação. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Tive oportunidade de encaminhar à Presidência

cia desta Comissão cópia da carta de um dos renunciantes, o Professor Alvaro Campos. — O SR. PRESIDENTE — E' datada de 19 de março de 1963. — O SR. ABEL RAFAEL — Coincide com a data da greve? — O SR. IVO MAGALHÃES — Não sei. Não me lembro quando foi. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Creio que coincide, mas também não posso afirmar. — O SR. IVO MAGALHÃES — Sei que os acontecimentos a respeito do Conselho são diferentes. Num determinado dia, o Conselho se reuniu. Professores estavam presentes, e houve uma discussão entre um Conselheiro e um professor. Discussão do Conselheiro com o professor foi que se originou a crise da demissão do Conselho. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Quando a Profª Julimar foi destrutada e renunciou, já eram renunciantes o Professor Alvaro Campos, o Professor Júlio Sambaqui e o Professor Monteiro Filho. — O SR. IVO MAGALHÃES — Poderei levantar os elementos. O que sei é que uma reunião do Conselho — foi quando começaram esses acontecimentos relativos ao Conselho — em que aquêle órgão tratava de assunto pessoal de professores, de aumento de ordenado de professores... Tinha havido, dias antes, uma publicação dos professores, dizendo que o Conselho não resolvia sobre assunto de interesse deles. O Conselho havia julgado que os termos da memoria não eram próprios para o Conselho. Houve a discussão no Conselho sobre isso. Um Conselheiro se exaltou com um professor presente e passou discutir com o professor. Acredito que tenha sido por descontról dele, porque o Conselho deve estar muito acima dessas situações. Discutiu na reunião com o professor e dessa reunião é que saiu a demissão do Conselho. Pedi, inclusive, o testemunho de pessoas que estiveram presentes. E' o que sei. Isso com a questão da L. municipalização já em andamento. — O SR. ABEL RAFAEL — Se V. Exa. permite, há uma confusão entre dois fatos. Não sei foi uma reunião do Conselho, foi uma assembléia de professores... — O SR. IVO MAGALHÃES — Isso foi outra coisa. — O SR. ABEL RAFAEL — ... a que estava presente a Professora Julimar, quando foi destrutada. — O SR. IVO MAGALHÃES — Isso já foi outra coisa. A

reunião foi do Conselho. Posso fornecer a V. Exa. — O SR. ABEL RAFAEL — Exa., o assunto vem a baila, mas não é fundamental. — O SR. IVO MAGALHÃES — Sim. — O SR. ABEL RAFAEL — Eu queria saber se foi feito algum inquerito administrativo para apurar a responsabilidade dos Chefes de Departamento, porque, tendo responsabilidade administrativa, eles não podiam tentar forçar os professores primários a não darem aula, nem tumultuar, porque tumultuar uma escola pública está incurso na Lei de Segurança Nacional, e foram presos em flagrante. — Logicamente, devia ter-se seguido o inquerito administrativo, não o inquerito policial apenas, que já é coisa distinta e independente. Pergunto, assim; houve algum inquerito administrativo? — O SR. IVO MAGALHÃES — O dirigente da Fundação é o Superintendente da Fundação. Não sei se ele fez o inquerito. O inquerito não é administrativo; é um inquerito regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Não deixa de ser administrativo, Exa. — O SENHOR IVO MAGALHÃES — E' um inquerito normal, de qualquer organização particular. Não é inquerito regido pela legislação do funcionário público. A Fundação é uma entidade particular e ela tem que se cingir àquelas normas particulares e não às próprias de entidades públicas. O Presidente da Fundação toma, nessa qualidade, as deliberações sobre a Fundação e o Conselho é o órgão superior que decide sobre isso. Este justamente era o ponto fundamental de minhas considerações: o Prefeito não tem atuação, a não ser nomeando o Superintendente que também acumula o de Presidente se reúne com o Conselho para as deliberações. — O SR. ABEL RAFAEL — Mas V. Exa. está a par da minha acusação ao Superintendente da Fundação de que ele era conivente com os grevistas e com os tumultos e, também, está a par das acusações que os membros renunciantes fizeram ao Superintendente de que estava propiciando essas manobras. V. Exa. estava a par disso? — O SR. IVO MAGALHÃES — Vi uma declaração, num discurso, que mandei ao Superintendente para informar a respeito. Ele informou sobre o assunto, esclarecendo o que existia sobre esses fatos de briga en-

tre professores. Mandei, inclusive, dar ciência a V. Exa. — O SR. ABEL RAFAEL — Não recebi ciência. Vossa Excelência não procurou ouvir os membros renunciando para apurar se o que o Superintendente estava dizendo era exatamente a verdade? O SR. IVO MAGALHAES — Vossa Excelência achava o fato assim de condições, vamos dizer, fundamentais para o funcionamento do ensino? — O SR. ABEL RAFAEL — Eu é que pergunto: V. Exa. não achava grave o fato? — O SR. IVO MAGALHAES — Qual fato? — O SENHOR ABEL RAFAEL — Chefes de Departamentos estavam fomentando... — O SENHOR IVO MAGALHAES — Mas disseram que não existia. Na rua, podiam ter feito, mas dentro da escola não fizeram nada. — O SR. ABEL RAFAEL — Uma afirmação se nega com outra afirmação. Os inqueritos existem justamente para, digo, justamente para isso, para ver se é apenas uma afirmação, ou se é um fato comprovado. Não houve inquerito. V. Exa. apenas pode dizer que foi uma afirmação contra outra afirmação. — O SR. IVO MAGALHAES — Deputado, houve agitação num dia. V. Exa. precisa ver a situação do administrador. O meu papel... — O SR. ABEL RAFAEL — Fui administrador toda a minha vida. Esto a par. — O SENHOR IVO MAGALHAES — Sei, mas quero mostrar a situação do administrador, num fato desses. A questão era tumultuar o ensino ou deixar haver aulas. Se ficamos na briga permanente, na discussão permanente sobre se foi isto ou aquilo, então não funciona, não há ensino. Houve um incidente de rua, no dia, que ficou em torno de uma escola classe. — O SR. ABEL RAFAEL — Não é de rua; é de pátio de escola, de pátio de grupo escolar. — O SENHOR IVO MAGALHAES — O que sabia é que era incidente de rua, com professores, em volta de uma escola. O resto do ensino, em geral, com poucas exceções, funcionou. Então, se fôssemos agravar ainda a briga de professores com professores, quem iria sofrer eram os alunos. Não posso, como administrador, permitir que alunos fiquem sem aulas. Achei que, naquela altura, dadas as razões apresentadas, de, digo, teria sido briga entre professores na rua, tendo sido o assunto levado à poli-

cia, que era o órgão próprio para discutir, não era conveniente, face, ainda, ao tumulto que se iria estabelecer prejudicar pessoas que nada tinham com aquilo. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. há de me perdoar, mas Vossa Excelência estava no Rio na ocasião. — O SENHOR IVO MAGALHAES — Não, senhor. Estava no Rio na véspera. No dia em que houve o incidente estava aqui, de manhã e tomei providências. Estava no Rio na véspera do acontecimento e falei, inclusive, com o senhor Guido Molinari, que me procurou sobre isso. O fato é que se houvesse providência de maior profundidade, haveria greve e, aí, não sei o que se poderia fazer para cessar a greve. O meu papel era evitar greve, era fazer com que as escolas funcionassem. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. não ignora que o único grupo escolar que funcionou foi o da S.Q. 107, porque todos os outros pararam, por pressão dos Diretores de Departamento e do próprio Secretário da Educação, conforme denunciarei. — O SR. IVO MAGALHAES — Várias escolas funcionaram, inclusive nas cidades satélites. De manhã, no dia, houve uma série de distúrbios, mas à tarde logo funcionou. — O SR. ABEL RAFAEL — As escolas não funcionaram mais, Excelência. Lamento que Vossa Excelência tenha sido mal informado. Mas Vossa Excelência pode mandar reconstituir o fato. Só funcionou o grupo escolar da S.Q. 107, porque os moradores garantiram o funcionamento. Os professores secundários e serventes da Escola Parque foram presos no pátio da escola, quando tentavam impedir o funcionamento desta. — O SR. IVO MAGALHAES — Nas outras escolas, também impediram? — O SR. ABEL RAFAEL — Nas outras escolas, aderiram, com receio de que pudessem sofrer os alunos. E o receio que V. Exa. havia manifestado. Fui, pessoalmente, à escola-classe, logo depois da saída dos professores. Alunos e professores foram agredidos em sala de aula. — O SR. IVO MAGALHAES — Isso não tomei conhecimento. — O SENHOR ABEL RAFAEL — Isso foi denunciado por mim e lamento que V. Exa. não tenha mandado abrir inquerito na ocasião. Denunciei da tribuna. Foram agredidos por professores e serventes da Escola-Parque, dentro da sala de aula. Cheguei logo depois. Quem pediu à Polícia que

mandasse grupos de choque fui eu. — O SR. IVO MAGALHAES — Vossa Excelência pediu, mas a Polícia estava. — O SR. ABEL RAFAEL — A Polícia não havia chegado ainda. — O SR. IVO MAGALHAES — De manhã, ao tomar conhecimento... — O SR. ABEL RAFAEL — Quem pediu para a 107 fui eu. — O SR. IVO MAGALHAES — ... o de que havia distúrbios nas escolas sobre a questão de greve; falei com o Chefe de Polícia. Pedi a S. Sa. que mandasse rádio-patrolhas às escolas para darem garantias ao funcionamento das aulas. Eu estava na presença de um Deputado desta Casa nesse dia, o Deputado Manoel de Almeida, que pode ser testemunha. Estávamos vendo um terreno para abrigo de menores, em Planaltina quando tomei conhecimento pelo rádio do carro do Chefe de Polícia, dessas acontecimentos. Pedi imediatamente providências a S. Sa. no sentido de que se desse ampla cobertura para o funcionamento. Soube mais tarde, que o assunto estava um pouco tumultuado, porque não tinha ligação só com o ensino. Isso não foi só na Fundação Educacional. Foi de outras fundações, também. Era generalizado, não era pessoal. E procurei dentro do que achava conveniente à população, que era o menor tumulto possível, apaziguar essa situação. Procurei botar os alunos em aula e os outros serviços em funcionamento. — Além de já ter passado bastante tempo do acontecimento, nunca mais foi ventilado o assunto e nenhuma consequência mais houve que viesse a prejudicar o ensino. A queixa fôra levada à Polícia. A Polícia tem suas atribuições e deve estar tomando suas providências. — O SR. ABEL RAFAEL — A Polícia agiu para prevenir a agressão às escolas. Mas isso não invalida a indisciplina de Chefes de Departamento, porque não são professores que estão buscando um direito; já eram Chefes de Departamento forçando subordinados. Aí é que lamento que não tivesse havido inquérito, porque, mesmo sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, existe inquérito administrativo. — O SR. IVO MAGALHAES — Não administrativo. Inquérito sobre as disposições. — O SR. ABEL RAFAEL — A própria expressão da Consolidação é essa Ex^a: inquérito administrativo. — O SR.

IVO MAGALHAES — Pode ser, mas não é do que a gente normalmente faz no serviço público. Tem um certo trâmite diferente. Tem que ser intentado às vezes perante o juiz de trabalho. — O SR. ABEL RAFAEL — Na Justiça do Trabalho, é até mais fácil. — Então não foi feito inquérito nenhum. — O SR. IVO MAGALHAES — Não sei se foi feito, Deputado. Estou dizendo que a atribuição sobre o inquérito não era minha. Era do Superintendente. Tenho que mandar examinar o que foi feito. — O SR. ABEL RAFAEL — Como V. Ex^a pediu garantias à Polícia e, depois, não procurou saber se era o próprio Secretário que estava fomentando a greve e a desordem. — O SR. IVO MAGALHAES — V. Ex^a é quem diz que era o Secretário. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a apurou que não era o Secretário. — O SR. IVO MAGALHAES — Não apurei, mas o Secretário tinha a responsabilidade de colocar o pessoal em funcionamento. Foi solicitado a ele. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a se recorda, se leu a minha denúncia, de que acusei o Secretário de ter ido à Escola de Taguatinga e quase forçado a Diretora a aderir à greve? Isso consta da minha denúncia. — O SR. IVO MAGALHAES — Seria bom V. Ex^a convocar o Secretário para dizer sobre isso. Foram fatos que estiveram completamente fora da minha ... — O SR. ABEL RAFAEL — Já pedi a convocação dele, também, Ex^a — não sei se foi dito por V. Ex^a: se disse, basta dizer que já explicou — a que atribui a renúncia dos membros da Fundação Educacional. — O SR. IVO MAGALHAES — Atribui a que eles talvez achassem que a solução... .. Esses fatos todos que relatei, em relação à Fundação Educacional, vinham de longa data e se agravaram naquele dia. A coisa se agravou, a ponto de se chegar à hostilidade pessoal entre professor e Conselheiro. Os Conselheiros pediram, então, demissão, achando, inclusive que a transformação dos servidores em servidores municipais não era a melhor situação. E' o que sei. — O SR. ABEL RAFAEL — Quem V. Ex^a que o Conselheiro não devia nunca discutir com o professor dentro do Conselho. Daí é que veio o fato do tumulto. Não podia admitir que hou-

vesse essa discussão. Ele estava na posição de direção do Conselho. — O SR. ABEL RAFAEL — Então V. Ex^a corrobora o fato da falta de autoridade. — O SR. IVO MAGALHAES — Não discuto se o Conselho tinha ou não falta de autoridade. O acontecimento não é de forma que V. Ex^a examine assim um detalhe do assunto. A coisa é genérica, tem uma porção de conseqüências. Tem isso que o Deputado frisou: falta de recursos, de casas, envolvendo questões pessoais de professores, de salário. É um sistema que se vem desenrolando desde o início da Fundação. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a está a par da denúncia que fiz de que a Escola-Classe estava caindo e que a administração não tomava providências? — O SR. IVO MAGALHAES — Qual Escola Classe — O SR. ABEL RAFAEL — A única que existe no Plano Piloto. — O SR. IVO MAGALHAES — Escola-Classe, não. Escolas-Classe existem várias. — O SR. ABEL RAFAEL — A Escola-Classe da Escola-Parque. — O SR. IVO MAGALHAES — A Escola-Parque. — O Ginásio deve estar pronto pelo tempo. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a tomou conhecimento da denúncia que fiz da tribuna da Câmara, de que as autoridades estavam tentando desmoralizar o sistema da Escola-Parque e da Escola-Classe? — O SR. IVO MAGALHAES — Por que, em que sentido? — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a não tomou conhecimento? — O SR. IVO MAGALHAES — Em que sentido V. Ex^a afirmou isso? — O SR. ABEL RAFAEL — Primeiro porque houve uma campanha para acabar com a Escola-Classe e a Escola-Parque e segundo a representação do teatro do nu na Escola-Parque, Xique-xique no Pixoxó. V. Ex^a mandou abrir inquérito para saber quem era o culpado? — O SR. IVO MAGALHAES — Aí é uma apreciação que me parece diferente. Há um auditório na Escola-Parque que é usado em Brasília para tôdas as manifestações, ou tôdas as solenidades, porque Brasília não tem auditórios. Lá se realizam reuniões de sindicatos, conferências, agremiações e também teatro e cinema. — O SR. ABEL RAFAEL — Se um caberá quizer dar uma sessão lá pode? — O SR. IVO MAGALHAES — Aí já não é teatro

nem cinema. Existe um auditório junto da Escola-Parque e êsse auditório só se justifica na Escola-Parque porque há o planejamento global. A cidade está pronta e o Senhor tem numa escola um auditório para 800 pessoas. Numa cidade em que não se tem outro auditório, em que só se tem o Cine Cultura, ter um auditório desses e não o utilizar seria um absurdo. Por isso todo mundo utiliza o auditório. Havia e há uma reivindicação da cidade de divertimentos, de várias espécies, especialmente de teatro e procuramos trazer o que existisse de teatro para Brasília. Minha recomendação foi no sentido de se trazerem companhias de teatro. No meio dessas companhias veio essa de teatro de revista que não é proibido em lugar nenhum. É a exibição de um teatro de revista foi num auditório, numa época de férias das crianças. Eu só tomei conhecimento que vinha uma companhia de teatro de revista quando já se estava realizando. Não dei recomendação específica que viesse o teatro de revista. Dei recomendação e muita para que se trouxesse teatro e Vossa Excelência é bastemunha de que têm vindo várias companhias de teatro e veio essa única de revista. De forma que não vejo isso com um sentido de depreciação. Não houve um objetivo deliberado de colocar num auditório de uma escola um teatro que não fôsse, a seu ver, conveniente para lá. E não é na escola é no auditório da escola, que por situação de Brasília, é o único que existe. Não deveriam então se realizar lá conferências de todos os tipos e de várias ideologias. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a defende a representação no auditório da Escola-Parque do teatro de umbigo de fora? — O SR. IVO MAGALHAES — Eu não defendo isso. O que defendo é que o auditório deve ser um auditório público para as representações necessárias a Brasília. — O SR. ABEL RAFAEL — Até as peças pornográficas podem ser representadas numa escola? — O SR. IVO MAGALHAES — As peças pornográficas aprovados pelos órgãos competentes. Eu não sei o que o Sr. chama de pornográficas, porque a pornografia é proibida por lei. Se existe a censura, se existem os órgãos próprios que são os que aprovam, não sou eu que tenho o poder

de dizer que não pode ser isto nem pode ser aquilo. — O SR. ABEL RAFAEL — E' lamentável que V. Ex^a não tenha filhos na Escola Pública, porque se seus filhos estivessem na Escola Pública ao passarem na porta veriam aquêlê quadro inenarrável. — O SR. IVO MAGALHAES — Eu disse a V. Ex^a que foi na época de férias. Meus filhos podiam passar. — O SR. ABEL RAFAEL — O escândalo, as figuras das mulheres despidas quase com umbigos de fora, com um titulo tão sugestivo e cultural como Xique-xique no Pixoxó, na porta do escola faziam com que as crianças afluissem para verem as figuras. — O SR. IVO MAGALHAES — Mas não são prôpriamente as crianças da escola, poderia ser qualquer uma. — O SR. ABEL RAFAEL — O conceito de moral pode ser relativo e o de pornografia também. Mas para uma criança, na sua escola, uma representação dêsse tipo, é nitidamente pornográfica. Isso se podia esperar de uma companhia de turismo, de um departamento de turismo mas não da Secretaria de Educação. — O SR. IVO MAGALHAES — O auditório não é da Secretaria de Educação. O auditório está vinculado da escola. Ele presta serviços à escola como a qualquer um. Se eu colocar num prédio ao lado da escola um teatro é a mesma coisa. — O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a como Prefeito não acha que já é tempo de mandar modificar essa situação? Um auditório que serve para as crianças, que está entre dois pavilhões, o da frente e o detrás, que só tem acesso através do pátio da escola não deve prestar-se a determinadas peças. O SR. IVO MAGALHAES — Mas foi a única representação. O SR. ABEL RAFAEL — Foi a única porque o clamor público foi enorme. O SR. IVO MAGALHAES — Houve audiência tremenda na peça e recebi solicitações para mandar trazer mais. O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a pode trazer quantas vezes quiser mas V. Ex^a não precisa fazer no auditório. Pode fazer na Asa Norte ou em Taguatinga, que fica cheo também, porque existe muito velho gagá. O SR. IVO MAGALHAES — Não houve reclamações, digo, não houve recomendação específica para trazer essa companhia. Houve a recomendação de

trazer teatro, de forma que não se pode evitar que no meio de uma série de peças de teatro venha uma peça de revista. A única coisa que pode ser argumentado é o seguinte: O auditório da Escola-Parque deve ser fechado é impossível controlar as solemnidades que devem ou não ser feitas ali. O SR. ABEL RAFAEL — Creio que um critério primário resolve isto. Ali é para questões culturais. Um auditório de uma escola só pode ser para assuntos culturais. Uma diversão boa é a cultural. O SR. IVO MAGALHAES — O que é necessário é que Brasília tenha teatros e para isso é preciso recursos. Tenho insistido para que se acabe o Teatro Nacional, mas isso ficaria muito caro, portanto, insisto na construção de um novo teatro. O SR. ABEL RAFAEL — Senhor Prefeito, meu problema é de escolas. O SR. IVO MAGALHAES — V. Ex^a está-se referindo ao auditório da Escola-Parque. O auditório da Escola-Parque não é a escola. O SR. ABEL RAFAEL — E não é um teatro. Um auditório é muito diferente de um teatro, se me permite. O SR. IVO MAGALHAES — V. Ex^a há-de convir que em Brasília não temos auditório. O SR. ABEL RAFAEL — Eu me permito fixar no ponto da representação porque foi um escândalo em Brasília. Se V. Ex^a não ouviu o clamor da imprensa e do povo... O SR. IVO MAGALHAES — Mas há teatro de revista em todos os lugares do Brasil. O SR. ABEL RAFAEL — No Rio de Janeiro o Teatro do Walter Pinto é na Rua do Recreio e o Rival é na Rua Alvaro Alvim. Mas não são numa escola. O SR. IVO MAGALHAES — E não passam crianças por ali? O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a tem filhos? O SR. IVO MAGALHAES — Tenho filhos sim. O SR. ABEL RAFAEL — V. Ex^a defende a representação dessa revista? Meu ponto é com referência às autoridades e não sobre o valor do teatro. O SR. IVO MAGALHAES — Não estou defendendo a representação desta ou daquela peça. Estou mostrando as razões e que não tiveram o objetivo de desmoralizar a Escola-Parque. O SR. ABEL RAFAEL — Mas desmoralizou ou não? O SR. IVO MAGALHAES — Como acontecimento não. Se houvesse vários auditórios em Brasília e se fosse trazida uma única peça e esta única peça fosse de teatro de revista,

ai V. Exa. poderia ter razão. Mas mandado trazer teatro do Brasil a Brasília e foram realizadas 20 ou 30 representações neste cinco meses, dentro dessas representações veio um teatro de revista que ficou dois ou três dias e nunca mais isso se repetiu. Não me parece, portanto, que V. Exa. tenha razão ao afirmar que havia o objetivo de desmoralizar a escola. Acresce ainda a circunstância de não existirem outros auditórios para a realização de espetáculos. Há uma série de circunstâncias. É claro que se houvesse outros auditórios e houvesse sido chamada essa peça, especificamente, o Sr. teria razão na afirmativa, mas esse não foi o caso. O SR. ABEL RAFAEL — Quem promoveu a vinda dessa companhia? O SR. IVO MAGALHAES — O Departamento de Turismo. Havia uma grande reclamação de que Brasília não apresentava qualquer peça de teatro. Partindo desse ponto conversamos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com todos os que tivessem teatro e no meio disso veio essa peça. V. Exa. há de compreender que na administração pública há tantas atribuições e tantas solicitações e obrigações do Prefeito que não é possível a ele deter qual a peça que vem qual a que não vem, digo, não é possível a ele determinar qual a peça que vem qual a que não vem. O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. está colocando a questão de modo inteiramente errado. Minha acusação não é contra V. Exa. O Prefeito não pode fazer a censura de peças, o Prefeito não é quem escolhe, não é quem chama. Eu quero provar minha acusação de que o ensino em Brasília está se desmoralizando por culpa das autoridades públicas. Nesse caso é o Secretário é o Superintendente ou os membros é quem responde por tudo porque é a do Conselho da Fundação Educacional ou mesmo da Diretoria de Turismo. Alguém tem culpa, e o Prefeito cabeça. Mas logicamente houve um erro porque uma escola não é lugar disto. Então eu pergunto: Que providência foi tomada para apurar quem foi o responsável? Mas como V. Exa. defende essa representação passo a outra pergunta. O SR. IVO MAGALHAES — Eu não defendi a representação. Procurei mostrar que é justificável dada a circunstância como foi feita, ou seja, em virtude daquê-

le ser o único auditório existente em Brasília. Não foi deliberadamente que foi trazida essa peça. Não é isso que vem desmoralizar o ensino em Brasília porque existem outras coisas. Não seria a apresentação de uma peça de teatro de revista que iria atingir o ensino. Acho que há um exagero de V. Exa. ao achar que tal fato foi premeditado. O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. conversou com os professores e pais de alunos depois da representação dessa peça? O SR. IVO MAGALHAES — Conversei. O SR. ABEL RAFAEL — Quais professores, aqueles mesmos que fazem a greve na porta da escola ou aqueles que de fato estão em contato com os alunos? O SR. IVO MAGALHAES — Não sei os que o Sr. diz que fazem greve. Para mim, quando os vejo, eles não estão fazendo greve. Vejo-os em classe, dando aula, ou os vejo numa d'retoria. O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. mandou abrir inquérito para apurar os fatos denunciados? O SENHOR IVO MAGALHAES — A apreciação nossa dos fatos é essa e a superintendência ou a Fundação é um órgão autônomo. O SR. ABEL RAFAEL — Mas subordinado ao Prefeito. O SR. IVO MAGALHAES — Tenho certeza de que da parte da administração não houve o objetivo de ver desmoralizada a escola. O SENHOR ABEL RAFAEL — Da parte de V. Exa. O SR. IVO MAGALHAES — Da administração. Não havia sentido em colocar um teatro aqui para desmoralizar a escola. O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. sabe que houve pressão ideológica no concurso de professores efetuado há cinco meses passados? O SR. IVO MAGALHAES — Não. O SR. ABEL RAFAEL — Está a par da minha denúncia da tribuna da Câmara a esse respeito? O SR. IVO MAGALHAES — Não. O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. como primeira autoridade da administração municipal não toma conhecimento ou seus assessores não levam ao seu conhecimento as denúncias que se fazem na tribuna da Câmara. O SR. IVO MAGALHAES — Vi seu discurso mas é possível que seja parte do mesmo essa acusação. É difícil verificar como poderia ocorrer tal fato. O SR. ABEL RAFAEL — Pressão ideológica. O SR. IVO MAGALHAES — Poderá esclarecer como seria? O SR. ABEL RAFAEL

— Depois das provas que não tiveram nenhum critério, o critério foi pessoal, do examinador, os aprovados foram chamados para uma entrevista.

O SR. IVO MAGALHAES — Não houve prova de matérias? O SENHOR ABEL RAFAEL — Houve, mas não houve critério para aprovação ou reprovação. O SR. IVO MAGALHAES — Vou mandar averiguar imediatamente e mandarei o resultado a V. Exa. O SR. ABEL RAFAEL — Está apenas repetindo, procurando confirmar aquilo que denunciou e que infelizmente V. Exa. não abriu inquérito. A cada denúncia deveria haver, pelo menos, uma inquirição para saber se é ou não o fato. Depois das provas houve uma entrevista de determinados examinadores com os professores que pretendiam os cargos e conforme suas opiniões políticas foram eliminados. Isso é que é pressão ideológica. O SR. IVO MAGALHAES — Conforme a opinião foram eliminados? O SR. ABEL RAFAEL — Eu apresentei à comissão parlamentar de inquérito o nome de vários professores que podem ser ouvidos e trazer outras testemunhas para aclarar essa denúncia. O SR. IVO MAGALHAES — Acho difícil mas vou mandar imediatamente abrir inquérito. Nunca ouvi uma declaração positiva sua em que se afirmasse que houve a entrevista e que nessa entrevista vigorou o critério ideológico. O SR. ABEL RAFAEL — Isso consta de dois discursos da tribuna da Câmara. Eu falei durante 45 minutos. O SR. IVO MAGALHAES — Acusando, especificamente, as autoridades que fizeram o concurso? O SR. ABEL RAFAEL — Há cerca de dois anos e meio que venho acusando a degradação do nosso ensino. O SR. IVO MAGALHAES — Estou dizendo agora, momentaneamente. O SR. ABEL RAFAEL — Meus discursos têm-se repetido. O SR. IVO MAGALHAES — Recebi informação do Rio, de uma pessoa amiga minha, que me disse se era verdade que o ensino primário em Brasília adotava uma cartilha comunista. Perguntei quem tinha informado isso. Essa pessoa me disse que tinha sido um deputado, pela televisão e mostrou uma cartilha que teria sido impressa em Brasília. Respondi. Absolutamente, esse deputado não pode dizer isso, porque as cartilhas do ensino primário são normais. Acrescen-

tou essa pessoa que era verdade e que eu poder a mandar buscar a gravação na televisão. Quer dizer, foi amplamente divulgado que as cartilhas de ensino primário em Brasília eram comunistas. Veja V. Exa. o mal que isso acarreta. O SR. ABEL RAFAEL — A culpa não é minha é da minha alfabetização. V. Exa. teve o cuidado de ouvir a gravação do meu discurso ou de ler, sobre a cartilha? O SENHOR IVO MAGALHAES — Sim. Veja V. Exa. a deformação do que se fala. O SR. ABEL RAFAEL — Não estou falando sobre fatos que ouvi de terceiros. O SR. IVO MAGALHAES — A respeito dessa cartilha foi um deputado que não se quem é. O SR. ABEL RAFAEL — O deputado fui eu. Quem trouxe o caso da cartilha à tribuna da Câmara fui eu. O SR. IVO MAGALHAES — Mas isso foi no Rio. Disse que a cartilha era lida no ensino. O SR. ABEL RAFAEL — Não tenho culpa do que os outros dizem. O problema, para mim, da cartilha era certo que não se ligava com a Fundação Educacional, parte da Universidade. O SR. IVO MAGALHAES — Quem não sabe os detalhes da coisa ouve ou lê nos jornais e pensa outra coisa. O SR. ABEL RAFAEL — Ia para alfabetização de adultos no Distrito Federal. O SENHOR IVO MAGALHAES — O jornal publica parte dos discursos e não os discursos inteiros. Então a divulgação dada foi de que em Brasília o ensino primário adotava uma cartilha que era absolutamente comunizante, absurda, quando na verdade, o caso foi diferente. O SR. ABEL RAFAEL — Tenho sempre defendido o ensino primário que é o único que está, em meio das injunções políticas, que tem alta eficiência. Em todos os meus pronunciamentos tenho elogiado o ensino primário oficial em Brasília. O SR. IVO MAGALHAES — Mas V. Exa. sabe que houve esta deturpação violenta. Pode-se publicar amanhã que o ensino em Brasília está comunizado, o que não é verdade. O SENHOR ABEL RAFAEL — Houve um desmentido nesse particular. O SENHOR IVO MAGALHAES — O desmentido sai sempre pequenininho. O fato fica. O SR. ABEL RAFAEL — Minhas acusações são exatas e claras. Quando tenho que acusar V. Exa. não acuso outra pessoa, é V. Exa. mesmo e tenho ombridade para sus-

tentar minhas acusações. Se ninguém denunciar é que prejudica porque a cartilha já estava adotada e tudo quanto é curso de alfabetização de adultos a estaria usando se não tivesse gritado. Elas não foram destruídas, estão na universidade. Isso não tem nada com o ensino primário. Agora, se a pessoa confunde a culpa não é minha. O SR. IVO MAGALHAES — Claro. O SR. ABEL RAFAEL — Esses fatos que estou citando a respeito do ensino primário em Brasília são apenas do descuido das autoridades em dar ao ensino primário elementos para se tornar mais eficiente. Até material de limpeza falta nos grupos escolares. Falta giz, falta vassouras, falta sabão, etc. A Secretária não providencia. Isso é que acusei. Tenho elogiado os professores do ensino primário que são muito eficientes. Agora, no ensino secundário, existe uma grande infiltração comunista. Há uma grande pressão fn. digo, grande pressão contra os professores democráticos e muitos têm sido demitidos. — O SR. IVO MAGALHAES — Não diga isso deputado, eles são a grande maioria. — O SR. ABEL RAFAEL — Já o Papa Leão XIII dizia que a covardia dos bons é que fomenta a audácia dos maus. As pressões ideológicas são sempre feitas por minorias ativas, ativíssimas. Os outros cruzam os braços. E' o que está acontecendo no Brasil. A despeito de grandes professores de professores dedicadíssimos que estão atuando aqui tanta coisa, como uma professora que conheço que está morando no JK com oito filhos e que suporta tudo com o espírito de sacerdote da profissão, a despeito disso, continua a Associação Profissional dos Professores Secundários, a fazer pressão sobre os professores democráticos. — O SR. IVO MAGALHAES — Estão fazendo agora pressão? — O SR. ABEL RAFAEL — Continuam, sempre houve, porque o verdadeiro Secretário de Educação, que V. Exa. não nomeou, chama-se Fábio Bruno. — O SR. IVO MAGALHAES — V. Exa. exagera. Esse homem vai sentir-se realmente uma pessoa de alta significação. — O SR. ABEL RAFAEL — E' justamente isso que nos leva sempre a distorções, porque as autoridades nunca acreditam. No entanto, quem viu o ensino em Brasília há três anos, como eu vi, e quem vê hoje, nota que ele se degradou. Minha acusação é de que as autoridades ficam pensan-

do que as acusações são infundadas. No entanto, se V. Exa. não sabe fique sabendo. E' a associação que distribui as casas e os apartamentos e que nomeia o chefe do Departamento. — O SR. IVO MAGALHAES — Não diga isso deputado. O que nomeia é o Superintendente junto com o Conselho. V. Exa. está admitindo que todos os conselheiros... — O SR. ABEL RAFAEL — V. Exa. não mandou abrir nenhum inquérito diante das várias acusações feitas aqui por mim e por colegas. De forma que V. Exa., nesse caso, é um homem de boa fé, que está sendo enrolado pelos seus auxiliares. V. Exa. tem auxiliares de alto gabarito, digo, de alto gabarito e não generalizo. Seria absurdo generalizar, mas infelizmente estamos assistindo a um processo de degradação do ensino e se nossos filhos não se tornarem comunistas acabará, digo, acabarão analfabetos. — O SR. IVO MAGALHAES — V. Exa. acabou de afirmar que no ensino primário não existe essa infiltração e agora diz que se nossos filhos não virem comunistas acabarão analfabetos. Ora, o analfabetismo seria tirar-lhes o ensino primário. — O SR. ABEL RAFAEL — O meio analfabeto é pior do que o analfabeto por completo. O homem só se alfabetiza na escola superior, digo, na escola superior, às vezes. — O SR. IVO MAGALHAES — Outro ponto que V. Exa. falou foi a respeito de auxiliares. Justamente o que tento fazer é procurar ver se há uma fórmula de se fazer a maior responsabilidade agora. Não é possível, da forma como funciona a Fundação, autônoma, com conselheiros autônomos, cada um com seu ponto de vista, que o Prefeito possa ter injunção, direção ou responsabilidade. — O SR. ABEL RAFAEL — Por que os membros renunciaram? — O SR. IVO MAGALHAES — Renunciaram porque... — O SR. ABEL RAFAEL — Renunciaram porque o secretário não quis atender às recomendações que constam de ata. Os membros renunciando virão aqui. — O SR. IVO MAGALHAES — Vou pedir os documentos que eles fizeram nessa ocasião, digo, ocasião. Há pessoas que no dia da renúncia foram ao meu gabinete e disseram coisa diferente. — O SR. ABEL RAFAEL — Há documentos que, digo, escritos que apresente à comissão. — O SR. IVO MAGALHAES — Isso é absolutamente diferente. Além disso, em janeiro, esse mesmo Conselho deu ao secretário a atribuição de fazer uns tantos atos

porque tinha confiança no secretário senão não dar'a. Durante as férias não há lotação de diretor. — O SR. ABEL RAFAEL — Assim não podemos chegar a uma conclusão. — O SR. IVO MAGALHAES — Não posso ter detalhes, dada a quantidade de atribuições que está nas mãos de um prefeito, não posso saber dos detalhes, como aconteceu, etc. Sei num sentido genérico e num sentido genérico é que soube que foi um pouco diferente, com pessoas de alta responsabilidade. Há de convir V. Exa. que os secretários, as pessoas que têm lugar na administração não foram colocadas sob o aspecto de terem ligação com qualquer regime político que não fosse o democrático. Sou defensor do regime do meu País e todos os secretários não têm outras, digo, outra ligação que não seja exclusivamente democrática. — O SR. ABEL RAFAEL — Sei disso e confirmo. Minha acusação a respeito da ideologia não é o fato principal. O fato principal é que há deficiência no ensino em virtude da preocupação de predomínio ideológico. — O SR. IVO MAGALHAES — O nosso deputado frisou até se não seria um ponto de falta de recursos. Cada um, dentro do panorama que se apresenta vê uma parcela do departamento. — O SR. ABEL RAFAEL — Há chefes de departamento que foram nomeados apenas por causa de sua fidelidade ideológica. — O SR. IVO MAGALHAES — Quando? — O SR. ABEL RAFAEL — No seu período, agora na gestão de V. Exa. — O SR. IVO MAGALHAES — Quais são? — O SR. ABEL RAFAEL — Os nomes estão aí e V. Exa. poderá mandar ver porque os próprios conselheiros, digo, conselheiros alegaram que não podiam ser chefes de departamentos porque não tinham adequação técnica. — O SR. IVO MAGALHAES — Isso é outra coisa não é ideologia. — O SR. ABEL RAFAEL — Se se escolhe uma pessoa apenas por seus predados particulares e não por causa de sua adequação técnica, logicamente fugiu-se à finalidade. Então, minha preocupação é que o indivíduo tem tal ou qual ideologia. Nunca persegui ninguém. Foi Secretário de Estado, foi industrial muito tempo, dirigi muita gente de variada coloração política e nunca persegui ninguém por causa disso e nem quero perseguir. Agora, não posso permitir que o indivíduo use seu cargo público para forçar terceiros a adotarem esta ou aquela polí-

tica. — O SR. IVO MAGALHAES — O regime da Fundação é particular, não é público. A administração pública não tem gerência no assunto. É isolado completamente. Quando V. Exa. fala "acusar", parece-me que é o Secretário. Então, eu queria que o Sr. dissesse: É o Secretário? — O SR. ABEL RAFAEL — É o Secretário. O Secretário não era comunista, é um homem franco, enrolado. O atual não conheço. Cumprimei, digo, Cumprimentei-o uma noite aqui na Câmara mas não conheço. Até prova em contrário julgo-o um homem decente, muito digno. Um indivíduo pode ter ótimas qualidades, a despeito de sua ideologia. Tenho amigos comunistas declarados. A questão é diferente. O que não pode é continuar o que foi feito na administração do Sr. Elazar Rosas que a maioria dos elementos que ele propôs para cargos de direção são elementos que só lutam para a sua predominância política e fazem pressão contra os professores democratas que têm sido demitidos por causa disso. O nome deles está aí. Se V. Exa. quiser poderá pedir meu depoimento. — O SR. IVO MAGALHAES — Pedire com muito prazer. — O SR. ABEL RAFAEL — Poderá pedir informações aos elementos que renunciaram, aos que foram demitidos porque o foram e V. Exa. chegará à conclusão de que isso é verdade. Não quero que ninguém perca o emprego, não quero perseguir ninguém mas não posso permitir que aqueles que defendem os ideais democráticos de nosso País sejam perseguidos. — O SR. IVO MAGALHAES — V. Exa. diz que esses professores orientam os alunos nas classes no sentido de suas ideologias, digo, ideologias? — O SR. ABEL RAFAEL — Exato, pelo menos era fato. Até há pouco tempo havia no Eel, digo, Elefante Branco uma banca de livros comunistas. E eram os professores que vendiam aos alunos a Guerrilha de, digo, a Guerrilha de Che Guevara, o ABC do Comunista etc. Os livros todos da Editora Vitória eram vendidos para os alunos e foram apreendidos pela polícia. Deve constar em processos na polícia a apreensão de livros comunistas que se encontravam à venda no Elefante Branco. — Se bem que longe de mim qualquer intenção de agressividade pessoal a V. Exa., no plano da administração eu o acuso, pois que, como a maior autoridade, não pode ignorar esses fatos. — Agradeço a V. Exa. a atenção com que respondeu a todas

as perguntas, com a maior boa vontade, e conto com a sua colaboração pois, homem de bem, democrata, naturalmente não vai permitir que se deturpe uma obra tão bem iniciada. Se erros há, não creio que sejam de V. Exa., mas sim do acúmulo de admnistrações que não permitem que V. Exa. tome conhecimento de tudo, e muitas vèzes, quando recebe uma informação, mesmo minha, pode atribuí-la à paixão política ou a uma exacerbação na expressão. Então agora, com tôda calma, eu lhe digo: reafirmo tudo quanto tenho feito de acusações, porque o meu intuito — eu estou integrando na vida de Brasília — é ver Brasília engrandecida. Nação nenhuma, cidade nenhuma pode ser engrandecida se o seu ei, digo, ensino continua dessa maneira. — Dai pedir, pessoalmente, a V. Exa. que tome providências para que o nosso ensino melhore. Quero pôr os meus filhos que estão crescendo num ginásio oficial porque não gosto de escolas particulares para meus filhos, gosto dos grupos escolares, dos jardins de infância das escolas públicas porque lá a criança adquire outra noção de democracia, de interesse pelo próximo. Conto com a colaboração de V. Exa. — O SR. IVO MAGALHÃES — Quero dizer que tanto o atual superintendente da educação quanto o anterior têm ampla liberdade na escolha dos cargos. Não costumo influenciar, a menos que saiba de algum fato brave, digo, grave trazido ao meu conhecimento por pessoas de responsabilidade, em qualquer designação, especialmente de diretorias, de chefias de serviços porque acho que éle deve ser o responsável pelo que ocorre dentro do seu departamento. Como tal, deve ter liberdade de escolha, de forma que não sei quem é o diretor letado numa ou noutra escola. Se éle mantém determinados diretores — como referiu V. Exa. — é que alguma razão o leva a isso, não há recomendações no sentido de manter essa ou aquela pessoa na direção. Entretanto, pedirei ao nobre Presidente o resumo do que foi dito por V. Exa. a respeito dèsses professôres ... — O SR. PRESIDENTE — No momento é impossível, só quando a Comissão terminar o inquérito. — O SR. IVO MAGALHÃES — Então vamos continuar na mesma situação... O SR. PRESIDENTE — A Comissão está em processo de apuração, e não sei se nós... — O SR. IVO MAGALHÃES — Mas não é que isso

vá prejudicar ou vá dar algum elemento ou mudar a orientação da Comissão, mas se existe algum fato que seja de conveniência... — O SR. PRESIDENTE — V. Exa. poderá computar o discurso do Deputado Abel Rafael. — O SR. IVO MAGALHÃES — Mas o Deputado, no seu discurso, digo, discurso, não deu nomes, assim não poderei verificar junto ao Secretário de Educação. — O SR. ABEL RAFAEL — Particularmente eu posso emprestar, com licença do Sr. Presidente, porque é um problema pessoal meu, cópia do meu depoimento na Comissão. Pessoalmente posso fazer isso, embora a Comissão não possa. — O SR. PRESIDENTE — É problema de V. Exa., a Comissão, oficialmente, não poderá fornecer nenhum depoimento antes do encerramento da sua conclusão. — O SR. ABEL RAFAEL — Isso se justifica porque a Comissão não prejudica, ninguém aqui é juiz. — O SR. IVO MAGALHÃES — Nem seria no sentido de prejudicamento, mas no sentido de orentar o superintendente. — A administração em geral está ao dispor da Comissão. Quero acrescentar que os afazeres são inúmeros, de vários tipos, e que não se pode estar atendo, digo, atento a determinados detalhes, mas de nossa parte não temos feito outra coisa senão contribuir para que o ensino em Brasília seja realmente um bom ensino. A frente da Prefeitura me tenho dedicado especialmente à questão do ensino. A situação que encontrei não foi boa, não a crei, e me tenho esforçado para transformá-la. Espero que com a solicitação de meios que temos feito, com o esquema que tenho traçado, a situação melhore já no próximo ano letivo. — Agradeço a atenção da Comissão e permaneço a sua inteira disposição, lembrando mais uma vez que o Prefeito, no caso das fundações, leva a culpa de tudo de mau que acontece, mas na realidade, na execução, no esquema, éle não tem atribuição direta. Esta uma das razões por que procurei entrar mais fundo nas fundações a fim de poder agir com maior autoridade nelas. Não que eu possa ultrapassar o que existe, mas pelo menos ter maior autoridade, o que não existe na forma de organização porque é fundação hospitalar, é fundação educacional, é fundação social, enfim, as fundações fraturaram a administração e o Prefeito é o responsável por tudo de errado que ocorre na cidade. Por isso o meu empenho em procurar encaminhar para u'a maior interferência do Prefeito

nos órgãos que se referem a serviços públicos. — O SR. PRESIDENTE — Agradeço a V. Exa. o Prefeito o seu coma, digo, o seu comparecimento a esta Comissão, e a maneira democrática com que se submeteu aos diversos interrogatórios dos Deputados aqui presentes. — Declaro encerrada a presente sessão.

DEPOENTE: DOUTOR OTHON PIO DE ABREU — PRESIDENTE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MÉDIA.

Reunião: 29 de agosto de 1963

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e três, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senhor Dr. Othon Pio de Abreu — Presidente do Círculo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média prestou o seguinte depoimento:” O SR. PRESIDENTE — Declaro aberta mais uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar as possíveis irregularidades no ensino primário secundário e superior de Brasília. Encontra-se presente o Presidente do Círculo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média. E’ este o nome que tem a sociedade? O SR. DEPOENTE — Exatamente: Círculo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média, também chamado “Elefante Branco”. O SR. PRESIDENTE — Círculo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média. Muito bem. Sr. Othon Pio de Abreu, o Senhor foi indicado por um dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para vir depor. Antes de V. S. prestar seu depoimento, precedido do compromisso de dizer a verdade, eu quero esclarecer rapidamente. Sr. Othon Pio de Abreu, a finalidade desta Comissão. Esta Comissão foi constituída, dentro das normas regimentais da Câmara dos Deputados, por pedido de mais de uma centena de colegas, a fim de apurar as possíveis irregularidades no ensino de Brasília. Envolve esta Comissão uma grave responsabilidade, porque fatos do domínio público e alguns deles denunciados da tribuna desta Casa apontam irregularidades, distorções, desorientação, falhas no ensino e nós não poderíamos, *a priori*, concluir por essas indicações, senão depois de um trabalho penoso, ouvindo os responsáveis pelo ensino. E na escola atual, os pais também são responsá-

veis, porque eles têm a obrigação de acompanhar de orientar e mesmo até de fiscalizar a educação, que seus filhos recebem nas escolas. Pela Constituição é livre à família escolher a educação de seus filhos. Por isso é que V. S., como Presidente do Círculo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média foi convidado a trazer a sua contribuição, o seu esclarecimento, o seu depoimento a esta Comissão. Pode portanto, Vossa Senhoria dizer tudo o que achar que irá contribuir para os esclarecimentos, digo, esclarecimentos do assunto e, depois do seu depoimento, os Senhores Deputados, dentro do regime de trabalho das Comissões de Inquérito, poderão lhe fazer perguntas, para melhor se esclarecerem e contribuir com esses esclarecimentos, para a feitura do relatório, entregue ao Sr. Deputado Manoel Taveira, e as suas necessárias conclusões. Vou perguntar a V. S. se sob sua palavra de honra se compromete a dizer a verdade do que souber e o que lhe fôr perguntado. Antes, porém, indago: Seu nome? O SR. DEPOENTE — Othon Pio de Abreu. O SR. PRESIDENTE — Sua idade? O SR. DEPOENTE — 43 anos. O SR. PRESIDENTE — Seu Estado natal? O SENHOR DEPOENTE — Minas Gerais. O SR. PRESIDENTE — Sua residência? O SR. DEPOENTE — Superquadra 308, Bloco 3, Apartamento 401. O SR. PRESIDENTE — Sua profissão? O SR. DEPOENTE — Advogado e funcionário do Banco do Brasil. O SR. PRESIDENTE — O lugar onde exerce sua atividade, já disse. O SR. DEPOENTE — Atualmente, sou Chefe de Gabinete do Diretor-Geral do Serviço Nacional de Municípios. O SR. PRESIDENTE — Tem parentesco com alguma das autoridades do ensino em Brasília ou com professores da CASEB? O SENHOR DEPOENTE — Não, Senhor. O SR. PRESIDENTE — Suas relações com esses membros são relações cordiais? O SR. DEPOENTE — São cordiais. Apenas cordiais. O SENHOR PRESIDENTE — Então Vossa Senhoria se compromete a dizer a verdade? O SR. DEPOENTE — Comprometo-me. O SR. PRESIDENTE — Agora, vamos passar adiante. Inicialmente, se V. S. quiser fazer uma exposição de como acompanha o ensino no “Elefante Branco”, no car-

go de Presidente do Círculo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média, muito bem. Se V. S. preferir ser desde logo argüido, darei a palavra aos deputados que queiram argüir. Depende de V. S. a praxe aqui é, primeiro, o depoente dizer sua opinião, digo, opinião. O SENHOR DEPOENTE — Sr. Presidente, posso dizer alguma coisa ligeiramente. O SR. PRESIDENTE — Pois não. O SR. DEPOENTE — O sistema de ensino, elementar e secundário, em Brasília, sofreu as consequências da rapidez com que se fizeram as coisas aqui. Inicialmente, se pretendeu, segundo os anúncios e o que se tem ouvido em palestras, conferências e escritos, instituir o sistema que chamavam de avançado, com relação aos métodos e à estrutura existente no País. Para isso, segundo nós sabemos se convocaram, através de concursos, algumas dezenas de professores, que vieram a Brasília levados por esse ideal de fazer coisa nova e ainda dentro de um anseio natural do ser humano de se aproximar das coisas que podem oferecer um campo mais elevado do que o que se realiza permanentemente e com mais rapidez, no âmbito intelectual. Inicialmente, aqui em Brasília, quando chegamos, em 1960, existia a Caseb, se não me engano, sigla que corresponde a Comissão Administradora do Sistema Educacional de Brasília. Muita coisa se disse e se escreveu sobre fatos que teriam ocorrido patrimonialmente administrativamente sobre os quais não tenho conhecimento a ponto de depor sobre a verdade ou sobre a inverdade. Depois disso, surgiu a idéia de se instituir aqui o sistema de Fundação. A respeito do sistema de Fundação, por mais isento que qualquer indivíduo seja, evidentemente, tem que, ao falar sobre o assunto deixar transparecer seu ponto de vista pessoal. De modo que meu ponto de vista pessoal de maneira que minha opinião neste setor pode ser até defeituoso. Mas, pelo que vimos em Brasília, entendemos que não foi muito feliz, pelo menos, comparando-se com a nossa sociologia, com a nossa tendência com esse espírito que o brasileiro ainda bem digo, tem, de confiar sempre no poder público. Nós chegamos a conclusão pessoal de que o sistema de Fundação para o ensino, pelo menos, foi infeliz. Por-

que se criou aqui, no sistema educacional, uma entidade de direito privado custeada com o dinheiro público. Um conselho, se não me engano, v. Exa., Sr. Presidente, até foi parte do Conselho da Fundação. O SR. PRESIDENTE — Fui parte, realmente. O SR. DEPOENTE — Os conselheiros tinham naturalmente, seus poderes em conjunto, dentro de uma composição heterogênea, de pontos de vista heterogêneos e naturalmente, nós todos temos as nossas manifestações consoante nossa formação política, religiosa, de maneira que esse conselho, além de ser privado de condições materiais, tinha ou ainda tem, embora hoje a estrutura seja um pouco diferente, uma situação "sui generis": ele decidia e sua decisão podia até ser vetada. Com a escassez de recursos financeiros, que ainda persiste até hoje, a avalanche de procura de vagas nas escolas que se convencionou chamar oficiais, em Brasília, antes representado pela Caseb, o hoje Ginásio do Plano Piloto e, depois, pelo ensino de educação média, criou-se uma plethora de estudantes e uma anemia profunda de meios de ensino e de mestres. Daí, houve um remanescente, se não me engano, de 60 professores concursados. Depois, processaram-se outros concursos, mas, com a vinda dos parlamentares, assim como de suas famílias, a procura continua sendo mais intensa, a ponto de eu mesmo ter assistido a professores fazer faxina, encerrar o chão, cuidar de alunos, fazer expedientes de secretaria, enfim numa penúria material muito grande. Dizem que, por causa disso, também, o tal sistema elevado não foi adotado, mas eu, que tenho três filhos a cargo e sob a orientação dos ginásios oficiais — Ginásio do Plano Piloto e "Elefante Branco"; eu, que tive filhos em colégios religiosos — salesianos e maristas e, ao mesmo tempo, tive filhos em colégios públicos no Rio de Janeiro, onde, pelo menos quando saí de lá, o ensino era muito bom eu chego à conclusão de que o ensino em Brasília padecia, no primeiro ano, de 1961, principalmente, de uma crise muito profunda, por falta de meios e porque a Secretaria de Educação não tinha condições de trazer pessoal, por ausência de recursos e de casas. Então, houve os concursos aí com menos rigor e a contratação de

pessoas através do sistema de horistas, para suprir a deficiência, que ainda existe, deficiência numerica de professores em Brasília. O que nós observamos, pela nossa vivência no setor de ensino, quer por vocação, quer por interesse pelas coisas públicas e por uma admiração, um encanto que nos temos pessoalmente, pela Capital da República, temos acompanhado a vida da Capital em várias áreas e, em virtude de ser pai de alunos, mais acompanhado no ensino, e, com satisfação temos observado que o ensino já toma, apesar da pobreza de meios já toma um rumo que agrada. Ainda há até falta de professores, mas o fato é que o ensino vem agradando e um pai o que observa e que as crianças se encantam com esse sistema moderno que adota nos ginásios — eu tenho filhos em ambos — de os alunos receberem explicações e debaterem com o professor, com uma liberdade razoavel, sem pecca de disciplina ter condições depois de voltar ao professor naquela matéria em que não estiver em estado de insuficiência ou inadaptação. Então, resumindo, a opinião geral, é de que, apesar de ainda ser muito deficiente, com relação a meios, organização e magisterio, é que, como todas as coisas de Brasília, felizmente o ensino vai tomando um rumo que nos parece que podemos falar, como pai, como ex-estudante e como individuo de certa experiência e até como ex-professor, que o estado atual do ensino é bom e deve-se muito a esse espirito patriótico de pelo menos, a maioria. Não orheço todos os professores, de maneira que não posso falar nominalmente, mas a impressão que pode ser até que o outro ensino existente seja bem melhor. Não podemos fazer afirmação porque não temos um filho num colégio e um filho em outro, para termos base. Mas, pela experiência como ex-estudante e ex-professor e pai de alunos que já estiveram em colégios outros, nós, particularmente, estamos satisfeitos com o ensino. Com relação à minha função de Presidente do Circulo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média e Diretor do Circulo de Pais e Mestres da Caseb — porque sou Diretor do outro Circulo — o que nós vemos é o esforço tremendo das direções dos colégios tentando arranjar de qualquer modo, do poder pú-

blico, meios capazes de permitir pelo menos um funcionamento tranquilo, sem problemas de não tem apagador, não tem giz, não tem isto, falta aquilo. Quanto a essas coisas, os Circulos de Pais vêm-se unindo aos professores e dirigentes, num esforço no sentido de se conseguir um pouco mais de meios, para que o ensino e os professores possam ficar restritos a sua preparação e ao seu desempenho na função sem as preocupações de pessoal de limpeza, porque estes problemas, apesar de terem sido amenizados — e S. Exa. o Sr. Prefeito atual parece que se vem empenhando na solução dentro do possível, destes problemas, mas o fato é que, no conjunto, nos parece pela vivência que temos lá na função de Presidente do Circulo de Pais e Mestres, que a posição do ensino atualmente é satisfatória, podendo melhorar muito. E' em linhas gerais, o que tinha a dizer. Tenho, inclusive um trabalho que fizemos, uma comissão de pais, no ano passado. Fizemos um estudo tendo em vista a ampliação, a vinda de mais professores para o ensino, enfim, foi debaixo no seminário, onde se ressaltaram sília, a omissão do sistema de fundação e o agravamento que era de esperar sobre os fatos do ensino em Brasília. De maneira que eu gostaria se V. Exa. me permitisse, de entregar à Comissão, para ver se pode ser útil, este trabalho, que ficaria, assim, incorporado ao nosso depoimento. O SR. PRESIDENTE — V. Sa. quer ter a bondade de rubricá-lo? O SR. DEPOENTE — Pois não. (Rubrica-o). Era o que tinha a dizer, em linhas gerais, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Muito obrigado. Ainda não tenho sobre a mesa nenhuma inscrição de companheiros que queiram interogar, fazer perguntas ao depoente... O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, peço a palavra O SR. PRESIDENTE — ...e consultaria, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Manoel Taveira, Relator, se deseja inquirir a testemunha. O SR. RELATOR — Sr. Presidente, usarei da palavra em seguinte aos nobres colegas interessados em inquirir o depoente. O SR. PRESIDENTE — O Deputado Manoel Taveira, Relator, cede a palavra aos companheiros que quiserem dela utilizar-se. Quem deseja usar primeiramente da palavra? O SR. DIRCEU

CARDOSO — Sr. Presidente, peço a palavra. O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado Dirceu Cardoso falará em primeiro lugar, e dou a palavra a S. Exa. para formular suas perguntas ao depoente. O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Othon Pio de Abreu, o Senhor é Presidente do Circulo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média por eleição ou por nomeação? No caso de um ou de outro, pediria explicasse... O SR. DEPOENTE — Sou Presidente do Circulo de Pais e Mestres do Centro de Educação Média, como resultante de uma Assembléa Geral, onde tivemos a honra de ter todos os votos da Assembléa. Dessa Assembléa se elegeu um Conselho Diretor, do qual fazem parte S. Exas. os Srs. Deputados Steio Maroja, Sílvio Braga e Josafá Borges e mais outras personalidades, inclusive professores. Na primeira reunião do Conselho Diretor, este Conselho, que tem maneira livre de eleger seus componentes, resolveu, na ordem de importância dos cargos, conferi-los àqueles que maior número de votos alcançaram na Assembléa Geral, de maneira que minha eleição para a Presidência do Circulo de Pais e Mestres é consequência de termos alcançado, na Assembléa Geral, maior número de sufrágios, ou seja, a totalidade das pessoas presentes. O SR. DIRCEU CARDOSO — Essa eleição foi desde o início do colégio aqui ou é recente? Este ano... O SR. DEPOENTE — No ano passado, nós éramos Diretor do Circulo de Pais e Mestre. Eu fui um dos menos votados e fui suplente, com função permanente, mas suplente. O SR. PRESIDENTE — As eleições realizam-se cada ano? O SR. DEPOENTE — São anuais. Este ano houve nova eleição e foi eleito um dos diretores anteriores, apenas. O SR. DIRCEU CARDOSO — Quantas reuniões o Circulo de Pais e Mestres já realizou este ano? O SR. DEPOENTE — Este ano, o Circulo realizou apenas três reuniões. O SR. DIRCEU CARDOSO — Poderia precisar mais ou menos a época? E por que motivos? O SR. DEPOENTE — No primeiro semestre... Não tenho notação aqui, mas posso depois fazer... O SR. DIRCEU CARDOSO — Não precisa data. Só mais ou menos... Quais os motivos dessas reuniões? O SR. DEPOENTE — A finalidade do Circulo de Pais e Mestres é ampla. Vou responder objetivamente à per-

gunta. O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não. O SR. DEPOENTE — O objetivo é dar função regular ao Circulo... O SR. DIRCEU CARDOSO — Como? O SR. DEPOENTE — O objetivo é dar função regular ao Circulo... O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor sabe que tivemos aí no Circulo algumas greves. Não é isto de seu conhecimento? O SR. DEPOENTE — Durante... O SR. DIRCEU CARDOSO — Este ano ou no ano passado, para... O SR. DEPOENTE — Greves de que? O SR. DIRCEU CARDOSO — Greves de professores e alunos. Greves de ensino... O SR. DEPOENTE no ensino é de meu conhecimento. O SR. DIRCEU CARDOSO — O Circulo se reunia para se manifestar a respeito dessas greves? O SR. DEPOENTE — Durante as greves ocorridas no ensino, no ano passado, o Circulo se reuniu, tivemos uma sessão permanente durante a greve estudantil de protesto, porque o ensino, segundo as conclusões vigentes na ocasião, estava em fase de colapso. O Circulo se reuniu e funcionou, na ocasião, como elemento coordenador e mediador, vamos dizer assim, entre as autoridades — S. Exa. o Sr. Prefeito estava tomando posse aqui e o Circulo foi o mediador, para se encontrar uma fórmula. A fórmula encontrada consistiu em providências urgentes de fornecimento de meios financeiros e outros meios materiais aos colégios, de tal forma que se pudesse cumprir o programa. Creio que foi no início de agosto do ano passado que ocorreu isso. Porque nosso problema era chegar até o fim do ano, no segundo semestre. Então, tomaram-se algumas providências, por parte do Secretário. Depois, ficou-se sem Secretário. O Sr. Paulo Barbosa ficou como interino. Depois, veio o Professor Eliazar Rosas, que assumiu. O Prefeito, na ocasião, designou interino, que parece foi o Professor Júlio Sambaqui, para estudar um meio de arranjar dinheiro, que era o problema que estava obstaculizando o ensino. V. Exa. perguntou sobre a greve. Então, vou me antecipar à possível pergunta que V. Exa. vai fazer, se me permite. Entendo que a causa dessa greve tinha sido uma aglutinação de pessoas que, num estado de necessidade, não tinha para quem apelar e, então, apelou coletivamente para que se criasse talvez uma perplexidade e a sociedade, então, fôsse em socorro do

ensino. Porque depois que as autoridades chegaram e disseram: — Vamos resolver! — as coisas voltaram ao normal. Nossa atuação foi justamente esta, de encontrar meio de a greve não prosseguir. Esta é a impressão pessoal que nós temos do fato. O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor tem as conclusões do Círculo em atas ou coisa que o valha? O SR. DEPOENTE — Sobre a greve? O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem as atas sobre as reuniões realizadas? O SR. DEPOENTE — Temos as atas... O SR. DIRCEU CARDOSO — Então, o Senhor as poderia remeter à Comissão? Sr. Presidente requereiro... O SR. PRESIDENTE — Cópia das atas? O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim. Cópia das atas do ano passado... O SR. DEPOENTE — Eu as remeterei. O SR. DIRCEU CARDOSO — ...referentes as reuniões por ocasião das greves. O SR. DEPOENTE — Temos. Ficamos, uma comissão, em reunião permanente. Devemos ter, não; existem as atas e as mandaremos. O SR. PRESIDENTE — O Deputado Dirceu Cardoso, pediu cópias para a Comissão. O SR. DIRCEU CARDOSO — Peço cópias das atas, para subsídio da Comissão. O SR. DEPOENTE — Perfeitamente. O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Othon, nós, que somos pais de alunos, não recebemos, na qualidade de pais, convites para as reuniões do Círculo de Pais e Mestres, ou o Círculo se dirige... De que maneira o Círculo faz as convocações para suas assembleias? Porque nunca recebi uma carta, um aviso, uma comunicação, um telegrama, nada. O SR. DEPOENTE — Para reuniões normais e assembleias... V. Exa. pergunta sobre assembleias ou reuniões? O SR. DIRCEU CARDOSO — Reuniões ou assembleias. Querria, como pai, tomar parte nas reuniões. Nunca soube de reunião que se processasse: assembleia ou reunião... O SR. DEPOENTE — Vou responder. As vezes, devo dizer que não temos nem dinheiro, nem o Círculo nem o colégio têm dinheiro para fazer papel mimeografado. Mas a gente se cotiza, nós, os diretores e sempre encontramos jeito de fazer as comunicações. As comunicações de assembleia são feitas através de publicações que conseguimos, às vezes pagando e às vezes de favor. Também os alunos recebem uma papeleta para levar para o pai, convocado pa-

ra a assembleia, processo que, a nosso ver, deve ser a maneira mais eficiente. Para as reuniões, o Círculo não convida. Apenas são convocados os diretores, porque não temos meios em Brasília, nem recursos para convocar os pais de 1.600 alunos ou mais. O SR. DIRCEU CARDOSO — Há mais de 1.600 alunos. Há dois mil e tantos. O SR. DEPOENTE — São 2.200 e poucos, com o curso noturno. De maneira que há, aí, uma falha de convocação. Porque as reuniões do Conselho, da Direção do Círculo de Pais e Mestres são, inclusive, de acesso livre aos Srs. pais. Muitos pais vão lá, discutem conosco sobre os problemas, nos interpellam. O SR. PRESIDENTE — Mas tem havido reuniões todo mês? O SR. DEPOENTE — Não há condições, mas geralmente, nos reunimos todas as quartas-feiras... O SR. PRESIDENTE — As quartas-feiras? O SR. DEPOENTE — ...mas este ano, só nos reunimos três vezes. Os Deputados que são diretores, têm suas regiões eleitorais e não vão; outro, é mestre de obras, não sei onde anda; há um pai de aluno que é de construção civil e sempre tem problemas. Os professores têm suas ocupações. Dois são do Departamento do Ensino Médio. As vezes, não há número. De maneira que as reuniões, apesar de serem convocadas, nem sempre se realizam. Poderíamos, entretanto, estudar uma maneira de convocar todos os pais às reuniões. Agora, há os casos das Assembleias Gerais e as reuniões de conferência... O Professor Myra y Lopez veio no ano passado e o número de pessoas que foi lá foi pequeno, apesar de convocação e tudo. Os pais não têm muito interesse, infelizmente. Não sei... O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor diz que o Círculo manda as papeletas por intermédio dos alunos, mas pode ser que os alunos não recebam essas convocações... O SR. DEPOENTE — Recebem. O SR. DIRCEU CARDOSO — Por que o Senhor afirma assim tão categoricamente? O SR. DEPOENTE — Porque a Diretora do colégio e o ex-Diretor do colégio, o Professor Gildo e a Professora Alda eu os tenho a ambos como duas pessoas de alta responsabilidade e eles entregam e me informaram que entregaram. E eu não tenho razão absolutamente nenhuma para duvidar de ambos. O SR. DIRCEU CARDOSO — Eles é que entregam

ou são funcionários que entregam, que fazem a distribuição? O SR. DEPOENTE — Quem entrega é o coordenador da turma, subordinado deles. Eu, aliás, sempre recebo, através de meus filhos. Então, a conclusão a que eu chego é de que... O SR. DIRCEU CARDOSO — Bem, mas quem convoca é o Senhor também, não? É o Senhor, como Presidente, que convoca o Senhor mesmo... (Riso). O SR. DEPOENTE — Sim, mas as papeletas são entregues em aula e eu as recebo. O SR. DIRCEU CARDOSO — Por que o Senhor se refere ao "Sistema infeliz", como disse, ao sistema infeliz das Fundações? O SR. DEPOENTE — Perdão. Eu não falei assim. Eu disse que parece não foi muito feliz, não com essa ênfase... O SR. DIRCEU CARDOSO — A expressão foi "infeliz". Mas isso não tem importância. O SR. PRESIDENTE — O depoente disse que o sistema de Fundação não foi medida feliz. O SR. DIRCEU CARDOSO — Isto não tem importância. O SR. DEPOENTE — Eu não proferi a palavra com essa ênfase que lhe emprestou o Sr. Deputado, pois não tenho convicção absoluta. De maneira que eu não devo ter usado assim a expressão. O SR. DIRCEU CARDOSO — Que acha o Senhor do sistema oficial e do sistema de Fundação? Qual a diferença... O SR. DEPOENTE — Falarei ligeiramente a respeito. Sou um homem que acredito na sociologia. Acho que as medidas públicas que tendem a mudar a sociologia de um povo têm primeiro de mudar a base de orientação desse povo, para conseguir, através da orientação básica, alterar, dentro do possível, a sociologia. Nós somos um povo que tivemos o milagre de ter unidade nacional através da educação dos portugueses, inclusive religião e outros fatores que V. Exa. conhece. A tendência do brasileiro — e V. Exas., como Deputados, sabem, pois devem receber, no mínimo, uns mil pedidos de emprêgo por mês — é buscar o socorro do Estado. Então, a Fundação desvincula o Estado do povo, porque ela é um corpo estranho, que não é poder público, nem entidade privada. Ela gira os recursos públicos e não tem o poder de comando. Então, fica uma estrutura flutuante, onde o administrador da coisa pública é o responsável teórico e não tem ali ingerência. No caso de Brasília, faço questão... Estamos dis-

cutindo o caso de Brasília. Então, que ocorre? É que o Prefeito tem uma idéia ou determina, mas não tem força na estrutura da Fundação para reclamar da própria Fundação a prestação de contas, a boa aplicação dos dinheiros do Ministério da Educação, embora numa parcelazinha muito ínfima, e que a Prefeitura tem obrigação de encaminhar para a Fundação. Então, vimos em Brasília uma estrutura mantida inteiramente omissa. Não creio que os homens que estivessem lá dentro fossem omissos, mas a entidade foi omissa. E' tanto foi omissa que quando as coisas evoluíram, o sistema educacional chegou ao ponto de fazer que se criasse uma comissão de inquérito. Vs. Ex^{as} não estão investigando colégios que têm administração direta, mas Vs. Ex^{as} estão exatamente investigando aqueles que... O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas não estamos investigando qual a razão de ter mudado de Fundação para ensino público. O SR. DEPOENTE — ... chegaram a um ponto de o comando não ser eficiente, para evitar fatos que leram causa ao Parlamento de criar uma comissão de inquérito. O SR. DIRCEU CARDOSO — Então V. S^a cifra nisso a diferenciação que faz entre Fundação e o sistema atual vigente no ensino em Brasília... O SR. DEPOENTE — Não ao sistema atual. Eu não me refiro a êle. O SR. DIRCEU CARDOSO — Sim. Mas, pelo jeito de sua exposição. O SR. DEPOENTE — Pediria que V. Exa. torresse como boas as palavras que eu proferisse e em que fosse objetivo, positivo. O SR. DEPOENTE — Bem, o Senhor pode dizer o que achar necessário. O SR. DEPOENTE — As vezes, a minha maneira de expressar pode dar idéia diferente daquilo que quis dizer. O sistema atua é um intermediário entre o ensino público e o ensino que existia. Porque a municipalização do ensino em Brasília foi feita apenas com relação ao corpo funcional. A Fundação ainda está de pé. A Fundação, que era? Uma entidade privada, custeada com os dinheiros públicos e sem o poder público chegar a dirigi-la. Então, eu atribuo ao sistema de fundação as dificuldades que o ensino chamado oficial de Brasília vem sofrendo. O SR. DIRCEU CARDOSO — V. S^a também estabelece o seguinte: que, no tempo da Funda-

ção, havia falta de material e que agora isto não ocorre. Mas pergunto a V. Exª... O SR. DEPOENTE — Perdão... O SR. PRESIDENTE — Permita o nobre Deputado, mas o depoente não disse isso. O SR. DIRCEU CARDOSO — Disse. Anotei aqui. O SENHOR DEPOENTE — Eu não disse isso. Disse a V. Exª que, hoje... O SR. DIRCEU CARDOSO — Está aqui. No tempo da Fundação havia falta de material... O SR. DEPOENTE — E ainda há. O SR. PRESIDENTE — O depoente não fez uma comparação. Ele não atribuiu a defeito da Fundação essas falhas... O SR. DIRCEU CARDOSO — Está bem, mas eu vou fazer a seguinte observação: ... O SR. RELATOR — O depoente até usou a expressão "anemia profunda"... O SR. DIRCEU CARDOSO — ... Todos podem estar tão atentos quanto eu, mas mais do que eu não é possível, porque anotei. O depoente disse o seguinte: ... O SR. DEPOENTE — Estou pronto a responder ao que V. Exª precisar, desde que saiba. O SR. DIRCEU CARDOSO — ... que no sistema de Fundação havia falta de material, até giz. — O Senhor citou até giz. O Senhor particularizou o caso do giz, do apagador, enfim, do material. O SR. DEPOENTE — Sim. O SR. DIRCEU CARDOSO — Bem, eu sei. Nós sabemos que isso ocorre. É natural. O sistema de Fundação é um sistema que funciona sob dotações orçamentárias também. São votadas dotações e as Fundações então são contempladas com essas verbas para as quais elas são votadas. No sistema oficial também o colégio vai funcionar sob a forma de dotações orçamentárias, sob verbas que o Congresso vota. Pois bem, porque havia falta naquela época e agora o depoente acha que não? O DEPOENTE — Então V. Exª vai permitir. O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não. Quero ouvi-lo. Sr. Othon Pio de Abreu, o Senhor veio aqui para nos esclarecer e nós queremos ser esclarecidos, queremos louvar-nos na sua opinião, porque o Senhor sabe muito mais do que nós a respeito do assunto. O Senhor está vivendo o problema lá dentro. Nós queremos amanhã, quando fixarmos as coordenadas da Comissão, em seu relatório, estar esclarecidos na opinião abalizada de gente que efetivamente conhece o problema. O SR. DEPOENTE —

Perfeitamente. O SR. DIRCEU CARDOSO — Queremos arrancar do Senhor tudo o que for possível, para nosso escarcimamento. O SR. DEPOENTE — Nós vamos, então, decompor a afirmação de V. Exª. V. Exª associou a carência de material a uma exposição que eu fiz do esforço que se fazia em Brasília, para produzir algum ensino. Tivemos ocasião de dizer que a Fundação recebia do Ministério da Educação e da Prefeitura, logo são verbas votadas seja através do orçamento da Prefeitura, sejam as verbas que o Parlamento dará ao ensino em Brasília. Quando fizemos uma apreciação, dentro de uma exposição global, tentamos descrever o esforço que se fazia em Brasília e a escassez de coisas, materiais etc., que se verificava. E apesar disso o ensino veio crescendo. Não associamos diretamente o problema do giz ao da Fundação. Nós dissemos que o sistema de Fundação desfigura a administração, porque é um intermediário entre o poder público e o particular. E o comando dos responsáveis diretos não atinge o órgão, para produzir seus efeitos diretos. Esta foi a afirmação. O SR. DIRCEU CARDOSO — A recente. A outra... O SR. DEPOENTE — E quando houve aquela crise de ensino, quando V. Exª perguntou sobre a greve, eu disse que, inclusive, ficou inteiramente responsável pela Fundação o Dr. Sambaqui, que encontrara uma forma de obter recursos. Ainda era Fundação. E deram recursos que amenizaram a situação e evitaram o colapso do ensino na Fundação, no ano passado. De maneira que se V. Exª quer que eu justifique mais porque eu disse que se deve ao sistema de Fundação o insucesso, eu posso justificar. O SR. DIRCEU CARDOSO — Pode justificar. Pois não. O SR. DEPOENTE — A Fundação que se fez em Brasília ela foi feita inclusive sob um temor, porque, nos Arts. 22 e 23 do Estatuto foi proposto o seu insucesso. Lá, se não me engano, se diz que, no caso de insucesso de não atender aos seus objetivos, ela seria extinta e no Art. 23, diz o seguinte: Que seu patrimônio será revertido ao Ministério da Educação e à Prefeitura. Previam, no Estatuto da Fundação, receitas ordinárias e extraordinárias. Então, foi outro lapso, porque se é ensino público, não pode ser pago e

lá se previu mensalidade. Prevêem-se doações de particularse e Vs. Ex^{as}. são homens públicos, bem mais experimentados do que eu, e sabem que no Brasil é anedota esperar doações de particulares, porque nossa economia está em formação. Nossos homens de empresa não aguentam sua descapitalização e como esperar desses homens dinheiro? Não há possibilidade. Buscar nas empresas do Estado, como se buscou, para a Fundação Universitária de Brasília, meios, é possível como um caso, mas como generalidade não encontraremos nossas grandes empresas dando seus recursos numa órbita que compete ao Estado, desde que se trate de ensino público. É verdade que o ensino particular também é bem assistido pelo poder público. Então ficou a Fundação, com sete ou oito itens de receita, limitada única e exclusivamente aquilo que o Parlamento lhe deu através do Ministério da Educação e uma verbazinha do orçamento da Prefeitura, porque a Prefeitura, legalmente, dentro do Decreto da Fundação, tem a obrigação de entrar também com uma parte. Dentro da administração complexa, surgindo um problema, desde que o diretor de um ginásio sob o sistema de Fundação se movimente até que chegue o papel dele ao superintendente, o problema já se agravou ou o caso que se queria evitar já se consumou. Estou há três anos aqui e posso dizer que os fatos ocorrem com tanta rapidez em Brasília que se os homens públicos responsáveis não meios à vontade para resolvê-los logo, cria-se uma série de outros problemas. Em Brasília, as necessidades no sentido horizontal, que são muitos, produzem uma aglutinação tal que, quando há omissão do poder público, essa aglutinação provoca a congregação dos interessados e daí as manifestações e outros fatores como V. Ex^a mesmo ressaltou há pouco, quando me interpelou sobre o problema da greve. Esta foi uma consequência da omissão. Não acredito que ninguém se aglutine sem objetivo, sem causa. Na maioria, não se verificam aglutinações. Daí eu atribuir à omissão da Fundação, pelo seu sistema, vários fatos. E daí também a desvantagem do sistema e do funcionamento do ensino. O SR. DIRCEU CARDOSO — O depoente sabe que, quando se planejou o sistema educacional de

Brasília, ele era considerado obra revolucionária no País. Foi planejado por educadores do mais alto e categorizado gabarito intelectual e técnico em nosso País. Então, veja V. S^a o seguinte. Achou V. S^a, como Presidente de um Círculo que tem responsabilidade muito grande no ensino, que a transformação ou, praticamente, a extinção do sistema de Fundação de Brasília é consequência lógica do progresso do ensino. Então, pergunto ao pai do aluno agora, não ao presidente do Círculo de Pais e Mestres: — Seu filho tinha o ensino dirigido, chamado, no primeiro ano ou nos primeiros anos do ciclo de educação média? O SR. DEPOENTE — Tinha no primeiro ano, em 61. O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem ainda o ensino dirigido? O SR. DEPOENTE — Não tem. O SR. DIRCEU CARDOSO — Não tem. O Senhor acha que isto melhorou ou piorou o ensino para seu filho? O SR. DEPOENTE — Dentro do sistema tradicional não afetou. Dentro do sistema que se preconizou e que a ausência de atuação das autoridades superiores, para dar meios materiais e elemento humano para se cumprir aquele programa, se fez sentir, afetou os resultados que se esperavam desse ensino dirigido. O ensino dirigido acabou, porque quando S. Ex^a o Dr. Sette Câmara foi Prefeito, viu-se pressionado, segundo informações através da imprensa, nunca conversei com S. Ex^a, de tal ordem que resolveu dobrar as matrículas nos ensinos da Fundação. Então, a única maneira que ele encontrou foi sacrificar o sistema, que era excelente. Eu lhe asseguro que era excelente. Mas isto partiu de uma autoridade máxima, que é o Prefeito do Distrito Federal, tentando resolver um problema, porque os Srs. Deputados aqui da Câmara e o pessoal dos Tribunais chegaram e precisavam de colégio. Então, a saída de emergência que S. Ex^a encontrou foi sacrificar a nova experiência. S. Ex^a o Dr. Ivo de Magalhães, com quem de vez em quando converso, em função de meu cargo de Presidente do Círculo de Pais e Mestres, me afirmou que está tomando sérias providências para restabelecer o tempo integral e, conseqüentemente, o ensino dirigido. Não me disse como, nem com que meios. Parece que há um esforço para se completar o Centro de Educação Média, que tem um bloco

quando deveria ter o'ito e onde a ginástica não está sendo feita porque não houve dinheiro para se fazer meia dúzia de chuveiros, para que os estudantes, depois da educação física, tomassem banho... Não há um chuveiro lá. E não existe, porque não construíram. Gastaram, entretanto, seiscentos milhões num prédio. Se tivessem feito aquêle prédio um pouco mais barato... daria para erguer três, dizamos, de duzentos milhões, sem aquê a perda enorme de espaço.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O que mata o Brasil é a preocupação da fachada. O SR. DEPOENTE — Mas isso é outro problema. O SR. RELATOR — E' a mania da suntuosidade. O SR. DIRCEU CARDOSO — E' da fachada, mesmo, na linguagem de nosso roceiro. O SR. DEPOENTE — E' outro problema. O SR. JUA-REZ TAVORA — Perdoe-me o nobre Deputado Dirceu Cardoso ligeira interrupção, para um esclarecimento. Essa questão de fachada constitui preocupação maior nas entidades públicas ou nas entidades privadas?... (Riso). Se elas se equilibram, numamente idade comum, generalizada no Brasil... O SR. DEPOENTE — A pergunta é dirigida a mim, Sr. Deputado? (riso). A afirmação é do Sr. Deputado... O SR. DIRCEU CARDOSO — Devo dizer que, para mim, na minha opinião, esse traço dominante é nas entidades oficiais. Vimos aí a Universidade Rural do Quilômetro 47, um dos maiores prédios, uma das maiores construções para ensino de agricultura do mundo, maior do que as mais famosas escolas agrícolas do mundo, até do que a famosa escola da Inglaterra, que funciona em barracões, enquanto que aqui é uma coisa extraordinária. E deixou de funcionar durante muito tempo, por falta de professores. O SR. JUA-REZ TAVORA — Muito obrigado. O SR. DEPOENTE — Conseqüências de um sonho do povo... SR. DIRCEU CARDOSO — E' com a fachada que nos preocupamos, realmente. Isto deslumbra até o aluno. Um aluno que vem de um casebre e se apresenta para estudar diante de um edifício todo construído de mármore, com todos os aperfeiçoamentos da técnico, nem se adapta e sente-se como um inadaptado, um infixo, vindo do lar de onde veio. Bem, mas isto não faz parte de nosso assunto.

Então V. S. acha que, com este novo ensino, o aproveitamento do aluno caiu um pouco. O SR. DEPOENTE — Vou fazer minha afirmação — SR. DIRCEU CARDOSO — Desculpe. O SR. DEPOENTE — Acho que, dentro do sistema tradicional, como vem evoluindo, não conseguiu atingir aquilo que se idealizou, por falta de material. Então, a afirmação é esta: A ausência do ensino novo. Mas não afirmei que prejudicou o ensino dentro do sistema tradicional. Esta é a afirmação que eu poderia fazer. —

O SR. DIRCEU CARDOSO — O nosso aqui não é ensino tradicional. O ensino de Brasília é um ensino "sui generis", revolucionário. — O SR. DEPOENTE — Considero ainda, dentro do que eu conheço sobre ensino, apesar da ausência do ensino dirigido, o ensino que meus filhos recebem, porque só este eu conheço, é ainda mais evoluído, mais avançado, mais progressista do que o ensino que eles vinham recebendo no Rio de Janeiro. O aluno se sente mais responsável e mais participante do debate do assunto que estuda. E com mais vantagem. O aluno é obrigado a ir à biblioteca e buscar a dinamização dos pontos básicos que o professor explica. Então, o ensino em Brasília, aproveitando o final de sua frase, ainda é um pouco mais do que o tradicional. Está em fase de evolução. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Então já não é o tradicional. Dr. Othon Pio de Abreu, tidos os professores acataram bem essa transformação — todos os professores — do regime de Fundação para o regime oficial hoje vigorando? E' de seu conhecimento? — O SR. DEPOENTE — Sr. Deputado, eu não sei, o que me parece é que, dentro de uma coletividade, democrática, admito que muita gente esteja contra. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Professores, não? — O SR. DEPOENTE — Acredito. Mas acho que a maioria deve estar satisfeito, porque, numa época em que todos nós nos unimos dentro de nossas classes, pelo menos para manifestar, nosso desacôrdo, o conjunto da maioria não tomou providências, pelo menos públicas, no sentido de obstaculizar a concretização da medida. De maneira que dentro do sentido democrático, houve como que um acatamento pacífico. Quer dizer: parece que a maioria acabou concordando

com a modificação. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor creê por ouvir, dizer que seja uma maioria evidente. — O SR. DEPOENTE — Não creio, não. Acredito, democraticamente, que há uma maioria que seja contra. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Porque essa maioria é contra? O Senhor sabe? — O SENHOR DEPOENTE — Porque, não sei. Posso dar uma versão. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não. — O SR. DEPOENTE — A versão é que se nós temos formações diferentes, se muitos homens são adeptos francos, abertamente da iniciativa particular, chamada iniciativa privada, e outros são adeptos da intermediária e outros são contra, isto é democracia e os Senhores mesmo, na tribuna, têm concorrentes que defendem um ponto, enquanto outras defendem outros. Isto porque ouvimos. Os Senhores mesmo influem e formam concorrentes na opinião pública. O povo é consequência também do debate parlamentar, dentro da democracia. Então, só posso admitir que haja professores que devam estar rigidamente contra, enquanto há outros. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Porque nós pregamos na Câmara? — O SR. DEPOENTE — Não... O SR. DIRCEU CARDOSO — Querja que o depoente fizesse uma afirmativa... O SR. DEPOENTE — Não posso fazer. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Então qual a sua versão? — O SR. DEPOENTE — Existe um aspecto que transcende o aspecto público e entra no terreno particular. Há pessoas, em Brasília, professores, que devem estar combatendo a Fundação, porque lhes escapará o ensejo de ganhar em dois empregos: um público e outro da Fundação. Então, numa terra de sub-emprego, até vem beneficiar, porque o indivíduo fica com o dele e dá chance a outro que não tem emprego para fazer seu censo e se empregar. E então, dentro do aspecto público, V. Exa. levantou uma questão que me deu chance de manifestar meu pensamento. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero ouvir sua opinião. — O SR. DEPOENTE — Acho que foi, num país de sub-emprego, de carência de empregos, acho que foi benéfica sob o aspecto público. Mas admito piamente que haja gente contra. Tanto por convicção, como

por interesse. Já que somos democratas mesmo. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas ninguém está contra a opinião geral. — O SR. DEPOENTE — Estou levantando uma hipótese. E tive de justificar minha hipótese. — O SR. DIRCEU CARDOSO — V. S. agora situou o problema e era isso que eu queria ouvir, porque não temos contacto com os professores. O Senhor é que tem, como estou dizendo. — O SR. DEPOENTE — Pois não — O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor disse que há uma corrente contra e eu pergunto: — Por que há essa corrente contra? — O SR. DEPOENTE — Acho que deve haver. E' minha opinião. V. Ex^a permita, mas acho que deve haver. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Acho, não V. S. deve dizer tudo o que sabe. — O SR. DEPOENTE — Direi tudo. — O SR. DIRCEU CARDOSO — E' advogado e está depondo. E' da sistemática policial... O SR. DEPOENTE — Acho que o parlamento presta grande benefício ao País, as comissões são úteis e estou pronto a colaborar, não só neste setor, como em qualquer outro em que lhe possa ser útil. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O que nos compete é apurar isto. Não somos nem a favor de um nem de outro. Queremos, pura e simplesmente, apurar os fatos. — O SR. DEPOENTE — Vamos apurar. Vamos ajudar a melhorar nossa Capital. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu já ouvi que esses professores vão ingressar em juízo para anulação. Ouvir isso. O Senhor, como Presidente do Circulo, veio aqui também dar essa versão. Há esses interesses. Estão contra, por isso. Mas a Comissão não tem ponto de vista a favor nem contra. O Senhor, como Presidente do Circulo de Pais e Mestres tem conhecimento, naturalmente, do funcionamento irregular do Centro de Educação Média este ano. Houve muitas faltas, digo, falhas, muitas suspensões de aulas. Isso ocorreu, por motivos explicáveis, por motivos ponderáveis? — O SR. DEPOENTE — V. Ex^a diz irregular no sentido de falta de regularidade? — O SENHOR DIRCEU CARDOSO — Sim: Suspensões de trabalho... O SR. DEPOENTE — Irregularidade aí no sentido de falta de continuidade nos trabalhos. Vou responder, nesse sen-

tido. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não. O SR. DEPOENTE — No Centro de Educação Média há ainda carência de professores. O colégio ficou duraste seis meses, estes primeiros seis meses, com os professores fazendo limpeza, encerando, porque só tinham duas pessoas. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Duas pessoas, como? — O SR. DEPOENTE — Fazendo limpeza. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Só tem dois serventes. — O SR. DEPOENTE — Agora não, porque a Prefeitura já providenciou. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor nos disse que, nos primeiros seis meses, os professores faziam a limpeza, porque havia duas pessoas. Que duas pessoas? Dois serventes? — O SR. DEPOENTE — Sim. Dois serventes. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Nos seis primeiros meses deste ano, não? O SR. DEPOENTE — Durante seis meses. O SR. DIRCEU CARDOSO — E' o que queremos ouvir. — O SR. DEPOENTE — Perfeitamente. Agora, quanto à falta de regularidade nas aulas, ao que me parece — não conheço outro fato-foi apenas por requisição de professores para o Ministério da Educação. Saíram alguns professores para lá. Houve falta de professores por motivo de doença. E posso citar a professora de Química, D. Elsa, porque minha filha ficou sem duas ou três aulas e só depois veio a substituta. O curso noturno ficou sem professor parece, de Inglês. Não havia professor. O número de professores do Centro de Educação Média é inferior à necessidade desses professores. Nem os horistas foram em número bastante para suprir aquela lacuna numérica que havia. No primeiro ano científico, onde tenho uma filha, só houve o caso da professora de Química. A Senhora mãe dela faleceu e ela foi para o Nordeste, onde ficou uns 15 dias. No interregno, duas aulas ou três não foram dadas, até que apareceu a substituta. No científico só houve isso. Mas sei que a Professora Aida, na reunião do Círculo em que ela é diretora nata, tem-se queixado, por falta de gente, mas, aos poucos, já vem sendo completado o quadro docente. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, há cerca de um mês ou de vinte dias, eu requeri que a Comissão se dirigisse

à Diretoria do Centro de Educação Média e lhe solicitasse o plano de ensino deste ano, o número de aulas dadas... O SR. PRESIDENTE — Foi feita a solicitação e insistimos... O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero saber se já terá chegado a resposta. — O SR. PRESIDENTE — mas ainda não chegou a resposta. Fomos informados de que esse trabalho é complexo e nos pediram mais alguns dias de prazo. Pelo telefone, informaram-nos de que precisavam de mais uns dias, porque era coisa complexa e não haviam ainda conseguido terminar a parte burocrática. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero dizer ao presidente do Círculo de Pais e Mestres que parece que a falta de continuidade nos trabalhos, a suspensão de aulas etc. são coisas muito mais grave do que o Senhor está falando. Então, queríamos, diante de documento oficial, a comprovação disso. — O SR. PRESIDENTE — Parece-me que não em todo o ciclo, mas principalmente no noturno ocorreu isso a que V. Exa. faz menção. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor teve notícia dos acontecimentos utu-os de anteontem à noite? O SR. PRESIDENTE — Como Presidente do Círculo, passei um telegrama a S. Exa o Sr. Ministro da Justiça, pedindo garantia para as famílias e os alunos. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O fato lutuoso encheu a todos nós, desta Comissão, do maior pesar. O Círculo se reuniu para tomar providências? O SR. PRESIDENTE — Não: o Círculo não se reuniu, porque foi anteontem e não houve condições para a reunião. Procurei a Diretora do Colégio, tomei conhecimento dos fatos, intelrei-me do que tinha acontecido e marcamos uma reunião para a próxima terça-feira, para examinarmos o assunto, porque nos pareceu, pelo menos, que as providências seriam de exame da situação, dos feridos etc. As autoridades tomaram providências, puseram o exercício em serviço, deram garantias e os ânimos populares não chegaram a se exaltar além daquela noite, porque parece, houve um trauma muito grande em face dos acontecimentos, de modo que não nos pareceu necessária uma reunião de urgência. — O SR. DIRCEU CARDOSO — Podia, por exemplo, adjantar à Comissão os tér-

mos do telegrama que passou ao Ministro da Justiça? Mais ou menos... O SR. DEPOENTE — Vou dizer. Eu telegrafei a S. Ex^a o Sr. Ministro da Justiça, protestando contra os disparos que a Polícia deu contra os estudantes e manifestando a apreensão dos pais quanto ao estado de insegurança, pelo menos, naquele dia, que reinava na cidade e pedindo a S. Ex^a que confiasse ao Exército Nacional a segurança da cidade, porque nos parecia que a Polícia tinha decepcionado o povo. Porque a impressão que tínhamos em Brasília era de que a Polícia daqui era uma Polícia de outra categoria. Assim me expressei no telegrama a S. Ex^a e pedi que o Exército nos desse garantia. Nada mais. Aliás, não cabia a um Círculo de Pais e Mestres entrar em outras cogitações além destas. — O SR. DIRCEU CARDOSO — O Senhor podia. Porque a responsabilidade, naturalmente, não é sua, mas podia tomar medidas ou aventar às autoridades as medidas necessárias, em face de suas funções. O SR. DEPOENTE — As medidas já foram todas tomadas. — O SENHOR DIRCEU CARDOSO — O Senhor considera que isso foi por deficiência do sistema policial ou coisa que o valha? O SR. PRESIDENTE — Não conheço o episódio. Como advogado... O SR. DIRCEU CARDOSO — Não estou consultando o advogado, mas o pai de um aluno. Eu também sou pai de um aluno, que foi tiroteado na rua. O SR. DEPOENTE — O caso é que em estudantes e em massas indefesas não se atira, salvo se houver uma agressão de tal ordem que, sob o comando de autoridade responsável, a Polícia tem de espantar o povo com balas. O SENHOR DIRCEU CARDOSO — Ai, o Senhor justifica um tiroteio, não? O SR. DEPOENTE — Em caso de suma gravidade. É minha opinião pessoal. E acho também que esse episódio não se relaciona, absolutamente, com o sistema de ensino em Brasília. É minha opinião. É um episódio, com o Senhor justifica um tiroteio, não? O elemento do estudo, do ensino de Brasília, como foi em Recife, como foi no Rio de Janeiro, como é em todo lugar, quando estudantes se manifestam. Sempre há pessoas que não têm nada com os estudantes e a eles se juntam, com o fim de fazer confusão. O SR. DIRCEU CARDOSO — No caso de

anteontem, não se tratava de manifestação da classe estudantil, mas do povo. O SR. PRESIDENTE — Em todo caso, começou com os estudantes. O SR. JUAREZ TAVORA — V. S. não acredita que se o Círculo de Pais e Mestres, sabedor da atmosfera que existia entre esses alunos e da tendência de eles protestarem de maneira pouco pacífica, com relação ao aumento das passagens dos ônibus, se o Círculo tivesse advertido os pais, para que aconselhassem os filhos no sentido de assumir atitude em termos talvez menos insólita, pelo menos parcialmente não se teria evitado essa hecatombe que houve, em consequência provavelmente do acirramento dos ânimos e da inexperiência desses jovens? O SR. DEPOENTE — Acredito, Sr. Deputado, mas o que ocorre é que nós, como Vs. Exas., temos no sa vida normal, dentro de nosso âmbito de trabalho. Eu, por exemplo, tenho um ônus de trabalho que oscila entre doze e quatorze horas por dia. Nossos companheiros do Círculo também são pais ocupados. Então, para nós aqueles episódios foram uma surpresa tão grande quanto o foram para outras pessoas que não estavam dentro do problema, porque as passagens foram aumentadas no sábado e houve, naturalmente, protestos separados. Todos nós intimamente sentimos, sempre protestamos quando temos de pagar mais e, de repente, acontecem as coisas, e confesso que aqui em Brasília, só soube da manifestação horas antes, com o comício montado. Para mim foi uma surpresa quando recebi o telefonema dizendo que havia tiroteio. Não chego nem a chamar de omissa minha participação. Acredito que se tivéssemos tido tempo de estudar o assunto e encontrar uma solução com S. Excia., o Sr. Prefeito, os acontecimentos teriam sido evitados. Não prepararam psicologicamente o povo, lançaram uma passagem no *Diário Oficial* e pela manhã já estavam cobrando e houve a revolta, a resistência que é tradicional em nosso povo de se opor quando tem de pagar mais. Daí surgir o episódio. O SR. DIRCEU CARDOSO — V. S. teve, durante o tempo em que dirige o Círculo, conhecimento de alguma reclamação de pais em reuniões isso foi aventado, sobre a orientação ideológica do ensino na CASEB ou no Centro de Educação Média? Ouviu alguma queixa ou observação, uma palavra murmurada a

mêdoã O SR. DEPOENTE — Conheço o assunto. Mas reuniões dos pais, os que lá comparecem ainda não levantaram a questão. Nas assembleias, são levantadas questões secundárias, como por exemplo, a questão do uniforme, que o colégio não deveria exigir-lo, etc. Mas o uniforme é uma defesa do estudante pobre, uma proteção à bôlso do pobre, não representa o luxo. Sobre a questão ideológica, todos os fatos humanos, onde funciona o intelecto, ex.ste ideologia. Filosóficamente certo? O SR. DIRCEU CARDOSO — Aceito a sua premissa. O SR. DEPOENTE — Então, entendemos que pode haver divergência sobre a maneira de os professores orientarem o ensino, nesta ou naquele sentido. Não conhecemos qualquer reclamação, a não ser a feita por parlamentares de que havia infiltração comunista, nazista ou fascista no ensino, onde os professores são mais rígido uns, mais acessíveis outros. Não tenho queixa nem dos pais, nem de meus filhos que são três de nenhum reflexo, nenhuma orientação pré-determinada sobre a questão ideológica, no sentido de princípios políticos — e deve ser a isto a que V. Exa. se refere — a serem implantados ou defendidos entre o povo. Acho até de certo modo elogiável — não sei o nome dos professores — mas nas aulas de História há um carinho muito grande pelas coisas brasileiras. Refiro-me aos estudos de dois filhos meus mais velhos e outro é ainda muito novinho ainda não está nesse período. Há uma preocupação em se ressaltar o culto aos nossos homens, nos quais nós apoiam: Caxias, Rui Barbosa, José do Patrocínio, todos que são o sustentáculo de nossa nacionalidade. Os professores, nas aulas de Geografia, realçam o sentido nacional, a defesa de nossa economia. Isso aí é um aspecto ideológico. Por isso tive o cuidado de dizer: ideologia nossa, a que todos os povos têm quando defendem suas coisas. Estes os cursos que meus filhos levam para casa. O SR. DIRCEU CARDOSO — Em que curso estão seus filhos? O SR. DEPOENTE — Uma menina no 3º ano da CASEB. A outra está no primeiro científico. Outro menino que estava no Colégio Marista eu o transferei para o 2º ano da CASEB no segundo semestre. O SR. DIRCEU CARDOSO — Então o Sr. nunca ouviu queixas? O SR. DEPOENTE — O Círculo de Pais e Mestres nunca re-

ceberl queixas. Nem nas assembleias — e as têm havido repetidamente — nunca se levantou a questão. O SR. DIRCEU CARDOSO — Então felicito V. Sa. por dirigir um Círculo de Pais e Mestres que vive na doce ilusão... na torre de mar de graça e dá ilusão. O SR. DEPOENTE — Não, não é bem isso... O SR. DIRCEU CARDOSO — Tenho reclamações a fazer à Diretoria do Colégio pela orientação. Não se trata do culto dos nossos heróis, mas de orientação marcadamente sustentada pelo professor. Reconheço porque seus filhos não estão no grau em que os meus se encontram, mais adiantados. Tenho elementos, como os tem o Presidente, porque lá fomos o ano passado e panhamos volumes nos quais se verifica essa tendência marcante, digo, marcadamente ideológica. Está lá, materializado. O SR. DEPOENTE — Estou afirmando que eu desconheço. O SR. DIRCEU CARDOSO — E eu não estão dizendo por "ouvir dizer", mas porque tenho provas. O SR. DEPOENTE — Tive o cuidado de dizer a V. Exa. duas coisas: primeiro, os pais não se interessam pelo Círculo, não o procuram. Segundo, nosso esforço no Círculo tem sido no sentido de colaborar com a administração do ginásio para encontrar meios materiais de funcionamento. O Círculo se encontra numa fase de colaboração da administração no sentido de resolver os problemas urgentes. Nenhum pai, nunca levou, nem verbal nem de outra forma, esse problema a mim, como presidente do Círculo. Se tivesse havido essa reclamação, eu diria a V. Exa. com a maior franqueza. O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Sa. tem conhecimento da agressão de alunos por parte de professores? O SR. DEPOENTE — Não. O SR. DIRCEU CARDOSO — Nem por ouvir dizer? O SR. DEPOENTE — Eu lhe asseguro que nunca ouvi dizer. O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem tomado conhecimento da exoneração de professores da CASEB? Quais os motivos? O SR. DEPOENTE — Sei de um caso, o do professor Raymundo Pereira da Mata. Mas eu me recuso a dizer as causas, a menos que a comissão o exija, pois eu teria de entrar em terreno que, segundo os Arts. 139 e 140 do Código Penal, eu teria de provar. O SR. DIRCEU CARDOSO — Deus nos livre que o Sr. pelo seu depoimento aqui fôsse chamado à responsabilidade! Nós desejamos saber tudo de que

O Sr. tem conhecimento a respeito do ensino de Brasília, porque V. Sa. está vindo do outro lado, tem autoridade, é presidente de um Círculo de Pais e está vislumbrando o problema de outro ângulo, do nosso ângulo. Eu também tenho filhos lá. Não os tiro, tenho tido reclamações, mas nunca fui lá reclamar. Acato religiosamente todas as decisões. Só não quero que batam nos meus filhos, quanto ao mais, eu acato. V. Sa., por acaso, sentiu, na presidência do Círculo este angustiante problema da residência dos professores, que está se refletindo no sistema educacional de Brasília, no rendimento do ensino?

O SR. DEPOENTE — Tivemos ensino de encerrar nossa exposição preliminar, passando às mãos do Sr. Presidente da Comissão trabalho que uma comissão fez o ano passado, a escassez de residência em Brasília estava causando também aos professores. Na qualidade de professor, de homem que tem que dar tudo o que sabe, reformular o que sabe e aprender mais para transmitir cultura atualizada, a angústia a falta de residência afeta sensivelmente o professor e qualquer problema doméstico sobre uma pessoa faz com que ele realmente não tenha condições de atuar. Considero os professores de Brasília, para o desempenho de sua missão, vítimas da falta de cuidado das autoridades que lhes deveriam dar, pelo menos, um barraco para morar. Houve caso de professores que ficaram jogados em acampamentos perto da CASEB e tenho certeza de que V. Exa. preferiria morar debaixo de uma lona do que naqueles acampamento e eles suportaram a situação. Respondendo objetivamente à pergunta de V. Exa.: a falta de residência afetou profundamente a vida do professor e seu rendimento em Brasília.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Sa. sabe se ainda há muitos professores sem residência em Brasília?

O SR. DEPOENTE — Não sei o número, mas há muitos professores sem residência em Brasília.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Qual o número?

O SR. DEPOENTE — Não posso lhe informar, mas sei que há muitos professores sem residência. Há professores que moram um mês em cada casa, mudam de uma para outra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Na qualidade de Presidente do Círculo o Senhor recebeu reclamação a respeito dos livros adotados por parte de alguns professores do ensino em Brasília? O

SR. DEPOENTE — Um professor me perguntou, na qualidade de pai e que achava eu dos livros de Fernando Sabino? Eu lhe respondi que já li, não vi nada nos livros, senão uma malícia menor do que a de Humberto de Campos, que se encontra por aí nas livrarias ...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas Humberto de Campos não é adotado também?

O SR. DEPOENTE — Não. Não recebi reclamação. Apenas um professor me consultou e eu lhe respondi que, como pai, tenho estes livros em casa e meus filhos lêem. Como bom seguidor da literatura nacional, acompanho e procuro atualizar-me. Quando adotaram este livro, minha filha mais velha já o tinha lido e a outra estava lendo e o meu filho mais novo, que está ingressando no curso de literatura, também leu.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Em que ano a sua filha leu o livro na CASEB?

O SR. DEPOENTE — Acho que foi este ano.

O SR. DIRCEU CARDOSO — No primeiro ano científico?

O SR. DEPOENTE — Não, no 3º ano ginasial. Recomendaram Rubem Braga, Fernando Sabino, Raquel de Queiroz, uma turma de autores modernos, contistas. E eu compreí para a minha filha "O homem nu". No CASEB deram apostilhas, para uso, trechos de vários autores, inclusive aquele delicioso "Macacos me mordam", de Fernando Sabino, mas não houve reclamação dos pais. No CASEB o Presidente do Círculo de Pais e Mestres é o Senador Catete Pinheiro.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero fazer uma pergunta agora, ao Presidente do Círculo, ao pai. O Sr. Conhece a obra "A mulher do vizinho"?

O SR. DEPOENTE — Não li.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Leu o "Homem nu"?

O SR. DEPOENTE — Li.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Qual a sua opinião pelo fato de um livro daqueles ser adotado oficialmente para estudo de meninas, ainda virgens, ainda em formação e que irão pensar sobre aqueles temas — não pela maneira por que ele escreve que é perfeita — não acha o Sr. que há ali crônicas, págs. duras em que as figuras são distorcidas? Não considera isso tamente deletério para a formação do caráter de meninas de 14, 15 e 16 anos, em estudo sistemático? Não se trata de uma leitura em casa, como V. Exa. a faz, homem de equilíbrio, de idéias formadas, de caráter plasmado e que naturalmente não cederá

àquelas leituras, mas são crianças em formação. O SR. DEFOENTE — Entendo as coisas da seguinte maneira: O SR. DIRCEU CARDOSO — Começemos da premissa: o Sr. não leu o livro "A mulher do vizinho"? O SR. DEFOENTE — Não. O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois eu o aconselho a ler, quando sair daqui. O SR. DEFOENTE — A formação da juventude, salvo casos de anormalidade, de excesso ou deficiência, é produto do lar. E o meu é bem equilibrado, não temos problemas lá em casa. Para chegarmos à rigidez de ver nos livros, onde há a manifestação pura da vontade, depois, da análise dirigida, teríamos de caminhar para o seguinte: sanear o cinema nacional, sanear nossas revistas e eu sou apologista disso. Nem compro revistas em casa, porque não há condições de comprá-las. Há um conjunto de coisas: o cinema onde se têm a impressão auditiva, visual é — segundo os entendidos — a sublimar, os que têm condições de ver coisas que os outros não vêem. Dentro desse conjunto de coisas, um livro que tem até a desvantagem de trazer coisas más, tendo um mestre a sua frente para transformar as coisas más, dentro de uma reação normal da pessoa humana, não causa dano nenhum. Nós temos impulsos para o bem e impulsos para o mal. Estamos sujeitos à influência das nossas glândulas, do meio, etc. O aluno que lê um livro forte, lê escondido. Então, o professor é um homem responsável, chegou a ser professor por um ideal, porque ser professor não é fácil, V. Exa. foi professor sabe disso, tem de seguir um rumo, uma tendência, quem não tem vocação, não deve ser professor. Acho que um livro, inconveniente, como disse o Deputado "A Mulher do Vizinho", com um professor à frente, dando normalidade àquela seqüência, talvez seja benéfico. Meus filhos são normais, são três temperamentos. Três filhos, três temperamentos. Sou mineiro, de uma terra que acho muito atrasada em matéria de princípios. Mesmo com esse rigorismo sou muito ultrapassado, superado. Mas entendo que a leitura poderá ser benéfica, sob a orientação do professor. O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas lá os fatos são desvirtuados. Mas de um livro bom seria possível fazer um bom elemen-

to? O SR. JUAREZ TAVORA — Sr. Presidente, eu pediria licença para formular as perguntas que selecionei que realmente não terão grande significação para o esclarecimento da matéria. Elas se prendem apenas à questão de opinião a respeito das vantagens da Fundação na formação da mentalidade, vamos dizer pioneira, viril desta geração que vem aí, dentro desta bitolazinha estreita, muito acanhada, muito unitária, muito unforme que o Estado está querendo impor a todos. Pediria, porém, a V. Exa. me permitisse retirar-me, porque tenho um compromisso e estou certo de que o Dr. Pires de Almeida responderia de maneira que não esclareceria muito este ponto. O SR. PRESIDENTE — V. Exa. pode retirar-se. O SR. ABEL RAFAEL — Dr. Abreu, naquele relatório que o Sr. mostrou feito em 5-9-1962, o Sr. diz lá: "o atual estado de calamidade do ensino em Brasília". Gostaria que o Sr. descrevesse o que o Sr. considera "estado de calamidade" do ensino em 1962. O SR. DEFOENTE — V. Exa. se refere ao estado que anotamos naquela data? Vou situar o problema no tempo, em setembro de 1962. Naquela ocasião havia os seguintes fatos, sem importância, até meio ridículos, mas que estavam atuando seriamente no ensino: número insuficiente de professores, falta de meios, de recursos para a limpeza, para compra de material, de giz, de apagador, etc. Havia o problema do pagamento dos professores que, àquela época, estava atrasado. Esses fatores vinham concorrendo para uma irritação, tanto da parte dos professores que sofriam o dissabor de ter sido admitidos para Brasília e não conseguiram residências, como também de parte dos alunos, cujas aulas começaram a ser interrompidas como consequência dessa carência de meios. As coisas chegaram a um ponto que os professores e alunos se movimentaram de uma vez só. Os professores fazendo pressão sobre as autoridades e os estudantes fazendo greves, como a que o Deputado se referiu, de tal forma que o assunto virou calamidade e o ensino entrou em colapso. Não havia meios para que o ensino prosseguisse. Assumi o Dr. Ivo. Fizemos em reunião permanente, eu era apenas um pai com-

tres da CASEB, quando numa assembléa se levantou a questão de ensino. Cada pai falou a sua moda e no fim a assembléa escolheu uma comissão: o falecido Coronel Dalmo, D^a Aracélia Catete Pinheiro, a professora Evenilde e eu. Então começamos a trabalhar e a fazer um trabalho onde sintetizamos tudo aquilo que concluíamos, analisando a estrutura da Fundação e as carências do ensino. Chegamos à conclusão de que o ensino se encontrava mesmo em estado de calamidade. Não era apenas a ministração do ensino, era tudo. Não havia elemento material, faltavam as condições materiais do ensino que, como V. Exa. sabe, são os professores, os alunos, o material, então todos os componentes estavam comprometidos. E mais: o Conselho da Fundação não tinha chegado a um acôrdo para dirigir o ensino. Então o Dr. Ivo de Magalhães, o nôvo Prefeito, chegou e nos visitou na reunião, no Elefante Branco. Nesse Presidente entrou em contato com ele para tirar o ensino daquele estado de calamidade. Foi quando o Professor Júlio Sambaqui, — o homem das verbas — assumiu interinamente o Ministério da Educação e deu um jeito e o dinheiro apareceu. As coisas essenciais na ocasião foram mais ou menos temporizadas e o ano letivo seguiu até o fim do ano letivo. Já em 1963, quando ainda o mesmo Prefeito que se estava integrando e cooperando com o Circulo de Pais e Mestres, formou-se uma corrente favorável que vem dando bons resultados. Já fizeram obras no Ginásio do Plano Piloto e vão começar obras no Elefante Branco. Na ocasião, dentro desta exposição que fiz, o sistema de ensino em Brasília era de calamidade pública. O SR. ABEL RAFAEL — O Sr. acha que este estado influiu no resultado DEPOENTE — Acho que deve ter pedagógico do ano passado? O SR. INFLUIDO. O SR. ABEL RAFAEL — V. S^a pode fazer a fineza de informar se ainda se atribuem a essas causas e atraso do início do ano letivo de 1963? O SR. DEPOENTE — Sem dúvida. Aconteceu o seguinte fato. O SR. ABEL RAFAEL — Está recordando quando começaram as aulas do ano letivo? O SR. DEPOENTE — Houve o seguinte problema. Um ginásio do Plano Piloto recebeu matriculas, levando em conta a con-

clusão das obras do Ginásio da L-2, que ficaria pronto logo. Mas não ficou e um grupo de alunos levou uma temporada sem aulas. O ginásio não foi concluído e aceitaram alunos, matriculas, com base num estabelecimento ainda por terminar. O SR. ABEL RAFAEL — Estes alunos foram para onde? O SR. DEPOENTE — Para a CASEB, foi meio difícil. O SR. ABEL RAFAEL — V. S^a acha que o CASEB tem condições para essas matriculas elevadas? O SR. DEPOENTE — Os alunos iriam para o Ginásio J. K. O SR. ABEL RAFAEL — Mas na ocasião? O SR. DEPOENTE — Foi um estado de emergência. Na realidade, nem o Elefante Branco nem a CASEB têm condições para que as respectivas direções façam o milagre. O SR. ABEL RAFAEL — As turmas ficam sem aulas... O SR. DEPOENTE — No CASEB está funcionando normalmente, no Elefante Branco está quase normal. O SR. ABEL RAFAEL — No início do ano? O SR. DEPOENTE — Houve um atraso nas aulas. O SR. ABEL RAFAEL — Então, várias turmas ficaram sem aulas? Ou com regime de aulas interrompidas? O SR. DEPOENTE — Sim, algumas turmas não receberam aulas, porque não havia condições materiais. O SR. ABEL RAFAEL — O Sr. está a par da média das aprovações do ano passado no CASEB e no Elefante Branco? O SR. DEPOENTE — Não estou a par, mas posso dizer a V. Ex^a. a título apenas de informação, que foi feito um levantamento técnico, pela nova direção e só esta fez, do aproveitamento, e segundo me disse o Diretor — devo informar a V. Ex^a que eu me refiro muito ao CASEB porque sou Diretor do Circulo de Pais e Mestres de lá e é nesta qualidade que eu fico sabendo do que lá se passa — que ficou muito satisfeito com o aproveitamento que tem conseguido, inclusive resolveu agrupar as turmas pela capacidade e com isto tem pôsto mais alunos nas turmas mais fortes e menos alunos nas turmas mais fracas. O SR. ABEL RAFAEL — Em que data, se me faz o obséquio? O SR. DEPOENTE — V. Ex^a me perguntou sobre este ano? O SR. ABEL RAFAEL — Deste ano, ainda não temos conhecimento do resultado. O SR. DEPOENTE — Pediu-me V. Ex^a o aproveitamento? O SR. ABEL RAFAEL

— Não. Referi-me a aprovações. O SR. DEPOENTE — Não tenho elementos para dizer se o número de aprovações foi elevado ou não. O que eu sei é que o sistema, do qual discordo muito, de baixar a nota para promover, fez com que passassem com quem conversei, muitos alunos sem de ano, segundo os professores que não deviam ter sido promovidos. O SR. ABEL RAFAEL — Qual é a por falta de dedicação aos estudos, medida exigida para aprovação? O SR. DEPOENTE — Agora é de quatro, de acordo com uma decisão que arranjaram e 4. lamentavelmente. Mas os professores são contra a medida, porque entendem que ela vem desfavorecer os alunos aplicados. Mas houve uma decisão superior e eles reformularam todos os cálculos de todas as turmas. O SR. ABEL RAFAEL — Esta Sra. D. Aracélia Catete Pinheiro, é membro do círculo? O SR. DEPOENTE — Não é membro do círculo, mas componente de uma comissão de estudos sobre os problemas do ensino e ela assinou, como eu, na qualidade de membro de uma comissão. O SR. ABEL RAFAEL — O Sr. está a par do fato de que o marido daquela Sra. fez um discurso no Senado acusando o ensino no Distrito Federal de deficiente? O SR. DEPOENTE — Estou a par. O SR. ABEL RAFAEL — Concordou com ele? O SR. DEPOENTE — Não li o discurso do Senador, mas conheço a opinião dele, inclusive já tive a honra de ser prestado por ele em reuniões do Círculo de Pais e Mestres dos ginásios do Plano Piloto. Não sei se ele acusou o ensino de deficiente no sentido do aproveitamento. Mas ele sabe e tem lutado muito qu' há deficiência no ensino principalmente com motivação, que é geral das coisas quando se quer fazer alguma coisa e não se faz, geralmente é porque faltam recursos de ordem financeira. E este para mim é o maior mal que tem afetado o sistema educacional de Brasília. O SR. ABEL RAFAEL — Na qualidade de Presidente da Associação de Pais e Mestres pode informar por que renunciou? O SR. DEPOENTE — Deputado, posso lhe dar a impressão que tenho. O SR. ABEL RAFAEL — O Sr. não tem a versão oficial? O SR. DEPOENTE — Li todas as cartas dos conselheiros. O

SR. ABEL RAFAEL — Então, é uma versão oficial. O SR. DEPOENTE — A razão que trouxeram há pouco, V. Exa. sabe. O que houve, na realidade, é que o Conselho se dizia sem condições de cumprir a sua missão. O SR. ABEL RAFAEL — Por que? Acusado de quê? O SR. DEPOENTE — Eles não chegavam a um entendimento. Houve acusações, algumas até curiosas, para mim que sou homem acostumado à disciplina do Banco do Brasil, onde existe a hierarquia, onde as ordens vêm de cima para baixo e não de baixo para cima, para mim causou surpresa que o Conselho acusasse até os professores que eles mesmos nomearam, a quem davam ordem, de que estavam colaborando para que o Conselho não funcionasse. O SR. ABEL RAFAEL — Também li aquelas cartas e parece que lá acusaram — não foram os professores, mas o Secretário — de não dar cumprimento ao que se resolvia em reunião. SR. PRESIDENTE — Tive oportunidade de dizer, no preâmbulo do nosso depoimento, que a estrutura da Fundação é tão estranha que o Conselho se reuniu, mas o Presidente arbitrariamente tem poderes para deixar de cumprir as decisões do Conselho e pode vetar. Ele cumpre se quiser, está escrito. O SR. ABEL RAFAEL — Então foi por isso que os membros do Conselho renunciaram. O SR. DEPOENTE — Não posso informar. O SR. ABEL RAFAEL — Mas o Sr. não leu as cartas dos renunciantes? Que alegam eles? Por que renunciaram? O SR. DEPOENTE — As reuniões do Conselho eram difíceis; acho que o Conselho não encontrava meios para dar prosseguimento à linha administrativa que pretendia. Eu, particularmente, acho que os Conselhos no Brasil não funcionam bem. Sendo o ápice, o ponto máximo, o órgão normalizador, diretor disciplinador do ensino, se ele se sentiu em, digo, sem condições para cumprir o que decidiu, sob a direção do Secretário de Educação que é seu Presidente, porque, quando V. Exa. fala em Conselho esta falando em Secretário da educação, pois ele é membro nato, componente do Conselho, pois a crise do ensino só foi resolvida quando a autoridade do Prefeito interveio, ele ficou com o problema. O SR. ABEL RAFAEL — Aproveitou o hiato para pedir a V.

Exa. que sejam ouvidos os membros do Conselho renunciante, porque a poderá estar fundamentada toda a crise do ensino em Brasília. Sac no. mens que tinham a responsabilidade do ensino em Brasília. Creio que eles podem dar à Comissão elementos para que ela possa ouvir outras pessoas, tirem conclusões e convoque outras testemunhas que talvez não tenham sido mencionadas aqui. O SR. PRESIDENTE — Antes de deferir o requerimento de V. Exa., devo dizer que, ainda há pouco, assinava convite dirigido ao ex-Secretário da Educação, Sr. Eliezer Rosa, que foi Presidente do Conselho, para em seguida ouvir o Conselho Renunciante, a não ser que a Comissão tenha alterado a ordem de convocação, poderei convocar, em primeiro lugar, o Conselho renunciante e depois, o presidente do Conselho. O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, queria sugerir à comissão uma providência. Desde o primeiro dia que ouvimos aqui os depoimentos, solicitamos à Comissão pedisse elementos à direção de Ensino Secundário de Brasília. Até hoje, nunca nos chegaram às mãos. O SR. PRESIDENTE — Ainda há pouco diziam, digo, dizia que já havia renovado até pelo telefone. O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu sei, Sr. Presidente, que não tem partido da presidência da Comissão qualquer desídia ou descumprimento das deliberações de comissão. Mas precisamos do número de aulas, o número de faltas, a frequência, o aproveitamento dos alunos, a cópia do contrato dos professores, etc. Temos pergunta aqui, conforme V. Exa. ouviu sobre os contratos dos professores e um deles até exibiu aqui uma cópia. Proporia que não ouvíssemos a mais ninguém, antes de termos esses elementos. Então, a S^{ra.} Secretária, com urgência, solicitar, por telegrama esse documento. O SR. PRESIDENTE — Vou solicitar à S^{ra.} Secretária que vá hoje pessoalmente à Secretaria de Educação, recolher esses dados. O SR. ABEL RAFAEL — Acho que a comissão não solicita, requisita, e com o rigor da lei. Sei que não há boa vontade em mandar tais elementos. Estão organizando os planos de aulas para mandar para a Comissão, mas os planos de aula são copiados, qualquer amanuense faz este trabalho. Se os professores têm o plano, pode ele ser copiado. Até já há hoje máquinas elétricas que reproduzem

rapidamente isso. O SR. DIRCEU CARDOSO — Proponho que, se a into mação demorar, vá a Comissão à CASEB e lá, durante os, digo, durante três dias, observe o funcionamento do ensino. Assim verificamos "in vitro". O SR. DIR, digo, O SR. DEPOENTE — Seria uma boa medida. O SR. PRESIDENTE — Determine que a S^{ra.} Secretária vá recolher pessoalmente o material. Mandei um ofício há mais de um mês. O SR. DIRCEU CARDOSO — Se não tomarmos uma atitude se lá, esta Casa cada dia mais se desmoraliza. Desde maio, foi pedida esta informação. Uma fotocópia apenas, se eles não podem tirá-la, tragam o documento que a Câmara providenciará. Maio, junho, julho e agosto. É uma desconsideração para com a Câmara e para com a Comissão de Inquerito e eu não vou ouvir mais ninguém, enquanto não chegarem as informações solicitadas. O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem razão. O SR. DIRCEU CARDOSO — Meu interesse é ouvir, dar razão a quem tem. Quero ouvir as pessoas que estão no problema, que o sentem para reorçar, ratificar ou retificar. O SR. PRESIDENTE — A Presidência está no dever de esclarecer que até agora não se utilizou dos meios compulsórios a que tem direito pelo Regimento das comissões, porque esta Casa é uma casa democrática e temos evitado empregar esses meios. Mas, se dentro de oito dias não tivermos os elementos em mãos, esta Presidência agirá dentro da letra fria do Regimento. O SR. DIRCEU CARDOSO — Estamos usando de tolerância com quem, digo, Estamos usando de tolerância com quem não tem tolerância para conosco, nos seus julgamentos. Esta Casa é julgada lá de maneira depreciativa e estamos usando com eles da maior condescendência, da maior consideração. O SR. PRESIDENTE — Mas continuarei imperturbável, seja qual for o juízo que se faça desta Casa ou desta Presidência. O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado a V. Exa. Dr. Abreu, V. Sa. está a par de quantas greves houve este ano, digo, o ano passado? O SR. DEPOENTE — Greve de professores ou de alunos? O SR. ABEL RAFAEL — Ambos. Os professores fizeram greves". O SR. DEPOENTE — Greve mesmo seria foi para ver se obtinham residência. Não sei dizer a data, mas foi no ano passado. O SR. ABEL RAFAEL — Os professores não

fizeram a greve das leis delegadas, das r4, digo, reformas de base e do presidencialismo? O SR. DEPOENTE — Acho que houve uma greve por ocasião do parlamentarismo, mas foi em geral em Brasília, todas as classes. O SR. ABEL RAFAEL — E os alunos fizeram quantas greves no ano passado? O SR. DEPOENTE — Sr. Deputado, peço que acedite seriamente no que estou dizendo. Lembro-me de uma greve em junho ou agosto do ano passado; foi uma greve de proporções mais visíveis. Eu não me lembro de outras greves. O SR. ABEL RAFAEL — Eu me lembro de que vi os alunos em greve, certa vez, com cartazes que diziam: "queremos aulas" e saíram pela W-3. V. Sa. se lembra se foi o ano passado? O SR. DEPOENTE — Sei deste episódio, mas estou sem condições de memória para dar uma resposta definitiva. Mas acredito que tenha havido. O SR. ABEL RAFAEL — Eu perguntaria apenas isto: esta greve de alunos estava ligada a algum ponto de reivindicação sobre a eficiência de aulas ou reclamação contra a falta de aulas? O SR. DEPOENTE — Houve a greve a que nos referimos mais de uma vez em agosto do ano passado. Foi dos dois lados; os professores não chegaram a entrar em greve, mas talvez entrassem, quando o ensino estava em estado de calamidade, os alunos pressionaram as autoridades entraram mesmo em greve, tentando evitar que se fechasse a escola. O SR. ABEL RAFAEL — A greve deste ano foi contra o quê? O SR. DEPOENTE — Peço desculpas à V. Exa., porque não estou conseguindo lembrar-me, mas informo que esse movimento foi pedindo aulas. A última greve foi contra o aumento das passagens. O SR. ABEL RAFAEL — Eu não informo que tenha sido pedindo, digo, pedindo aulas, mas que também havia este aspecto, porque me recordo de cartazes dizendo: "queremos aulas" e vários comícios na W-3. O SR. DEPOENTE — Acredito até que não estivesse aqui. Em virtude de minha profissão, de vez em quando saio. Assim, não tenho condições de honestamente informar a V. Exa. O SR. ABEL RAFAEL — O Circulo de pais e mestres ao tomar conhecimento das greves se reuniu e tomou providências? O SR. DEPOENTE — Durante a greve mais séria, a do ano passado, conforme tive oportunidade de informar a V. Exa., o Circulo ficou em reuniões permanentes, duran-

te o tempo todo; às vezes não era reunião em sala, mas uma movimentação, um agente mediador, um instrumento para encontrar uma solução, por intermédio das autoridades. Chegamos até a levar o Sr. Prefeito, que se encontrava no início de sua gestão, ao Circulo de Pais e Mestres, para que S. Exa. sentisse o problema e nos ajudasse a resolvê-lo, evitando o colapso do ensino. O SR. ABEL RAFAEL — Foi uma vez só? O SR. DEPOENTE — Sim naquele período. Este ano, apesar de nos termos reunido apenas uma vez digo, três vezes, a presidência e os diretores que são mais fáceis de localizar tem-se encontrado e debatido o problema. Nesse episódio de ontem, eu não tinha condições de reunir o circulo, mas tomei providências. O SR. ABEL RAFAEL — O circulo lançou algum manifesto, algum comunicado à população? Depois de cada um desses acontecimentos? O SR. DEPOENTE — Certa vez, fic, digo, fizemos uma assembleia, à qual compareceu muito pouca gente, e fizemos uma exposição. Nós não temos condições materiais de lançar nada, nem papel para mimeografar. O colégio não nos pode dar e ele também não tem. O circulo não tem e pede aos pais e estes não podem dar. Assim, a pobreza é a causa de tudo isso. O SR. ABEL RAFAEL — Este ano, quando houve a greve dos professores, alguns foram presos na Quadra 107, o Circulo de Pais e Mestres tomou alguma providência? O SR. DEPOENTE — Não, o assunto foi resolvido logo em seguida. O SR. ABEL RAFAEL — O Circulo de Pais e Mestres não acha grave que professores sejam presos e vão parar na cadeia? O SR. DEPOENTE — A providência que tomamos foi encaminhar às autoridades para obter a libertação dos professores e verificar extensão do problema. A informação das autoridades foi a de que os professores tinham sido chamados lá para um esclarecimento e que haviam sido libertados, não tendo sido propriamente uma prisão oficializada. O SR. ABEL RAFAEL — A Associação não tomou a si a elucidação dos motivos? O SR. DEPOENTE — Não nos reunimos com esse fim. O SR. PRESIDENTE — Uma ligeira interrupção para responder à questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Dirceu Cardoso. O Presidente da Comissão expediu novo officio, movimentando um funcio-

nário da Casa, reiterando o pedido e estabelecendo um prazo para o seu atendimento, porque nos ofícios anteriores não havíamos determinado o prazo. Para sanar a deficiência e sobretudo porque os órgãos competentes do ensino em Brasília não responderam, mandarei hoje um outro, em mãos, estabelecendo o prazo de oito dias para entrega do material requisitado. Assim, suspendo a convocação do Professor Eleazar Rosa, uma vez que estou informado de que ele se encontra no Rio de Janeiro e esta Comissão teria de lhe fornecer passagem para vir a Brasília e como está na dependência o depoimento dele do recebimento daqueles documentos, segundo o nobre Deputado Dirceu Cardoso, só deveremos ouvir novos depoimentos depois de termos o material em mãos, suspendo a convocação de novos elementos até que tenha sido efetivada aquela medida solicitada pela Comissão Parlamentar de Inquérito. O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Presidente, quando se extingue o prazo para o funcionamento desta Comissão? O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, sugeria que V. Exa. designasse uma comissão de dois ou três dias Deputados que amanhã visitassem o Centro de Educação Média, para ver quais as providências tomadas com relação às respostas, para verificarmos com nossos olhos o que eles fizeram. O SR. PRESIDENTE — Submeto à deliberação da Comissão a sugestão do nobre Deputado Dirceu Cardoso. O SR. CLAY ARAUJO (Vice-Presidente) — Não quero votar contra a medida, mas devo fazer umas considerações sobre o assunto. Entendo que todos os órgãos responsáveis pela direção do ensino têm obrigação; sob penas, digo, sob as penas da lei, de atender às solicitações. Assim, acho que seria adiarmos um entendimento direto. O SR. DIRCEU CARDOSO — Não vamos solicitar nada apenas fazer uma visita. O SR. CLAY ARAUJO — A requisição deve seguir com prazo marcado e se não fôsse atendida seriam adotadas medidas compulsórias. Ate certo ponto acho uma "captus diminutius", mas não quero votar contra. O SR. PRESIDENTE — Não temos número legal para deliberar. O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou de acordo com o nobre colega, *in fine*. Se, de fato, não responderem, vamos para a suspensão do Diretor, do Secretário. Mas podíamos

ir lá amanhã, ouvir uma aula, visitar o Diretor a quem ainda não conhecemos, ver o funcionamento do colégio, etc. Esta é uma Casa democrática e pode fazer uma visita de cortezia. O SR. PRESIDENTE — Nada tenho a opôr à proposição do nobre Deputado Dirceu Cardoso. Mas lembro a S. Ex^a, que é um parlamentar disciplinado, que conhece o Regimento que não temos número para deliberar sobre a sua proposição. Por isso, eu me apresso em reiterar o ofício requisitando o material. Na próxima sessão, se houver número, submeirei a proposição a votos. O SR. DIRCEU CARDOSO — Não tomaria como extravagância minha. O SR. PRESIDENTE — Não. V. Exa. tem o direito. O SR. ABEL RAFAEL — A Associação abrange também os pais dos alunos do Noturno? O SR. DEPOENTE — E' geral. O SR. ABEL RAFAEL — V. Sa. está a par da falta de aulas no curso noturno? O SR. DEPOENTE — Em profundidade não. Sei que há carência de professores de algumas disciplinas. O SR. ABEL RAFAEL — Não. O SR. ABEL RAFAEL — Há falta de professores? O SR. DEPOENTE — Ainda há. O SR. ABEL RAFAEL — Não sabe V. Sa. que há pouco tempo puseram alguns professores na rua? Despediram sumariamente. O SR. DEPOENTE — Em se tratando de empregados, entendendo que desde que o dirigente ache que eles não são mais atendendo aquilo para o que foram contratados podem ser despedidos, mesmo com prejuízo da empresa. Não tenho condições para informar do acerto ou de se to nessa decisão. O SR. ABEL RAFAEL — Mas a Associação de Pais e Mestres não procura averiguar, quando vê a direção despedir professores, sem motivo aparente, porque os indenizou e quem indeniza é porque não tem motivo, ficando os alunos sem aula por falta de professores, não procura a Associação investigar e tomar providências? O SR. DEPOENTE — O Círculo é composto de professores e pais. Nas nossas reuniões, que foram pouquíssimas, não foi levantado essa questão. Nenhum professor, nem dos demitidos nem daqueles que estariam, naturalmente, solidários, levou esse problema ao círculo. O SR. ABEL RAFAEL — Não é público e notório que há falta de aulas por falta de professores? Qual

a medida que o Círculo ou a Associação tomou junto à direção para preencher essas vagas? O SR. DEPOENTE — As medidas que tomamos foram procurar saber as causas e como colaboradores que somos do ensino, eu mesmo procurei pessoalmente. S. Exa. o Sr. Prefeito e o Sr. Superintendente da Educação e Cultura, para pedir providências para a provisão dos claros que existem no colégio. O SR. ABEL RAFAEL — Qual a resposta? O SR. DEPOENTE — Que havia o grande problema de falta de residências. O SR. ABEL RAFAEL — Abriram concursos? O SR. DEPOENTE — Não sei como está agora. Houve um tempo em que o concurso esteve aberto permanentemente. O professor chegava fazia o exame e seria contratado, tal a crise que havia. E não houve a compensação dos horistas para suprir. Tem mais horistas do que professores permanentes em Brasília. O SR. ABEL RAFAEL — V. Sa. está a par de que os membros do Conselho que renunciaram alegaram estar sendo nomeados para cargos de direção da CASEB e do Elefante Branco, elementos sem credenciais? O SR. DEPOENTE — Eu li a Lei de Diretrizes e Bases. Li, inclusive, os projetos. A Lei de Diretrizes e Bases que foi aprovada e foi num ótimo sentido, porque o legislador, sabiamente, levou em conta o Brasil e não Brasília. Então, a lei fala assim: O Diretor será — o tê-mo não sei de cór — professor qualificado. E' mais ou menos assim. O que significa que desde que uma pessoa seja professor não precisa ser um diretor do colégio inscrito no Ministério da Educação com título de diretor porque se assim o legislador procedesse nós iríamos fechar o ensino. O SR. ABEL RAFAEL — Que quer dizer qualificado, consequentemente, tem condições de ser diretor. O SR. DIRCEU CARDOSO — Nós temos aqui dois membros da Comissão que elaborou Diretrizes e Bases. O SR. DEPOENTE — Estou raciocinando como homem que lê a lei sem saber. Quando deparei com essa expressão entendi que o legislador, sabiamente, levou em conta que no Acre não há professores registrados como diretores, que ali na minha terra, em Carongolá, Minas Gerais, o problema é o mesmo. O SR. ABEL RAFAEL — Mas pode-se ser de comissão. O SR. DEPOENTE — O cargo é em comissão. Não

existe cargo de diretor. O SR. ABEL RAFAEL — Ele não tem uma qualificação inicial para ser professor. Mas não foi essa a arguição dos membros do Conselho? O SR. DEPOENTE — Essa questão parece que foi levantada mas depois S. Exa. o Sr. Superintendente da Educação e Cultura fez publicar a portaria que nomeou um desses diretores, que é o Professor Donato e devo assegurar a V. Exa. que foi uma felicidade. A CASEB com a direção desse professor hoje é uma casa que tem ordem. Cada dia que vamos lá sentimos-nos mais satisfeitos. O SR. ABEL RAFAEL — Estou satisfeito que o Professor Donato seja grande administrador. Mas V. Sa. está a par que ele agrediu no pátio do colégio um aluno? O SR. DEPOENTE — Eu sou Diretor do Círculo de Pais da CASEB. O Presidente é o Senador Catete Pinheiro. Ignoro esse fato. Se V. Exa. está a irmando deve ser verdade. O SR. ABEL RAFAEL — Eu dei até os DEPOENTE — Como se trata de um elemento muito equilibrado ficaria em dúvida não fôsse a afirmação feita por V. Exa. O SR. ABEL RAFAEL — V. Sa. não tem conhecimento desse fato? O SR. DEPOENTE — O Círculo ignora isso. Eu não sou Presidente do Círculo, como já disse. É um Círculo onde todos os diretores têm ido, é um Círculo heterogêneo, resultante de uma assembléia geral. Seus diretores não foram escolhidos a dedo. Pois afirmo a V. Exa. que essa questão não foi ali levantada. O SR. ABEL RAFAEL — A agressão não é o primeira. Professor Fábio Bruno já agrediu um outro aluno. A Associação tomou conhecimento ou não? O SR. DEPOENTE Não foi levada ao nosso conhecimento essa agressão. Agrediu no Elefante Branco? O SR. ABEL RAFAEL — O aluno Sérgio Guttenberg, que ainda continua como aluno. O SENHOR DEPOENTE — Ignorô. O SENHOR ABEL RAFAEL — No dia 31 de julho deste ano foi agredido um outro aluno cujo nome também eu dei, pelo Professor Donato Cavalcanti. Parece que ele é um grande disciplinador. O SR. DEPOENTE — Vou sempre ao colégio, vou às reuniões semanais e ignoro isso. O SR. ABEL RAFAEL — Os dois alunos agredidos chamam-se João Moreira dos Santos e Aldo Cruz. O Sr. DEPOENTE — Eu ignorava. E' lamentável. O SR.

ABEL RAFAEL — É lamentável que a Associação ignore isso. A Associação de Pais e Mestres não pode se omitir. O SR. DEPOENTE — Nós só podemos tomar conhecimento das coisas de que temos ciência. Se isso aconteceu e o Senador Catete Pinheiro não soube, o Vice-Presidente Arrêlo Vianna não soube, a Diretora, Sra. Ivone Fonseca, não soube e eu como diretor não soube é porque os pais desses alunos negligenciaram o fato. O SR. ABEL RAFAEL — V. Sa. vai tomar conhecimento e os demais quando esses alunos vierem aqui depor. O SR. DEPOENTE — Estou querendo dizer a V. Exa. que se não foi ao nosso conhecimento... O SR. PRESIDENTE — Mandei até indagar se são menores, porque se o forem terao que depor por intermédio dos pais. O SR. ABEL RAFAEL — Parece-me que há, inclusive, um menor. O SR. DEPOENTE — Do curso noturno não é o Professor Donato. O SR. ABEL RAFAEL — Mas foi ele quem agrediu. O SR. DEPOENTE — A CASEB tem um outro diretor no curso noturno. Aliás esta comissão deveria lutar para haver apenas um diretor, a fim de definir responsabilidades. O SR. DIRCEU CARDOSO — No relatório concluiremos por todas essas deficiências. O SR. ABEL RAFAEL — V. Sª está a par, da sua função, da apreensão pela polícia de livros de doutrinação comunista, na CASEB, o ano passado? O SR. DEPOENTE — Li isso nos jornais. Não estou a par. O SR. ABEL RAFAEL — Mas os diretores do Circulo não circulam no colégio? O SR. DEPOENTE — O único livro que vi foi até na televisão, exibido pelo Ari Cunha, é um livrinho da Fundação Loyola Jesuíta, que diz assim: "Até eu seria comunista". Ele numa hora infeliz disse que estavam vendendo livros comunistas no colégio. O SR. ABEL RAFAEL — Aquilo foi informação que deram a ele. O SENHOR DEPOENTE — O que acontecia é que havia e hoje não acontece mais, um livreiro no Elefante Branco. Acredito que ele vendesse livros de toda a espécie. O SR. ABEL RAFAEL — Havia só esse livreiro? O SR. DEPOENTE — Estou falando em sentido geral. A minha vida de trabalho não me permite um convívio diário no colégio. Nós todos somos muitos ocupados. O SR. ABEL RAFAEL — Concebe então que não está

a par de tudo que se passa no colégio O Sr. Depoente — Isso é pacífico, como V. Exa. não está a par de tudo o que se passa na Câmara. O SR. ABEL RAFAEL — Quero firmar um ponto. Não tendo sido eu quem pediu seu depoimento, suas informações, embora muito valiosas, não abrangem todos os aspectos, porque conforme acabou de declarar desconhece várias coisas comprovadas que se sucederam dentro do colégio. De forma que isso não é em desdouro de V. Sa. é apenas firmando um ponto para as conclusões. O SR. DEPOENTE — Perfeitamente. É inteiramente humano. Já tive ocasião de dizer aqui que tenho um ônus de trabalho de 12 a 14 horas, dadas as funções de meu serviço, de Presidente de um clube, de Presidente de um Circulo, Diretor de outro, de membro do Conselho Deliberativo da Associação Atlética do Banco do Brasil, etc. de maneira que devo dormir umas seis horas por noite. Conheço, num sentido geral, os problemas de Brasília, sei dos problemas do ensino. Honestamente devo confessar que não estou a par de tudo. Não sou parte pois no problema a não ser desejar o que V. Exª deseja que é um melhor ensino em Brasília. Devo dizer, por honestidade, que sou um ardoroso defensor da escola pública. Acho que cumpre ao Estado, sem prejuízo da escola particular, dar ao Brasil condições de estudo porque ele tem condições humanas bastantes para se projetar. Meti-me em ensino aqui em Brasília e acho que acabar com a escola pública é um mal pois o custo de escolas particulares é bem oneroso, principalmente para nós que vivemos de salário. O SR. ABEL RAFAEL — Pode estar tranquilo. A intenção da Comissão não é de acabar com o ensino público e sim torná-lo mais eficiente. O SR. DEPOENTE — Jamais pensei isso. O SR. ABEL RAFAEL — Agradeço seu depoimento. O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Clay de Araujo — O SR. ELOY DE ARAUJO — Eu só teria uma pergunta a fazer. Acompanhei todo este depoimento de nosso convidado, pessoa que pela sua posição e conhecimento revelou estar perfeitamente a par do sistema de ensino da Capital Federal. Mas antes de formular, objetivamente, minha pergunta, eu desejaria ouvir do deputado que me antecedeu sobre quais

seriam os livros mencionados. Sabe os títulos de memória? O SR. ABEL RAFAEL — Pois não. Os livros, na sua maioria eram da Gráfica Editora Vitória, que é uma editora nitidamente comunista. Um dos livros mais vendidos foi "Guerra de Guerrilhas" de Che Guevara, "ABC do Comunismo" de Pucorino e outros, todos editados pela Gráfica Vitória e alguns outros editores. Esses livros foram apreendidos pela polícia, numa diligência que fez lá e se não me engano, na ocasião prendeu-se também o vendedor, que é um conhecido comunista. O nome está na polícia. O SR. CLAY DE ARAUJO — Esse vendedor estava vendendo dentro do colégio? O SR. ABEL RAFAEL — Dentro do colégio e há muito tempo. Houve denúncia de pais de alunos e por isso é que foi prês. Eu só tomei conhecimento do caso depois, senão teria ido lá comprar uns livros para ficar mais documentado. Mas essa declaração pode ser obtida na polícia que apreendeu os livros e prendeu o elemento. Dever saber também os professores que autorizaram a venda desses livros lá dentro. Deve haver um processo iniciado. Houve influência política e não prosseguiu o inquerito como não prosseguiu, também, quando foram presos os professores que estavam tentando impedir o funcionamento do grupo escolar da Quadra 107, — a que eu já me referi aqui nesta última greve do ano. Houve influência política, mas na polícia deve haver os documentos senão as edições dos jornais locais podem ser procuradas e lá então teremos os elementos necessários. O SR. CLAY DE ARAUJO — Considero isso grave porque a pergunta que vou fazer diz respeito não à investigação ideológica que pela Constituição da República é até vedada. Entretanto uma coisa é a posição ideológica de um cidadão e outra coisa é a atividade, a militância de caráter político cujos reflexos comprometam a própria sobrevivência do regime republicano representativo e pluripartidário. Este assunto fica para um debate mais profundo na devida ocasião. V. S.^a cujo depoimento revelou que é pessoa de alto gabarito intelectual... O SR. DEPOENTE — Muito obrigado. O SR. CLAY DE ARAUJO — ... e que tem um senso de equilíbrio. Digo isso sem nenhum rouvor. V. S.^a causou a melhor das impressões de con-

siderações. V. S.^a sabe que muito embora existam divergências quanto aos melhores ou piores, mais aconselháveis ou menos aconselháveis, métodos de ensino, há uma espécie de unanimidade entre os estudiosos da educação no regime democrático, em torno de um ponto de vista ou seja, que numa democracia a educação e o ensino devem propiciar condições altamente favoráveis a que a pessoa humana desenvolva toda a sua plenitude de suas possibilidades suas faculdades para que cada um escolha, livremente, o melhor caminho da sua vida e trace, como melhor lhe aprouver, o seu próprio destino que é pessoal e digamos intransigível, intransferível, porque cada um responde por si diante de Deus. Então, dentro desta condição há dois pontos, dois polos sobre os quais ensino e uma educação democrática devem repousar ou devem calcar suas atividades seja qual for o método, que são a liberdade e a responsabilidade. A liberdade para que cada um se torne senhor de si mesmo no momento das grandes opções da vida, a responsabilidade para que cada um se torne senhor das condições de livremente fazer sua escolha, saber os ônus e as vantagens que assume. Creio que não há nenhum filósofo da educação democrática que discorda disto. Só os totalitários quer da direita quer da extrema esquerda é que suprimem a liberdade assumindo o Estado todo o arbítrio, o traçado dos caminhos de cada cidadão. Mas ao lhe tirarem a liberdade, curiosamente não lhe tiram a responsabilidade. Esta é a grande contradição do regime totalitário. Numa democracia esses dois polos são equivalentes, um sustenta o outro. Eu perguntaria então a V. Ex.^a com a experiência que tem com esse líder quase que cotidiano dos problemas de país, mestres e alunos com esta curta digamos assim, mas fecunda experiência que tem vivido, se o sistema do ensino oficial do Distrito Federal está planejado e em caso afirmativo se está sendo executado, tendo em vista a preparação dos alunos dentro desses dois polos, liberdade e responsabilidade, ou seja se está contribuindo para realizar esses valores inalienáveis que ornamentam toda a pessoa humana e são até seus atributos? Se está contribuindo para que o estudante faça o uso pessoal e adequado da sua liberdade e desenvolva o senso de sua responsabilidade na comunidade. O SR. DEPOENTE — Se

nhor Deputado vou responder. Já que V. Exa. fez um preâmbulo, permita-me que o faça também. Comungo na sua opinião e quando nos referimos à unidade nacional partindo da formação por muitos atacada, mas que louvamos, da colonização portuguesa, nos estávamos reservando, sem esse cuidado de central, digo, centralizar em duas palavras um conjunto democrático, que a liberdade e a responsabilidade são essenciais à formação da criatura humana, e por essa formação nossa, tanto no âmbito religioso quanto no cívico e talvez pelo exagero que nós pessoalmente temos de amor a esta terra e em defesa, intransigente e incondicional dos grandes interesses nacionais, nós nos tornamos afins com tais fatos que orbitam dentro desses dois alicerces em que V. Ex^a situa, digo, situou a questão. E exatamente por isso e porque apesar da hierarquia que existe na minha casa de respeito e disciplina, minha família é formada dentro desse prisma de toda a liberdade de debate conosco e de responsabilidade de seus atos, que nós os pais somos juizes. Posso informar a V. Ex^a que não há, em Brasília, escritos de um plano de ensino definitivo, um plano de ensino oficial que possamos exibir e discutir em suas minúcias ou pormenores. Não faltou capacidade aos mestres que aí estão — posso assegurar que temos grandes intelectuais e destacados no ensino secundário — mas faltou alguém que coordenasse a formação prévia de uma estrutura. O plano primitivo foi feito sob a chancela do Professor Anísio Teixeira. Já não deve mais estar condizente nem com o Brasil nem com Brasília. Portanto, dentro desse sistema onde nós, em casa, temos por base a liberdade e a responsabilidade, o que sentimos no colégio é que isso se fortaleceu e lhe deu comi prova o seguinte: Os alunos, sem quebra de disciplina, debatem com os professores os problemas e inclusive trazem suas conclusões aos professores. Com relação à informação que me surpreende do Professor Donato ter batido num aluno, a responsabilidade do deputado me põe na situação de levá-la, digo, levá-la a sério. Essa informação merece todo o meu respeito e acatamento, digo acaatamento porque é aqui, nesta Casa que temos a defesa desta liberdade e responsabilidade. O que noto é que meus filhos, que já tinham a formação alicerçada na liberdade e responsabili-

dade, porque desde novos têm aprendido a revelar as tolices que faziam e assim vão procedendo até hoje, no ginásio ampliaram essas qualidades. Quando há um aluno acusado, o orientador do colégio vai discutir o problema com ele e depois ele vem ao Diretor. O Diretor então vai convencê-lo de que ele deve assumir a responsabilidade de seus atos, dizendo-se culpado ou não. Não digo. No reflexo que vi em minha casa — nunca assisti a aulas não tenho tempo — essas duas bases da formação democrática são cultivadas e mantidas dentro do colégio onde estão meus filhos, que é na CASEB e no Elefante Branco. Eu como pai — e os professores não me devam favores para terem um cuidado especial com meus filhos — noto que encontro no ensino, com toda a sua deficiência, um reforço daquilo que planejei para meus filhos. E essa a informação que posso dar: O SR. CLAY DE ARAUJO — Estou plenamente satisfeito e quero louvar a forma segura com que o depoente respondeu. O SR. PRESIDENTE — Agradeço em nome desta Comissão ao Diretor do Círculo, digo Círculo de Pais e Mestres do Elefante Branco, chamado Centro de Educação Média e sobretudo sua disposição durante os debates de procurar esclarecer os Srs. Deputados, numa linguagem elevada, culta e educada. Nestas condições encerro a presente sessão e aqui marco uma nova para a próxima quinta-feira às 10 horas da manhã. Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

DEPOENTE: DR. LUIZ CARLOS PUJOL

Reunião: 27 de novembro de 1963

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 1963, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Dr. Luiz Carlos Pujol prestou o seguinte depoimento: O SR. PRESIDENTE — Declaro aberta mais uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito Para Apurar Irregularidades no Sistema Educacional de Brasília. (Leitura da A^a e tomada do compromisso do depoente) O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHÃES — (Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, não pertenco a esta Comissão, mas gostaria de perguntar a V. Exa. se me seria permitido, antes de o Ilustre depoente iniciar o seu depoimento, trazer a esta Comissão, à guisa de colaboração — e o faço na

qualidade de membro da Comissão do Distrito Federal — certas ocorrências no setor educacional e que por certo, no decurso do seu depoimento, S. Sa. dar a explicações para a Comissão. Visitando as Cidades Satélites constatei essas ocorrências, e faltaria a um princípio de consciência se, ligeiramente embora, não as trouxesse ao conhecimento dos Srs. Deputados. O SR. PRESIDENTE — A contribuição de V. Exa., além de ser prevista no Regimento das Comissões de Inquérito, é relevante porque se trata de um companheiro que se interessa pelos problemas educacionais, e o fato de não pertencer a esta Comissão não o proíbe de participar. Apenas V. Exa. não tem direito de voto, mas pode muito bem depor, e teremos a maior satisfação de ouvir a contribuição de V. Exa., desde que nenhum companheiro no momento tenha alguma coisa a objetar nesse sentido. O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Eu apenas sugeriria que consultássemos o depoente. O SR. DEPOENTE — Estou de pleno acordo. O SR. PRESIDENTE — Então dou a palavra ao Deputado Valério Magalhães. O SR. DEPUTADO VALÉRIO MAGALHAES — Não se trata, em rigor, de um depoimento, Sr. Presidente. V. Sa. sabe que a Comissão do Distrito Federal tem por obrigação, nas visitas que estão sendo feitas no Distrito, observar todos os setores, e muito embora o meu específico seja o setor agropecuário, porque sou engenheiro agrônomo, queria aproveitar a presença do Secretário da Educação para relatar o que me parece merecer a atenção de S. Sa. Ainda que eu não possa ouvir as respostas, porque estou sendo chamado à Comissão de Agricultura, onde devo tomar parte em reunião importante, S. Sa. no decurso da sua exposição poderá abordar os problemas que aqui irei focalizar. Visitando a Cidade Satélite do Gama, entre muitas coisas que ali estão gritantes, demonstrando a ausência de administração, encontro, Sr. Presidente, que clama aos céus, e se V. Exa. ou algum elemento da Comissão de Inquérito pudesse visitar aquela cidade com um fotógrafo traria um documento hábil porque é uma prova evidente de como a Secretaria da Educação — e não vai aqui acusação ao seu atual Secretário, vez que sabemos são poucos os meses da sua gestão — estava completamente desatualizados problemas educacionais de Brasília. Lá está

um grupo escolar que foi construído atabalhoadamente, sem amarração das paredes, que um vendaval há 2 meses ruiu completamente e, o que é mais triste, esse material está lá jogado sem sinal, sequer o menor possível, de uma atividade do poder público em recuperar um prédio onde milhões foram gastos. A escola está funcionando numa pequena dependência que sobrou do prédio e, segundo me informaram, o que sobrou é uma sala que se destinava a outros fins. As salas de aula estão realmente ruínas. Não encontro a escola em funcionamento porque se tratava de um sábado, mas fui informado que 2 ou 3 salas que haviam sobrado estão também em estado precário, vidraças quebradas, zinco arrancado, paredes rachadas — até um perigo para as crianças — mesmo assim estavam destinadas a esse trabalho. Estou focalizando este assunto para que depois o ilustre Secretário explique à Comissão porque se fez uma obra dispendiosa tão mal feita e sem fiscalização. Qualquer leigo constata que as paredes não foram amarradas, o que possibilitou ao vendaval levar tudo abaixo. Sei também que a escola não está cercada e, consequentemente, não pode haver ajardinamento. Não há para as professoras que moram fora ou para os moradores, qualquer abrigo. Isso já é um pouco fora do setor, mas constituiria um conforto às professoras que moram fora de lá que ficam ao sol e à chuva esperando que apareça um ônibus e sabe Deus quando aparece, e quando aparece vem superlotado, 100 a 120 pessoas em pé, perigo de vida para aquelas professoras dedicadas que lá vão ministrar suas aulas. Visitando o bairro do Cruzeiro encontro as escolas em funcionamento, mas, Sr. Presidente, uma delas não tem cantina, não tem nem aparelho sanitário. Foi construída atabalhoadamente também, como se procurou fazer tudo naquela época, demonstrando atividade. Era a impressão que se tinha, o tal programa de emergência, gritantemente hostil a tudo que se possa prever de honestidade em dirigir a coisa pública. Estão lá essas escolas, mal feitas, nem sequer sala destinada à diretoria e às professoras para que no intervalo das aulas possam trocar idéias, tratar de assuntos ligados ao magistério. Nem isso se previu. Nem a cantina. Não há cerca em torno das escolas, que são depredadas. Há vidraças partidas e uma professora foi ferida por uma pedrada porque não há cerca, a es-

cola está exposta a tudo. Mais ainda, nas proximidades de uma dessas escolas há água servida, água pútrida, porque não há esgotos, que então vai ter a uma baixada onde se forma uma lagoa cheia de mosquitos onde as crianças vão brincar nos intervalos das aulas. Queixam-se também as professoras de goteiras. Em algumas das escolas — aí já são as tais casas — fizeram lajes chatas, num plano só, sem declive. Então é preciso um reparo sério. Outro problema: há professoras que estão trabalhando em Cruzeiro e moram nas Cidades Satélites, outras moram aqui em quartos alugados por 60 mil cruzeiros e vão dar aulas lá sem ter uma casa onde morar. Entretanto o GTB está construindo 110 casas e não havia reservado uma sequer para as professoras. Visitando a Cidade Livre, então o problema educacional reclama assistência por falta de higiene. A falta de higiene é total. Eu reconheço que o Dr. Pujol está apenas assumindo praticamente a sua Secretaria, e tenho acompanhado de perto o seu trabalho em procurar recuperar essa Secretaria que estava totalmente arrazada, mas não posso deixar de trazer aqui o depoimento de quem foi ver. Na Cidade de Planaltina um vendaval fez o mesmo que no Gama. Por que? porque o prédio foi mal feito também, eu acho que ali houve muita, muita safadeza. Sr. Presidente, se esta Comissão fizer um inquérito sobre como foram feitas essas obras vai constatar que o dinheiro foi desviado, o material é o pior possível, não houve sequer o cuidado de dar à massa aquela porcentagem indispensável de cimento. Está lá. O Dr. Pujol já mandou iniciar a recuperação, mas isso não está afeto ao seu setor e constatamos que ainda não está terminada essa recuperação. Sr. Presidente, eu queria deixar aqui esta contribuição para que o Dr. Pujol pudesse explicar à Comissão, e sugeriria que V. Exa. ou algum membro da Comissão fizesse visitas a essas Cidades Satélites para ver de perto como estão funcionando as escolas. Não encontrei nem mapa do Brasil, Sr. Presidente, no mastro em algumas delas para hastear o nosso pavilhão. Como essas crianças podem crescer reconhecendo quietemo, digo, que temos uma pátria tão grande? Um pavilhão? Lembro-me de quando fui Governador provisório do então território de Ponta Porã que não se tinham escolas e os nossos patricios iam estudar nas escolas paraguaias, um

país mais atrasado que o nosso, e reverenciavam o pavilhão paraguaio. Aquí em Brasília não temos o pavilhão paraguaio, mas o nosso não está subindo ao mastro em muitas dessas escolas. São esses os detalhes observados por quem está visitando o interior no setor agropecuário mas que não pode deixar de constatar também os outros setores. Com isso não quero trazer acusação nenhuma ao atual Secretário de Educação que me parece desajustado de solucionar esse problema, mas ser a um crime de minha parte se não trouxesse esta modesta contribuição ao conhecimento dos ilustres colegas. O SR. PRESIDENTE — Agradeço a contribuição de V. Exa. e depois do depoimento do ilustre Secretário de Educação submeterei à deliberação da Comissão os pontos apontados por V. Exa. O SR. DEPOENTE — Sr. Presidente, eu entendo que uma das maiores realizações que se fizeram na Câmara Federal foi a instituição desta Comissão de Inquérito. Era necessária, era imprescindível, e é com satisfação que verifico que o seu propósito é efetivamente apurar os males que enfermam o ensino em Brasília e dar uma solução, um remédio a esses males. Por isso, tendo recebido uma série de questões que praticamente são o seu objetivo principal, vou pedir ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que me permitam lê-los e respondê-los um a um. Consequentemente, estou disposto a prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados entendam devam ser prestados, mesmo no curso do meu depoimento ou depois do meu depoimento. O primeiro item refere-se ao predomínio político de comunistas na Superintendência do Ensino da Prefeitura de Brasília. Quanto à minha posição ideológica, eu creio que, por ter passado por esta Casa e já ter ocupado alguns cargos públicos na União e no Estado de São Paulo, não há a menor dúvida de que eu sou marcadamente um democrata, digo, democrata. Aliás, nós chegamos a um ponto no Brasil em que uma confissão desse porte é facilmente se ouve. Eu tenho verificado que quando se indaga da posição ideológica de muita gente, poucos têm coragem de confessar que são marcadamente democratas. Eu o sou, e em assim sendo assumi, com esse espírito e com essa formação ideológica a Superintendência da Educação e Cultura do Distrito Federal exatamente na ocasião em que mais uma crise adentava aquela Fundação. Se me per-

guntassem se essa crise era ideológica, eu diria que não, mas eu encontrei a Fundação numa situação que eu poderia traduzir como a verdadeira materialização do caos, se o caos pudesse ser materializado seria exatamente a Fundação Educacional do Distrito Federal. Perdi-me, no primeiro dia em que assumi a Secretaria, numa verdadeira floresta de processos. Eu creio ter encontrado, se não me falha a memória, perto de 3 mil processos que exigiam despacho do Superintendente e que estavam relegados ao mais completo abandono, alguns meses no gabinete da Superintendência. A culpa não era dos funcionários, que os funcionários são até muito bons na Superintendência. Não quero inculpar a quem quer que seja, estou apenas constatando um fato. Ver fiquei também que desses 3 mil processos aproximadamente pelo menos 80% não deveriam ser da competência do Superintendente, tratava-se de abono de uma falta, de duas faltas, de três altas, licença para gestante, licença para tratamento de saúde. Ao mesmo tempo encontrei perto de 450 professores do ensino elementar trabalhando sem portaria de nomeação, falta de portarias essas que provocaram aquela crise que justiciera a minha ascensão ao cargo. Esse quadro que o ilustre Deputado Valério Magalhães acabou de pintar em cores não tão vivas como deveria ser pintado, é verdadeiro. Infelizmente era e ainda é em parte, em grande parte. Estou fazendo esta pequena exposição não para me escusar da falta de cumprimento de qualquer obrigação, mas para mostrar como encontro o ensino elementar e médio em Brasília que são da competência da minha Superintendência. Encontrei a Fundação controlada — nem encontraria outra expressão para o fato — pela Associação Profissional dos Professores do Ensino Secundário e Primário de Brasília. Essa Associação tinha seus quadros compostos por cerca de 700 professores que representavam na ocasião mais ou menos 45% do número de professores lotados na Fundação Educacional. Encontrei mais a seguinte situação: diretores da Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários: Presidente: Fábio Vieira Bruno; Vice-presidente: Eldonor Pimentel; Secretário: Donato Cavalcanti; Dir. Tesoureiro: Otávio Anibal Augusto Cattani; Fanalli; Assessores: Araberg Pessoa Luna, Renée Gunzburger Simas, Enildo Cuevas Donadio, Mário Sebastião Coutinho. Es-

tou citando estes nomes porque ao mesmo tempo eu vou citar os cargos que essa diretoria ocupava na Fundação, para mostrar que eles não só dominavam a Associação, e talvez por via disso, também dominavam os cargos principais no ensino médio. Então, temos: Fábio Vieira Bruno — Chefe do Departamento de Ciências Sociais do CEM. Eldonor Pimentel — Chefe do Departamento de Ciências Físicas e Naturais, Coordenador do Curso Científico — CEM. Donato Cavalcanti — Diretor do G. n. s. do Plano Piloto. Araberg Pessoa Luna — Diretora do CEM — Chefe do Departamento de Línguas — Coordenadora do Curso Normal — CEM. Renée Gunzburger Simas: Chefe do Departamento de Educação Visual e Teatro do CEM. Assessora Técnica do DEM. Enildo Cuevas Donadio: Coordenador do Curso Industrial de Eletrônica do CEM — Chefe de Gabinete do Secretário de Educação. Nisso vai culpa minha que explicarei a seguir. Mário Sebastião Coutinho: Coordenador do Curso Científico do CEM. Diretor do DEM. Eu sou essencialmente advogado, e como advogado fui convidado pelas administrações anteriores à atual a ocupar o cargo de Procurador Geral da Prefeitura, cargo que desempenho há 2 anos. Fui para a Superintendência da Educação, exatamente como já disse, na crista de uma crise, para resolver um problema de momento. Em chegando na Fundação Educacional, desconhecedor de todos os problemas da Fundação, sem conhecer os meandros da Fundação, sem saber com quem tinha que conversar na Fundação, logicamente que também me impressionou a existência de uma associação contendo perto de 700 professores, e com um título que sem dúvida nenhuma impressiona: "Associação Profissional dos Professores do Ensino Secundário e Primário de Brasília". Então entendi, de momento, que efetivamente aquela associação teria credenciais para representar o ensino em Brasília e conversei com os seus diretores, e até pedi mesmo, por desconhecer, como estou confessando, os problemas de momento, que me indicasse um homem, um técnico, que me assessorasse no meu gabinete como chefe do meu gabinete. Pedi que escolhessem um homem que não fizesse parte de grupos, que não estivesse marcado por qualquer, digo, qualquer posição ideológica. Indicaram-me o Professor de Eletrônica, Enildo Cuevas Donadio, Coordenador do Curso In-

dustría) de Eletrônica do CEM. Nomeei-o e comecei a trabalhar. Entendia que, para fazer alguma coisa pela Fundação Educacional, eu teria que primeiramente arrumar a casa porque do contrário não seria possível fazer nada. Para V. Exas. terem uma idéia de como a casa se encontrava desarrumada: eu encontrei, como gabinete do Secretário, apenas uma mesa e uma cadeira, eu não tinha sequer, para quem quer que me procurasse, uma cadeira para oferecer. Encontrei um departamento do ensino médio instalado alguns quilômetros do gabinete da Superintendência. A mesma coisa com o departamento de ensino elementar, e mais distante ainda o departamento administrativo da Fundação. Por aí não é difícil se verificar como era quase impossível a administração da Fundação, com os processos todos "turistando" pelas ruas de Brasília, indo de uma repartição a outra, com riscos de perecimento, atraso, despesas exageradas de funcionários para estarem levando e trazendo processos, processos que quase difícil solução porque via de regra se perdem nos escaninhos das diversas repartições da Fundação Educacional. Ao mesmo tempo, Srs. Deputados, encontrei, como disse há pouco, o ensino elementar tumultuado pela falta de nomeações de professoras, de entrega de portaria a professoras que trabalhavam sem receber havia 4 ou 5 meses, uma série de escolas sem professoras. Finalmente, para não me estender mais nem dar um colorido muito forte ao quadro que eu encontrei, eu tenho a impressão de que já traduzi perfeitamente para os Srs. Deputados aquilo que me foi entregue. Hoje tenho a satisfação, não digo que mereço de qualquer expressão minha, mas do auxílio extraordinário que tenho recebido de 95% dos homens que integram a Fundação Educacional, professores e funcionários — e friso bem a percentagem, 95% dos homens que integram a Fundação Educacional — de apresentar um quadro completamente diferente. 48 horas depois de assumir, eu já entregava as portarias de nomeação àquelas 450 moças que ministravam as suas aulas e que não recebiam havia 4 ou 5 meses, e 72 horas depois, como consequência da entrega das portarias, elas recebiam todos os seus vencimentos. Passei a atentar imediatamente para pequenos reparos que me pareciam mais necessários em todas as escolas do ensino elementar

porque do médio, não me era dado no momento tratar pelas impossibilidades de Brasília. Esse atendimento constante, diário, permanente, ao ensino elementar, me permitiu não ter nenhuma crise, mas nenhuma mesmo, desde o dia em que assumi a Secretaria até hoje. Dos 1.007 professores do ensino elementar tenho recebido o melhor apoio e todo aquele respeito que toda e qualquer autoridade deve merecer. Encontrando a Fundação, como declarei, dom nada, principalmente no que respeitava ao ensino médio, por essa Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília, procurei primeiro me assenhorear dos problemas da Fundação e tentar resolvê-los. Uns problemas são interligados aos outros, o descontentamento do professor e a facilidade de domínio por parte desse grupo a todos os professores sempre seria a consequência de reclamos que nunca eram atendidos, reclamos que talvez não pareçam importantes a quem quer que tome deles conhecimento isoladamente: é uma professora que não tem casa — isso não é tão importante no panorama do Brasil — é uma professora que não tem condução, é uma professora que tem filhos pequenos em casa e que os deixa abandonados para viajar duas horas de ônibus para ir a uma Cidade Satélite, chegar fora de hora, sem alimentação. Eu tive caso, logo no início da minha gestão, de professora desmaiando em aula por falta de alimentação. O problema isolado em si não tem qualquer significação, digamos assim. Para mim tem, para V. Exas. também tenho a certeza de que tem, mas a soma desses problemas, Srs. Deputados, apresentava um aspecto muito grave, quase insolúvel nos negócios da Fundação. Meu primeiro ato então, procurando resolver esses problemas, já que casa eu não poderia dar, já que transporte me era vedado pela impossibilidade financeira, foi baixar uma resolução determinando o "remanejamento" a relocação das professoras do ensino primário, permitindo que elas fossem lotadas preferentemente nas escolas próximas às suas residências. Era um ato que talvez ferisse os princípios técnicos da Fundação, mas não feriria nunca os princípios humanos que também devem merecer atenção de um administrador. Com esta medida pude resolver o problema de muitas das professoras do ensino primário, talvez de 90 ou 100. Nesse meio tempo

encontrei uma manifestação contrária a esse meu ato, porque era vezo, era hábito em Brasília, principalmente no ensino de Brasília, a permanência constante dos professores nas páginas dos jornais criticando, reclamando e discutindo os atos das autoridades superiores. Então logo a seguir à minha atitude, no dia seguinte eu abro o jornal e verifico que uma professora, acompanhada de mais um pequeno grupo de 3 ou 4 se permitia criticar o meu ato, entendendo-o em desacordo com a técnica das lotações, das remoções de professoras e usando até uma expressão que no momento, a despeito de me ter aborrecido um pouco, eu não deixei de achar engraçada: que o Secretário, se levasse a termo o seu ato, encontraria muita pedra pelo caminho. E, como eu tinha medo do tropeção, suspendi a professora por 15 dias para que pelo menos aquela pedra fosse afastada. No dia seguinte 40 ou 50 professores me procuraram e, solidarizando-se com o meu ato e com a minha atitude, disseram que iriam aos jornais fazer uma declaração pública do fato. Eu me mostrei sensibulizado, Sr. Deputados, muito agradecido à manifestação, mas comuniquei que se no dia seguinte eu encontrasse a manifestação de solidariedade no jornal a um ato do Secretário que não era para ser discutido, que elas também sofreriam a mesma punição. Dêsse momento em diante eu não vi mais nenhum professor ir a jornais. Não que o ato do Secretário não possa ser criticado, deve ser criticado, não que o ato do Secretário deva ser rigorosamente sempre certo, o Secretário não é dona da sabedoria universal, eu tenho voltado atrás em muitos dos meus atos, confesso, mas é porque estou procurando acertar, estou procurando fazer alguma coisa de útil, mas apenas porque eu entendia que aquela medida era necessária porque o que faltava essencialmente à Fundação Educacional para que ela pudesse sobreviver era exatamente o respeito ao princípio da autoridade. V. Exas. não de imaginar as dificuldades que eu fui encontrando no curso da minha administração, não só organizando a parte de rotina, a parte administrativa, como também procurando resolver os problemas pessoais de cada professor, e posso adiantar que o gabinete, nestes últimos 5 meses tem dado expediente que não se mede, positivamente, pelo horário normal do funcionário público, tem dado expediente e que não exage-

raria se dissesse que de 24 horas por dia, porque a qualquer hora que se procura um funcionário do gabinete ou o Secretário, a ordem que há na Superintendência, permanente, é que se atenda porque para nós todos os problemas, ainda que pessoais, devem merecer a nossa atenção porque são importantes para o professor. Merece deste esforço — e esta divagação era necessária para que eu pudesse atingir esse objetivo — e era perfeitamente compreensível, eu fui criando uma situação, nós fomos, nós, aqueles que dirigimos a Fundação, criando uma situação de respeito entre os professores. E é preciso que eu adiante, para melhor esclarecimento, que todos os movimentos de agitação dentro da Fundação eram sempre feitos por esse grupo. Esse grupo aliás — eu vou adiantar, digo, mais adiante — é acompanhado de mais um determinado número de professores totalizando, o grupo diretor e os outros professores, exatamente 32. São 32 que representam 5% do professorado do ensino médio, ou seja, 600 professores. Do ensino elementar creio que há uma professora apenas nesse grupo, quer dizer, entre 100 há uma professora. Mas porque as atividades da Superintendência estavam surtindo algum efeito, estavam fazendo com que a Superintendência passasse a merecer o respeito do professorado, a verdade é que a Associação, que dominava o ensino, não se sentiu muito à vontade porque lhe parecia que estava perdendo as réas do controle, estava perdendo a direção dos negócios do ensino. Até então tinham todos os cargos de mando. E então, num dia em que não me recordo, mas que eu imagino que deva ser o dia 11 de outubro, o Superintendente — sem que houvesse qualquer problema ou reivindicação a ser feita pela Fundação porque a Superintendência vinha cuidando, digo, cuidando de se antecipar à solução de todos os problemas ou procurando pelo menos solucioná-los em parte ou pelo menos encaminhar uma solução — foi colhido de surpresa às 7.30 horas da noite de uma sexta-feira por um pedido coletivo de demissão. Primeiro chegou-me às mãos o pedido do chefe de gabinete, professor Enildo Donadio. Era uma folha e meia datilografada em que o professor que me acompanhara durante aqueles 5 meses, policiando todos os meus atos:

— porque ele era o técnico que eu reclamara para me orientar, responsável pois sem dúvida pela parte técnica da Fundação — se demitia dizendo que estava em deacôrdo com os meus atos: "Meus esforços, apoiados pela experiência profissional, foram todos em vão. Mais grave, Sr. Superintendente, minha autoridade de segunda pessoa da Superintendência Geral de Educação e Cultura foi jogada ao chão por várias vezes, num flagrante desrespeito à autoridade de que estava investido". Houve apenas um engano da minha parte, eu entrava na sala e saía da sala sem pedir licença ao meu chefe de gabinete. Se isso me tivesse ocorrido, eu confesso, eu tenho muito humor, eu o faria, mas não me ocorreu, não pedi licença e então a autoridade do chefe de gabinete foi violentada pelo Superintendente. Isso era o ensino em Brasília. Logo a seguir recebo o documento firmado. Vou-me permitir fazer a comparação dos nomes: Donato Cavalcanti, Diretor da Fundação Educacional; Renne Gunsburger Simas, da Associação; Mário Sebastião Coutinho, da Associação. Então os homens que dirigiam a Associação e que também dirigiam o Ensino Médio, esses homens, depois de terem sido enquadrados como servidores civis da União, por força de decisão desta Casa, esses homens mandam um pedido coletivo de demissão, numa sexta-feira à 7,30 da noite — eu friso bem a hora porque não precisei ser muito esperto para compreender exatamente a tática da atitude — quando todos sabemos que os sábados e domingos em Brasília são dias praticamente mortos, dedicados, pe os que ficam em Brasília, apenas à prática de alguns esportes. É impossível, é impraticável, em Brasília, aos sábados e domingos, fazer-se qualquer coisa de útil. Então raciocinavam os professores — não falemos em professores — esse grupo da seguinte maneira: pedido coletivo de demissão, segunda-feira: sábado e domingo não há condição para recompor o ensino; segunda-feira cria-se a situação, o ensino está acéfalo; portanto está o Secretário incompatível com a direção dos negócios da Secretaria pela impossibilidade de pôr o ensino a funcionar; ou então — era a alternativa — dialogaria o Secretário com esse grupo e logicamente teria que ceder às suas injunções que era uma só, a continuidade no man-

do, o cabresto no Superintendente. Essa atitude não era a primeira que esse grupo tomava. Da primeira feita foram bem sucedidos, o Secretário dialogou — não eu, o outro Secretário. Da segunda vez, ainda foram bem sucedidos, o Secretário — não eu — também dialogou. Mas Srs. Deputados eu tenho aquilo que eu chamo a teimosia dos homens pequenos, eu tenho um grande respeito por mim mesmo, mas é preciso que V. Ex^{as}. não me pintem com côres que eu não mereça, eu sou profundamente amigo, libera, tenho saído pela porta da frente em tôdas as casas em que tenho entrado sou homem que tem o sentido humano bem profundo, respeito a todo mundo, tenho um grande respeito por todos, acho que todos os cargos são importantes e todos aqueles que ocupam esses cargos me merecem a mesma importância, o mesmo respeito. Tenho nesta Casa homens que me conhecem há muito tempo, como o Deputado Pedro Marinho que me honrou com a sua presença, é meu velho amigo há um determinado número de anos que não confesso senão teria que confessar a idade do Deputado, e quero dizer a V. Ex^{as}. que não tenho características nenhuma de ditador, mas tenho um grande respeito por mim mesmo e por este respeito que eu tenho por mim mesmo eu não podi aceitar a pressão. E foi onde eles se enganaram. Sempre me encontraram apático, sempre me encontraram tolerante, sempre me encontraram amigo, sempre me encontraram disposto a me associar na solução dos problemas a me associar na solução de reivindicações. Entenderam por isso que certamente eu também iria dialogar com eles. E tanto isso era verdade que na segunda-feira às 8 horas da manhã — porque sábado e domingo, mercê do auxílio de professores do porte da professora Ecilda Ramos, filha do ex-deputado Ruy Ramos, e de tantos outros professores do Ensino Médio — eu pude recompor o ensino, e daqueles 11 diretores das Cidades Satélites que se demitiram, 4 deles me procuraram no domingo e disseram que haviam sido apenas envolvidos, o Diretor do C. E. M., se demitindo, entendia que os outros cargos de diretores seriam de sua confiança, e pressionando-os obrigou-nos também a assinar. Então no domingo esses 4 professores me pro-

curaram, se escusaram, retiraram seus pedidos de demissão e foram mantidos nos cargos, e na segunda-feira as 8 da manhã, tão logo se abriram as portas dos estabelecimentos de ensino da Capital, os novos diretores — que haviam sido empossados às 7,45 da manhã — ocupavam seus lugares de direção. Tanto é verdade que, digo, o que eu vinha dizendo que não era seu intuito se demitir dos cargos, mas sim pressionar o Secretário ou torná-lo incompatível com o ensino, que suas mesas de trabalho na segunda-feira às 8 horas da manhã foram encontradas tais quais haviam sido deixadas na sexta-feira, com retratos da família, agenda, bilhetinhos para providências na terça-feira. Há uma expressão tipicamente brasileira que traduz a demissão: "vou limpar a minha mesa" e nenhuma das mesas havia sido limpa na segunda-feira. Reconstituído o ensino, o que eles não esperavam, começou uma guerra de parte desse grupo contra o Secretário. É preciso que eu diga o seguinte: Tudo quanto tem desmoronado — vamos usar a expressão crua mas verdadeira — o ensino em Brasília não pode ser inculcado aos professores, não se pode generalizar, porque eu tenho a satisfação de informar à Comissão de Inquérito sobre o ensino em Brasília que nós temos um grupo de professores da melhor estirpe profissional e mora dentro da Fundação. A quase totalidade dos professores pertence a essa estirpe, mas há 32 e esses 32, na segunda-feira, tão logo despontara a manhã, tão logo encontraram seus cargos ocupados, começaram a guerra contra o Superintendente. Já no domingo à noite, quando chegou ao conhecimento desses diretores demissionários que as suas demissões haviam sido atendidas — o que nunca lhes ocorrera — foi um choque. Estavam acostumados a pedir demissão e ninguém dar. Então foi uma ofensa que eu pratiquei, eu os ataquei frontalmente aceitando um pedido de demissão que pratiquei uma injustiça, eu cheguei ao ponto de — traduzido à moda deles — de praticar uma infâmia aceitando um pedido de demissão. Era um absurdo, o Brasil viria abaixo, o gorillismo passara a dominar o Brasil. E todas essas coisas eu comecei a ouvir, mas comecei a ouvir em forma de folhetos que os Srs. Deputados devem ter recebido debaixo de suas portas, fo-

lhotos que tinham a altura moral do chão em que eram jogados. Esses folhetos são títulos de honra para mim porque depois de 5 meses de espionado permanentemente por um cavaleiro que merecera a minha confiança e que fora indicado por eles, nestes folhetos — V. Ex^{as}. os conhecem — não existe nada que se me imputa, mas absolutamente nada. Divagam, se perdem em acusações genéricas, não apontam um ato meu passível de crítica, passível de reprimenda, um ato que pudesse ao menos me dar um pouco de colorido às faces. Aliás, eu estou exagerando, há um ato, um ato que serviu de bandeira, um ato que eles andaram saculejando por todo o ensino de Brasília, e o ato era eu ter desrespeitado o diretor do Ensino Médio, porque, contra a sua opinião, eu permitira a requisição de um funcionário. Este fato eu vou historiar aqui, tem aspectos jocosos. Há na Fundação Educacional um funcionário chamado Antônio Marcos Mondim, um moço de 30 anos, universitário, e que ocupa um lugar muito importante na Fundação: é auxiliar de escritório, nível 5, não tem expressão nenhuma lá dentro. Fora lotado ultimamente no Ginásio do Gama. O Deputado José Bonifácio o requisitou para a Câmara. Eu mandei ouvir o diretor do Ensino Médio. Não sei porque, o Diretor se opôs à requisição. Eu não precisava, porque é do meu poder, como Superintendente, negar ou conceder as requisições não precisava ouvir, mas ouvi, naquele velho hábito de respeitar todos os escaninhos, todas as autoridades. O Diretor objetou, manifestou-se contra e eu concordei, neguei a requisição. Acontece que eu recebi um apêlo nos seguintes termos: "se menino está há um mês do término das suas aulas, perde o ano se não puder frequentá-las. Faça uma coisa, Superintendente, requisição para outro setor do Plano Piloto onde ele possa trabalhar e possa comparecer às aulas. Eu não creio que nenhum de V. Ex^{as}., na minha posição, negasse essa requisição, e ela foi dada até o dia 31 de dezembro de 1963. Este foi um ato que serviu de bandeira aos meus opositores. Dei a requisição por um mês e meio. Esse foi o grande ato. Dei, daria e dou porque não vejo em que isso marque um mínimo a administração, uma simples requisição por um motivo huma-

no que é permitir que um aluno não perca o seu ano. E todos nós sabemos o quão importante é um ano universitário na vida de uma pessoa. Esse foi o meu grande erro. Então esses boletins, esses manifestos são hoje — e eu os guardo carinhosamente — quase que um título de honra para o Superintendente. Mas há uma coisa que eu não posso guardar carinhosamente, e que esses manifestos — no domingo à noite, quando eles souberam da demissão — foram feitos com papel e no mimeógrafo do ginásio do Plano Piloto. Srs. Deputados, já há uma comissão de inquérito apurando esses fatos. Não sei quem são os responsáveis, não sei quem manuseou o mimeógrafo, não sei quem apanhou o papel, mas há de haver um responsável, há uma Comissão de Inquérito, e há outra Comissão de Inquérito essa já não nomeada por mim, mas nomeada por ordem do Sr. Prefeito que, é preciso que eu declare, me tem prestado todo o apoio na reorganização do ensino, principalmente nos fatos relacionados com esse departamento de Ciências Naturais onde todos esses veículos, digo, cavalheiros, ao deixar os cargos de direção, foram relatados porque ali eram as suas cadeiras originais, digo, originárias. Então estão todos eles no mesmo departamento — nesse Departamento, conseqüentemente, porque eu não mereço muito de perto as simpatias acendradas daqueles cavalheiros, então vota e meia no quadro aparecem comentários a meu respeito. Inclusive eles já criaram até um neologismo: *pujolada*. Mas como V. Ex^{as}. estão vendo, tudo está na fase das coisas gerais, não se diz do Superintendente que o Superintendente fez isso ou fez aquilo outro. Então eu vou entrar na parte essencial. Fiz esta divagação dado o tipo do item inicial, “influência comunista”. Eu respondo da seguinte maneira, que eu não dei lavagem cerebral em professores, não o faria, muito embora a minha confissão plena da minha posição ideológica. Eu definiria o predomínio político da seguinte maneira: “a) Ensino em Brasília, aspectos positivos, estruturação renovadora, sistema de departamentos, tempo integral, centro de educação média, centro de educação elementar”. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Embora não seja da sua atribuição nem do seu feitio fazer lavagem

cerebral, eu queria que V. S^a dissesse a que corrente política pertencem esses 32 professores que lhe fazem oposição, porque eles não têm feito segredo, e naturalmente V. S^a deve saber. O SR. DEPOENTE — Vou responder mostrando a V. Ex^a este jornal “Reforma”. Eu confesso ao nobre Deputado que eu tenho o meu juízo pessoal firmado a respeito de 2 ou 3 ou 4 deles, juízo juízo pessoal meu. Posso dizer que essa associação dos professores do ensino profissional — que já não existe mais porque, por força do enquadramento, a representação profissional desapareceu, foi cometida à Associação dos Servidores da Prefeitura, da qual eles são funcionários porque eles são apenas lotados na Fundação — essa associação vem agitando, vem inquietando, vem enfermando o ensino em Brasília. É uma afirmação categórica que faço. Mas eles têm usado de outros recursos. Infelizmente eu não posso provar que tenham sido eles, mas também há hoje uma sindicância a esse respeito. Apareceu este jornal na semana retrasada, e com tristeza eu verifico que o corpo de colaboradores é composto de filhos de Deputados e Senadores, homens do melhor escalão e da melhor posição democrática. Mas o que acontece é o seguinte: chamam os meninos, dizem assim: você dê uma colaboração para o jornal. O menino dá uma colaboração para o jornal, então vai o nome dele como colaborador responsável pelo jornal. Esse jornal tem artigos como “Perspectiva” que diz, em certo trecho: “As organizações políticas, desarvoradas em seus princípios, deixam-se levar por composições de cúpula e alianças partidárias. Sem atingirem uma finalidade concreta, desgastam-se em convocações demagógicas. O sentimento nativista de nossos representantes escolhe-se pouco a pouco, haja vista o recente “escândalo IBAD, ADEP” tão utilizado em manchetes de imprensa que, na superficialidade constante, não demonstram a verdadeira ilação — a desmoralização do Congresso Nacional”. Outro artigo “Democracia? chega de Democracia...”, outro, “Pujol — Câncer do Ensino”, etc. Não vou ler os nomes dos meninos, são filhos de Deputados que foram iludidos. No artigo “Pujol — Câncer do Ensino” não se diz nada: “Esquece o Sr. Luís Carlos Victor Pujol que exercer fun-

ção educacional não é compactuar com facções políticas que, dia a dia, minam a integridade da Escola Pública". Eu não pertencço nem a partido político, Srs. Deputados. É muito difícil responder à sua pergunta porque há sempre a mão do fato; uma coisa eu garanto à Comissão, enquanto eu tiver a honra de ser Superintendente Geral de Administração, eu hei de fazer com que o professor ensine e o aluno aprenda — funções principais do professor e do aluno — e hei de dar a esses professores, a esses alunos, aqueles meios necessários para que eles possam ensinar e possam aprender. Eu lamento, Deputado Abel Rafael, pelo muito respeito e admiração que tenho pela sua luta, pelo seu combate, pela sua defesa intransigente das coisas democráticas, que não possa responder à sua pergunta da maneira com que ela foi feita. Eu posso apenas informar isto: esses homens inquietam efetivamente a Fundação e vêm inquietando há muito tempo. Graças a Deus, com a perda dos postos de mando, já não estão mais em condições de inquietar. Então, da guerra passaram à guerrilha. Daquela guerra maciça contra mim — programas de televisão, programas de rádio, boletins permanentes debaixo da porta de todo mundo — passaram à guerrilha. Então, volta e meia juntam os meninos, aparece um jornalzinho aqui, é uma queixa, vão modestamente ao Prefeito dizer: o senhor não acha, Sr. Prefeito, que o Secretário deveria ser um técnico? V. Exa. não acha que um bacharel não se apropria para o cargo? São coisas dessa natureza. Então, da guerra passaram à guerrilha. Mas eu confesso que os problemas do ensino são tão graves, tão sérios, que eu considero isso de somenos importância. Hoje eu afirmo que há ordem, os professores estão ministrando suas aulas, e 95% do professorado do ensino médio — e eu me animaria a dizer 99%, digo, 99,99% — estão absolutamente comprometidos das suas obrigações, dos seus deveres, no firme propósito de auxiliar a Superintendência no que ela quiser fazer de bom, no que ela quiser fazer para resolver o problema do ensino em Brasília. Mas, então, temos um ponto que peço a atenção da illustre Comissão: É o aspecto negativo que possibilita, que tem possibilidade e que sempre possibilitou esta constante

inquietação e agitação. Eu definiria o aspecto negativo da seguinte maneira: a improvisação das necessidades humanas, a falta de habitação decente, a falta do transporte para o professor. Nobres Deputados, se me fosse permitido um dia, a critério de V. Exas., a honra de acompanhar o Superintendente numa visita informal a algumas escolas, numa visita informal a alguns alojamentos de professores, eu confesso que V. Exas. se assenhorariam melhor da situação do que por mais que eu diga que o problema é muito pior do que ocorre a V. Exas. Eu tenho professores quatrocentos professores sem habitação condigna. Tenho professores num alojamento nos fundos do G.T.B., que foi visitado por mim, e estou procurando com paneladas de cal, com pequenos consertos, dar um aspecto melhor ao alojamento, com três professores dormindo num quarto que, embora eu não tenha medido, posso informar que terá no máximo três metros por três. Esse é o panorama da situação dos professores em Brasília. Aliás, é como diz a Professora Ecilda. O terreno é fácil, é fértil, qualquer semente que se lhe jogue, boa ou má, frutifica. Então, resolvo esse problema, e no curso primário já foram resolvidos com pequenas medidas tomadas por mim, eles estão perdendo o senhorio, o domínio, perdendo o mando e a melhor maneira de se combater esses inquietadores profissionais é tirar-lhes aquela massa humana fácil de ser trabalhada por eles, trabalhada porque professores sem pagamento, como eu encontrei professoras primárias trabalhando há quatro meses, Srs. Deputados, sem receber um tostão, uma delas desmaiando em plena classe, porque não tinha o necessário para se alimentar. Outras, de acordo com o que já disse a V. Exas., sem a menor condição de vida. O terreno é fácil, é fértil. Então, não podemos inculpar essas moças que acompanham aquelas que lhes acenam com a bandeira da reivindicação de uma pequena melhoria na sua situação. Isto é que tem acontecido. Mas acontece que essa bandeira foi empunhada pela Superintendência. Nós compreendemos perfeitamente bem que o problema do ensino é um problema humano hoje, em Brasília. O Ensino na sua organização técnica é ótima. Tenho um Conselho Diretor do melhor gabarito

to, composto dos melhores nomes do ensino nacional. Tenho uma parte técnica perfeita, ótima. Mas não se pode compor, não se pode cumprir a parte técnica com elementos que não têm condições humanas para fazê-lo. Daí, o problema. Fica também o meu apêlo não apenas a minha denúncia, mas o meu apêlo aos senhores, para que ajudem a Superintendência a resolver esses problemas. Quero, no entanto, adiantar a V. Exa. que a minha preocupação é tão constante a respeito do problema que já consegui, não digo formalmente, mas com promessa que eu definiria como verdadeiro contrato firmado, uma verba de 500 milhões de cruzeiros que deverá ser entregue a mim ou ao Superintendente que na ocasião estiver na Superintendência, para a construção de casas para professores. Não é a solução, mas é um princípio de solução. Venho defendendo a tese de que na Superintendência, no ano que vem, as verbas destinadas ao ensino devem ser aplicadas totalmente na solução do problema do professor e não mais na construção de escolas. Estou construindo, começa essa semana, para entrega em março, três ginásios, trinta e duas escolas integralizadas, das escolas rurais. Onde, Srs. Deputados, vou arranjar professores para tudo isso? De fato, eu poderia reclamar professores de todos os Estados do Brasil. Brasília tem certo atrativo. Não é difícil trazer professores para Brasília. Mas como eu vou trazer? O que eu vou oferecer ao professor? Um salário elementar de Cr\$ 96 000.00 para, conforme denunciou o Deputado Valério Magalhães, pagar Cr\$ 60.000.00 num quarto. Então, onde, como eu posso compor um quadro que não tem condições humanas? Parece-me que hoje nós temos que reduzir tudo a sua verdadeira expressão. Há que haver uma comunhão de esforços, nobres Deputados no sentido de darmos solução ao problema do ensino. Resolvido esse problema, nobre Deputado Abel Rafael, fique certo V. Exa. que apareçam os comunistas que aparceerem, apareçam os anarquistas que aparecerem, apareça gente de qualquer doutrina, porque não encontrará terreno para frutificar a semente que seja lançada. Os professores querem na sua totalidade, com exclusão daqueles que não se conformam com a perda do mando por esse ou aquêle motivo, exatamente

sossêgo, que se lhes permita decentemente ministrar suas aulas. Confesso que tenho encontrado coisas que me têm impressionado. Há mens de uma dedicação impar dentro do ensino. Mas não quero me alongar demais. Temos, então, consequência de tudo, esse mal-estar, desilusão, frustração, justificados movimentos reivindicatórios. Porque se amanhã os professores levantarem a bandeira do reclamo de casas, pergunto aos Senhores Deputados, eu não sei se o Superintendente não vai para a frente. Como, senhores, se estou sentindo que esse reclamo é justo eu vou me contrapor a uma reivindicação dessa natureza? Mas é uma reivindicação que por boa ou má vai agitar e perturbar o ensino e nós não podemos permitir o ensino perturbado, porque temos que dar satisfação aos pais de alunos, temos que entregar os alunos ao fim do ano em condições de fazer os exames e em condições de amanhã enfrentar a vida. Ambiente propício ao surgimento do professorado. É exatamente a expressão. Esses cavalheiros se demitiram, estão fora dos seus cargos voltaram às suas aulas... O SENHOR DEPUTADO LAURO LEITÃO — Eles continuam no colégio? O SENHOR DEPOENTE — Enquanto eles ministrarem suas aulas, nobre deputado, terão meu respeito. O SENHOR DEPUTADO LAURO LEITÃO — Eles lecionam no Elefante Branco e este está funcionando normalmente? O SR. DEPOENTE — Está funcionando normalmente. Nos primeiros dias, eles lançaram o que chamavam "operação tartaruga". Iam-lá, olhavam os alunos. Mas eu não me furtei da apuração de coisa nenhuma. Mandei apurar o mando entregar o resultado da investigação à autoridade competente. Não me nego à apuração. Da mesma maneira com que a minha pena se sobrepõe ao papel para lavar um elogio a um professor que merece — e tenho feito inúmeras vezes, do mesmo modo ela firma uma portaria nomeando uma Comissão de Sindicância. Se os professores não comparecem têm faltas mas eu não posso obrigar um professor a ir à aula. O que posso fazer é dar falta e comunicar as faltas à Secretaria Geral de Administração para que tome as providências. Assim, o professor que não mais convier ao ensino fica apenas lotado na Fundação; nós o devolvemos à Prefeitura. Mas cria-

se um problema. É preciso, Senhores Deputados, compreender que muitas vezes não ocorre a quem não esteja vivendo o problema. Não se pode pegar um professor, mesmo sendo o caso de puni-lo, e suspendê-lo das aulas, porque a punição não é mais ao professor, a punição é para 40 alunos, é para 40 famílias dos alunos. Eu não tenho condições em Brasília, de um momento para outro, na falta de um professor de matemática, arranjar na mesma hora outro professor de matemática, na falta de um professor de inglês arranjar outro imediatamente. Os substitutos que tenho são em número exatamente, digo, exato. O número de substitutos é muito pequeno para um "remanejamento". Então, temos que sobrepor o interesse maior ao menor. Posso afirmar, no entanto, que providências estão sendo tomadas, todas elas no sentido desse objetivo, objetivo que eu defino da seguinte maneira: ao aluno, estudar e aprender; ao professor, ensinar, e à administração, permitir aos dois condições de ensino e de aprendizagem. Não creio ser preciso um grande técnico para perceber-se que o problema tem que ser resolvido exatamente dessa forma. Agora, para que se chegue a essa forma, a caminhada é longa, é muito árdua, mas nós chegaremos lá com o auxílio de V. Exas., com o auxílio que essa Câmara não tem negado aos reclamamos de Brasília. Não tenham dúvidas V. Exas. As minhas pernas são curtas, mas os passos não são de ser longos. Srs. Deputados, deficiência pedagógica do ensino médio. Eu tenho a impressão que o meu depoimento, Srs. Deputados, para ser completo não será completado mais do que o necessário. V. Exas. estão apenas tomando conhecimento ao vivo de todo o problema que V. Exas. já conhecem. Vou passar por cima daqueles itens da inquirição que foram feitos, porque já foram respondidos, conforme o Sr. Presidente informa, pela Fundação por escrito. Então, não os renová-los. Vou apenas me permitir no prazo de quinze minutos mais, porque assim não abusarei exageradamente da paciência de V. Exas., fazer um histórico do que estamos fazendo, do que estamos procurando solucioná-lo. Já conseguimos, a custa de muitos esforços, concentrar o ensino. Alugamos acomoda-

ções no Edifício Ceará. No Edifício Ceará temos no 10º andar instalados a Secretaria, o Conselho de Educação do Distrito Federal, a Secretaria do Conselho e da Superintendência, o Chefe do Gabinete, o Serviço de Fiscalização do Ensino Industrial e o Protocolo e a Assessoria Técnica para a Superintendência, que é assistida hoje por uma professora do Ensino Médio, indicada pelo Ensino Médio. Não são professoras da minha escola, são professoras indicadas pelos órgãos retores e pela Assessora-Chefe para o Conselho de Educação do Distrito Federal, é uma ex-diretora do Departamento de Ensino Médio. Como vêem V. Exas. não digo uma organização completa, mas há uma arrumada organização. No 9º andar, instalei o Departamento Administrativo hoje reduzido a uma expressão muito simples, porque grande parte desse Departamento foi requisitado pela Prefeitura, pois muitas das obrigações da Fundação também foram terminadas como consequência do enquadramento. No 7º andar, instalei o Departamento de Ensino Médio e o Departamento de Ensino Elementar. No andar seguinte instalei a Comissão Executiva do Plano Trienal. Hoje da minha sala posso controlar todas as repartições da Fundação Educacional sem grandes problemas. Apenas com o problema de descer de um andar para outro. Não teve coragem nem condições de comprar um prédio próprio para a Fundação. Seria a solução definitiva, mas como nós estamos instalados não é a solução ideal, mas já é uma solução. O ensino já tem hoje um aspecto de repartição, já funciona como repartição, já assiste como repartição, já cumpre suas obrigações como repartição deve cumprir. Hoje estamos inaugurando aquilo que eu chamaria de Comando de Consertos, de Escolas. Para que V. Exas. dêem valor a esse Comando é preciso explicar o seguinte: quebrava-se o vidro de uma escola. O processo era apenas esse. A diretora reclamava a sua Orientadora, a Orientadora reclamava ao Departamento de Ensino Elementar, o Departamento de Ensino Elementar reclamava ao Departamento Administrativo, o Departamento Administrativo a Superintendência e essa pedia a NOVACAP. Lá corriam os mesmos

trâmites. Quando voltava tudo isso e chegava o vidro a escola, já tinha terminado o ano letivo. Então, esse o motivo de o Deputado Valério Magalhães chegar aqui e dizer: eu encontrei escolas sem vidro. Eu também encontrei muitas e a única maneira de solucionar o problema que achei foi a seguinte: A princípio eu tinha que seguir a rotina e depois de verificar que a rotina estava errada, consertá-la. Hoje nós inauguramos o Comando de Consertos, com um caminhão e uma Kombi para transportar os operários especializados e o material necessário. Hoje não tem mais disso. Quando se um vidro, a Diretora telefona para o Comando que instalej no D. A. e esse sai vidro no lugar. Não sei de outra maneira para resolver o problema, por isso imediatamente, vai lá, e recoloca o que me parece que isso não tem dificuldade nenhuma. Estourou uma fossa, que é uma coisa importante, vai o Comando e conserta; uma porta não fecha, vai o Comando e fecha a porta. Logicamente que esse não é comando para reformas, é para consertos, para um bebedouro que não funciona, uma porta que não fecha, uma fossa que estourou, uma goteira que está perturbando as aulas, um vidro que quebrou. Os senhores sabem como é a poeira, principalmente nas cidades satélites, e uma cerca que está faltando, chega esse comando e conserta tudo. Para a instalação desse comando já temos os materiais, temos os homens, já fizemos o contrato, porque pela Fundação posso contratar operários especializados. No entanto, no que se refere às reformas essenciais que muitas escolas precisam, hoje nós temos verbas que nos foram concedidas pelo Plano Trienal. Então, quero apenas mostrar a V. Exas. o seguinte: Nós temos no ensino primário 788 milhões de cruzeiros, concedidos especificamente. Temos a construção de 24 escolas integradas. Mas também acontece isso, Srs. Deputados, e é preciso que a Comissão saiba que a Comissão do Plano Trienal do Ministério da Educação — MEC — detinhou para a construção de 34 escolas integradas a verba de 272 milhões de cruzeiros. Esse cálculo foi feito em setembro do ano passado. Hoje, já não é possível construir-se 34 escolas integradas com 273 milhões de cruzeiros, que dá 8 milhões para cada unidade. Fize-

mos uma concorrência pública, embora não estivéssemos sujeitos, face a um decreto do Sr. Presidente da República. Freze firmas para participar à concorrência. O preço menor para a construção de cada escola foi de Cr\$ 24.500.000,00. Logicamente, eu anulei a concorrência, porque por que tivessem aumentado os preços, o preço que estavam cobrando era exorbitante. Mas é um fato no Brasil cobrar-se mais das entidades públicas pelo receio de demora no recebimento. Mas esse não é o nosso caso, temos dinheiro para pagar. Foi mesmo até a escolas particulares, ao Colégio La Salle que está fazendo uma construção, que está construindo um prédio de três andares, com amarrações de ferro, com concreto, etc. Tudo isso está sendo feito a Cr\$ 35.000,00 por metro quadrado, enquanto que a obra que a Fundação recebeu foi de Cr\$ 70.000,00. Logicamente, que, digo, eu não podia aceitar essa coisa. Quero informar a V. Exas. que temos verba e não terei mais desculpas para apresentar a Comissão, caso ainda continue na Secretaria e venha depor no ano que vem, não terei mais desculpas com relação a verbas. Tenho verbas para reformar todas as escolas e vou reformá-las. Tenho verba inclusive para construir pelo construtor pelo projeto o Ginásio do Gama reclamado pelo Deputado Valério Magalhães. Aliás, quanto ao Grupo Escolar as aulas não pararam. Nisto o Deputado se enganou. O cinema do Gama nos cedeu 9 salas onde estão sendo ministradas as aulas. O cinema nos cedeu gratuitamente suas salas sem nos cobrar um tostão. É a Empresa Paulo Sá Pinto. O problema do Grupo Escolar de Gama é um problema mais difícil. Não ruiu apenas uma parede, mas ruiu o prédio inteiro. Tudo ruiu. Agora, os senhores imaginem o susto que tomei. Estava no auge da guerra. Embora o Grupo Escolar não tenha sido construído por mim, eu encontrei o Grupo Escolar já pronto, imaginem se morrem duas, três ou quatro crianças. O SR. RELATOR — Avenas uma pergunta: há, digo, quando foi construído esse prédio que ruiu no Gama? O SR. DEPOENTE — No ano passado, pelo plano de emergência. O SR. RELATOR — V. S^a tem notícia de que o Sr. Prefeito pensa em responsabilizar a firma? O SR. DEPOENTE — Posso informar que o

Sr. Prefeito determinou rigorosa abertura de inquérito. O relatório já chegou às suas mãos, embora eu não tenha lido, porque não chegou às minhas mãos, ainda não foi enviado para mim, o Sr. Prefeito me adiantou que os engenheiros que examinaram o prédio apenas inculparam o vento inusitado, incomum. Eu, porém, não li o relatório. Sei que o Sr. Prefeito mandou tomar providências energéticas. Se V. Exas entendem quando o relatório chegar às minhas mãos, eu mandarei tirar uma cópia e encaminharei a essa Comissão. O SR. RELATOR — Seria interessante, porque a missão dessa Comissão é investigar as causas da deficiência do ensino. Não só V. S. quanto outros que aqui já têm comparecido assinalam entre as causas dessa deficiência o problema de morádias para os professores, a precariedade das instalações das escolas. Ora, quando se tem notícia que um prédio escolar construído há um ano atrás soprado pelo vento e desmorona como um castelo de cartas, eu que não sou engenheiro nem sou brilhante advogado como V. S.^a, sou um advogado da roça, do interior, mas mesmo como advogado, não posso acreditar que um prédio construído no ano passado, como declarou V. S.^a, desmoronou a ponto de não ficar em pé. É um absurdo. Deve ter sido feito de areia e água. O SR. DEPOENTE — Mais água do que areia. O SR. RELATOR — Por aínda. O SR. DEPOENTE — Sr. Deputados, meus assessôres, prof. Ernani Rodrigues e a Prof.^a Ecilda, que são praticamente outros superintendentes de educação, pelo zelo no trato dos negócios do ensino, estão me chamando a atenção para esse ponto. Primeiro: recursos do Plano Trienal. Só agora está funcionando o Plano Trienal. São verbas que totalizam hum bilhão e 195 milhões de cruzeiros. É uma montanha de dinheiro, com o que pode ser feita muita coisa, solvido inclusive, todos os problemas que estão sendo reclamados pelo ensino, porque eu confesso que sou obrigado a me ater ao Plano de Aplicação. Esse convênio, aliás, só foi assinado em agosto. Devia ter sido assinado em março, mas só em agosto é que foi assinado. Foi o último convênio a ser assinado; estava já em vias de perecimento. Assinado o convênio, tratou-se do Plano de Aplicação. Agora, nós já estamos em

condições, com projetos, plantas, dependendo dos engenheiros fazer uma especificação, um memoriai descritivo de tudo. Isso é examinado pelo M.E.C. As prestações de conta são rigorosas, digo rigoríssimas. Não podemos sair uma linha. Pelo meu gosto, Srs. Deputados, eu parava de reformar e construir escolas e ia, tão somente, construir casas para os professores e acabava de uma vez o problema em Brasília; infelizmente não posso, sou obrigado a me ter a esse programa. Informam aqui os assessôres que as medidas que nós tomamos foram estas. Principais medidas tomadas pelo atual Superintendente. Recursos do Plano Trienal. Ele usou aqui uma expressão que eu não me permito usar. Eu não salvei nada. Fomos apenas assinar o convênio que estava para ser assinado e não tinha quem fosse assinar. O SR. RELATOR — Não deixa de ser uma salvação. O SR. DEPOENTE — Acontece que nós tomamos realmente a direção da Superintendência. Por isso, houve a revolta daqueles que estavam acostumados a dirigir o Secretário. Instalação da Superintendência num local que permitisse aglutinar todos os órgãos. Nós o fizemos realmente. Criação da Assessoria Técnica junto ao Gabinete. Já confessei que não sou dono da sabedoria universal. Não sou técnico em educação, sou um administrador e tenho procurado solucionar alguns problemas. E assim pode quem esteja imbuído de boa vontade pode administrar e também aquilo não é de tal forma difícil que um bacharel com alguma experiência não possa compreender. Comissão para regularizar definitivamente a remoção de professores. Ponto importante: permiti-lo somente nas férias de fim do ano. Professor agora só é removido nas férias do fim do ano. Nós vamos fazer a reformulação completa em janeiro e só no fim do ano removeremos um professor de uma classe para outra. Comissão para regulamentar o tempo de trabalho dos professores. Esse é um problema que a Comissão precisa saber. Com o enquadramento, com a transformação de professores e servidores públicos da União, criou-se um problema, desde que eles passaram a se orientar por leis federais. Até então eles estavam disciplinados pela Consolidação das Leis do Trabalho. Era contrato particular entre

empregadores e empregados. Hoje, professor que é regulamentado há leis regulando o horário do por leis federais. Então, logo que foi feita essa transformação, baixei uma resolução e justamente ela foi motivo para se declarar que eu estava querendo acabar com o ensino integral em Brasília. Primeiro, eles começaram por um manifesto assinado pela Associação Profissional dos Professores. Nome muito bonito, aliás. Passaram então a Movimento de Defesa da Escola Pública e, depois a Movimento de uma Parcela Ponderável do Ensino Médio. Numa coisa nós temos que reconhecer, Srs. Deputados, e a Superintendência reconhece, eles são de uma fertilidade espantosa em arranjar títulos bonitos. E' o que vem faltando a Superintendência. Infelizmente, não estamos inclinados a contratar nenhum deles para esse fim. Então, eu baixei essa resolução em que tirava do professor, até que a Secretaria Geral de Administração ultimasse os estudos a respeito do horário, a obrigação de permanência nas escolas fora das horas de aulas. Acontecia o seguinte: o professor, terminadas as aulas tinha obrigação de ficar no colégio para orientar alunos, preparar suas aulas, etc. Teoricamente, é uma beleza, mas na prática a maioria das escolas não tem condições. Nem cadeiras, nem mesas. As escolas do Plano de Emergência construídas no ano passado e são de tal forma que eu encontrei uma reunião de professoras no sanitário, porque os professores não tinham onde ficar. São escolas desprovidas de todo o necessário para a permanência do professor. Então, os professores ficavam nas escolas e na maioria das vezes nos corredores e V. Exas. sabem, como políticos hábeis que são, que se transformavam facilmente, em massa de manobra. Chegava a Associação e dizia — reunião. Acabou a reunião. Isto acontecia porque eles não tinham o que fazer e ficavam pelos corredores. Eu acabei com essa passeata, tirando essa obrigatoriedade. Hoje, o Sr. Prefeito já regulou, já fixou genericamente o horário dos servidores em 40 horas semanais. Então, os professores estão adstritos a isso, muito embora tenha me dado, numa portaria, o direito, em face de determinadas circunstâncias, de reduzir para 32 horas. Eu não o fiz. Não o fiz por que

acho que a regra é diferente; a regra, agora, é a lei federal. Esperando, então, que a Secretaria Geral de Administração resolvesse o problema em definitivo, eu baixei a resolução que era de critério meramente transitório, meramente ocasional. Não fiz com o intuito de me contrapor ao ensino integral nem desmoralizar a escola pública em Brasília. Longe de mim. Baixei essa Resolução que vou me permitir ler para Vossas Excelências. "O Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições estatutárias — Considerando — 1. Que o enquadramento do Professor do Ensino Médio transformou-o em servidor da Prefeitura do Distrito Federal, sujeito pois às suas regras e deveres; 2. Que a publicação desse enquadramento no Boletim Oficial da Prefeitura caracteriza, sem quaisquer sombras de dúvidas, essa nova condição; 3. Que as relações de serviço entre o Professor e a Prefeitura passaram a ser disciplinadas pelos Estatutos do Funcionário Civil da União; digo, Estatutos dos Funcionários Civis da União; 4. Que essas relações não que respeita a horário de professores está sendo objeto de estudo por parte do órgão competente, que é a Secretaria Geral de Administração, resolve, "ad referendum" do Conselho Diretor, em caráter provisório, até que ultimem os estudos, pelo órgão competente, suspender a obrigatoriedade de permanecerem os professores no recinto de seus colégios fora de suas horas de aula, não sendo abrangidos por essa Resolução os titulares de funções em comissão". Não vejo como se possa interpretar nesta Resolução o intuito de acabar com o ensino integral público em Brasília. Mas são águas passadas; O prefeito para resolver o problema por um decreto posterior e já não há mais problema. Mas, ao chegar a essa Comissão soube que aqui prestou depoimento o Sr. Athos Pires de Abreu. Vou me permitir, embora não tenha sido inquirido, fazer rápidas considerações a esse respeito. Esse cavalheiro, funcionário do Banco do Brasil, adido ao SENAM, Presidente do Círculo de Pais e Mestres do Elefante Branco. E' um homem de grande prestígio pessoal; tanto assim é que na última convocação que fez dos Pais e Mestres compareceu ele somente. E' um homem que vem sendo uma espécie, não de líder, por-

que esse grupo não aceita líderes, mas assim uma espécie de anteparo das suas pretensões de candidato desse grupo à Superintendência de Educação e Cultura. E é candidato permanente à Superintendência de Educação. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — E' agora candidato a Prefeito também. O SR. DEPOENTE — Acontece uma coisa. Há um mal enfermado Brasília. Marquem logo as eleições, definam-se os candidatos, elejam-se os Deputados e Senadores e dêem sossego a essa terra. Todo mundo hoje é candidato aqui. Então, na busca de um possível voto, possível cadeira de representação, estão despontando esses líderes. Em todo lugar há um líder. O Senhor Othon Pires de Abreu, que é um líder, é candidato a deputado, é candidato a senador e candidato a Prefeito, além de ser candidato à Superintendência Geral do Ensino. É natural que no regime democrático ele seja candidato a tudo isso, mas que ele não seja candidato a amolar a paciência, a infernar a Fundação na Chefia desse grupo ou, pelo menos, com o consentimento desse grupo, se associando a esse grupo. Senhores Deputados, eu quero fazer uma profissão de fé nesta Casa. Informo Vossas Excelências que garanto dar todos os meus esforços na Superintendência e todos não de ser dirigidos no sentido de equacionar definitivamente o problema, traduzido na maneira com que o fiz: ao professor, — o ensino; — ao aluno — a aprendizagem. Uma disciplina respeitosa, que a autoridade seja respeitada, que o professor seja respeitado, que o aluno seja respeitado, que o funcionário seja respeitado. Não sofrerá o ensino influências de quem quer que seja. Garanto também a V. Exas. que daremos uma organização ao ensino sem pressões, sem violências, sem nos preocuparmos com a pessoa físico-política do professor. A sua pessoa física nos interessa muito, mas não a sua pessoa físico-política. Não nos interessa desde o momento que ele ultrapassa a porta do estabelecimento para fora que ele faça a sua política, deixando o colégio apenas para ensinar. Para que os senhores vejam bem como é grave o problema, basta dizer o seguinte: vão vagar três casas ali na quadra 21, onde estava instalado o Departamento de Ensino Elementar e Mé-

dio. Essas casas estão sendo disputadas acirradamente por inúmeros professores. Foi feita uma Comissão para que estudasse um critério de concessão destas casas. Critério de antiguidade, critério de dependentes, critério da atual situação de moradia, tudo isso. Esta Comissão já me apresentou uma relação e nesta relação está classificado um dos homens que mais me combate na Fundação. Comunico a V. Exas. que ele vai receber a casa, esta será entregue a ele. O Secretário não usará o cargo para pressionar a quem quer que seja. Respeitará todos os direitos adquiridos, para que ou possa exigir da mesma forma a todos eles respeito, o que venho sempre fazendo de dia em dia em que assumi a Secretaria. Srs. Deputados, eu encerro meu depoimento, pedindo vênias para ler uma consulta que fiz ao Conselho de Educação do Distrito Federal. Esta consulta foi respondida pelo Conselho, que é composto dos melhores homens do ensino nacional. O SR. ABEL RAFAEL — Quando V. Sa. tomou posse na Secretaria esse Conselho estava composto, estava exercendo suas funções? O SR. DEPOENTE — Permito-me esclarecer a V. Exa. que existem dois conselhos. O Conselho de Educação do Distrito Federal que é um Conselho eminentemente técnico e o Conselho Diretor. Este Conselho não está recomposto, tanto assim que V. Exa. deve ter ouvido eu dizer "ad referendum" do Conselho, quando baixei aquela resolução. Este será recomposto pela autoridade maior da Prefeitura, que é o Senhor Prefeito. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Quantos membros tem o atual Conselho? O SR. DEPOENTE — Inexiste. Está reduzido a dois ou três membros, ou melhor, todos os membros foram demitidos. O Conselho de Educação mantém-se íntegro, com apenas duas vagas. Existem oito conselheiros que comparecem permanentemente às reuniões. E' o Prof. Armando Hildebrando, o Senador Adalberto Sena, a Professora Clélia Capanema, a Professora Helena Reis, o Professor Luís Cuevas Donadio. Enquanto vigorar o mandato deles, digo, eles são conselheiros. As perguntas foram as seguintes: 1 — Comportamento do Sr. Superintendente Geral da Educação e Cultura à frente da administração do ensino em Brasília. Parecer do Conselho —

Desde que assumiu as funções de Superintendente Geral de Educação e Cultura, o Dr. Luiz Carlos Pujol, tem mantido a mais estreita cooperação e entendimento com este Conselho, dando-lhe oportunidade de pronunciar-se sobre as mais importantes decisões da Superintendência. Esa atitude ensinou-nos acompanhar de perto sua atuação administrativa e técnica, a ponto de autorizar-nos a, como co-participantes e expectadores, reconhecer, nos seus atos, uma preocupação de bem servir à causa pública, de resolver os problemas dos servidores do ensino, a par de exemplar eficiência nas atividades burocráticas da repartição". V. Exas. me permitam a falta de modéstia em ler esse questionário, mas me parece que él esclarece a posição do Superintendente. "2. Comportamento do Senhor Superintendente na questão da elaboração do Plano de Aplicação do Plano Trienal. *Parecer do Conselho* — Pelo exame a que procedeu nos Planos de Aplicação dos recursos federais do Plano Trienal, pôde este Conselho afirmar ter o Sr. Superintendente Geral de Educação e Cultura, Dr. Luiz Carlos Pujol, promovido a elaboração desses planos de forma impessoal e tecnicamente correta, obedecidas às formalidades e às recomendações dos órgãos especializados do Ministério de Educação e Cultura. Os planos organizados pela Superintendência e aprovados por este Conselho correspondem aos reais interesses do ensino em Brasília e, uma vez executados, permitirão o atendimento de toda a população escolar de nível primário e da que procurar matrícula nos cursos ginasiais. 3. Atitude do Sr. Superintendente aceitando o pedido de demissão do diretor do Departamento do Ensino Médio e dos diretores dos estabelecimentos de Ensino Médio. *Parecer do Conselho* — Consistindo de demissão dos diretores um ato voluntário e, além disso, fundamentado em declaração de incompatibilidade funcional com as diretrizes do Superintendente, outra alternativa a este, logicamente, não se ofereceu senão a de aceitá-lo e prover os cargos vagos na forma prevista pela legislação e com a urgência reclamada pelos interesses do ensino. 4. Comportamento do Senhor Superintendente na atual crise. *Parecer do Conselho* — Na atual crise, o comportamento do Sr. Superinten-

dente justifica-se pelas razões expostas e, sobretudo, pela tão reconhecida necessidade de manter-se o princípio da autoridade, sem o qual já não será possível normalizar o ambiente educacional e atender aos clamores das famílias, em face dos prejuízos causados à educação dos filhos. Brasília, 21 de outubro de 1963 — (as) — Armandu Hildebrand, Helena Reis — Maria Melo de Araújo Lopes — Clélia Capanema — Adalberto Corrêa Jena" — É um outro documento que me honra bastante. O Professor Enildo, membro do Conselho, convidado à reunião, escusou-se com hora apurada no dentista. Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou inteiramente a disposição de V. Exas. para qualquer pergunta. O SR. PRESIDENTE — Depois deste impressionante depoimento que V. Exa. veio escutar à Comissão, eu passo a palavra ao nobre Relator, pela ordem, para que ele interpele a V. Exa. naquilo que achar conveniente. O SR. RELATOR — Sr. Luiz Carlos Pujol, ouvi atentamente a longa exposição — longa e proveitosa — que V. Exa. acaba de fazer perante esta Comissão. Todavia, num instante para outro tive que me afastar para acompanhar até a Comissão de Orçamento o Magnífico Reitor da Universidade do meu Estado, que aqui se encontra e desejava saber o que se deliberou no Senado e esta manhã nesta Câmara, com relação às relações às verbas destinadas àquela universidade. Por isso, é possível que a minha pergunta incida em assunto versado por V. Exa. no momento em que me ausentei da Comissão. Se isso ocorrer, quero, desde logo, apresentar as minhas escusas. A pergunta é a seguinte: desejaria um depoimento de V. Exa. sobre o rendimento do ensino que está sendo ministrado em Brasília. Sabe V. Exa. que o objetivo desta Comissão, como eu já o disse, é examinar as causas da deficiência do ensino em Brasília e, possivelmente a infiltração comunista, segundo termos do requerimento de constituição da própria Comissão, de autoria do nobre Deputado Abel Rafael. V. Exa., na posição, digo, exposição feita, analisou, de maneira viva, essa deficiência, sobretudo de ordem material, pessoal, de dificuldades que nós, sob certo aspecto já conhecíamos, mas não tão vivamente mostrada por V. Exa., hoje. Assim,

eu gostaria de saber quanto ao rendimento do ensino nesses meses em que V. Sa. vem exercendo a chefia do ensino. Gostaria, se possível, que V. Sa. nos desse um depoimento sobre qual tem sido a eficiência deste ensino ministrado na Capital da República, porque este é um dos itens que, por certo, mais preocupará a atenção dos membros desta Comissão. O SR. DEPOENTE — Respondendo a V. Exa., Sr. Deputado, posso apenas deixar aqui, na Comissão, os índices de aprovação do ensino de modo geral e a outra parte responder verbalmente. Em 1961, o Centro de Educação teve uma, digo, um índice de aprovação de 86%; em 1962, de 77%. Só podemos tirar a média anualmente e como V. Exa. verifico do ano de 1961 para 1962 houve um decréscimo de 9%. No Ginásio do Plano Piloto houve também uma queda de 2%. Tivemos 72% no ano de 1961 e no seguinte apenas 70%. O Colégio Taguatinga não havia em 1961 e em 1962 o índice de aprovação foi de 60%. Em Gama, 80%, no Ginásio de Sobradinho 68% e no Ginásio de Planaltina 92%. Só agora, no final do ano letivo, eu poderei no final do ano letivo, eu poderei completar esses índices e verificar qual foi o índice de aprovação deste ano. Posso, no entanto, informar a V. Exa. que se fôr mantido esse índice já será, praticamente, verdadeiro milagre, porque as crises que enfermaram a educação esse ano foram quase cíclicas. O SR. RELATOR — Eu pediria a V. Exa. tão logo tivesse os dados referentes ao exercício corrente enviasse-os a esta Comissão, para que nessa Comissão sejam apreciados e o nosso Relatório deverá estar concluído até o mês de fevereiro. Quero crer que até lá poderá ser enviado a esta Comissão esses dados. Sr. Presidente, era essa a pergunta que eu queria fazer. Estou satisfeito. O SR. DEPOENTE — Respondendo ao questionário feito sobre o aproveitamento do índice elementar nos anos de 1960, 1961 e 1962, quero dizer que verificamos que no curso elementar houve uma melhora nesse índice. No médio, não tivemos essa sorte. O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Sr. Depoente, fui um dos Deputados que se interessou no sentido de que os servidores das Fundações passassem à condição de servidores públicos, isto é, servidores da Prefeitura do Distrito Federal. To-

mei essa posição porque estava convencido de que só assim se poderia dar cõrpo às constantes greves em prejuízo para o ensino. Desta forma, eu perguntaria a V. Sa. qual o percentual de professores que passaram à condição de servidores públicos e qual, ainda, o percentual daqueles que não desejaram passar e continuaram integrando a Fundação Educacional? O SR. DEPOENTE — Compreendi bem a pergunta de V. Exa. Todos passaram, só não passaram aqueles que não podiam fazê-lo porque já eram funcionários de outras repartições, mas em número muito pequeno. Aliás, o ato foi muito bem recebido pelos professores. Eles passaram, agora, a se sujeitar às regras federais e não estão muito acostumados. Reclamam um pouco, porque se têm as vantagens dos servidores, têm as obrigações dos servidores. Eles estão cientes das vantagens, mas ainda não sentiram exatamente as suas obrigações. O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Então a Fundação ficou completamente esvaziada? O SR. DEPOENTE — Ficou. O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Não tem faltado recursos para o pagamento dos professores? O SR. DEPOENTE — Não tem faltado. A Fundação teve no Plano de Aplicação 411 milhões destinados ao pessoal. Como não tem a pagar, há apenas poucos contratos acidentais de professores, então nos determinamos o "remanejamento" dessa verba para que ela fosse aplicada em obras úteis. Aliás hoje confesso, estou torcendo a orelha e não sai sangue. Eu devia ter "remanejado" esse, digo, essa verba para a construção de casas para professores, mas na ocasião não fiz. Essa verba foi, então, desmembrada para a construção de novas escolas, reformas de outras e para equipamento. Desta verba de 411 milhões os gastos destinados a pessoal são muito pequenos, apenas o necessário para uma meia dúzia de professores que precisamos contratar agora, no fim do ano, para completar alguns daqueles que estavam faltando. O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Os pagamentos não são atrasados? O SR. DEPOENTE — No que tange aos seus vencimentos eles não estão atrasados. Foram 2.100 funcionários da Fundação Educacional que a Prefeitura recebeu, pois a Fundação compreende 60% do funcionalismo da Prefeitura. Então, de chõfre, esses 60% foram

levados à Prefeitura, que teve com- digo, teve a sua folha de pagamento dobrado. E quando no Brasil uma situação dobra, tem que naver muita coisa para que a situação se enquadre novamente em face daquele desajuste ocasional. Mas isto tudo foi ajustado e a Prefeitura deve começar nesta semana o pagamento, hoje será o dia de Taguatinga, das horas extras. Enquanto isso, nós tivemos verbas duodecimais recebidas da União por meio da Prefeitura. Pelos duodécimos temos a obrigação das horas extras, que são desses professores, que dão aulas e não foram enquadrados. Essa obrigação estava atrasada, mas hoje já começamos por Taguatinga. O diaheiro não nos está sendo entregue de uma vez, está sendo entregue em prestações e também em prestações nós estamos pagando. Este é o único atraso que havia na Fundação, que são das horas extras, mas, se Deus quiser, até sexta-feira estará tudo pago. Mas sempre há descontentes. Agora estão reclamando, 5/12, o 13º salário do tempo da Fundação. Isto, porém, é natural em toda a reunião humana. Não há, portanto, falta de recursos. Aliás, estou querendo ver se do próximo ano faremos como se faz em São Paulo, o que é muito lógico e consentâneo. Se os colégios apresentam as folhas de frequência e estas têm idoneidade perante a Superintendência para servirem de base para as folhas de pagamento, porque os próprios colégios não fazem suas folhas de pagamento, remetem à Secretaria de Fazenda e esta emitirá os cheques aos diretores dos colégios para pagar os professores. E, Brasília nós temos um dia em que ninguém trabalha. É o dia do recebimento.

O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — O nobre Relator, há pouco, afirmou que uma das finalidades dessa Comissão de Inquérito é apurar a possível infiltração comunista no ensino em Brasília. Através do depoimento brilhante, impressionante mesmo, de V. Sa., eu constatei a orientação sadia que consiste em não preocupar-se com o professor fora do estabelecimento de ensino, não, digo, e não se preocupar com a sua posição ideológica, desde que o professor cumpra seus deveres, ministre suas aulas, adotando aqueles padrões universais do ensino e V. Sa., naturalmente, estará satisfeito com a atuação do professor. Mas eu pergunta-

ria a V. Sa. se tem meios, se tem exercido fiscalização sobre como esses professores transmitem as aulas, se cumprem rigorosamente ao programa ou se há professores que se parcializam procurando incutir o espírito dos alunos, dos adolescentes, por exemplo, idéias extremistas, em determinados estabelecimentos de ensino médio nesta capital.

O SR. DEPOENTE — A pergunta de V. Exa. é muito oportuna e é perfeitamente razoável. Eu não deixo ao ilustre Deputado Abel Rafael aquela resposta que eu senti que ele reclamava, incisiva. E não podia fazê-lo sob pena de praticar uma injustiça. Eu não posso citar nomes, mas admito, em princípio, em alguns professores. Mas está sendo exercida rigorosa vigilância nesse sentido. Posso informar que alguns professores escorregam e procuram influenciar seus alunos com seu modo de pensar, mas também posso informar a V. Exa. que serão tomadas medidas rigorosas a esse respeito, no sentido de que definitivamente se acabe com isto. Há um plano de aula e eles terão que se limitar a este plano de aula, mas não posso afirmar com aquela segurança que seria de desejar. Há, por exemplo, no contrato dos professores antes do enquadramento, essa cláusula não permitindo que eles assumam idéias contrárias à soberania nacional e aos princípios adotados pela Constituição da República. Mas isso é teoria, não é possível fazer uma vigilância tão radical, tão completa. Muitas vezes os fatos chegam ao meu conhecimento já com muito atraso; aquilo é uma repartição muito grande, mas afirmo que estamos fazendo rigoroso policiamento e aquele que não cumprir suas obrigações, aquele que não se afinar com o pensamento democrático que deve presidir o ensino, fique certo V. Exa., nós tomaremos medidas a respeito.

O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Também já se disse nessa Comissão que foram admitidos na gestão anterior a V. Sa. professores sem capacidade suficiente para administrar o ensino. Perguntaria a V. Sa. se já adotou providências no sentido de colibir essa deficiência e qual o índice de professores não diplomados e com pouca capacidade que estão ainda administrando ensino em Brasília?

O SR. DEPOENTE — Os que não têm título, universitários, têm uma licença do Ministério da Educação, que

ministra um curso de aperfeiçoamento — CADES. Posso informar a V. Exas. que os professores são escolhidos mediante concurso, exigindo-se cinco anos de magistério, sendo um pelo menos em Brasília e os Diretores interinos agora terão que provar suas condições, suas qualidades. No início, logo que foi organizado o ensino em Brasília, houve um concurso em que foram aprovados professores e alguns não alcançaram aquela média exigida pelo concurso, mas foram aproveitados porque havia falta de professores e na falta de um muito bom, logicamente temos que recorrer ao regular. O SR. DEPUTADO LAURO LEITAO — Parece que não houve propriamente um concurso; eles procuraram aproveitar naturalmente aqueles mais capazes. O SR. DEPOENTE — É uma prova de seleção, um teste. O SR. DEPUTADO LAURO LEITAO — Houve aqui quem inquirisse a parcialidade de uma daquelas Comissões? O SR. DEPOENTE — Na minha gestão, nobre Deputado? O SR. DEPUTADO LAURO LEITAO — Na gestão anterior. O SR. DEPOENTE — Na minha gestão, nobre Deputado, posso informar a V. Exa. que a admissão de professoras para o curso elementar, onde reclamo é muito, digo, o reclamo é muito grande, afóra a apresentação do diploma, das credenciais necessárias, eu determinei que fosse feita uma Comissão, que eu chamaria Comissão de Testes, e muitas que têm feito a prova têm sido reprovadas. Eu absolutamente não tenho parte com quem quer que seja; preocupo-me apenas em dar ao ensino uma categoria de acôrdo com a sua verdadeira dignidade. Além disso, de modo geral, há entrevistas com as professoras e prova de aula. Nós já determinamos mesmo que professoras só ingressem mediante concurso presidido por uma banca, que não será composta só por gente da Fundação. Assim, vamos procurar só admitir esse pessoal mediante concurso de provas, não apenas de títulos. O SR. DEPUTADO LAURO LEITAO — Outra pergunta: em face do enquadramento do pessoal, isto é, dos antigos servidores da Fundação terem passado à condição de servidores públicos, eu pergunto a V. Sa. se o ensino em seu desenvolvimento vem se comportando de acôrdo com aquela previsão que V. Sa. mesmo fazia quando, junto a esta Casa, se interessava para que aprovada fosse uma

emenda, determinando que os servidores passassem à condição de servidores públicos. O ensino tem sentido melhora? O SENHOR DEPOENTE — Eu confesso confesso que não houve tempo para isso, é coisa de um mês. — O SR. DEPUTADO LAURO LEITAO — Aquelas greves cessaram, pelo menos. — O SR. DEPOENTE — Mas na minha gestão eu não tive, quero informar a V. Exa., que não tive greves. Tive apenas a greve estudantil referente àquela desordem que houve aqui, na Rodoviária. No mais não tive greves. Eu mantive, mercê de Deus e do esforço de meus auxiliares, mantive a fundação apenas com essa agitação. Quer dizer, nunca houve aquela serenidade, aquela quietude que seria de desejar, mas greve mesmo eu não tive. Agora, no momento é muito cêdo para dizermos se o enquadramento teria sido benéfico e conveniente ao professor. E muito cedo, mas acredito e já posso adiantar a V. Exa., que prejuizo não deve ter trazido, como também não deve ter trazido, de imediato grande melhora. Há sempre a previsão de greves. Então já é um sossêgo. Sobre esse aspecto sim, mas no ensino em si, não; na sua maioria, como afirmei há pouco, temos 95% de gente muito boa, e gente dedicada mesmo ao ensino. — O SR. PRESIDENTE — (CLAY ARAUJO) — V. Sa. não entende que pelo menos os dirigentes, os chefes, ficaram com mais força, com mais autoridade? — O SR. DEPOENTE — É consequência natural, se bem que na Fundação Educacional o Presidente da Fundação teria um senhorio mais radical, mais completo, mais absoluto sobre o professor. Hoje o Presidente da Fundação perdeu esse contrôle porque são funcionários da Prefeitura, então age mais o Superintendente de Educação que é obrigado a se manter dentro das regras da Prefeitura. Também há autoridades outras que precisam ser consultadas, hoje a punição a um professor exige seja ouvida a Secretaria Geral de Administração, quer dizer, já o contrôle não é tão perfeito como seria na Fundação. Mas a verdade é que na Fundação também não houve esse contrôle. V. Exa., lutando pelo enquadramento agiu muito bem, fez muito bem, beneficiou pelo menos nessa parte ao ensino, não há dúvida, e merece todo o nosso respeito e ad-

miração. — O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — A pergunta é a seguinte: aquêles que passaram — aliás todos — à condição de servidores municipais não têm mais qualquer vinculação com a Fundação, ou ainda têm? O SR. DEPOENTE — Têm, eles estão lotados na Fundação, têm toda a vinculação. A Prefeitura os colocou à disposição da Fundação, o chefe é o Presidente da Fundação, mas o Presidente da Fundação, também, por sua vez, é o Superintendente da Educação. Então é uma confusão muito grande de poderes. — O SR. DEPUTADO LAURO LEITÃO — Mas a Prefeitura, no início, não estava exigindo que aquêles que quisessem passar para os quadros da Prefeitura deveriam se desvincular da Fundação? — O SR. DEPOENTE — Mas eles se desvincularam da Fundação, e foram todos para a Prefeitura que os devolveu, colocados à disposição. Também agora a Fundação tem uma solução: o professor que não lhe servir é um funcionário que se devolve à Prefeitura. Como a Prefeitura vai-se arranjar com um funcionário que é professor, não havendo professorado da Prefeitura, é problema da Prefeitura e não da Fundação. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Há 30 anos quase eu conheci o Comandante Victor Fújol, um padrão de integridade, um modelo de cidadão patriota. Tenho o prazer de agora, 30 anos decorridos, conhecer o filho que segue aquele mesmo modelo de seu pai. Dou os parabéns ao Dr. Fújol que eu não conhecia, aliás não dou os parabéns a V. Sa., dou os parabéns aos pais dos alunos de Brasília porque V. Sa. restabeleceu o princípio da autoridade, impôs disciplina, impôs ordem e esse trabalho feito em tão poucos meses já significa muito para quem como nós estávamos desesperados de ver os nossos filhos perdidos nessa barafunda do ensino de Brasília, pon-do um filho no colégio para aprender ciências, para se tornar um cidadão prestante, no fim descobri rem casa que o filho está virando comunista, ou então um imbecil sem orientação, chelo de modernismo sem pé nem cabeça, como se modernismo por si só significasse alguma coisa. De modo que eu dou os parabéns aos pais de Brasília. Eu tenho acusado muito o Prefeito, mas levarei a crédito dele o fato de tê-lo nomeado para Secretário da Educação e de tê-lo manti-

do no posto e espero que V. Sa. continue na Secretaria de Educação durante muito tempo a fim de que possa reorganizar isso. Eu que pedi esta Comissão Parlamentar de Inquérito não tenho nenhuma questão pessoal nem com o Prefeito nem com professores, como disse muitas vezes aqui, queria vêr isso organizado, de forma que agora estou satisfeito pelo que começou a ser feito e espero que V. Sa. tenha tempo para terminar essa obra formidável. O professorado de Brasília, com ligeira exceção, é um professorado de alta classe, já o justamente pela deficiência das autoridades, nós vamos que um grupo de 32 ativistas do comunismo punha em perigo essa estrutura toda. Trinta e duas pessoas arrastam os indecisos, arrastam os professores que querem estar com quem manda, que em toda classe há isso. Então parecia, no primeiro momento, que tínhamos uma percentagem muito maior de professores comunistas a tentar levar o ensino para aqui, para acolá. Eu dou o nome exato, V. Sa. não pode dar, não deve dar, mas são professores comunistas e a vinculação dessa diretoria da Associação Profissionais com o comunismo é patente. São elementos, não digo fichados porque uma pessoa pode ser fichada na polícia por perseguição, mas são elementos que pela sua vinculação com o partido comunista podem como tal ser tachados. Estou muito satisfeito, Sr. Secretário. Agora eu queria perguntar, com referência ao plano inicial de ensino em Brasília que o Dr. Hildebrando nos disse aqui no seu depoimento, a respeito do ensino integral há possibilidade de voltarmos àquêles ensino, pelo menos chegar a atingir aquele ensino de tempo integral e completar todo aquele plano de construções para as casas de ensino em Brasília com Escolas-Classe, Escolas-Parque, mais escolas em cada quadra, conforme nos acenaram quando nos mudamos para aqui, uma coisa muito bonita? Essa obra está perdida, ou V. Exa. como Secretário acha que pode recuperá-la e nos dar um ensino integral em que a gente possa ter confiança, e possa manter os filhos? — O SR. DEPOENTE — Em primeiro lugar agradeço a referência que fez a meu pai cuja memória até hoje eu reverencio com muita saudade e muito respeito. Quando à pergunta de V. Exa., eu acho que a dedicação integral do pro-

essor — o que se chama de tempo perfeitamente possível. Será atingido em Brasília no dia em que dermos ao professor condições para que ele se dedique efetivamente integralmente à escola. Quanto às construções das escolas eu não posso negar a substancial ajuda que o Plano Trienal do MEC tem conferido à Fundação Educacional. Este ano mesmo nós estamos hoje com projeto já pronto e, se não me engano, com pedido de concorrência já publicado para construção da Escola Normal, complementando uma das partes necessárias ao Elefante Branco. O plano original do Elefante Branco são 7 grandes prédios, nós temos um, vamos agora fazer o segundo grande prédio. Não vamos poder terminá-lo porque o dinheiro que temos não é bastante, mas o projeto foi feito de forma que possamos construir uma parte e que no próximo ano, com outras verbas, possamos completá-lo. Mas acredito que com o tempo aquilo que se prometeu a Brasília possa ser feito, depende em primeiro lugar de termos o ensino aquietado ossegado, com objetivos decentes. Tudo está na dependência dessas coisas todas, mas posso inofrmar teóricamente que é essa a finalidade da Fundação Educacional, das autoridades que controlam o ensino em Brasília, não só no campo nacional como também no campo do Distrito. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Acho também que um das coisas que devem ser resolvidas é essa da habitação dos professores porque formava, de fato, o caldo de cultura para toda a agitação. Além disso é uma questão de êsse lado humano. Conheci professores morando com 8 filhos numa cozinha e "quitinete" no JK. Isso — é desumanidade. — O SR. DEPOENTE — Esses são os felizes, porque há outros que não têm nem JK. Por isso que tomei a liberdade, logo no início da minha explanação de declarar que me estou sentindo um pouco satisfeito porque tenho promessa formal de uma verba de 500 milhões possivelmente até para janeiro, e que já estou cuidando, junto à Seção de Planejamento da Prefeitura, do destino de uma projeção no Plano Piloto, para construção daquilo que eu permitiria chamar Cidade do Professor para que possamos logo que recebermos essa verba, começar as obras. Enquanto não resolvermos êsse problema do professor não teremos, de maneira nenhuma, quietude no en-

sino. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — A Associação, dirigida pelo Sr. Fábio Bruno, era cuidada, ou era ela que distribuía as casas, os alojamentos no Anexo do hotel? — O SR. DEPOENTE — Sem que eu saiba dos motivos que levaram a isso sem dúvida nenhuma era. A distribuição das casas do ENDE foi atribuída à Associação pelo Conselho de Ministros, figurando a Fundação como fiadora. Também a distribuição dos apartamentos dos Anexos do Brasília Palace Hotel foi atribuída à Associação pela NOVACAP. Hoje já não é mais assim. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Era um elemento de domínio. — O SR. DEPOENTE — Completo, e usava como elemento de domínio mesmo, e pressionava e ameaçava. E há mais, os professores eram dispensados por exigência da Inspetoria Seccional de Goiânia que determinava a afastamento de professores sem registro provisório ou definitivo. A Seccional prestigiava a Associação Profissional, confiando-lhe essa fiscalização. A Circular da Seccional recentemente instalada em Brasília demonstra a forma de agir da Seccional, confia à Associação declarar se há ou não necessidade de professores em Brasília. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Quer dizer, ela nomeava e demitia. — O SR. DEPOENTE — Demitia e dizia se havia necessidade ou não. Dava casas. Foi êsse o quadro que encontrei. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Tinha ela também influência sobre os diretores de Departamento e sobre Orientadores? — O SR. DEPOENTE — Tinha porque ela dominava. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Eu estou querendo frisar porque é êsse um dos itens da minha acusação. — O SR. DEPOENTE — Tinham a Diretoria do Ensino Médio. Consequentemente, tinham a Diretoria de todos os ginásios, escolas de ensino médio e tinham também todos os cargos de orientadores, de coordenadores à disposição deles. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Eu aproveito, Sr. Presidente, para requerer a V. Exa. que peça à Prefeitura o Relatório das conclusões do inquérito sobre as construções referidas pelo Sr. Secretário de Educação. Senhor Secretário, eu pergunto também porque os cursos noturnos do Plano Piloto que funcionam no Elefante Branco ainda não estão funcionando

perfeitamente, e porque se diz lá que vão cobrar taxas, como cobraram no ano passado, no fim do ano aos alunos, pela manutenção do curso ou então o curso vai fechar, que há a respeito? O SR. DEPOENTE — A informação de V. Exa. me coloca quase na posição de marido enganado, fui o último a saber disso. — O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Eu calculava isso. No fim do ano passado tentaram cobrar uma taxa de cada aluno, dizendo que iam fechar. Eu creio que isso era questão da associação. E este ano há qualquer coisa nesse sentido, de forma que eu pedia a V. Sa. que mandasse verificar, porque as aulas têm sido muito irregulares lá. — O SR. DEPOENTE — Nós tivemos de fato algumas irregularidades nas aulas porque efetivamente os setores mais controlados pela associação ou pelos componentes da associação eram o Elerante Franco e o GTB. Mas nós já controlamos mercê de Deus, esses setores e acredito que tenhamos agora as aulas mais ou menos em ordem, naturalmente com aqueles problemas diários: falta um professor, o outro está com má vontade, entra na fase da operação tartaruga, se aborrece com a secretária, em geral em toda reunião humana há dessas coisas que não posso controlar nem evitar. Mas quanto à questão de cobrança, estou chegando ao ponto de me revoltar contra a existência da existência da caixa escolar com o reclamo da professora Eclida porque eu encontrei escolas que estavam sendo mantidas pelas caixas escolares, giz, merenda escolar, tudo era vendido pela caixa escolar. Isso é obrigação do órgão público. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Eu também já havia citado esse caso. A merenda que a caixa dá, é tradicional, mas o giz, material de limpeza, até por quotização de professores. O SR. DEPOENTE — Mas também quero informar que existe hoje giz de sobejo, material de limpeza de sobejo em todas as escolas de Brasília. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — As minhas acusações, eram antes da sua gestão. O SR. DEPOENTE — E também vou dizer mais uma coisa, respondendo à pergunta do Deputado Valério Magalhães. Hoje existem bandeiras brasileiras em todas as escolas de Brasília. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Então eu aproveito a oportunidade para perguntar — e sei que a res-

posta será afirmativa — se hoje no CEM já se hastela a bandeira nas segundas-feiras, e se se canta o Hino Nacional. Porque a direção do Senhor Donato Cavalcanti havia proibido isso. O SR. DEPOENTE — Eu não posso responder, mas vou levar ao conhecimento da diretora e vou tomar providências nesse sentido para verificar o que há a respeito. O SENHOR DEPUTADO ABEL RAFAEL — Com referência à associação de Pais e Mestres, perguntaria qual a vinculação que a associação tem — quer dizer, vinculação há — mas a vinculação oficial. Por exemplo, as atas dessa associação de Pais e Mestres são guardadas na secretaria, o registro de chapas para quem concorrer às eleições é feito na secretaria do colégio? O SR. DEPOENTE — A relação que existe entre o colégio e o círculo de Pais e Mestres é que via de regra o secretário é sempre um professor do colégio. Só para isso, mas não tem vinculação. O SENHOR DEPUTADO ABEL RAFAEL — As chapas registradas para as eleições na associação de Pais e Mestres não são registradas no colégio? O SENHOR DEPOENTE — Não, não são registradas. É um órgão apenas de orientação, apenas de ajuda, pelo menos teoricamente. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — V. Sa. fez menção aqui ao Dr. Othon Abreu que aqui veio depôr, e fez um depoimento inepto porque ele veio aqui depôr apenas para defender a administração da associação profissional dos Professores. Elogiou o Sr. Donato Cavalcanti, e como eu sabia que ele era um "picareta" danado, vive atrás de ganhar dinheiro, ele ganha cerca de 600 mil cruzeiros por mês só para as "picaretagens" dele, eu fiz algumas perguntas, e quando eu perguntei se ele sabia que o Sr. Donato Cavalcanti que ele elogiava tinha quebrado a cara do aluno fulano de tal no pátio do colégio, ele não sabia. O senhor sabia que ele quebrou também a cara do senhor fulano no dia tal a tantas horas? Também não sabia. O senhor sabia que os livros comunistas estão sendo vendidos na sala de aula do colégio? Então ele não sabia. O senhor sabia isso? Não sabia. Mas de fato então confesso que não frequentemente há muito, sou muito ocupado. Acabei com o depoimento dele, mas depois ele deu uma entrevista contra a sua gestão — quando estava na época

ca da guerra, tinha passado para a guerrilha — e eu tive oportunidade de fazer um discurso desmascarando-o da tribuna, chamando-o de "picareta" publicamente. E ele deu uma entrevista aos jornais dizendo que eu estava despeitado porque ele me havia derrotado numa eleição para a associação de Pais e Mestres, eu fora candidato a presidente e ele me derrotara. Eu queria descobrir um jeito de tirar uma certidão desse registro porque eu nunca fui candidato a nenhum posto nessa associação. O SENHOR DEPOENTE — Nas atas constam, não deve ser difícil. O SR. ABEL RAFAEL (Deputado) — E vou tentar arranjar uma certidão para acabar de desmascará-lo porque além de "picareta" ele é mentroso. Deu os parabens também ao Sr. Secretário por ter tomado providências no caso da professora Felizarda que é professora de geografia econômica no ginásio do Plano Piloto, e parecia até que era professora de Ciências Sociais ou qualquer outra coisa, pois a sua última prova só falava em comunismo, socialismo conforme lhe dei a relação. E soube que V. Sa. mandou tomar providências e a professora já mudou o rumo porque ela sentiu que a disciplina hoje existe e que não pode mais fazer o que fazia. Ela ensina geografia econômica e não sistemas econômicos ou sistemas sociais. Com respeito a um fato que o Deputado Lauro Lettão citou, eu havia acusado que estavam sendo admitidos professores que não tinham a necessária habilitação. Eram alunos da Universidade que tinham acabado de fazer o vestibular na Universidade e apenas porque tinham idéias vermelhas eram aproveitados como professores. Também uma acusação semelhante foi feita por antigos membros do Conselho Diretor de Educação da Fundação quando denunciaram porque estavam sendo nomeados diretores de colégios ou orientadores de departamentos professores que não tinham a necessária capacitação em face de títulos de registro no Ministério cu de tempo de magistério. Então queria pedir a sua atenção para essas entrevistas a que são submetidos os professores. Essas entrevistas, segundo denúncia de vários professores, eram tipicamente políticas. Os professores que demonstravam não ter tendências comunistas não eram aceitos, embora

tivessem capacidade. As entrevistas portanto eram tendenciosas. O SENHOR DEPOENTE — Essas entrevistas devem ter deixado suas marcas nos arquivos da Fundação. Eu vou examiná-las uma por uma. Quanto à renúncia dos Conselheiros, eu queria fazer uma ressalva. Renunciaram os Conselheiros Júlio Sambaqui, Julimar Nunes Leal e outros, mas os motivos que davam para a sua exoneração é que eles não estavam de acordo com a municipalização dos professores e entendiam que se criava uma situação curiosa municipalizava-se o corpo docente administrativo mas perdurava a Fundação como entidade diretora do ensino, ficava o sistema educacional sem corpo docente e administrativo um corpo docente administrativo sem sistema educacional. Então esse o motivo que efetivamente os levou à renúncia, mas eu tenho um grande respeito exatamente por dois desses Conselheiros, Júlio Sambaqui, hoje Ministro, homem sem dúvida dedicado integralmente ao ensino e que ainda ontem me possibilitou mais um motivo de gratidão por parte da Fundação. Chamou-me para lavar um convênio a fim de que fique entregue aos professores da Fundação Educacional, a ministração dos cursos de alfabetização de adultos e adolescentes pelo sistema Paulo Freire. Então já tenho convocado hoje perto de 100 professores do ensino primário. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — O Ministro enxerga mais longe do que parece. Eu o encontro há tempos numa pescaria e ele me deu parabens — ele era ainda diretor do departamento — pelos discursos que eu havia feito e pela Comissão de Inquerito que eu havia pedido. E ele disse: você não sabe a metade do que se passa, a Comissão vai descobrir muita coisa se quiser trabalhar. Ele hoje é Ministro e está sabendo que as entrevistas do Plano de Alfabetização do Sr. Paulo Freire são iguais às essas entrevistas de professores da CASEB, perguntam tudo, até se o sujeito acredita em assombração e mexem com as idéias políticas e quem, por receio, embora sendo comunista, não responde ao questionário segundo aquelas tendências, não é aproveitado. De forma que eles podem ensinar o adulto a ler em 3 meses, mas no fim de 3 meses com certeza o indivíduo sai comunista porque a coisa é muito bem prepara-

da, é tecnicamente preparada. E o Ministro que enxerga muito longe e tem muita competência, é um técnico, ele já começou a entregar a Fundação, e agora talvez o Sr. Paulo Freire acabe renunciando porque ele não vai conseguir implantar todos aqueles métodos que o Ministro Paulo de Tarso admira. Fica muito satisfeito de saber dessa decisão. O SR. DEPOENTE — Posso informar a V. Ex. que erra seleção de professores que está a cargo do Professor Ernani, da Professora Ecilda e de outros professores da Fundação está sendo feita com todo critério e que esse sistema Paulo Freire será ministrado democraticamente. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — O sistema é uma técnica, Paulo Freire é um técnico e o sistema é eficiente, mas não tem nada com política. O SR. DEPOENTE — É uma grande notícia, e eu recebi o convite e a propaganda com grande satisfação porque acho também que é essencial para Brasília que seja entregue a professores da Fundação devidamente escolhidos. O SR. DEPUTADO ABEL RAFAEL — Tendo recursos, qualquer professor pode fazer um pouco de orientação. O SR. DEPOENTE — Além na parte financeira o Professor Júlio Sambaqui fez uma justiça à Fundação porque parte dos recursos que seriam aplicados no sistema Paulo Freire haviam sido desviados dos recursos do plano de aplicação para melhoria das nossas escolas. Então nós está devolvendo, mas vamos entregar a totalidade da direção da alfabetização de adultos e adolescentes aqui em Brasília. O SENHOR DEPUTADO ABEL RAFAEL — É mais uma grande notícia que me poupará uma luta que eu ia pegar depois de terminada esta desta Comissão porque eu já estou bem preparado a respeito dessa alfabetização. Fico muito satisfeito com a notícia Doutor Pujol, e lhe dou os parabéns e também como pai de alunos e amigo de Brasília eu lhe agradeço, ao mesmo tempo que cumprimento os seus auxiliares pelo trabalho que estão realizando. Espero que possam prosseguir, no que eu puder trabalhar no sentido de prestigiar essa atuação democrática, sincera, cristã, estarei sempre pronto porque eu não tenho diferenças pessoais, meu intuito nesta luta era justamente fazer com que chegássemos a esse ponto. Sr. Presidente, estou satisfeito. Os fins a

que eu visava com o pedido da Comissão de Inquérito no ensino médio estão atingidos, e estão atingidos porque hoje o Secretário é um homem íntegro, um democrata, um homem de pulso e competente. Está pondo as coisas nos verdadeiros termos, se tiver tempo ele conserta tudo, de forma que eu me considero satisfeito com os resultados obtidos. Nestas condições eu peço dispensa de todas as testemunhas que eu havia requerido fossem citadas para o ensino médio, e peço que a Comissão agora incentivasse os seus trabalhos com referência ao ensino superior porque aquele continua ruim ainda. Enquanto na Universidade de Brasília e lá é fácil porque lá não há 95% de professores democratas, lá há 95% de professores comunistas e é muito difícil a reação lá e a Comissão lá não vai chegar a esse mesmo resultado com facilidade, de forma que peço ao Presidente que incentivasse o trabalho do ensino superior para ver se pelo menos nós melhoramos porque esta celeuma toda conseguiu que o ensino médio fosse entregue a pessoas competentes e que os professores honestos, competentes, que estavam sendo atingidos por essa campanha contra o ensino médio em Brasília pudessem reagir, ajudar o Secretário, ajudar os novos diretores a fim de que o ensino tomasse outro rumo. Lá vai ser difícil. Aqui, graças a Deus, nós conseguimos resultado. Eu estou plenamente satisfeito e agradeço ao Presidente o trabalho desenvolvido na parte do ensino médio e de minha parte acho que a questão do ensino médio, com o depoimento do Sr. Secretário, está encerrada. Todas as minhas perguntas, todas as minhas acusações, estão respondidas, umas mais outras menos, se numas eu fui exagerado o Secretário pôs tudo nos devidos termos. Eu concordo plenamente com o que ele disse. Nós não temos nada se o professor é comunista, não devemos perseguir-lo por isso, devemos é evitar que ele vá ensinar comunismo nas nossas escolas, vá ensinar comunismo aos nossos filhos, não vamos fazer perseguição política, vamos impedir que ele se torne nocivo. E com uma administração eficiente, disciplinada, naturalmente conseguiremos isso. Ninguém pode impedir que uma pessoa pense dessa ou daquela maneira, o

que não podemos é permitir que a podridão se expanda. Então estou muito satisfeito e agradeço aos Srs. Deputados o trabalho que tiveram nessa parte, que eu considero encerrada, do ensino médio. O SR. PRESIDENTE — CLAY ARAUJO) (Deputado) — O Sr. Abel Rafael pede então dispensa das testemunhas que foram requeridas por S. Exa. referentes ao campo da nossa investigação no ensino médio. Quanto ao requerimento que V. Ex.^a verbalmente fez sobre uma certidão referente à sua suposta ou pressuposta candidatura à associação de Pais e Mestres, nós consideramos que esse assunto não é pertinente à Comissão, é uma iniciativa de ordem estritamente particular de V. Exa. Quanto ao requerido para o Ensino Superior, por se tratar de assunto que exige especial cuidado e especial atenção, a Comissão, posteriormente, reunirá para deliberar a respeito. Há problemas, inclusive o de tempo material para a própria Comissão entrar nesse assunto. Eu perguntaria ao Deputado Aderbal Jurema, já que não quer assumir, se tem alguma ponderação contrária a fazer. O SR. DEPUTADO ADERBAL JUREMA — Quero, nesta oportunidade, fazer uma apêlo ao Relator para que nestas 48 horas êle, trabalhando no material que já está na Secretaria da Comissão, verificasse quais as pessoas que precisam ainda ser ouvidas para esclarecimento do seu relatório sobre o ensino superior. Só assim depois dêsse trabalho do Relator da Comissão é que estaremos habilitados a deliberar, porquanto até agora nós ainda não temos todos os elementos do ensino superior, como as apostilas, que não chegaram. Já pedi por officio, já pedi pessoalmente ao Reitor da Universidade que me prometeu enviá-las, e também es-carreguei ainda ontem o Secretário da Comissão de se entender pelo telefone com o reitor cobrando essas apostilas. Afóra isso eu ainda há pouco conversava com o relator nesse sentido de nestas 48 horas apresentar à Comissão as necessidades quanto ao ensino superior, se precisa ainda ouvir alguém do ensino superior ou se algum membro da Comissão tem algum nome para ser ouvido. De maneira que eu penso que esse prazo de 48 horas dará para a Comissão tomar uma posição em rela-

ção à sugestão apresentada pelo Deputado Abel Rafael. — O SR. PRESIDENTE — Antes de dar por encerrada esta nossa reunião, muito embora o adiantado da hora, e eventualmente a presidência do nossos trabalhos, eu desejaria formular uma única pergunta ao depoente, já que os membros da Comissão e mais o Deputado Abel Rafael exploraram os aspectos administrativos e técnicos do País, principalmente os desta Casa, preocupando os homens públicos do problema, dêsse problema que vem pois que o ensino se vem revelando, deficiente a Capital Federal, justamente aquêlê ensino apresentado ao País inteiro como a última palavra em matéria não só de didática, de pedagogia, como de organização até mesmo administrativa. Eu vou entrar num aspecto diferente, romulando uma pergunta que já fiz a quase todos os depoentes, que esta, sobremaneira, me preocupa. A questão da infiltração comunista como a infiltração de qualquer outra ideologia incompatível com aquêlê núcleo doutrinário constante dos princípios constitucionais da República, é um problema sério e que cresce de gravidade quanto maior fôr a omissão daqueles encarregados de resguardar esse núcleo doutrinário que se encontra até mesmo expresso na Constituição, como a desorganização dos aspectos humanos que V. S.^a, com tanta veemência até, expôs aí, dos professores, às condições das escolas, enfim, essa série de deficiências que foi aqui exposta. Quero dizer que a infiltração deológica está na razão direta de causas e circunstâncias que sejam propícias a essa infiltração. Democracia é muito importante, é um valor mas não é um valor em abstrato, é um valor que se entranha profundamente nas condições reais em que os cadadãos vivem numa comunidade. Eu perguntaria: o ensino, que é um instrumento de formação do cidadão no sentido de que instrumenta o cidadão em condições básicas para ser útil à comunidade, que lhe dá condições para ter uma visão do mundo e da sua posição no mundo como valor humano, e tanto isso é verdade que os estados totalitários a primeira coisa que fazem é meter a mão no ensino — assim foi na Alemanha nazista, na Itália fascista, na União Soviética, em todos aquêlêes países onde uma concepção

totalitária da existência por esse ou por aquêlo motivo predominou — o ensino sempre foi o instrumento preferencial, a correia de transmissão através da qual o estado totalitário engolia as individualidades, absorvia as pessoas humanas e fazia delas instrumento de uma máquina. Por conseguinte o ensino é importante se confere ao aluno uma concepção de vida, o seu valor como pessoa humana, de que ela é capaz em matéria de ser útil e prestante aos seus compatriotas. Nessa concepção o ensino tem de dar as informações através das disciplinas, as informações sobre o mundo, sobre a técnica, sobre os homens, sobre tudo que interessa à pessoa que vive numa sociedade. Eu perguntaria a V. Sa. se o sistema educacional de Brasília está planejado — e não quero avançar ao ponto de dizer que está totalmente funcionando nesse sentido — para conferir ao futuro cidadão, ao aluno de hoje, essa posição, esse conhecimento, essa valorização da pessoa humana e de seus atributos como a liberdade, a dignidade, a democracia, ou alguma coisa lhe é sonogada ou lhe é tendenciosamente levada no sentido de lhe dar uma distorção da realidade? Porque eu não sou partidário de que se deixe ninguém desinformado de coisa alguma, quando a nação começa a ter medo de informar aos seus filhos do que se passa no mundo, quando começa a ter medo de comunismo por medo de comunismo, é uma democracia indefensível. A democracia se defende na alma do cidadão, quando, através do ensino lhe dá a fortaleza do conhecimento para que ele se comporte naturalmente como cidadão numa democracia. Pergunto se esse sistema educacional está planejado para funcionar no sentido da democracia, nesses termos em que eu os pús. O SR. DEPOENTE — V. Exa. traçou, com grande precisão e raro brilhantismo, aquilo que seria o ensino ideal. Eu responderia a V. Exa. que a estrada é boa, o asfalto às vezes é que é ruim. O ensino foi traçado para tornar o cidadão, na sua expressão, prestante ao Brasil, prestante ao mundo, prestante à nossa posição ideológica, mas tudo isso é consequência dos fatores com que podemos contar dentro do ensino. Não basta que tenhamos aquêlo ensino, ideal é preciso que tenhamos quem

possa torná-lo ideal, quem possa atingir aquêlo objetivo de idealismo. Tudo isso é consequência de todos aqueles males que eu denunciei a esta Casa, que vêm enfermado e adontando o ensino. Nós não podemos atingir o ensino ideal se não temos professores em condições de cumpri-lo, não temos condições humanas de cumpri-lo. Então nós temos uma sequência de coisas até chegarmos àquele ponto primário que é, primeiro, darmos ao professor condições de vida, condições humanas; logicamente que temos hoje nesse campo do ensino ideal apenas aquilo que a Professora Eclida chama de ensino livre, um ensino acadêmico, um ensino sem vivência. Isto o que há realmente. Não se pode exigir de um ensino, por muito ideal que ele seja, por muito bem organizado que tenha sido, que ele atinja aquêlo objetivo, se não temos um professor em condições de ministrar as suas aulas naquele sentido, se temos professores que usam esse ensino, que deveria ser o ideal, em determinado sentido, usam-no de forma diferente, e procurando influenciar a criança, procurando torná-la prestante para os seus objetivos do ensino ideal. Isso que ocorreu. O ensino é muito bom. A contextura do ensino em Brasília, embora eu não seja um técnico no assunto, mas pelo contato que tenho tido quase permanente estes últimos meses, posso informar que seria o ideal. Não atingimos aquêlo grau de idealidade por todos aquêles motivos que eu expus ante esta Casa e que me parece foram muito bem compreendidos pelos Srs. Deputados. Faltam objetivos, para que possamos atingir aquêles vermos dar ao ensino aquela idealidade que V. Exa reclama, para que possamos tornar a criança prestante democraticamente ao Brasil, precisamos, primeiro, propiciar aos homens que ensinam condições bastante para esse fim. O SR. PRESIDENTE — não é somente o ensino do ponto de vista da formação intelectual, o tipo de convivência é tão importante quanto a formação intelectual, tipo de convivência na escola, convivência democrática, que começa a sugerir a criança que o mundo da escola seria uma miniatura correta e fiel do mundo real em que ela vai viver, ou seja, o mundo da escola seria a preparação do cidadão a tal ponto que a escola

do mundo, mais tarde, não viesse a desmentir ou negar os fundamentos que lhe foram sugeridos pela convivência ou que lhe foram ministrados pelo ensino no mundo da escola. O SR. DEPOENTE — Compreendi muito bem a pergunta de V. Exa. e vou responder então com a Resolução do Conselho de Educação do Distrito Federal: "DOS FINS DA EDUCAÇÃO — Art. 1º — A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõe a humanidade b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade e a participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça;" — Esses itens respondem perfeitamente à pergunta de V. Exa. e eu me permitia dizer que esses itens definiriam então o que seria o ideal para a escola pública: "IV — Escola média, escola integrada, no meio, integração que deve entender-se não como confinamento, mas como ambientação, que valoriza, aproveita e projeta os elementos locais a educação, integração que se traduz e se manifesta: 1. "dando especial relevo" à língua pátria e à cultura regional"; 2. valorizando as disciplinas estaduais, as optativas e sobretudo as práticas educativas; 3. colocando a escola a serviço dos alunos pela eficiente utilização das disciplinas e práticas vocacionais "dentro das necessidades e possibilidades locais"; 4. instituindo uma orientação educativa e vocacional, que não se encarne numa pessoa mas se distribua solidariamente por todos, sob a coordenação do orientador; que não se faça apenas na escola, a portas fechadas, mas "em cooperação com a família". 5. cuidando que os "pro-

cessos" de educação moral, cívica, artística e física dos alunos não se confinem à escola, mas incluam a família e a comunidade". E para isso é que na Fundação temos feito tentativas da formação do aluno cidadão por meio de associações de estudantes, por meio de clubes na escola, por meio de centros de debates. Se alguns desses meios têm sido desvirtuados das suas verdadeiras finalidades, nós então caímos naquele primeiro campo tão ventilado neste depoimento. O ensino é ideal, o que não tem sido ideal são as condições do professor para ministrar esse ensino, mas se atingirmos a esse objetivo estará respondida a sua pergunta e o Brasil deve ficar satisfeito. O SR. PRESIDENTE — V. Sª respondeu com muita precisão — e eu creio que a Comissão inteira endossa as minhas palavras — com perfeito conhecimento de causa, e principalmente uma férrea convicção democrática de levar avante a democratização de todos esses princípios doutrinários que estão expostos no documento que V. Sª leu. A Comissão, nada mais tendo a tartar, por meu intermédio quer agradecer a presença de V. Sª, louvar o trabalho que vem sendo desenvolvido por V. Sª Sua presença lá foi, é e continuará a ser para muitos de nós um fator principalmente de tranquilidade. Conhecemos os percalços e as dificuldades que V. Sª enfreta de manhã à noite, sabemos que a rota que vai seguir é uma rota difícil, muitas vezes tempestuosa, mas um bom timoneiro no leme já é um fator de confiança. Nós aqui permanecemos confiantes na atuação de V. Sª, que fez, sem favor nenhum, o mais completo principalmente o mais sincero depoimento que esta Comissão — pelo menos das reuniões de que eu tenha participado — já ouviu até a presente data Foi realmente um depoimento fundamentado e principalmente bem assessorado. Uma das marcas de um bom e eficiente homem público à testa de qualquer órgão é saber escolher o "staff". V. Sª demonstrou saber escolher os seus auxiliares diretos, está com meio caminho andado para resolver todos esses problemas que estão afetos à sua gestão. Passoa a palavra a V. Sª para as suas considerações finais. O SR. DEPOENTE — Sr. Pre-

sidente, Srs. Deputados, agradeço a honra que me foi conferida em me convocar para prestar este depoimento. Considero mais um título de honra também para mim as palavras de V. Ex^{as}., as palavras do Deputado Abel Rafael, principalmente a atenção com que fui ouvido. O SR. DEPUTADO LAURO LETTAO — Dá licença? O Presidente interpretou o pensamento de todos. O SR. DEFOENTE -- O que mais me honra. Posso afirmar a V. xas. que,

vindo a esta Casa matar um pouco das muitas saudades que dela tenho quando por aqui passei modestamente de 54 a 58, eu o fiz com rara satisfação, confiado em V. Exas. continuem a dar aquêle apoio, não a mim, mas que o ensino efetivamente precisa dos homens que integram esta Casa. — Eu agradeço a atenção pelas palavras do Presidente interconfesso-me nonrado, principalmente, pretando as dos seus nobres colegas. Muito obrigado a todos .

e-
as
n-
e
le-
u-
ca-
dos
a
V.
fi-
re-